



CARACTERIZAÇÃO DO PARQUE HABITACIONAL E CONDIÇÕES DE VIDA DOS AGREGADOS FAMILIARES

CONTAR PARA CONHECER,
CONHECER PARA DESENVOLVER



GABINETE DO CENSO

LUXEMBOURG
AID & DEVELOPMENT



CARACTERIZAÇÃO DO PARQUE HABITACIONAL E CONDIÇÕES DE VIDA DOS AGREGADOS FAMILIARES

CONTAR PARA CONHECER,
CONHECER PARA DESENVOLVER



GABINETE DO CENSO

LUXEMBOURG
AID & DEVELOPMENT

FICHA TÉCNICA

Instituto Nacional de Estatística

Caraterização do Parque Habitacional e Condições de Vida dos Agregados Familiares

RGPH 2021

Presidente

João de Pina Mendes Cardoso

Vice-Presidente

Fernando Lopes Rocha

Vogal

Annie Pereira Tavares Sanches

Departamento

Gabinete do Censo RGPH-2021

Editor

Instituto Nacional de Estatística

Rua da Caixa Económica, nº 18,

Cx. Postal 116, Fazenda - Praia

Tel.: +238 261 38 27 / Fax: +238 261 16 56

Email: inecv@ine.gov.cv

Design e composição

Gabinete de Comunicação, Divisão e Cooperação

© Copyright 2022

Instituto Nacional de Estatística

Para quaisquer Esclarecimentos, contactar:

Alice Rodrigues Pinto

Email: alice.pinto@ine.gov.cv

Data Publicação

OUTUBRO 2022

PREFÁCIO

Os Recenseamentos da População e da Habitação representam um dos pilares do Sistema Estatístico Nacional de um país no que se refere à contagem e caracterização da população e do respetivo parque habitacional, aos níveis nacional, regional e local, produzindo, também, informações imprescindíveis para a definição de políticas públicas de desenvolvimento e para a consequente tomada de decisões de investimento pelos sectores público e privado.

Cabo Verde já realizou 5 (cinco) Recenseamentos da População e da Habitação após a Independência: em 1980, 1990, 2000, 2010 e 2021. O Recenseamento Geral da População e Habitação-2021 (RGPH-2021) deveria ter ocorrido, inicialmente, em 2020, mas viu-se adiado para 2021 devido à pandemia de Covid-19. Para a sua realização, foi publicado o Decreto-Lei nº 64/2018, alterado pelo Decreto-Lei nº 29/2021, que estabelece as normas para a sua execução e cria as respetivas estruturas organizacionais. O RGPH-2021, pela sua dimensão e impacto na sociedade cabo-verdiana, é a mais complexa operação estatística até hoje conduzida pelo Instituto Nacional de Estatística, mobilizando elevados recursos humanos e financeiros e exigindo alguns anos de preparação. Para a sua concretização, o financiamento foi assegurado pelo Governo de Cabo Verde, pela Cooperação Espanhola, pela Cooperação Luxemburguesa e pelo Escritório Conjunto das Nações Unidas e da União Europeia.

A recolha de dados, no âmbito do RGPH-2021, foi feita mediante entrevistas diretas, por parte de recenseadores devidamente credenciados, de 15 a 30 de junho de 2021, tendo sido prolongada por mais uma semana (até 07 de julho de 2021). O objetivo central que presidiu ao RGPH-2021 foi o de quantificar e caracterizar, com rigor, todos os edifícios, alojamentos, agregados familiares e indivíduos em Cabo Verde, sempre guiado pela estrita observância do princípio do segredo estatístico. O RGPH-2021 permite: (a) identificar as mudanças que o país experimentou nos aspectos demográficos, sociais e económicos; (b) caracterizar a força de trabalho; (c) identificar as mudanças relativas ao parque de edifícios e as características essenciais da habitação; (d) identificar os polos de desenvolvimento económico; (e) calcular indicadores de seguimento do Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável (PEDS) das Agendas 2030 e 2063; (f) identificar populações vulneráveis; (g) definir políticas públicas; e (h) dispor de informações que permitam fazer a caracterização de perfis e a elaboração de projeções demográficas.

Os dados foram recolhidos em suporte digital, com elevado rigor, tendo sido verificados a todos os níveis. Faziam parte da equipa de terreno, os recenseadores, controladores, supervisores concelhios, e os do INE, consultores de empresas internacionais e agentes TIC (tecnologia de informação e comunicação). O seguimento da recolha dos dados no

terreno foi feito, também, através de uma aplicação desenvolvida para o efeito, permitindo o seguimento *online* dos dados, por meio de relatórios, gráficos e mapas. A partir dos resultados definitivos, foram elaboradas as seguintes publicações: um volume de quadros brutos de Cabo Verde, um volume por zonas e lugares, um volume para cada concelho do país; e onze publicações temáticas (Estado e estrutura da população; Migrações; Educação e formação profissional; Jovens e mercado de trabalho; Características económicas; Caracterização do parque habitacional e condições de vida dos agregados familiares; Fecundidade e nupcialidade; Mortalidade; Crianças e adolescentes; Deficiência; e População idosa e envelhecimento populacional).

Pretende-se com este documento, colocar à disposição da sociedade um conjunto de estatísticas oficiais, necessárias e fundamentais, haja vista, em última instância, uma melhor compreensão dos problemas e da realidade do país nos diferentes domínios, contribuindo de forma significativa para o processo de planeamento e tomada de decisão.

O RGPH-2021 e esta publicação foram concretizados graças à colaboração e ao esforço de uma vasta equipa de colaboradores do Gabinete do RGPH-2021/INE, de agentes de terreno e de parceiros nacionais e internacionais. Assim, à guisa de conclusão, endereçamos os nossos mais sinceros agradecimentos a todos quantos contribuíram, de forma direta ou indireta, para a realização deste projeto, cabendo-me ainda sublinhar o papel essencial que os agregados familiares têm no RGPH, visto que são a base de qualquer operação estatística desta natureza.

O Presidente



João de Pina Mendes Cardoso

SIGLAS, ABREVIATURAS E ACRÓNIMOS

ACP	Análise de Componentes Principais
AF	Agregado Familiar
B.O.	Boletim Oficial
CESP/ DESP	Cursos de Estudos Superiores Profissionalizantes
CMA	Crescimento Médio Anual
CV	Cabo Verde
CRCV	Constituição da República de Cabo Verde
CSU	Cadastro Social Único
DH	Densidade Habitacional
Fem.	Feminino
IMC	Inquérito Multi-objetivo Contínuo
INE	Instituto Nacional de Estatística
Masc.	Masculino
MIOTH	Ministério das Infraestruturas, Ordenamento do Território e Habitação
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
ONG	Organização Não-Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
PEDS	Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável
PIB	Produto Interno Bruto
PNH	Política Nacional de Habitação
Pop.	População
PSH	Perfil do Setor de Habitação de Cabo Verde
RGPH-2021	Recenseamento Geral da População e Habitação de 2021
S/F	Sem Família Profissional
TCMA	Taxa de Crescimento Médio Anual
TIC	Tecnologias de Informação e Comunicação
UNICEF	Fundo de Emergência Internacional das Nações Unidas para a Infância
VAB	Valor Acrescentado Bruto
WASH	Projeto de Água, Saneamento e Higiene

CONCELHOS

BR	Brava
BV	Boa Vista
MA	Maio
MO	Mosteiros
PL	Paul
PN	Porto Novo
PR	Praia
RB	Ribeira Brava
RG	Ribeira Grande
RGST	Ribeira Grande de Santiago
SC	Santa Catarina
SCF	Santa Catarina do Fogo
SD	São Domingos
SF	São Filipe
SL	Sal
SLO	São Lourenço dos Órgãos
SM	São Miguel
SSM	São Salvador do Mundo
SV	São Vicente
SZ	Santa Cruz
TA	Tarrafal
TSN	Tarrafal de São Nicolau

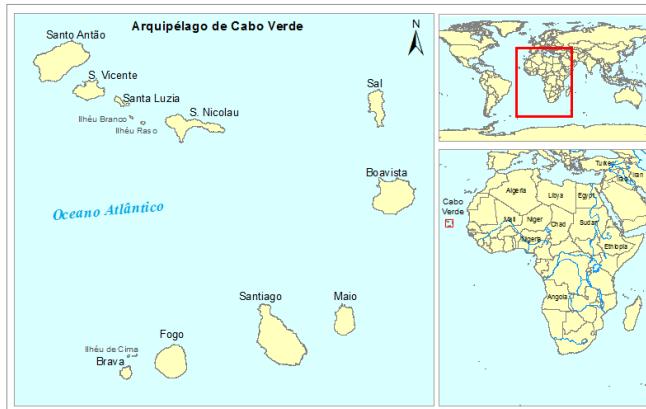
SINAIS CONVENCIONAIS E UNIDADE DE MEDIDA

ECV	Escudo Cabo-Verdiano
US\$	Dólar Americano
n/a	Não se aplica
%	Percentagem
p.p.	Pontos percentuais
km	Quilómetro
km²	Quilómetro quadrado
-	Sem dados

Nota – Por razões de arredondamento, os totais podem não corresponder à soma das parcelas.

APRESENTAÇÃO DO PAÍS

Nome Oficial	República de Cabo Verde
Superfície (Terrestre)	4 033 km ²
Bandeira	
Composição das ilhas	10 Ilhas e 5 principais ilhéus
Data do Descobrimento	1460
Data da Independência	5 de julho de 1975
Divisão Administrativa	22 Concelhos distribuídos pelas seguintes ilhas:
Santo Antão	Ribeira Grande Paul Porto Novo
S. Vicente	São Vicente
S. Nicolau	Ribeira Brava Tarrafal de São Nicolau
Sal	Sal
Boa Vista	Boa Vista
Maio	Maio Tarrafal Santa Catarina Santa Cruz Praia
Santiago	São Domingos São Miguel São Salvador do Mundo São Lourenço dos Órgãos Ribeira Grande de Santiago Mosteiros
Fogo	São Filipe Santa Catarina do Fogo
Brava	Brava
Cidade Capital	Praia
População residente (2021)	491 233
Língua Oficial	Português
Língua Nacional	Crioulo (cabo-verdiano)
Moeda	Escudo Cabo-Verdiano (ECV)



O TERRITÓRIO DE CABO VERDE

Cabo Verde é um pequeno país arquipelágico, formado por dez ilhas, Santo Antão, São Vicente, Santa Luzia (desabitada), São Nicolau, Sal, Boa Vista, Maio, Santiago, Fogo e Brava e cinco¹ principais ilhéus (Branco, Raso, Luís Carneiro, Grande e de Cima), totalizando uma superfície aproximada de 4.033 km². Está situado entre os paralelos 14° 23' e 17° 12' de latitude Norte e os meridianos 22° 40' e 25° 22' a Oeste de Greenwich.

Ilhas atlânticas, de origem vulcânica, Cabo Verde dista cerca de 500 km do promontório de Cabo Verde no Senegal, de onde lhe adveio o nome. Em termos geomorfológicos, compõe-se, essencialmente, de dois grupos de ilhas: um formado por ilhas montanhosas (Santo Antão, São Vicente, Santa Luzia, São Nicolau, Santiago, Fogo e Brava), onde predominam as paisagens montanhosas e relevos bastante accidentados, com altitudes que alcançam até 2.829 metros, e um outro grupo constituído por ilhas planas (Sal, Boa Vista e Maio), caracterizadas pela quase inexistência de relevos montanhosos, onde marcam presença as extensas praias de areia branca, banhadas pelo azul-turquesa do atlântico.

Sendo o ponto mais ocidental do continente africano (17°02'40.9"N 25°21'39.5"W – Santo Antão), as ilhas do arquipélago de Cabo Verde apresentam-se dispostas em forma de ferradura, e, devido à sua localização geográfica (integra o grupo de países do Sahel), têm um clima árido e semiárido, quente e seco, com temperatura média anual a rondar os 25° C, com fraca pluviosidade. Nelas, podem ser identificadas duas estações, que definem o clima das ilhas: o tempo das brisas (estação seca, de dezembro a junho) e o tempo "das águas" (estação das chuvas, que, normalmente, decorre entre agosto e outubro, sendo o mês de julho o de transição).

Descoberto entre 1460 e 1462 por navegadores ao serviço da coroa portuguesa, o arquipélago esteve sob a soberania de Portugal por um período de 513 anos, (1462-1975), tendo servido de palco de uma grande miscigenação e cruzamento de influências, dando origem a uma cultura, um modo de estar e ser cabo-verdianos.

A 5 de julho de 1975, o país tornou-se independente, e, desde então, tem feito um percurso virado para o desenvolvimento, tendo efetuado diversas conquistas em diferentes frentes, o que lhe permitiu estar hoje colocado entre os Países de Rendimento Médio.

¹ Mencionaram-se aqui 5 ilhéus, mas existem outros que, devido a suas menores dimensões, não foram referidos.

RESUMO EXECUTIVO

Neste capítulo, apresenta-se um resumo dos resultados mostrados nos capítulos seguintes. Foram selecionados os resultados mais relevantes de modo a traçar um quadro do parque habitacional cabo-verdiano, a fornecer estatísticas abrangentes relacionadas com o volume e distribuição espacial de todos os agregados familiares residentes, em Cabo Verde, e a descrever as suas características sociodemográficas, socioeconómicas e socioculturais.

Caracterização do Parque Habitacional

- Edifício

- Em 2021, o parque habitacional cabo-verdiano era composto por 150.206 edifícios, sendo 102.428 no meio urbano e 47.778 no rural. Verificou-se um aumento de 35.737 edifícios em comparação com o ano de 2010 (114.469 edifícios);
- Mais de dois terços dos edifícios (69,7%) eram clássicos concluídos (104.623), 27,6% (41.527) eram clássicos não concluídos, 0,6% (931) eram de outro tipo clássico e 2,1% (3.125) eram não clássicos. Por meio de residência, verificou-se que os edifícios clássicos concluídos foram mais predominantes no meio rural (76,8% contra 66,3%, respetivamente) enquanto os edifícios clássicos não concluídos foram mais preponderantes no meio urbano (30,3% contra 22,0%, respetivamente);
- Dos 146.150 edifícios clássicos, 127.282 (87,1%) estavam afetos, exclusivamente, à habitação, 9.517 (6,5%) tinham a maior parte da área afeta à habitação, 1.446 (1,0%) tinham a maior parte da área afeta a fins diferentes da habitação e 7.905 (5,4%) estavam, exclusivamente, afetos a fins diferentes da habitação;
- Os edifícios construídos, a partir de 2000, representaram 33,8% do parque habitacional de Cabo Verde. Os construídos antes de 1975 representaram 15,9% do parque habitacional, os construídos entre 1975-1999 representaram 29,3% e 21,0% não souberam responderam à questão;
- Em 2021, os edifícios afetos à habitação com um e dois pisos representaram 86,9% do total de edifícios. Os construídos em épocas mais recentes apresentaram uma redução da percentagem dos edifícios com um piso, passando de 79,6% nos edifícios construídos antes de 1975 para 67,3% nos construídos entre 2015-2021. Mais de metade (64,3%) dos edifícios com três pisos ou mais estavam localizados nos concelhos do Sal, de São Vicente e da Praia;
- No que diz respeito à acessibilidade, em 2021, 29,7% dos edifícios afetos à habitação tinham degraus, 84,9% tinham portas largas, 11,6% tinham escadas, 2,7% tinham rampa

de acesso, 2,7% tinham corrimões e 0,4% tinham sinalização táctil no chão. Os edifícios com portas largas representaram mais de 80% dos edifícios em todos os concelhos. Os concelhos com maior proporção de edifícios com acesso à rampa foram os do Sal (4,0%), Santa Catarina do Fogo (3,5%) e Santa Catarina (3,0%);

- Quanto aos materiais utilizados na construção, em 2021, 53,5% tinham o exterior da parede revestido de reboque com pintura ou marmorite e 69,9% tinham cobertura em terraço;
- Em 2021, cerca de 39,9% dos edifícios afetos à habitação apresentaram pequenas necessidades de reparação e 30,8% não tinham necessidade de o fazer. A proporção dos edifícios com necessidade de reparações diminuiu à medida que aumentou o grau das reparações necessárias (respetivamente 19,0% necessitavam de médias reparações, 8,0% de grandes reparações e 2,4% estavam muito degradados);
- O parque edificado habitacional cabo-verdiano era constituído por 81,1% de edifícios com apenas um alojamento. Existem algumas diferenças nessas proporções de acordo com a época de construção dos edifícios, mas, a proporção de edifícios com um alojamento foi sempre superior a 75%, independentemente da sua época de construção. Entre 2010 e 2021, verificou-se um aumento de 16.679 edifícios com 1 alojamento, 6.314 com 2 alojamentos e 6.773 com 3 alojamentos ou mais, representando um crescimento médio anual de 1,4%, 5,2% e 7,7%, respetivamente.

- Alojamento

- Em 2021, dos 201.348 alojamentos recenseados, 200.627 eram do tipo familiar e 721 do tipo coletivo. O meio urbano contou com 152.107 alojamentos familiares e 596 alojamentos coletivos contra 48.520 alojamentos familiares e 125 alojamentos coletivos do meio rural;
- A grande maioria dos alojamentos familiares de residência habitual pertencia a um privado ou, então, a uma pessoa particular (97,7%). A proporção de alojamentos do “Estado” situou-se nos 1,1% e a “Câmara Municipal” detinha 1,1%;
- O número médio de divisões por alojamento familiar, ocupado como residência habitual, foi de 3,2. Os alojamentos familiares, ocupados como residência habitual, eram, maioritariamente, constituídos por três ou quatro divisões, representando 28,3% (40.338) e 24,3% (34.631) desse total de alojamentos;
- De entre os alojamentos familiares, ocupados como residência habitual, 43,8% tinham infraestruturas básicas (água canalizada, eletricidade, sanita/latrina,

instalação sanitária ou duche, sistema de esgoto/fossa séptica e cozinha/kitchenette). Na maioria (56,2%) dos alojamentos familiares faltava uma ou mais destas infraestruturas básicas. As necessidades de infraestruturas básicas, registadas nos alojamentos familiares, ocupados como residência habitual, foram as seguintes: 29,6% (42.246) sem água canalizada, 9,8% (14.029) sem eletricidade, 17,8% (25.352) sem instalação sanitária/latrina, 48,2% (68.741) sem instalação de banho ou duche, 18,9% (26.973) sem sistema de esgoto/fossa séptica e 15,3% (21.880) sem cozinha/kitchenette;

- Os concelhos que apresentaram maior carência de infraestruturas básicas nos alojamentos foram: Santa Catarina (25,3%), Santa Cruz (21,4%), São Miguel (19,6%), Ribeira Grande de Santiago (18,9%), São Domingos (16,2%) e São Salvador do Mundo (9,3%);
- Mais de metade dos alojamentos familiares, ocupados como residência habitual, tinham o pavimento revestido com mosaico (55,2%) e 41,8% com cimento. O pavimento dos restantes alojamentos familiares dividiu-se entre outro material (sintético, cortiça, borracha) com 1,6%, madeira/parquet (0,7%), terra (0,6%) e mármore/granito (0,1%).
- Em 2021, Cabo Verde registou 142.740 alojamentos familiares de residência habitual, dos quais 97,4% (135.954) tinham 1 agregado e 2,6% (3.570) 2 ou mais. Cerca de 2% tinham 2 agregados, 0,5% 3, 0,3% entre 4 ou mais;
- Cerca de um terço (33,9%) dos alojamentos familiares de residência habitual estavam situados em edifícios que não tinham necessidade de reparação e 7,7% em edifícios que tinham necessidade de grandes reparações ou que estavam muito degradados. Os alojamentos de uso sazonal/residência secundária estavam situados em edifícios com menos necessidade de reparação. Os alojamentos vazios estavam situados em edifícios que tinham um pior estado de conservação, tendo apresentado a mais alta proporção de edifícios com necessidade de grandes reparações ou muito degradados (12,4%);
- A grande maioria (97,5%) dos alojamentos familiares, ocupados como residência habitual, tinham apenas um agregado. A proporção máxima de alojamentos com 1 agregado no total de alojamentos foi registada em São Lourenço dos Órgãos, atingindo os 99,4%, enquanto o concelho da Boa Vista (94,3%) apresentou a menor proporção de alojamentos com apenas 1 agregado.

Caraterização dos edifícios e alojamentos em pior estado de conservação

- Edifício

- Em 2021, existiam no parque habitacional cerca de 95.696 edifícios que necessitavam de intervenção devido ao seu estado de conservação. De entre estes, 14.272 edifícios tinham necessidade de grandes reparações ou estavam muito degradados, constituindo, portanto, uma prioridade para intervenções de reabilitação.

- Alojamento

- Em 2021, 64,6% (10.670) dos alojamentos familiares clássicos, situados em edifícios muito degradados e com necessidade de grandes reparações, eram alojamentos de residência habitual; 6,9% (1.147) eram alojamentos de uso sazonal ou de residência secundária e 28,5% (4.702) alojamentos vazios. Quase a totalidade (97,7%) desses alojamentos pertenciam ao privado/pessoa particular.

Condições de Vida dos agregados familiares

- Em 2021, Cabo Verde tinha 147.984 agregados familiares, 76,8% dos quais se situavam no meio urbano e 23,2% no rural. Os agregados familiares estavam altamente concentrados no concelho da Praia, que alberga 30,0% dos agregados do país. Segue-se o município de São Vicente, com 16,9%.

- Características dos agregados familiares

- Os representantes dos agregados em Cabo Verde tinham, em média, 46,6 anos, com idade mediana de 44 anos. Mais de metade (52,8%) dos agregados eram representados por mulheres; 0,2% por crianças e adolescentes de 10 a 17 anos e 13,8% por pessoas com 65 anos ou mais. As mulheres representantes dos agregados representaram 39,2% de todas as mulheres com 10 anos ou mais e os idosos representantes dos agregados representaram 62,4% de toda a população com 65 anos ou mais. Por outro lado, as crianças representantes dos agregados representaram apenas 0,3% de toda a população de 10 a 17 anos. Cerca de 63,2% dos agregados eram representados por pessoas que não passaram do ensino primário, sendo 12,5% de pessoas sem nível e 50,7% com nível Alfabetização/ensino básico. Do ponto de vista económico, 66,9% dos agregados eram representados por pessoas empregadas e 3,7% por desempregadas;

- Os agregados familiares cabo-verdianos tinham uma média de 3,3 pessoas, sendo 3,2 pessoas para os agregados residentes no meio rural e 3,6 pessoas para agregados residentes no urbano. Em cada agregado, havia em média 0,4 crianças menores de 5 anos, 0,7 crianças de 6 a 17 anos e 0,2 pessoas com 65 anos ou mais;
- Cerca de 17,3% dos agregados familiares não tinham nenhum membro empregado, sendo 16,4% para os que residiam no meio urbano e 20,5% para os que moravam no meio rural;
- No tocante ao acesso à habitação, cerca de 59,2% dos agregados possuíam casa própria, sendo 53,6% no meio urbano contra 77,8% no rural. Os agregados familiares, que ocupavam os alojamentos na condição de arrendatários, foram 27,9% de todos os agregados, mas a proporção nas áreas urbanas foi muito maior do que nas rurais (34,6% contra 5,8% respetivamente);
- De todos os agregados em Cabo Verde, 93,4% tinham acesso à água de fontes melhoradas, sendo 97,4% no meio urbano contra 79,9% no rural. No que diz respeito ao acesso à energia elétrica, Cabo Verde apresentou uma cobertura elétrica de 89,5% para os agregados, sendo 91,6% para os do meio urbano e 82,9% para os do rural.
- O número médio de pessoas por quarto de dormir foi de 1,9, sendo 1,9 no meio urbano e 2,0 no rural, e esse valor aumenta à medida que cresce o tamanho do agregado;
- Mais de metade (78,5%) dos agregados familiares utilizavam o gás como a principal fonte de energia para cozinhar, sendo 88,6% no meio urbano e 45,1% no rural. No entanto, ainda existiam 17,2% de agregados que utilizavam a lenha como a principal fonte de energia para cozinhar, com maior representatividade no meio rural (51,1% contra 7,0% do urbano);
- Quanto ao ambiente em que os agregados viviam apenas 53,4% e 84,8% dos agregados gerenciavam adequadamente as águas residuais e o lixo (64,7% e 94,8% no meio urbano contra 15,9% e 51,7% no rural). A proporção de posse de sanita foi de 82,2% (87,4% no meio urbano e 65,4% no rural). Por outro lado, a percentagem de agregados que não tinham sanita, nem latrina foi de 17,5%, sendo 12,4% no meio urbano e 34,2% no rural;
- A grande maioria dos agregados tinham acesso a meios de comunicação ou de informação: 41,4% possuíam rádio, 79,1% um aparelho de televisão, 32,1% tinham acesso a TV cabo, 14,0% possuíam telefone fixo, 93,0% dos agregados tinham

telemóvel, 29,2% um computador/portátil e 74,8% tinham acesso à internet no agregado. A proporção da posse dos bens de comunicação e de informação entre os agregados residentes no meio urbano foi superior à dos agregados residentes no meio rural, em particular a posse de computador/internet no agregado onde a diferença foi de 21,7 p.p. (34,2% contra 12,5% respetivamente) e a posse de televisão com uma diferença de 15,7 p.p. (82,7% contra 67,0% respetivamente);

- **Estrutura dos agregados familiares**

- A análise da estrutura familiar revela que, em Cabo Verde, a grande maioria dos agregados era composta por agregados conjugais nucleares (24,7%). No entanto, os agregados familiares, constituídos por pessoas que moravam sozinhas, tinham um peso considerável (21,5%). Constatou-se que 16,4% dos agregados eram monoparentais nucleares, enquanto o peso dos agregados familiares com casais isolados foi de 6,2%. Os agregados conjugais nucleares eram mais frequentes no meio urbano do que no rural (25,2% contra 23,2%). A juntar, os agregados familiares conjugais compósitos, monoparentais compósitos e não conjugais compósitos eram mais frequentes no meio rural do que no urbano (15,3% contra 10,0%; 15,9% contra 11,3% e 7,9% contra 6,7% respetivamente).

- **Nível de conforto dos agregados familiares**

- O indicador do nível conforto permite aferir que a grande maioria dos cabo-verdianos (59,3%) viviam em agregados com nível de conforto satisfatório, ou seja, 38,1% possuíam um nível médio, 16,2% alto e 5,0% muito alto. A análise do nível de conforto põe em evidência as disparidades entre os dois meios de residência com o rural a albergar as populações mais desprovidas de conforto, assim como ao nível regional.
- No meio urbano, 33,7% dos agregados tinham um nível baixo (26,2%) ou muito baixo (7,5%). No meio rural, esta percentagem elevou-se para 64,2%, havendo a registar que 20,3% tinham um nível muito baixo e 43,8% baixo, consequência, principalmente, do fraco acesso à água, ao saneamento e a bens de equipamento, em particular, computadores, internet, automóvel, entre outros. O peso dos agregados, com nível de conforto alto ou muito alto ao nível nacional, foi de 21,2%. E estes agregados estavam mais concentrados no meio urbano, onde 24,7% possuíam um nível alto (18,7%) ou muito alto (6,0%). No meio rural, somente 7,9% dos agregados possuíam um nível alto e 1,6% muito alto.

LISTA DOS INDICADORES

Indicadores	Cabo Verde	Urbano	Rural
Edifício			
Efetivos de edifícios	150 206	102 428	47 778
Percentagem de edifícios clássicos	97,3	96,6	98,8
Percentagem de edifícios de outro tipo clássico	0,6	0,7	0,4
Percentagem de edifícios não clássicos	2,1	2,7	0,8
Efetivos de edifícios clássicos afetos à habitação	138 245	93 615	44 630
Proporção de edifícios clássicos afetos à habitação	94,6	94,6	94,6
Número médio de pisos por edifícios clássicos afetos à habitação	1,5	1,7	1,2
Proporção de edifícios clássicos afetos à habitação com acesso à rampa	2,7	2,8	2,4
Percentagem de edifícios clássicos afetos à habitação revestida de reboco com pintura ou marmorite	53,5	57,0	46,1
Percentagem de edifícios clássicos afetos à habitação revestida com reboco sem pintura	22,7	21,4	25,4
Percentagem de edifícios clássicos afetos à habitação com cobertura em terraço (betão armado)	69,9	73,1	63,2
Percentagem de edifícios clássicos afetos à habitação com cobertura inclinada, revestida a telhas	19,6	16,6	26,0
Percentagem de edifícios clássicos afetos à habitação com necessidade de grandes reparações	8,0	7,0	10,0
Percentagem de edifícios clássicos afetos à habitação muito degradados	2,4	2,0	3,2
Percentagem de edifícios clássicos afetos à habitação construídos na época 2015-2021	10,2	10,9	8,9
Número médio de alojamentos por edifícios afetos à habitação	1,4	1,6	1,1
Alojamento			
Efetivos de alojamentos	201 348	152 703	48 645
Percentagem de alojamentos familiares	99,6	99,6	99,7
Percentagem de alojamentos coletivos	0,4	0,4	0,3
Efetivos de alojamentos familiares	200 627	152 107	48 520
Percentagem de alojamentos familiares do tipo moradia independente	59,1	49,7	88,2
Percentagem de alojamentos familiares do tipo apartamento	39,1	48,1	10,8
Percentagem de alojamentos familiares do tipo barraca	1,5	1,8	0,6
Percentagem de alojamentos familiares de residência habitual	71,1	71,6	69,8
Percentagem de alojamentos familiares de uso sazonal	9,8	9,0	12,1
Percentagem de alojamentos familiares vazios	19,1	19,4	18,1
Efetivos de alojamentos familiares de residência habitual	142 740	108 862	33 878
Percentagem de alojamentos familiares de residência habitual que pertencem ao privado	97,7	97,4	98,6
Número médio de divisões nos alojamentos familiares de residência habitual	3,2	3,2	3,4
Número médio de agregados nos alojamentos familiares de residência habitual	1,0	1,0	1,0
Percentagem de alojamentos que utilizam o mosaico como o principal material revestido no pavimento (chão)	55,2	63,5	28,7

Indicadores	Cabo Verde	Urbano	Rural
Alojamento			
Percentagem de alojamentos que utilizam o cimento como o principal material revestido no pavimento (chão)	41,8	33,5	68,4
Infraestruturas no alojamento familiares de residência habitual			
Percentagem de alojamentos com acesso à água canalizada	70,4	74,5	57,1
Percentagem de alojamentos com acesso à eletricidade	90,2	92,1	83,8
Percentagem de alojamentos com acesso à sanita/latrina	82,2	87,4	65,7
Percentagem de alojamentos com instalação de banheiro ou "poliban" com chuveiro	51,8	58,7	29,9
Percentagem de alojamentos com sistema de rede de esgoto/fossa séptica	81,1	86,5	63,8
Percentagem de alojamentos com cozinha/kitchenette	84,7	86,8	77,8
Agregado			
Efetivos de agregados familiares	147 984	113 611	34 373
Características dos representantes dos agregados familiares			
Percentagem de agregados representados por mulheres	52,8	52,9	52,2
Percentagem de agregados representados por crianças de 10-17 anos	0,2	0,2	0,2
Percentagem de agregados representados por idosos de 65 anos ou mais	13,8	11,7	20,7
Idade média do representante do agregado	46,6	45,4	50,9
Idade mediana do representante do agregado	44	43	50
Características sociodemográficas dos agregados familiares			
Tamanho médio dos agregados familiares	3,3	3,2	3,6
Tamanho médio dos agregados familiares representados por mulheres	3,6	3,5	4,0
Tamanho médio dos agregados representados por crianças de 10-17 anos	2,8	3,0	2,2
Tamanho médio dos agregados representados por idosos de 65 anos ou mais	3,2	3,1	3,5
Número médio de crianças de 0-5 anos no agregado	0,37	0,36	0,41
Número médio de crianças de 6-17 anos no agregado	0,74	0,71	0,87
Número médio de idosos de 65 anos ou mais no agregado	0,22	0,19	0,33
Existência de pessoas empregadas no agregado			
Proporção de agregados sem pessoas empregadas	17,3	16,4	20,5
Forma de ocupação do alojamento			
Percentagem de agregados que são proprietários / co-proprietários	59,2	53,6	77,8
Percentagem de agregados que são arrendatários ou sub-arrendatários	27,9	34,6	5,8
Acesso à água de fontes melhoradas e à eletricidade			
Percentagem de agregados com acesso à água de fontes melhoradas	93,4	97,4	79,9
Percentagem de agregados com acesso à eletricidade	89,5	91,6	82,9
Percentagem de agregados com acesso à água de fontes melhoradas e à eletricidade	84,3	89,5	67,4
Condições de saúde e comportamento de higiene			
Número médio de pessoas por quarto de dormir	1,9	1,9	2,0
Percentagem de agregados cuja principal fonte de energia para cozinhar é o gás	78,5	88,6	45,1
Percentagem de agregados cuja principal fonte de energia para cozinhar é a lenha	17,2	7,0	51,1

Indicadores	Cabo Verde	Urbano	Rural
Posse de sanita/latrina e defecação a céu aberto			
Percentagem de agregados que vivem em alojamentos que tem sanita	82,2	87,4	65,4
Percentagem de agregados que vivem em alojamentos que tem latrina	0,3	0,2	0,4
Percentagem de agregados que vivem em alojamentos que não tem sanita nem latrina	17,5	12,4	34,2
Percentagem de agregados com acesso à sanita do alojamento	97,9	98,2	96,7
Percentagem de agregados com acesso à latrina do alojamento	69,4	68,5	70,9
Percentagem de agregados que gerem as águas sujas de forma adequada	53,4	64,7	15,9
Percentagem de agregados que gerem lixo de forma adequada	84,8	94,8	51,7
Acesso a comunicação audiovisual e telecomunicação			
Percentagem de agregados com posse de rádio	41,4	43,9	33,1
Percentagem de agregados com posse de televisão	79,1	82,7	67,0
Percentagem de agregados com posse de telefone fixo	14,0	14,7	11,9
Percentagem de agregados com posse de telemóvel	93,0	94,1	89,5
Percentagem de agregados com posse de computador	29,2	34,2	12,5
Percentagem de agregados com acesso à internet	74,8	78,0	64,1
Tipologia dos agregados			
Percentagem de agregados unipessoais (isolados)	21,5	22,3	18,7
Percentagem de agregados conjugais	42,1	41,8	43,4
Percentagem de agregados não conjugais	35,7	35,2	37,5
Percentagem de agregados sem relação de parentesco	0,7	0,7	0,5
Nível de conforto			
Percentagem de agregados com nível de conforto muito baixo	10,5	7,5	20,3
Percentagem de agregados com nível de conforto baixo	30,3	26,2	43,8
Percentagem de agregados com nível de conforto médio	38,1	41,6	26,3
Percentagem de agregados com nível de conforto alto	16,2	18,7	7,9
Percentagem de agregados com nível de conforto muito alto	5,0	6,0	1,6

Fonte: INE, Censo 2021

Tabela 1 – Indicadores de ODS. Cabo Verde, 2021

INDICADORES DE ODS	Ambos os sexos	Masculino	Feminino
Indicador 1.4.1 - Proporção da população que vive em alojamentos com acesso a serviços básicos	55,7	54,6	56,8
Meio de residência			
Urbano	48,5	47,3	49,6
Rural	7,2	7,3	7,2
Indicador 5.b.1 - Proporção de indivíduos que possuem telemóvel	74,7	75,1	74,3
Meio de residência			
Urbano	77,9	78,1	77,7
Rural	65,4	66,6	64,2
Grupo etário			
10-17	39,0	38,1	40,0
18-24	84,3	82,6	86,2
25-64	86,8	86,3	87,3
65 ou +	50,4	60,1	44,4
Nível de instrução			
Sem nível	42,6	43,6	42,2
Alfabetização / ensino básico	67,6	67,6	67,7
Ensino secundário	86,2	86,1	86,3
Ensino superior	98,3	98,0	98,5
Situação perante a atividade económica			
Empregado	89,9	89,2	90,8
Desempregado	85,3	82,5	87,5
Inativo	56,8	53,5	59,4
Indicador 6.1.1 - Proporção da população que usa serviços de água potável gerenciados de forma segura	92,8	92,7	92,9
Meio de residência			
Urbano	97,4	97,3	97,4
Rural	79,5	79,5	79,5
Indicador 7.1.1 - Proporção da população com acesso à eletricidade	91,5	90,8	92,1
Meio de residência			
Urbano	93,0	92,4	93,7
Rural	87,0	86,3	87,6
Indicador 17.8.1 - Proporção da população de 10 anos que utilizam a Internet	67,1	67,5	66,7
Meio de residência			
Urbano	71,7	71,8	71,6
Rural	53,7	55,3	52,1

Fonte: INE, Censo 2021

ÍNDICES

PREFÁCIO	4
SIGLAS, ABREVIATURAS E ACRÓNIMOS	6
APRESENTAÇÃO DO PAÍS	8
RESUMO EXECUTIVO	10
LISTA DOS INDICADORES	16
LISTA DE TABELAS	22
LISTA DE TABELAS EM ANEXO.....	27
LISTA DE GRÁFICOS	29
LISTA DE FIGURAS.....	34
LISTA DE MAPAS	34
INTRODUÇÃO	35
1 CONTEXTO.....	39
1.1 CONTEXTO POLÍTICO E JURÍDICO	39
1.2 CONTEXTO DEMOGRÁFICO	44
1.3 CONTEXTO SOCIOECONÓMICO	45
2 CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS	47
2.1 DEFINIÇÃO DOS PRINCIPAIS CONCEITOS	47
2.2 VARIÁVEIS DE ANÁLISES	65
2.2.1 Variáveis de interesse.....	65
2.2.2 Variáveis de categorização.....	66
2.3 INDICADORES.....	67
2.3.1 Indicadores das características dos edifícios	67
2.3.2 Indicadores das características dos alojamentos	69
2.3.3 Indicadores das características dos representantes dos agregados familiares	71
2.3.4 Indicadores das características dos agregados familiares	73
2.3.5 Indicadores da estrutura familiar dos agregados familiares	78
2.3.6 Indicadores do nível de conforto dos agregados familiares	79
2.4 VERIFICAÇÃO E IMPUTAÇÃO DOS DADOS.....	80
3 PARQUE HABITACIONAL.....	80
3.1 CARACTERIZAÇÃO DO PARQUE HABITACIONAL	81
3.1.1 Características dos edifícios	81
3.1.2 Características dos alojamentos	112
3.2 CARACTERÍSTICAS DOS EDIFÍCIOS E ALOJAMENTOS EM PIOR ESTADO DE CONSERVAÇÃO.....	131
3.2.1 Edifício	131
3.2.2 Alojamento	133
4 CONDIÇÕES DE VIDA DOS AGREGADOS FAMILIARES	137
4.1 RESUMO DOS INDICADORES DEMOGRÁFICOS DA POPULAÇÃO.....	137
4.1.1 Unidades estatísticas e principais indicadores	137

4.2 VOLUME E REPARTIÇÃO ESPACIAL DOS AGREGADOS FAMILIARES	138
4.2.1 Volume e repartição por meio de residência e concelho.....	138
4.2.2 Ritmo de crescimento	140
4.3 CARACTERÍSTICAS DOS AGREGADOS FAMILIARES	143
4.3.1 Características dos representantes dos agregados	143
4.3.2 Características sociodemográficas dos agregados	165
4.3.3 Características socioeconómicas dos agregados	172
4.4 ESTRUTURA DOS AGREGADOS FAMILIARES	211
4.4.1 Composição média dos agregados familiares	211
4.4.2 Evolução dos agregados segundo a tipologia	212
4.4.3 Tipologia dos agregados familiares	212
4.5 NÍVEL DE CONFORTO DOS AGREGADOS FAMILIARES	218
4.5.1 Nível de conforto segundo meio de residência e concelho	219
4.5.2 Nível de conforto segundo as características do representante	220
A ANEXOS.....	223
A.1 TABELAS COMPLEMENTARES DO EDIFÍCIO	223
A.2 TABELAS COMPLEMENTARES DO ALOJAMENTO	230
A.3 TABELAS COMPLEMENTARES DO AGREGADO.....	238
A.4 QUESTIONÁRIO EDIFÍCIO	247
A.5 QUESTIONÁRIO ALOJAMENTO.....	249
A.6 QUESTIONÁRIO AGREGADO	251
BIBLIOGRAFIA.....	253

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Indicadores de ODS. Cabo Verde, 2021.....	19
Tabela 2 – Variáveis utilizadas para o cálculo do indicador de nível de conforto e peso correspondente.....	58
Tabela 3 – Indicador compósito, sua representatividade na população, sua correspondência na tipologia do agregado e a descrição	64
Tabela 4 – Distribuição (%) dos edifícios segundo o tipo de edifício por meio de residência e concelho. Cabo Verde, 2021	85
Tabela 5 – Distribuição (%) dos edifícios clássicos segundo tipo de utilização por meio de residência e concelho. Cabo Verde, 2021	87
Tabela 6 – Distribuição (%) dos edifícios clássicos afetos à habitação segundo a época de construção por meio de residência e concelho. Cabo Verde, 2021	90
Tabela 7 – Distribuição (%) dos edifícios clássicos afetos à habitação segundo o número de pisos por meio de residência e concelho. Cabo Verde, 2021	92
Tabela 8 – Proporção (%) dos edifícios clássicos afetos à habitação segundo a forma/condição de acessibilidade ao edifício por meio de residência e concelho. Cabo Verde, 2021	96
Tabela 9 – Distribuição (%) dos edifícios clássicos afetos à habitação segundo o revestimento exterior da parede dos edifícios por meio de residência e concelho. Cabo Verde, 2021.....	99
Tabela 10 – Distribuição (%) dos edifícios clássicos afetos à habitação segundo o tipo de cobertura e material utilizado no revestimento dos edifícios por meio de residência e concelho. Cabo Verde, 2021	103
Tabela 11 – Distribuição (%) dos edifícios clássicos afetos à habitação segundo o estado de conservação do edifício por meio de residência e concelho. Cabo Verde, 2021	106
Tabela 12 – Distribuição (%) dos edifícios afetos à habitação segundo o número total e o número médio de alojamentos nos edifícios por meio de residência e concelho. Cabo Verde, 2021 ..	110
Tabela 13 – Distribuição (efetivo) dos alojamentos segundo meio de residência por tipo. Cabo Verde, 2021	112
Tabela 14 – Distribuição (%) alojamentos familiares segundo o tipo de alojamento familiar por meio de residência e concelho. Cabo Verde, 2021	114
Tabela 15 – Distribuição (%) alojamentos familiares segundo a forma de ocupação por meio de residência e concelho. Cabo Verde, 2021	116
Tabela 16 – Distribuição (%) dos alojamentos familiares, ocupados como residência habitual segundo regime de propriedade do alojamento. Cabo Verde, 2021	118

Tabela 17 – Proporção (%) dos alojamentos familiares, ocupados como residência habitual segundo a existência de infraestruturas básicas por meio de residência e concelho. Cabo Verde, 2021	123
Tabela 18 – Distribuição (%) dos alojamentos familiares, ocupados como residência habitual segundo o principal material utilizado no pavimento (chão) por meio de residência e concelho. Cabo Verde, 2021	125
Tabela 19 – Percentagem de alojamentos familiares de residência habitual, segundo forma de acessibilidade por meio de residência e concelho. Cabo Verde, 2021	127
Tabela 20 – Distribuição (%) dos alojamentos familiares, ocupados como residência habitual segundo o número de agregados por meio de residência e concelho. Cabo Verde, 2021.....	130
Tabela 21 – Edifícios habitados, alojamentos com AF, agregados familiares e população por meio de residência e concelho. Cabo Verde, 2021	137
Tabela 22 – População residente nos alojamentos familiares, agregados familiares e dimensão média dos agregados segundo meio residência e concelho. Cabo Verde, 2021	138
Tabela 23 – Taxa de crescimento médio anual dos agregados familiares por concelho. Cabo Verde, 1970, 1980, 1990, 2000, 2010 e 2021.....	141
Tabela 24 – Evolução dos agregados familiares segundo ano censitário por meio de residência e concelho. Cabo Verde, 1970, 1980 1990, 2000, 2010 e 2021	142
Tabela 25 – Distribuição (efetivo e %) dos representantes dos agregados segundo grupo etário por meio de residência e segundo sexo por grupo etário. Cabo Verde, 2021	144
Tabela 26 – Proporção dos representantes dos agregados segundo meio de residência e sexo por grupos etários. Cabo Verde, 2021	145
Tabela 27 – Distribuição (efetivo e %) dos representantes dos agregados segundo grupo etário por meio de residência e segundo sexo por grupo etário. Cabo Verde, 2021	148
Tabela 28 – Distribuição (efetivo e %) dos representantes dos agregados segundo nível de instrução por meio de residência e segundo sexo por nível de instrução. Cabo Verde, 2021.	150
Tabela 29 – Distribuição (efetivo e %) dos representantes dos agregados segundo meio de residência por estado civil. Cabo Verde, 2021.....	151
Tabela 30 – Distribuição (efetivo e %) dos representantes dos agregados segundo principal meio nos últimos 12 meses por sexo. Cabo Verde, 2021	154
Tabela 31 – Distribuição (efetivo e %) dos representantes dos agregados segundo situação perante a atividade económica por meio de residência, sexo e grupo específico. Cabo Verde, 2021.....	155
Tabela 32 – Taxa de emprego, taxa de desemprego e taxa de inatividade dos representantes dos agregados por meio de residência, sexo e grupo específico. Cabo Verde, 2021	156

Tabela 33 – Distribuição (efetivo e %) dos representante dos agregados, empregados, segundo meio de residência e sexo profissão. Cabo Verde, 2021	159
Tabela 34 – Distribuição (efetivo e %) dos representantes dos agregados, empregados, segundo meio de residência e sexo por situação perante a profissão. Cabo Verde, 2021	161
Tabela 35 – Distribuição (efetivo e %) dos representantes dos agregados, empregados, segundo meio de residência e sexo por ramo de atividade económica. Cabo Verde, 2021	163
Tabela 36 – Distribuição (efetivo e %) dos representante dos agregados segundo estatuto de incapacidade e deficiência e sexo por meio de residência e grupo específico. Cabo Verde, 2021	164
Tabela 37 – Distribuição (efetivo e %) dos agregados familiares segundo o tamanho do agregado por meio de residência e segundo o sexo do representante por tamanho do agregado. Cabo Verde, 2021	167
Tabela 38 – Tamanho médio dos agregados familiares segundo meio de residência e sexo do representante por concelho. Cabo Verde, 2021	168
Tabela 39 – Distribuição (%) dos agregados familiares segundo o tamanho do agregado por características do representante. Cabo Verde, 2021.....	169
Tabela 40 – Número médio de dependência demográfica por agregado segundo meio de residência e concelho. Cabo Verde, 2021	171
Tabela 41 – Percentagem de agregados e da população sem pessoas empregadas segundo meio de residência por tamanho do agregado. Cabo Verde, 2021	173
Tabela 42 – Proporção de agregados e da população sem pessoas empregadas segundo meio de residência por concelho. Cabo Verde, 2021	174
Tabela 43 – Distribuição (%) dos agregados e da população segundo tipo de alojamento por meio de residência e concelho. Cabo Verde, 2021	176
Tabela 44 – Distribuição (%) dos agregados e da população segundo tipo de alojamento por características dos representantes. Cabo Verde, 2021	177
Tabela 45 – Distribuição (%) dos agregados e da população segundo o regime de ocupação dos alojamentos por meio de residência e concelho. Cabo Verde, 2021.....	179
Tabela 46 – Distribuição (%) dos agregados e da população segundo o regime de ocupação dos alojamentos por características do representante. Cabo Verde, 2021	180
Tabela 47 – Distribuição (%) dos agregados que ocupam o alojamento em regime de arrendamento segundo o escalão da renda paga mensalmente por meio de residência e sexo do representante. Cabo Verde, 2021	182

Tabela 48 – Distribuição (%) dos agregados que ocupam o alojamento em regime de arrendamento segundo o escalão da renda paga mensalmente por meio de residência e sexo do representante. Cabo Verde, 2021	183
Tabela 49 – Distribuição (%) dos agregados que ocupam o alojamento em regime de proprietário/coproprietário segundo a forma de pagamento do alojamento por meio de residência e sexo do representante. Cabo Verde, 2021	184
Tabela 50 – Distribuição (%) dos agregados que ocupam o alojamento em regime de proprietário/coproprietário segundo a forma de pagamento do alojamento por concelho. Cabo Verde, 2021	185
Tabela 51 – Proporção dos agregados e da população com acesso à água potável de fontes melhoradas, à eletricidade e aos dois combinados por meio de residência. Cabo Verde, 2021	187
Tabela 52 – Proporção dos agregados e da população com acesso à água potável de fontes melhoradas, à eletricidade e aos dois combinados por concelho. Cabo Verde, 2021	188
Tabela 53 – Proporção dos agregados e da população com acesso à água potável de fontes melhoradas, à eletricidade e aos dois combinados por características do representante. Cabo Verde, 2021	190
Tabela 54 – Repartição (%) dos agregados segundo meio de residência, número de quartos para dormir e Densidade Habitacional (DH) por tamanho do agregado. Cabo Verde, 2021	192
Tabela 55 – Repartição (%) dos agregados segundo meio de residência, número de quartos para dormir e Densidade Habitacional (DH) por concelho. Cabo Verde, 2021	193
Tabela 56 – Repartição (%) dos agregados segundo meio de residência, número de quartos para dormir e Densidade Habitacional (DH) por características dos representantes. Cabo Verde, 2021	195
Tabela 57 – Distribuição (%) dos agregados segundo meio de residência e número de agregados familiares no alojamento por concelho. Cabo Verde, 2021	196
Tabela 58 – Repartição (%) dos agregados familiares e população segundo a principal fonte de energia utilizada para cozinhar por meio de residência e concelho. Cabo Verde, 2021	198
Tabela 59 – Proporção de agregados familiares segundo o gerenciamento adequado das águas residuais e o lixo por meio de residência e concelho. Cabo Verde, 2021	200
Tabela 60 – Proporção de agregados familiares segundo a posse de sanita / latrina por meio de residência e concelho. Cabo Verde, 2021	201
Tabela 61 – Proporção dos agregados e da população segundo o acesso as tecnologias de informação e comunicação por meio de residência e concelho. Cabo Verde, 2021	204
Tabela 62 – Proporção de agregados e da população segundo as tecnologias de informação e comunicação por características dos representantes. Cabo Verde, 2021	206
Caraterização do Parque Habitacional e Condições de Vida dos Agregados Familiares	25

Tabela 63 – Proporção (%) da população residente de 10 anos ou mais segundo a utilização das tecnologias de informação e comunicação por meio de residência, concelho, sexo e grupo específico. Cabo Verde, 2021	208
Tabela 64 – Proporção de agregados e da população segundo bens de equipamentos por meio de residência e concelho. Cabo Verde, 2021	210
Tabela 65 – Composição média dos agregados familiares segundo o meio de residência e sexo do representante por relação de parentesco. Cabo Verde, 2021	211
Tabela 66 – Distribuição (%) dos agregados familiares e da população segundo a tipologia dos agregados por meio de residência. Cabo Verde, 2021	213
Tabela 67 – Distribuição (%) dos agregados familiares segundo a tipologia dos agregados por concelho. Cabo Verde, 2021	214
Tabela 68 – Distribuição (%) da população residente nos AF segundo a tipologia da população por concelho. Cabo Verde, 2021.....	215
Tabela 69 – Distribuição (%) dos agregados segundo a tipologia dos agregados por características do representante. Cabo Verde, 2021.....	217
Tabela 70 – Distribuição (%) dos agregados e da população segundo o nível de conforto por meio de residência e concelho. Cabo Verde, 2021	220
Tabela 71 – Distribuição (%) dos agregados e da população segundo nível de conforto por características dos representantes dos agregados. Cabo Verde, 2021	221

LISTA DE TABELAS EM ANEXO

Edifício

Tabela A.1. 1 – Distribuição (efetivo) dos edifícios segundo o tipo de edifício por meio de residência e concelho. Cabo Verde, 2021	223
Tabela A.1. 2 – Distribuição (efetivo) dos edifícios clássicos segundo tipo de utilização por meio de residência e concelho. Cabo Verde, 2021	224
Tabela A.1. 3 – Distribuição (efetivo) dos edifícios clássicos afetos à habitação segundo o revestimento exterior da parede dos edifícios por meio de residência e concelho. Cabo Verde, 2021.....	225
Tabela A.1. 4 – Distribuição (efetivo) dos edifícios clássicos afetos à habitação segundo o tipo de cobertura e material utilizado no revestimento dos edifícios por meio de residência e concelho. Cabo Verde, 2021	226
Tabela A.1. 5 – Distribuição (efetivo) dos edifícios clássicos afetos à habitação segundo o estado de conservação dos edifícios por meio de residência e concelho. Cabo Verde, 2021	227
Tabela A.1. 6 – Distribuição (efetivo) dos edifícios clássicos afetos à habitação segundo meio de residência e existência de piscina por concelho. Cabo Verde, 2021	228
Tabela A.1. 7 – Distribuição (efetivo) dos edifícios afetos à habitação segundo o número total de alojamento no edifício por meio de residência e concelho. Cabo Verde, 2021	229

Alojamento

Tabela A.2. 1 – Distribuição (efetivo) dos alojamentos segundo o tipo por meio de residência e concelho. Cabo Verde, 2021	230
Tabela A.2. 2 – Distribuição (efetivo) dos alojamentos familiares segundo a forma de ocupação por meio de residência e concelho. Cabo Verde, 2021	231
Tabela A.2. 3 – Distribuição (efetivo) dos alojamentos familiares de residência habitual segundo o acesso à água canalizado por meio de residência e concelho. Cabo Verde, 2021	232
Tabela A.2. 4 – Distribuição (efetivo) dos alojamentos familiares de residência habitual segundo o acesso à eletricidade por meio de residência e concelho. Cabo Verde, 2021	233
Tabela A.2. 5 – Distribuição (efetivo) dos alojamentos familiares de residência habitual segundo a existência de sanita/latrina por meio de residência e concelho. Cabo Verde, 2021	234
Tabela A.2. 6 – Distribuição (efetivo) dos alojamentos familiares de residência habitual segundo a existência de banheira ou poliban com chuveiro por meio de residência e concelho. Cabo Verde, 2021	235

Tabela A.2. 7 – Distribuição (efetivo) dos alojamentos familiares de residência habitual segundo a existência de cozinha ou kitchenette por meio de residência e concelho. Cabo Verde, 2021	236
Tabela A.2. 8 – Distribuição (efetivo) dos alojamentos familiares de residência habitual segundo o número de agregados familiares por meio de residência e concelho. Cabo Verde, 2021	237
Agregado	
Tabela A.3. 1 – Distribuição (efetivo) dos agregados familiares segundo a principal fonte de energia que utilizam para iluminação por meio de residência e concelho. Cabo Verde, 2021	238
Tabela A.3. 2 – Distribuição (efetivo) dos agregados familiares segundo a origem da energia elétrica que utilizam para iluminação por meio de residência e concelho. Cabo Verde, 2021	239
Tabela A.3. 3 – Distribuição (efetivo) dos agregados familiares segundo a principal forma de abastecimento de água que utilizam por meio de residência e concelho. Cabo Verde, 2021 .	240
Tabela A.3. 4 – Distribuição (efetivo) dos agregados familiares segundo a principal fonte de água que utilizam para beber por meio de residência e concelho. Cabo Verde, 2021	241
Tabela A.3. 5 – Distribuição (efetivo) dos agregados familiares segundo a origem e o costume de tratamento da água utilizada para beber por meio de residência e concelho. Cabo Verde, 2021	242
Tabela A.3. 6 – Distribuição (efetivo) dos agregados familiares segundo o sistema de evacuação das águas sujas por meio de residência e concelho. Cabo Verde, 2021	243
Tabela A.3. 7 – Distribuição (efetivo) dos agregados familiares segundo a fonte de energia utilizada para cozinhar por meio de residência e concelho. Cabo Verde, 2021	244
Tabela A.3. 8 – Distribuição (efetivo) dos agregados familiares segundo a forma de evacuação do lixo por meio de residência e concelho. Cabo Verde, 2021.....	245
Tabela A.3. 9 – Distribuição (efetivo) dos agregados familiares segundo o número de divisões ocupadas e utilizadas para dormir por meio de residência e concelho. Cabo Verde, 2021.....	246

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Análise das variáveis utilizadas para a criação da variável estado de conservação do edifício. Cabo Verde, 2021	56
Gráfico 2 – Comparação do indicador obtido por escalamento ideal (eixo x) e o indicador simplificado.....	57
Gráfico 3 – Gráfico de escarpa da % da variância associada aos autovalores correspondentes às componentes identificadas. Cabo Verde, 2021.....	60
Gráfico 4 – Distribuição (%) do nível de conforto por ano censitário. Cabo Verde 2010 e 2021	61
Gráfico 5 – Distribuição (efetivo) dos edifícios segundo meio de residência por ano censitário. Cabo Verde, 2010 e 2021	81
Gráfico 6 – Distribuição (efetivo) dos edifícios segundo concelho por ano censitário. Cabo Verde, 2010 e 2021	82
Gráfico 7 – Distribuição (%) dos edifícios segundo tipo de edifício por meio de residência. Cabo Verde, 2021	84
Gráfico 8 – Distribuição (efetivo) dos edifícios segundo tipo de edifício por ano censitário. Cabo Verde, 2010 e 2021	84
Gráfico 9 – Distribuição (%) dos edifícios clássicos segundo tipo de utilização por meio de residência. Cabo Verde, 2021	86
Gráfico 10 – Distribuição (%) dos edifícios clássicos segundo tipo de edifício por tipo de utilização. Cabo Verde, 2021	88
Gráfico 11 – Distribuição (%) dos edifícios clássicos afetos à habitação segundo a época de construção. Cabo Verde, 2021.....	89
Gráfico 12 – Distribuição (%) dos edifícios clássicos afetos à habitação segundo o número de pisos. Cabo Verde, 2021	91
Gráfico 13 – Número médio de pisos dos edifícios clássicos afetos à habitação segundo concelho. Cabo Verde, 2021	93
Gráfico 14 – Distribuição (%) dos edifícios clássicos afetos à habitação segundo o número de pisos por ano de construção. Cabo Verde, 2021	93
Gráfico 15 – Distribuição (%) dos edifícios clássicos afetos à habitação com 4 pisos ou mais segundo a existência de elevador por meio de residência. Cabo Verde, 2021.....	94
Gráfico 16 – Distribuição (%) dos edifícios clássicos afetos à habitação com 4 pisos ou mais segundo a existência de elevador por concelho. Cabo Verde, 2021	94

Gráfico 17 – Distribuição (Efetivos) dos edifícios clássicos afetos à habitação segundo a forma/condição de acessibilidade ao edifício por meio de residência. Cabo Verde, 2021	95
Gráfico 18 – Proporção de edifícios afetos à habitação segundo as condições de acessibilidade por época de construção. Cabo Verde, 2021	97
Gráfico 19 – Distribuição (efetivo e %) dos edifícios clássicos afetos à habitação segundo o revestimento exterior da parede dos edifícios. Cabo Verde, 2021	97
Gráfico 20 – Distribuição (%) dos edifícios clássicos afetos à habitação segundo o revestimento exterior da parede dos edifícios por ano censitário. Cabo Verde, 2010 e 2021	98
Gráfico 21 – Distribuição (%) dos edifícios clássicos afetos à habitação segundo o revestimento exterior da parede dos edifícios por ano de construção. Cabo Verde, 2021.....	100
Gráfico 22 – Distribuição (%) dos edifícios clássicos afetos à habitação segundo o revestimento exterior da parede dos edifícios por número de pisos. Cabo Verde, 2021	101
Gráfico 23 – Distribuição (%) dos edifícios clássicos afetos à habitação segundo o tipo de cobertura e material utilizados nos edifícios. Cabo Verde, 2021	101
Gráfico 24 – Distribuição (%) dos edifícios clássicos afetos à habitação segundo o tipo de cobertura e material utilizados nos edifícios por ano censitário. Cabo Verde, 2021	102
Gráfico 25 – Distribuição (%) dos edifícios clássicos afetos à habitação segundo o tipo de cobertura e material utilizado no revestimento dos edifícios por época de construção. Cabo Verde, 2021	104
Gráfico 26 – Distribuição (%) dos edifícios clássicos afetos à habitação segundo o tipo de cobertura e material utilizado no revestimento dos edifícios por número de piso. Cabo Verde, 2021.....	105
Gráfico 27 – Distribuição (%) dos edifícios clássicos afetos á habitação segundo o estado de conservação do edifício. Cabo Verde, 2021	105
Gráfico 28 – Distribuição (%) dos edifícios clássicos afetos à habitação segundo o estado de conservação do edifício por tipo de utilização. Cabo Verde, 2021	107
Gráfico 29 – Distribuição (%) dos edifícios clássicos afetos à habitação segundo o estado de conservação do edifício por ano de construção. Cabo Verde, 2021	108
Gráfico 30 – Distribuição (%) dos edifícios clássicos afetos à habitação segundo o estado de conservação do edifício por número de pisos. Cabo Verde, 2021	108
Gráfico 31 – Distribuição (efetivo e %) dos edifícios afetos à habitação segundo o número de alojamentos nos edifícios. Cabo Verde, 2021	109
Gráfico 32 – Distribuição (efetivo) dos edifícios afetos à habitação segundo o número de alojamentos nos edifícios por ano censitário. Cabo Verde, 2010 e 2021	109

Gráfico 33 – Distribuição (%) dos edifícios afetos à habitação segundo o número de alojamentos nos edifícios por época de construção. Cabo Verde, 2021	111
Gráfico 34 – Distribuição (%) dos edifícios afetos à habitação segundo o número de alojamentos nos edifícios por número de piso. Cabo Verde, 2021	111
Gráfico 35 – Distribuição (%) alojamentos familiares segundo o tipo de alojamento familiar. Cabo Verde, 2021	113
Gráfico 36 – Distribuição (efetivo e %) alojamentos familiares segundo a forma de ocupação. Cabo Verde, 2021	115
Gráfico 37 – Distribuição (efetivo e %) dos alojamentos familiares, ocupados como residência habitual segundo regime de propriedade do alojamento. Cabo Verde, 2021	117
Gráfico 38 – Distribuição (efetivo) dos alojamentos familiares, ocupados como residência habitual segundo o número de divisão no alojamento. Cabo Verde, 2021	119
Gráfico 39 – Número médio de divisões dos alojamentos familiares, ocupados como residência habitual por concelho. Cabo Verde, 2021	120
Gráfico 40 – Distribuição (%) dos alojamentos familiares, ocupados como residência habitual segundo o número de divisão no alojamento por época de construção. Cabo Verde, 2021 ...	120
Gráfico 41 – Número médio de divisões dos alojamentos familiares, ocupados como residência habitual segundo época de construção. Cabo Verde, 2021	121
Gráfico 42 – Distribuição (efetivo) dos alojamentos familiares, ocupados como residência habitual segundo a existência de infraestruturas básicas. Cabo Verde, 2021	122
Gráfico 43 – Distribuição (efetivo e %) dos alojamentos familiares, ocupados como residência habitual segundo o principal material utilizado no pavimento (chão). Cabo Verde, 2021	124
Gráfico 44 – Distribuição (efetivo e %) dos alojamentos segundo a forma de acessibilidade. Cabo Verde, 2021	126
Gráfico 45 – Distribuição (%) dos alojamentos familiares segundo o estado de conservação por forma de ocupação. Cabo Verde, 2021	128
Gráfico 46 – Distribuição (%) dos alojamentos familiares, ocupados como residência habitual segundo o estado de conservação por regime de propriedade. Cabo Verde, 2021	129
Gráfico 47 – Distribuição (%) dos alojamentos familiares, ocupados como residência habitual segundo o número de agregados. Cabo Verde, 2021	129
Gráfico 48 – Distribuição (efetivos) dos edifícios clássicos afetos a habitação com necessidade de grandes reparações ou muito degradados, por concelho. Cabo Verde, 2021	131
Gráfico 49 – Distribuição (efetivos) dos edifícios clássicos afetos a habitação com necessidade de grandes reparações ou muito degradados, por época de construção. Cabo Verde, 2021 .	132

Gráfico 50 – Distribuição (efetivos) dos edifícios clássicos afetos a habitação com necessidade de grandes reparações ou muito degradados, por número de pisos. Cabo Verde, 2021	133
Gráfico 51 – Distribuição (efetivos) dos alojamentos familiares clássicos com necessidade de grandes reparações ou muito degradados, segundo concelho. Cabo Verde, 2021.....	134
Gráfico 52 – Distribuição (efetivos e %) dos alojamentos familiares clássicos com necessidade de grandes reparações ou muito degradados. Cabo Verde, 2021	135
Gráfico 53 – Distribuição (efetivos) dos alojamentos familiares clássicos com necessidade de grandes reparações ou muito degradados, por forma de ocupação. Cabo Verde, 2021.....	135
Gráfico 54 – Distribuição (efetivos e %) dos alojamentos familiares de residência habitual com necessidade de grandes reparações ou muito degradados. Cabo Verde, 2021.....	136
Gráfico 55 – Distribuição (efetivos) dos alojamentos familiares de residência habitual com necessidade de grandes reparações ou muito degradados, por regime de propriedade. Cabo Verde, 2021	136
Gráfico 56 – Taxa de crescimento médio anual dos agregados familiares e da população residente nos AF. Cabo Verde 1970, 1980, 1990, 2000, 2010 e 2021	140
Gráfico 57 – Agregados familiares segundo o sexo do representante por ano censitário. Cabo Verde, 2000, 2010 e 2021	146
Gráfico 58 – Distribuição (%) dos agregados familiares segundo sexo do representante por meio de residência. Cabo Verde, 2021.....	147
Gráfico 59 – Distribuição (%) dos agregados familiares segundo sexo do representante por concelho. Cabo Verde, 2021	147
Gráfico 60 – Idade mediana dos representantes dos agregados familiares segundo concelho. Cabo Verde, 2021	149
Gráfico 61 – Distribuição (%) dos representantes dos agregados segundo frequência escolar por nível de instrução. Cabo Verde, 2021	150
Gráfico 62 – Distribuição (%) dos representantes dos agregados segundo estado civil por sexo. Cabo Verde, 2021	152
Gráfico 65 – Distribuição (%) dos representantes dos agregados segundo nacionalidade por sexo. Cabo Verde, 2021	152
Gráfico 64 – Distribuição (%) dos representantes dos agregados segundo principal meio de vida nos últimos 12 meses por meio de residência. Cabo Verde, 2021.....	154
Gráfico 65 – Taxa de desemprego dos representantes dos agregados por concelho. Cabo Verde, 2021	157
Gráfico 66 – Distribuição (%) dos representantes dos agregados, empregados, segundo profissão por sexo. Cabo Verde, 2021.....	158

Gráfico 67 – Distribuição (%) dos representantes dos agregados, empregados, segundo situação perante a profissão por sexo. Cabo Verde, 2021	160
Gráfico 68 - Distribuição (efetivo e %) dos representantes dos agregados, empregados, segundo ramo de atividade económica por sexo. Cabo Verde, 2021	162
Gráfico 69 – Proporção dos representantes dos agregados segundo o estatuto de incapacidade e deficiência por 6 domínios (visão, audição, mobilidade, cognição, autocuidado e comunicação). Cabo Verde, 2021	165
Gráfico 70 – Tamanho médio dos agregados familiares segundo meio de residência por ano censitário. Cabo Verde 2010 e 2021.....	166
Gráfico 71 – Distribuição (%) dos agregados familiares segundo a tipologia por meio de residência e ano censitário. Cabo Verde, 2010 e 2021	212
Gráfico 72 – Distribuição (%) dos agregados segundo o nível de conforto por ano censitário. Cabo Verde, 2010 e 2021	218

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Os 3 pilares da Política Nacional de Habitação.....	40
Figura 2 – Tipologia dos Agregados Familiares - RGPH-2021.....	63

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 – Distribuição (efetivo) dos edifícios por concelhos. Cabo Verde, 2021	83
Mapa 2 – Distribuição (efetivo) dos alojamentos familiares por concelho. Cabo Verde, 2021	115
Mapa 3 – Distribuição (efetivo) dos agregados familiares por concelho. Cabo Verde, 2021 ...	139
Mapa 4 – Distribuição (%) dos agregados com acesso à água potável de fontes melhoradas (%) por concelho. Cabo Verde, 2021.....	189
Mapa 5 – Distribuição (%) dos agregados com acesso à eletricidade por concelho. Cabo Verde, 2021.....	189
Mapa 6 – Percentagem (%) de alojamentos com sanita por concelho. Cabo Verde, 2021	202

INTRODUÇÃO

Enquadramento

Viver numa habitação condigna (com as mínimas condições básicas) e acessível é um direito de todas as famílias, o qual se encontra salvaguardado na Constituição da República de Cabo Verde (2010) em dois artigos:

1. O Artigo 72º (Direito à Habitação) diz que todo o cidadão têm o direito à habitação condigna e que os poderes públicos têm a incumbência de promover a criação das condições económicas, jurídicas, institucionais e infraestruturais adequadas, no quadro de uma política de ordenamento do território e urbanismo que estimule a iniciativa privada a produzir habitação de molde a garantir a elaboração dos instrumentos de planeamento urbanístico;
2. O Artigo 75º (Direitos dos Jovens) afirma, na alínea nº 4 b), que os poderes públicos devem garantir aos jovens o acesso à habitação.

Segundo a resolução n.º 14/2012 do B.O., nº 17, de 15 de março, “a família é considerada a instituição que garante a identidade e a continuidade da nação cabo-verdiana e base para a construção sólida e equilibrada da sociedade”. O Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável (2017-2021) diz, em essência: “o acesso à habitação constitui um dos instrumentos de política económico-social para promover a dignidade da pessoa humana e a sua autonomia”.

Neste sentido, o Governo de Cabo Verde está ciente dos enormes desafios que o país enfrenta no setor da habitação. Em face da carência da qualidade do parque habitacional cabo-verdiano, impõe-se a necessidade de nele haver uma intervenção em termos de requalificação e reabilitação. O Governo tem-se mostrado assaz preocupado em resolver a problemática dos assentamentos informais, tendo em consideração que o Censo 2021 revelou que ainda existe, no país, 1,9% da população que não possuem uma moradia digna.

Os objetivos da Agenda 2030 para o Desenvolvimento sustentável preveem até 2030:

- garantir que todos os homens e mulheres, particularmente os pobres e vulneráveis, tenham direitos iguais aos recursos económicos, bem como o acesso a serviços básicos, propriedade e controlo sobre a terra e outras formas de propriedade, herança, recursos naturais, novas tecnologias apropriadas e serviços financeiros, incluindo microfinanças (meta 1.4);

- aumentar o uso de tecnologias de base, em particular das TIC, para promover o empoderamento das mulheres (meta 5.b);
- alcançar o acesso universal e equitativo à água potável, segura e acessível para todos (meta 6.1);
- alcançar o acesso a saneamento e higiene adequados e equitativos para todos, e acabar com a defecação a céu aberto, com especial atenção para as necessidades das mulheres e meninas e daqueles em situação de vulnerabilidade (meta 6.2);
- assegurar o acesso universal, confiável, moderno e a preços acessíveis a serviços de energia (meta 7.1);
- operacionalizar plenamente o Banco de Tecnologia e CTI (Ciência, Tecnologia e Inovação), mecanismo de capacitação para os países menos desenvolvidos até 2017, e aumentar o uso de tecnologias de capacitação, em particular das TIC (meta 17.8).

Os dados habitacionais permitem, por um lado, um melhor conhecimento dos agregados familiares (ver a qualidade de vida da população) e, por outro, o desenvolvimento de políticas habitacionais eficazes, bem como a melhoria das condições de vida dos agregados familiares. Além disso, o agregado familiar é a unidade socioeconómica básica, pelo que o conhecimento das características sociodemográficas, económicas e culturais das pessoas que o compõem é essencial para a elaboração e para a implementação de políticas e programas de desenvolvimento.

Cabo Verde tem aderido aos vários compromissos internacionais relativos aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), através da Agenda 2030, e tem implementado, através do Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável (PEDS), estratégias de ação que visam melhorar as condições de vida da população, reduzindo as desigualdades e iniquidades.

É muito importante que se proceda a uma atualização dos dados de forma exaustiva relativamente a essas características, visando o desenvolvimento socioeconómico do país, dados esses que oferecem uma melhor consideração das questões populacionais na conceção, formulação, implementação e avaliação de políticas, programas nacionais e setoriais e estratégias para a redução da pobreza em Cabo Verde. O Inquérito Multi-objetivo Contínuo (IMC) apresenta dados sobre as características dos agregados familiares e suas condições de vida, cabendo situar que a importância de o analisar no quadro do recenseamento geral da população assenta no caráter exaustivo desta operação em termos

de cobertura populacional e, sobretudo, da possibilidade de produzir essas estatísticas a níveis geográficos mais aprofundados. Ressalta-se que, no contexto de pesquisas, as amostras são geralmente pequenas e o nível de significância dos resultados é limitado.

Objetivos e âmbito

O presente relatório tem como objetivo geral caracterizar o parque habitacional em Cabo Verde nos aspetos considerados mais relevantes para a reabilitação de edifícios habitacionais, para o fornecimento de estatísticas abrangentes relacionadas com o volume e distribuição espacial de todos os agregados familiares residentes em Cabo Verde, em 2021, e para, em última instância, descrever as suas características sociodemográficas, socioeconómicas e socioculturais. Mais especificamente, o relatório visa, entre outros, apresentar o número total de edifícios, de alojamentos e de agregados familiares residentes em Cabo Verde e identificados durante a recolha de dados do Censo 2021, descrever a sua distribuição por meio de residência e por concelho, assim como as suas características sociodemográficas e socioeconómicas, tudo isso para conhecer a sua situação em face das metas estabelecidas no âmbito dos ODS. Por fim, propõe descobrir a estrutura familiar dos agregados familiares.

O estudo centra-se na caracterização do parque habitacional e das condições de vida dos agregados familiares cabo-verdianos, em 2021, relativamente aos resultados definitivos do Censo 2021. Centra-se, por igual, em estudar a evolução que o problema conheceu no período intercensitário 2010-2021. Em alguns aspetos, foram analisados os dados estatísticos de períodos anteriores a fim de proporcionar uma melhor compreensão na sua evolução.

A principal unidade geográfica de análise para o tema caracterização do parque habitacional e das condições de vida dos agregados familiares foi o meio de residência e concelho. Optou-se por uma caracterização do parque habitacional, com particular ênfase no seu estado de conservação, e por uma identificação das principais carências de infraestruturas que podem pôr em causa a saúde dos seus ocupantes.

Fonte de informação

Tendo em vista os objetivos deste relatório, foram utilizadas as seguintes fontes de informação:

- 1) Resultados definitivos do Recenseamento Geral da População e da Habitação relativo ao ano de 2021 (Censo 2021);

- 2) Resultados dos Censos realizados em 1970, 1980, 1990 e 2010, para analisar a evolução dos edifícios, dos alojamentos e dos agregados;

Estrutura do documento

Para atingir este objetivo, esta publicação de análise temática está estruturada em quatro capítulos:

- 1) Descrição do contexto político e legal;**
- 2) Considerações metodológicas;**
- 3) Apresentação do Parque Habitacional** - encontra-se dividida em duas subseções:
(1) caracterização do parque habitacional e (2) características dos edifícios e alojamentos em pior estado de conservação;
- 4) Condições de vida dos agregados familiares** - encontra-se dividida em cinco subseções: (1) resumo dos indicadores demográficos; (2) volume e repartição espacial dos agregados; (3) características dos agregados familiares; (4) estrutura dos agregados familiares; (5) nível de conforto dos agregados familiares.

A acompanhar, será apresentado ainda um resumo contendo os principais resultados do relatório, a par de uma bibliografia, e, no anexo, serão expostas algumas tabulações referentes aos edifícios, alojamentos e agregados e os seus respetivos questionários.

1 CONTEXTO

Para se compreender melhor os resultados das análises afigura-se essencial, senão mesmo imprescindível, conhecer o contexto em que os dados foram coletados. Vários contextos podem ser examinados no âmbito destes estudos, mas somente três serão considerados essenciais e analisados sucessivamente nesta secção. Neste capítulo, descrever-se-á o contexto em que se insere o tema “Caracterização do Parque Habitacional e Condições de Vida dos agregados familiares” no âmbito das transformações políticas e sociais do país. Mais precisamente, falar-se-á do contexto político e jurídico, demográfico e socioeconómico.

1.1 CONTEXTO POLÍTICO E JURÍDICO

Esta secção trata dos aspectos relacionados com a política habitacional que podem explicar a situação de posse da habitação, política energética, política de água e saneamento e políticas direcionadas às famílias para melhor entender os indicadores sobre o acesso dos agregados familiares a uma habitação, à água de fontes melhoradas, ao saneamento e à eletricidade.

Habitação

O acesso à habitação, segundo o relatório do PEDS (2017-2021), “constitui um dos instrumentos da política económico-social destinada a promover a dignidade da pessoa humana e a sua autonomia”.

Em termos de política de habitação, Cabo Verde tem-se esforçado na promoção da habitação social e no acesso à habitação para toda a população. Por forma a melhorar as condições de vida da população cabo-verdiana, em 2020, no Boletim Oficial (B.O.), nº 19, de 18 de fevereiro, através da Resolução nº 25/2020, foi aprovada, no seu artigo nº 1, a **Política Nacional de Habitação (PNH)**, que tem por objetivo “*oferecer um quadro para o desenvolvimento habitacional inclusivo, resiliente, eficiente e sustentável, de maneira a assegurar o cumprimento do direito a uma habitação condigna e a contribuir para o crescimento socioeconómico do país de forma sustentável*”.

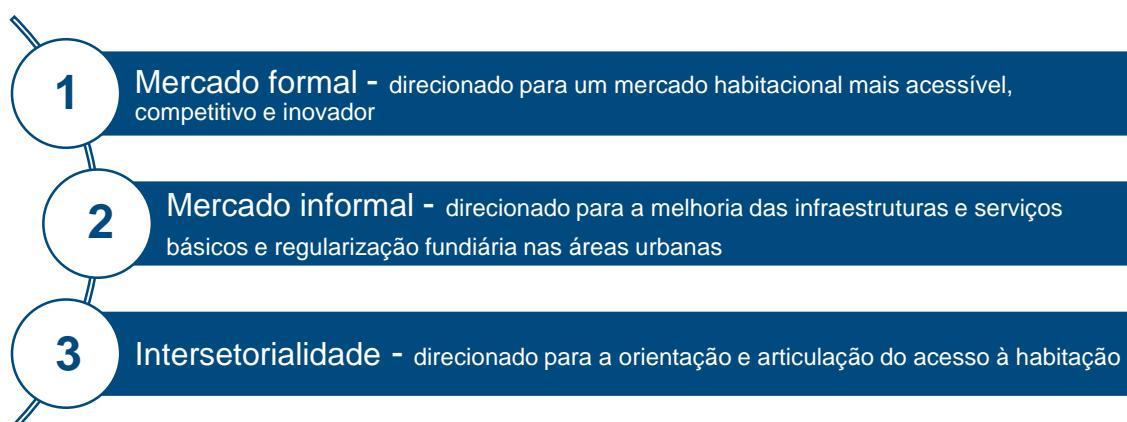
Tal política fornece premissas, princípios e diretrizes claras em ordem a promover a habitação dos que, atualmente, vivem em moradias inadequadas, e, além do mais, visa reduzir o défice habitacional, aumentar a demanda por habitação, disponibilizar habitação de acordo com o crescimento populacional, contribuir, significativamente, nos esforços de redução da pobreza e, de uma maneira geral, propõe melhorar continuamente as condições de vida no país.

O interesse do Ministério das Infraestruturas, Ordenamento do Território e Habitação (MIOTH) para a elaboração do PNH surgiu através das conclusões tiradas do estudo sobre o Perfil do Sector de Habitação de Cabo Verde (PSH), publicado, em 2019, e das recomendações do documento de Políticas Habitat III da ONU-Habitat. Neste PNH, foram incluídas algumas reformas nas seguintes áreas estratégicas:

- Criação de uma estrutura integrada sobre habitação;
- Alargamento da habitação a preços acessíveis;
- Melhoria das condições de habitação;
- Urbanização dos assentamentos informais.

Para o efeito, foram definidos três (3) pilares para a elaboração do PNH, que leva em conta os problemas da habitação, bem como as estratégias para a criação de uma estrutura integrada de habitação.

Figura 1 – Os 3 pilares da Política Nacional de Habitação



Fonte: Adaptado

O PNH permite ao Governo: (1) adotar uma abordagem integrada sobre a habitação; (2) apoiar os processos participativos e políticas habitacionais justas, orientadas para grupos vulneráveis; (3) criar as condições para a oferta de habitação a preços acessíveis a famílias de baixa renda, a jovens e a pessoas com deficiência; (4) investir na melhoria das condições de habitabilidade nas localidades urbanas e rurais para a segurança habitacional, através da reabilitação de casas e o acesso aos serviços básicos (água, eletricidade e saneamento); (5) investir na criação de condições regulamentares e legais para a regularização fundiária nas áreas informais consolidadas em parceria com os municípios.

“Habitar com dignidade” é uma meta do IX Governo Constitucional, fixada no seu Programa e na Moção de Confiança 2021-2026, os quais preveem as seguintes ações:

- estruturar e implantar “um quadro institucional adequado, ao nível nacional, com a missão de elaborar, monitorar, atualizar e liderar políticas habitacionais”;
- desenvolver o “serviço de Inspeção-Geral do Ordenamento do Território”;
- reforçar a capacidade das Câmaras Municipais no planeamento, implementação e monitorização de programas habitacionais;
- assegurar a coerência e complementaridade de todo o quadro jurídico relativo à habitação, ordenamento do território e urbanismo;
- legislar e regulamentar para viabilizar processos administrativos e de planeamento relacionados com a habitação;
- promover o desenvolvimento habitacional de maneira diversificada, incluindo o setor privado;
- estimular a participação do mercado formal;
- incrementar os programas de melhoria dos assentamentos informais existentes;
- atuar na prevenção do surgimento de novos assentamentos informais;
- criar as condições, em concertação com o sistema financeiro, para promover produtos de crédito que sejam adequados às condições financeiras dos cabo-verdianos;
- desenvolver um programa de habitação específico dirigido aos jovens;
- aprovar e implementar um Regulamento Geral de Edificações Sustentáveis;
- facilitação do acesso à água, eletricidade, casas de banho e saneamento domiciliários;
- aumento da cobertura da taxa social de água e eletricidade.

O programa “Casa para Todos” é mais um programa que o Governo de Cabo Verde tem utilizado para mitigar os problemas relacionados com a habitação por forma a reduzir o défice habitacional, juntamente com outras iniciativas feitas pelas Câmaras Municipais, pelas imobiliárias e por particulares.

Serviços básicos (eletricidade, água e saneamento)

Em 2017, o Governo da IX legislatura, através do Orçamento de Estado para o ano de 2018, determinou, no seu artigo 40.º, da lei nº 20/IX/2017, de 30 de dezembro, a criação da tarifa social para o fornecimento de energia elétrica e abastecimento de água atribuída às famílias vulneráveis (pessoas em situação de carência socioeconómica, que fazem parte de agregados familiares inscritos no Cadastro Social Único [CSU]).

Em 2018, ao abrigo do artigo 40.º, da lei nº 20/IX/2017, de 30 de dezembro, foram aprovados dois decretos-leis que atribuem a tarifa social aos consumidores considerados vulneráveis: (1) decreto-lei nº 37/2018, de 20 de junho, que estabelece o regime de atribuição da tarifa

social de fornecimento de energia elétrica e (2) decreto-lei nº 41/2018, de 20 de junho, que institui o regime de atribuição da tarifa social de abastecimento de água aos consumidores considerados vulneráveis.

Estas políticas energéticas e de água visam dotar as famílias vulneráveis de um setor energético e de água que promova o bem-estar dos cidadãos, o desenvolvimento económico do país, através do fornecimento de energia e água ao menor custo, do acesso de todos à qualidade moderna de serviços e produtos. Estas políticas podem ter um impacto positivo na taxa de acesso à eletricidade e à água para as famílias em Cabo Verde.

No que tange ainda ao acesso à eletricidade, à água potável e ao saneamento, o Programa do VIII Governo Constitucional e a Moção de Confiança 2021-2026 preveem as seguintes ações:

- acelerar a transição energética em linha com a meta de atingir 30% de produção de energia elétrica a partir de fontes renováveis até 2025, ultrapassar 50% em 2030 e alcançar 100% em 2040, dando execução ao Programa Nacional de Sustentabilidade Energética e ao Plano Diretor do Setor Elétrico;
- implementar a Carta de Política para a Mobilidade Elétrica ao nível nacional;
- reforçar o quadro institucional do setor energético;
- continuar a investir na reabilitação, expansão e modernização das redes de distribuição de eletricidade;
- continuar a implementar medidas de políticas para a contratação de novas capacidades de produção renovável em grande escala;
- investir em sistemas de armazenamento de energia;
- continuar a investir na Tarifa Social de Eletricidade para um mercado energético mais inclusivo;
- reforçar os investimentos e criar as condições para a massificação das redes de abastecimento de água, garantindo a todos os domicílios acesso ao abastecimento de água por meio de rede pública;
- investir no acesso à rede de esgoto e instalações sanitárias domiciliárias;
- afetar os recursos do Fundo do Ambiente com prioridade para a satisfação das condições básicas das famílias mais pobres e vulneráveis no acesso à rede de água e de esgotos e a instalações sanitárias e com prioridade para o saneamento básico;
- concluir os investimentos em curso para aumentar a capacidade de produção de água dessalinizada para consumo humano;

- apostar nas energias renováveis para reduzir o custo médio de produção e distribuição;
- criar as condições para o investimento na segurança inteligente dos sistemas de produção e distribuição de água;
- fomentar a pesquisa e a investigação aplicadas nos domínios de saneamento e recursos hídricos.

Várias organizações nacionais e internacionais (Câmaras Municipais, ONG, Associações) já fizeram múltiplas intervenções nestes setores, nomeadamente a Cooperação Luxemburguesa, a Cooperação Espanhola, a União Europeia, a UNICEF e a ONU, etc., visando atingir esses objetivos. Seja como for, é bem possível que estas intervenções tenham influenciado os indicadores WASH para os agregados familiares em Cabo Verde, particularmente nas áreas rurais. No entanto, nota-se que existe uma disparidade regional na medida em que a cobertura nos concelhos não é idêntica. Mesmo que tenham sido observados progressos, em termos de melhoria na distribuição da eletricidade e do abastecimento de água, ainda há uma luta para atender às crescentes demandas.

Família

Segundo a resolução n.º 14/2012 do B.O. nº 17, de 15 de março, “a família é considerada a instituição que garante a identidade e a continuidade da nação cabo-verdiana e base para a construção sólida e equilibrada da sociedade”. A Constituição da República de Cabo Verde (CRCV) estabelece que “a família é o elemento fundamental e a célula base de toda a sociedade” (Cabo Verde, 2010, artigo 82).

Por forma a dar às famílias, em situação de vulnerabilidade extrema, uma atenção maior, o Ministério da Família e Inclusão Social (MFIS) criou o projeto “Apoio integrado às famílias”, que tem por objetivo desenvolver medidas para o acompanhamento das famílias em situação de vulnerabilidade, garantindo, especificamente, as condições de acesso ao rendimento, a serviços básicos e ao desenvolvimento sociocomunitário e desenvolvimento de competências que favoreçam o acesso ao emprego decente.

O Programa do Governo (2021-2026) tem um enfoque forte na inclusão social e um dos principais eixos da sua intervenção assenta em dar atenção integral às famílias em situação de vulnerabilidade com as seguintes ações e medidas:

- Criação de condições favoráveis de desenvolvimento comunitário: implementação de metodologias de acompanhamento das famílias beneficiadas pelo Rendimento Social de Inclusão (RSI), através dos Gabinetes Municipais de ação social;

- Implantação de Gabinetes Sociais, nos assentamentos urbanos “Casa para Todos;
- Implementação dos Gabinetes de orientação integral à Família, nos Centros de Saúde, para garantir a devida atenção, em matéria de saúde sexual e reprodutiva, à população;
- Apoio às instituições privadas da sociedade civil na constituição de redes de solidariedade social.

Para além do Governo, várias instituições e diferentes associações comunitárias existentes no país têm atuado na área social para melhorar as condições de vida das famílias cabo-verdianas.

1.2 CONTEXTO DEMOGRÁFICO

O último Recenseamento Geral da População e Habitação de Cabo Verde foi realizado, em 2010, tendo apurado que existem no país 491.683 habitantes residentes, dos quais 61,8% viviam no meio urbano. A urbanização tem sido impulsionada, principalmente, por secas frequentes e pela criação de emprego nas atividades relacionadas com o turismo e com a construção. Em Cabo Verde, a esperança de vida à nascença era de 69 anos em 2000, 75 em 2010 e 73 em 2021, verificando, assim, uma diminuição na última década.

Cabo Verde está na 3^a fase da transição demográfica, que pode afetar, em boa verdade, o seu desenvolvimento em termos sociais e económicos. Nos últimos anos, a taxa de mortalidade e de fecundidade tem estado a diminuir-se, podendo contribuir para reduzir a população menor de 15 anos e, em paralelo, aumentar a de 65 anos ou mais.

Demograficamente, o tamanho dos agregados familiares em Cabo Verde tem diminuído. Os dados do inquérito IMC, realizado junto dos agregados familiares entre 2012 e 2020, mostram que o tamanho médio dos agregados está a reduzir-se gradualmente. Passou de 4,1 para 3,5 entre 2012 e 2019, depois para 3,6, em 2020, e 3,3, segundo o Censo 2021. Fazendo fé no mesmo inquérito, a distribuição dos representantes dos agregados familiares por sexo tem sido, maioritariamente, masculina, no entanto, a proporção de mulheres aumentou em relação à dos homens em 2021 (52,8% contra 47,2%, respetivamente). Um em cada cinco agregados é representado por mulheres, 23% nas áreas urbanas, contra 19% nas rurais. Ao mesmo tempo, nas zonas urbanas, 12,9% dos agregados familiares são chefiados por pessoas com 60 anos ou mais, contra 11,7% nas rurais.

A respeito da tipologia dos agregados familiares, em Cabo Verde, a fiar nos resultados do Censo 2010, os agregados familiares eram, na sua grande maioria, do tipo conjugais (28,3%), havendo, também, 15,2% de agregados familiares do tipo unipessoal, ou seja, constituído por uma única pessoa.

Quanto à razão da dependência demográfica dos idosos, pode dizer-se que era de cerca de 10,3% em 2010, ou seja, 100 indivíduos, potencialmente ativos (15-64 anos), sustentam em média 10 indivíduos com 65 anos ou mais. A acrescentar, a dependência dos jovens era de 51,1%, sendo 46,2% no meio urbano e 60,2% no rural.

1.3 CONTEXTO SOCIOECONÓMICO

Depois de ter rompido um ciclo de baixo ritmo de crescimento económico entre 2011 e 2015, em razão do agravamento da situação da zona Euro e da queda de confiança dos agentes económicos, acompanhado de taxas de inflação abaixo de 2%, Cabo Verde viu a sua economia crescer, principalmente, a partir de 2016, registando valores acima dos 4% anuais.

Em 2020, com o surgimento da pandemia da COVID-19 e com as sucessivas secas, a economia nacional sofreu uma recessão no PIB, estimada em 14,8%, a taxa de desemprego atingiu 14,5%, as reservas internacionais equivaliam a 7,8 meses de importação, o saldo global fixou-se em -8,8% do PIB e a dívida pública em cerca de 154,9% do PIB (INE, 2020).

A pobreza e as desigualdades sociais têm afetado muito as condições de vida dos agregados familiares, devido a sucessivos anos de seca e à recessão económica. No entanto, é importante realçar que, entre 2016-2019, importantes progressos foram registados no país, fruto do crescimento económico e de políticas ativas de emprego e de inclusão social. Em 2020, a pobreza extrema foi estimada em 13,1%, com disparidades por meio de residência, grupo etário e situação perante a atividade económica. A pobreza extrema tem maior incidência no meio rural, 24,3%, contra 8,2% no urbano. Os agregados familiares, com pelo menos uma criança menor de 18 anos, estão, igualmente, mais propensos à pobreza, particularmente, os agregados monoparentais com crianças (45,4%). Estima-se que 19,3% dos desempregados e 14,0% dos inativos vivem em pobreza extrema. Por grupo etário, calcula-se que 20,5% das crianças, de 0-14 anos, e 7,6% dos idosos, com 65 anos ou mais, vivem em agregados familiares em condição de extrema pobreza. Por sexo, a incidência da pobreza extrema não apresenta disparidades, sendo de 13% em ambos os sexos (INE, 2021).

De realçar que o limiar da pobreza absoluta global nacional está fixado em 96 775 CVE (877,66 €) no meio urbano e 85 194 CVE (772,63 €) no rural, *per capita* por ano.

Com um PIB *per capita*, em 2020, de 3.059 US\$, a economia de Cabo Verde é representada, principalmente, pelo setor terciário, atingindo cerca de 61,2% do PIB (real) e 66,1% do emprego. Sendo o motor do desenvolvimento de Cabo Verde, o turismo atingiu, em 2019, receitas que equivaliam a 21,8% da riqueza nacional, tendo caído para 7,8%, em 2020, em virtude da pandemia. O setor terciário e o secundário foram os mais atuantes por terem impulsionado o crescimento do PIB em 2020 (INE, 2020).

A contribuição do Valor Acrescentado Bruto (VAB) de cada Ilha, na formação da economia, apresentou uma distribuição linear e desigual, nos últimos anos, com destaque para a Ilha de Santiago, que representa 52% do PIB, seguindo-se-lhe São Vicente, com 16%, e Sal com 12%. Tal fato retrata, a bem dizer, as desigualdades e as assimetrias regionais que o país enfrenta.

A produtividade do trabalho no mesmo período, 2011-2020, tem vindo a oscilar entre períodos de crescimento e outros de declínio, acompanhando a evolução económica do país. Com efeito, regista-se um aumento da evolução da taxa de produtividade no período 2015-2018, tendo os anos de 2017 e de 2018 conhecido maiores taxas de crescimento, 6,7 e 9,2, respetivamente. Em 2019, o crescimento foi de 0,1 e, em 2020, face ao impacto da pandemia, foi negativo (-5,8%) (INE, 2020).

A fim de eliminar a pobreza extrema e reduzir a pobreza absoluta, o Governo de Cabo Verde gizou um plano tendente a atuar em diversas frentes com caráter de emergência social: rendimento; cuidados e proteção das crianças e adolescentes; educação; formação, empreendedorismo e inclusão produtiva; saúde; habitação; e segurança social.

2 CONSIDERAÇÕES METODÓLOGICAS

Para a melhor compreensão dos resultados das análises, aqui feitas, é essencial conhecer os diferentes métodos que foram utilizados para as produzir. Este capítulo fornece informações mais detalhadas sobre esses aspectos (a definição dos principais conceitos e indicadores e a avaliação da qualidade dos dados).

2.1 DEFINIÇÃO DOS PRINCIPAIS CONCEITOS

Nesta secção, serão apresentados os conceitos utilizados durante a recolha dos dados do Censo 2021.

Agregado familiar

É um conjunto formado por uma ou mais pessoas, aparentadas ou não, que vivem habitualmente debaixo do mesmo teto, sob a responsabilidade de um representante, partilhando em comum a satisfação das necessidades essenciais, ou seja, a despesa da habitação, alimentação e/ou vestuário.

Alojamento

Todo o local distinto e independente que, pelo modo como foi construído, reconstruído, ampliado ou transformado, se destina à habitação e que, no momento censitário, não está a ser utilizado totalmente para outros fins: **por distinto** entende-se que é cercado por paredes de tipo clássico ou de outro tipo, que é coberto e permite que um indivíduo ou grupo de indivíduos possam dormir, preparar refeições e abrigar-se das intempéries, separados de outros membros da coletividade, arcando total ou parcialmente, com suas despesas de alimentação ou habitação; **por independente** entende-se que os seus ocupantes não têm que atravessar outros alojamentos para entrar ou sair do alojamento.

Alojamento familiar

Todo o alojamento que, pelo modo como foi construído, ou como está a ser utilizado, se destina a alojar, normalmente, apenas um agregado familiar, embora nele possam residir vários agregados no momento censitário.

Alojamento familiar clássico

Alojamento familiar constituído por uma divisão ou conjunto de divisões e seus anexos num edifício de caráter permanente ou numa parte estruturalmente distinta do edifício, devendo ter uma entrada independente que dê acesso direto ou através de um jardim ou terreno a uma via ou a uma passagem comum no interior do edifício (escada, corredor ou galeria, entre outros). As divisões isoladas, manifestamente construídas, ampliadas ou

transformadas para fazer parte do alojamento familiar clássico são consideradas como parte integrante do mesmo.

Alojamento familiar de residência habitual

É todo o alojamento familiar que constitui a residência principal e habitual de, pelo menos, um agregado familiar.

Alojamento familiar de uso sazonal ou secundário

É todo o alojamento que só é utilizado periodicamente para férias, fins de semana, etc., e onde nenhum agregado o ocupa como sendo a sua residência principal e habitual.

Alojamento familiar não clássico

Alojamento que não satisfaz inteiramente as condições do alojamento familiar clássico pelo tipo e precariedade da construção, porque é móvel, improvisado ou não foi construído para habitação, mas funciona como residência habitual de, pelo menos, um agregado familiar no momento censitário.

Alojamento familiar vazio

É todo o alojamento familiar clássico que, no momento censitário, se encontrava disponível no mercado da habitação para venda, arrendamento, ou outro motivo, embora estivesse desabitado no momento.

Alojamento móvel

Instalação construída para ser transportada ou que seja uma unidade móvel (contentores, barco, carro de campismo, entre outros).

Alojamento coletivo

É todo o alojamento, estruturalmente separado e independente que, pela forma como foi construído ou transformado, se destina a alojar um conjunto de pessoas e que, no momento censitário, está em funcionamento, ocupado ou não por uma ou mais pessoas, independentemente de serem residentes ou apenas presentes não residentes.

Apartamento

É um alojamento inserido num edifício com dois ou mais alojamentos, cuja entrada principal dá, geralmente, para uma escada, um corredor ou um pátio.

Arrendatário ou subarrendatário (alugado)

Todo o agregado que ocupa um alojamento em regime de arrendamento, ou seja, mediante o pagamento regular de um montante de renda.

Barraca

Construção independente, feita, em geral, com vários materiais velhos, usados e/ou grosseiros. Incluem-se neste grupo as casas de lata/bidão e as construções feitas com madeira aparelhada, que não foi previamente preparada para esse fim (habitações de operários, construídas normalmente com tábuas destinadas a cofragens).

Cedido de outra forma

Todo o agregado que ocupa um alojamento, cedido de forma gratuita por uma pessoa que não seja residente no agregado (familiar, amigo) ou por uma instituição que não seja empregadora de nenhum dos membros do agregado.

Cedido pelo empregador

Todo o agregado que ocupa um alojamento, cedido de forma gratuita pelo empregador (público ou privado) de um dos membros do agregado.

Deficiência

Uma pessoa é considerada **pessoa com deficiência** caso tenha respondido a modalidade "muita dificuldade" ou "não consegue de modo algum" em todos os seis domínios funcionais básicos.

A **pessoa sem deficiência** é aquela que tenha respondido "não tem dificuldade" ou "tem pelo menos alguma dificuldade" em todos os seis domínios funcionais básicos.

Desempregado

É considerada desempregada a pessoa de 15 anos ou mais que, durante o período de referência, estava simultaneamente nas 3 seguintes condições:

- 1) Não ter trabalhado, pelo menos, **1 hora na semana de referência** e não ter um trabalho de que esteve ausente no mesmo período de referência e;
- 2) Ter procurado ativamente um emprego nas últimas 4 semanas que precederam o recenseamento e;
- 3) Estar disponível para trabalhar na semana que precedeu o recenseamento ou nas duas semanas seguintes.

Ainda, incluem-se, no efetivo dos desempregados, os indivíduos que, embora não obedeçam aos dois primeiros critérios, não procuraram trabalho pelo motivo seguinte: “início, brevemente, de um trabalho”.

Edifício

É toda a construção independente, coberta, limitada por paredes exteriores ou paredes-mais que vão da fundação à cobertura, destinada a servir de habitação ou outros fins.

Edifício clássico

Construções cuja estrutura e materiais empregues têm um caráter não precário, cuja duração esperada é de, pelo menos, 10 anos.

Edifício não clássico

Construções improvisadas, como barracas, casa de bidão, contentores, tendas, caravanas, abrigos naturais, etc.

Empregado

É considerada empregada a pessoa, de 15 anos ou mais de idade, que exerceu uma atividade económica de, pelo menos, 1 hora, na semana de referência (09 a 15 junho 2021), mediante o pagamento de uma remuneração com vista a um benefício ou ganho familiar, em dinheiro, em bens ou em géneros.

Além de empregados assalariados e autónomos (conta própria), incluem-se ainda trabalhadores familiares e estagiários remunerados ou não.

Nota: uma pessoa em licença é considerada empregada. Os estagiários estão “empregados”.

Época de construção do edifício

O objetivo é o de caracterizar o período de construção ou reconstrução do edifício de modo a indicar a idade do parque habitacional.

Incapacidade

É definida como o resultado da interação entre uma pessoa, com uma limitação funcional, e um ambiente não adaptado. Assim, uma pessoa é considerada incapacitada quando tem algumas limitações ou dificuldades que a condicionam na atividade da vida diária e na participação social.

A incapacidade é observada em 6 domínios distintos (visão, audição, mobilidade, cognição, autocuidado e comunicação), através da avaliação do grau de dificuldade que a pessoa sente diariamente na realização de determinadas atividades.

A variável foi observada de acordo com as seguintes modalidades:

- Não tem dificuldade;
- Tem alguma dificuldade;
- Tem muita dificuldade;
- Não consegue de modo algum.

Improvisado em edifício não destinado à habitação

Alojamento situado numa construção permanente, que não foi reconstruído ou transformado para habitação, nem sofreu adaptação funcional para esse fim e esteja habitado no momento censitário. São exemplos: os alojamentos nas fábricas, escolas, chafarizes, etc.

Momento censitário

O “**momento censitário**”, **ou data de referência** da informação, corresponde ao dia e hora em relação aos quais se recolhem todos os dados. A referência a este momento é fundamental para evitar duplicações ou omissões de contagens que podem ser provocadas pela deslocação das pessoas.

Moradia independente

É um alojamento (rés do chão ou duplex), cercado por muros de tipo clássico, cuja entrada principal dá, geralmente, para uma rua ou para um terreno circundante ao edifício, estruturalmente construído para habitar um ou mais agregados familiares.

Nacionalidade

É a cidadania legal e atual do indivíduo no momento censitário, ou seja, o vínculo legal existente entre o indivíduo e o seu país, adquirido por nascimento, naturalização ou outra forma de aquisição.

Necessidade de reparações

O objetivo foi o de conhecer a necessidade de reparações do edifício, tendo por base o tipo de reparações eventualmente necessário no momento censitário.

Verificação da necessidade de intervenção nas seguintes componentes de um edifício: estrutura, cobertura, paredes e caixilharias exteriores.

Número de divisões

O objetivo desta variável é o de conhecer o número de divisões existentes no alojamento.

Entende-se por **divisão** o espaço, num alojamento, delimitado por paredes. Os quartos, salas de jantar, salas de estar e escritórios para uso do agregado familiar devem ser contabilizados como divisões.

Não são considerados como divisões os corredores, os *halls*, as varandas, as marquises, as casas de banho, as despensas, as cozinhas e as divisões utilizadas exclusivamente para atividades económicas. As divisões afetas, exclusivamente, às atividades económicas, não devem ser contadas como tal.

As divisões mistas, isto é, as utilizadas para o exercício de uma atividade económica, mas não exclusivamente para esse fim, deverão ser contadas como divisões do alojamento.

Piso

Entende-se por piso cada um dos planos sobrepostos e cobertos nos quais se divide um edifício, habitável ou não, qualquer que seja a sua relação com o nível do terreno.

População ativa (força de trabalho)

Todas as pessoas, de ambos os sexos, que fornecem mão de obra para a produção de bens e serviços durante um determinado período de referência.

A força de trabalho inclui população empregada e desempregada. No contexto do RGPH-2021, trata-se da população ativa no momento, ou seja, todas as pessoas ativas no momento do RGPH-2021 (09 a 15 junho 2021).

População inativa

A população inativa é o conjunto da população de 15 anos ou mais que, no período de referência, não podia ser considerada economicamente ativa, isto é, não estava empregada, nem desempregada, ou seja, não estava disponível para trabalhar.

População residente

Toda a pessoa que vive habitualmente (há 6 meses ou mais) num agregado familiar, independentemente de ali ter ou não passado a noite de 15 para 16 de junho de 2021, ou, toda a pessoa que vive, há menos de 6 meses, num agregado familiar, mas que tenciona aí ficar durante seis meses ou mais.

Profissão

É o ofício ou a modalidade de trabalho, remunerado ou não, a que corresponde um determinado título ou designação profissional, constituído por um conjunto de tarefas que concorrem para a mesma finalidade e que pressupõe conhecimentos semelhantes.

Os indivíduos que exerceram mais do que uma profissão, indicaram apenas a profissão principal, isto é, aquela que lhes ocupou mais tempo. Se, na semana em referência, o indivíduo exerceu uma profissão diferente daquela que desempenhava habitualmente, indicou a profissão habitual.

Proprietário ou coproprietário

Todo o agregado que ocupa um alojamento que seja propriedade de um ou mais membros do agregado.

Ramo de atividade económica

É o tipo de produção ou de atividade económica, desenvolvida pelo estabelecimento ou unidade similar, onde o indivíduo exerceu a sua profissão, ou profissão principal, na semana de 09 a 15 de junho, ou, caso não tenha trabalhado, na última vez que trabalhou. Se o indivíduo exerceu a profissão por conta própria e sem uma estrutura equivalente a um estabelecimento localizado, considerou-se a atividade económica para a qual corre diretamente.

Regime de ocupação

O objetivo desta variável é o de obter informação sobre a condição mediante a qual o(s) indivíduo(s) ocupa(m) a totalidade ou parte de um alojamento.

Regime de propriedade

O objetivo foi o de identificar o proprietário do alojamento, ou seja, ver se este pertence ao privado, ao Estado ou às Câmaras Municipais.

Representante do agregado familiar

É a pessoa responsável pelo agregado familiar, reconhecida como tal pelos restantes membros. Em cada agregado familiar deverá haver sempre um representante e deve ser uma pessoa aí residente, podendo estar presente ou não no momento da entrevista, desde que a sua ausência seja inferior a 6 meses.

Setor de atividade económica - É uma variável derivada, não sendo por isso objeto de recolha direta. É a agregação dos ramos de atividade económica por forma que seja possível

caracterizar a atividade económica de maneira mais sintética, adotando critérios de homogeneidade, habitualmente, apresentados da seguinte forma:

- a) **Setor Primário** - Consiste na agregação das secções da CAE-CV, referentes à Agricultura, Pecuária, Silvicultura, Pesca e Indústrias Extrativas, isto é, o somatório das secções A, B e C;
- b) **Setor Secundário** - É constituído pelas secções D, E e F da CAE-CV, isto é, Indústria Transformadora, Produção e Distribuição de Água e Eletricidade e Construção;
- c) **Setor Terciário** - Constituído pelo conjunto dos serviços, isto é, a agregação das Secções G a U.

Situação na profissão

Refere-se sempre à profissão principal desempenhada pelo indivíduo empregado, no caso de este ter mais de uma profissão.

Inclui as seguintes componentes:

- a) **Trabalhador da Administração Pública** - Trabalha por conta do Estado, isto é, num serviço ligado à Administração Central ou à Administração Local, recebendo em troca uma remuneração;
- b) **Trabalhador do setor empresarial privado** - Trabalha por conta de uma empresa de capitais maioritariamente privados, nacionais ou estrangeiros, mediante uma remuneração;
- c) **Trabalhador de empresa pública** - Trabalha por conta de uma empresa de capitais maioritariamente públicos, mediante uma remuneração;
- d) **Trabalhador por conta própria sem pessoal ao serviço** - Se trabalha por sua conta ou em associação e não tinha habitualmente trabalhadores remunerados, mas podendo ter a ajuda de trabalhadores familiares não remunerados.
- e) **Trabalhador por conta própria com pessoal ao serviço (Patrão/Empregador)** - é a pessoa que exerce uma atividade independente, com ou sem associados, obtendo uma remuneração que está diretamente dependente dos lucros (realizados ou potenciais), provenientes de bens ou serviços produzidos e que, a esse título, emprega habitualmente um ou vários trabalhadores por conta de outrem para trabalhar na sua empresa;

- f) **Trabalhador familiar sem remuneração** - é a pessoa que, na semana de referência, trabalhou pelo menos 1 hora por conta de um familiar membro do agregado sem remuneração regular, não sendo seu associado, nem estando vinculado por um contrato de trabalho;

Incluem-se, também, nesta categoria, as pessoas que habitualmente trabalham por conta de um familiar sem remuneração, mas que, na semana de referência, não o fizeram por motivos passageiros, tais como: férias, acidente de trabalho, causas técnicas, etc.

- g) **Trabalhador em casa de família (trabalhador doméstico)** - é a pessoa que trabalhou para um agregado familiar;
- h) **Trabalhador numa cooperativa de produtores** - são os indivíduos que tenham trabalhado, pelo menos uma hora, numa cooperativa de produtores;
- i) **Trabalhador em Organizações Internacionais** - é a pessoa que trabalhou para as Organizações Internacionais;
- j) **ONG** - é a pessoa que trabalhou para uma Organização Não-Governamental;
- k) **Outra situação.**

Taxa de Crescimento Médio

Esta taxa corresponde à percentagem do aumento médio anual da população residente em determinado espaço geográfico, no período considerado. O seu valor refere-se à média anual obtida para um período de anos compreendido entre dois momentos, em geral, correspondentes aos censos demográficos. A TCMA indica o ritmo de crescimento populacional e é influenciada pela dinâmica da natalidade, da mortalidade e das migrações.

$$TCMA = \left(\sqrt[n]{\frac{Pop_{(t+n)}}{Pop_{(t)}}} - 1 \right) \times 100$$

Em que:

TCMA: designa a taxa de crescimento médio anual, pelo modelo geométrico no ano para o ano ou período em análise;

Pop_(t+n): Designa a população total no ano $t + n$, (exemplo a população do ano de 2021);

Pop_(t): Designa a população total do ano de partida t (exemplo a população de 2010)

n: Designa o número de anos decorridos entre t , e $t + n$ (exemplo $n =$ número de anos decorridos entre 2010 e 2021, portanto $n = 11$ anos);

Outras informações

Combustíveis modernos para cozinhar

Os combustíveis modernos para cozinhar incluem eletricidade e gás natural.

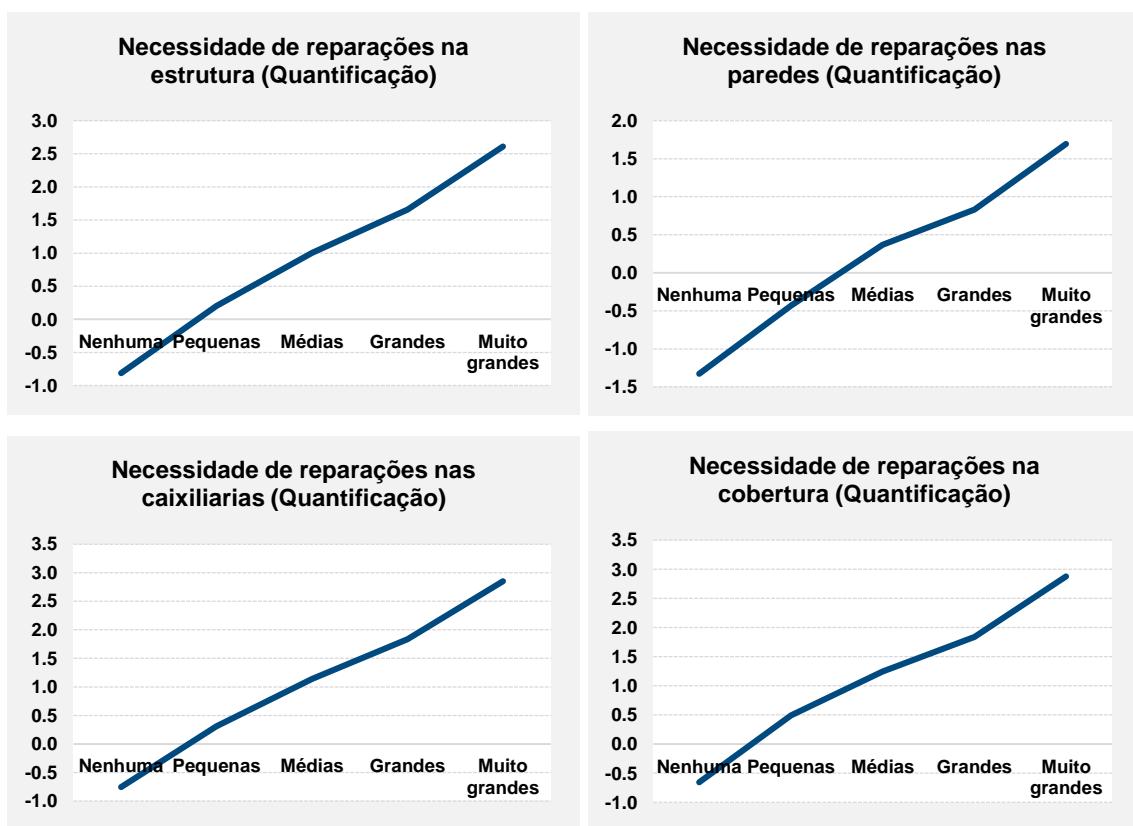
Combustíveis sólidos para cozinhar

Os combustíveis sólidos para cozinhar incluem lenha, carvão, outro. Estas fontes de energia têm efeitos prejudiciais para a saúde de um indivíduo porque libertam uma mistura perigosa de substâncias químicas.

Estado de conservação (variável derivada)

Para a criação de um indicador compósito estado de conservação do edifício, foram consideradas as variáveis PE10.1, PE10.2, PE10.3 e PE10.4, respetivamente, necessidade de reparações na estrutura, paredes, caixilharias e cobertura. Essas variáveis foram consideradas ordinais e primeiramente uma análise de escalamento ideal foi executada, seguida de uma análise de componentes principais. O escalamento ideal (Meulman, 1998) gerou quantificações basicamente equiespaçadas (ver gráficos abaixo)

Gráfico 1 – Análise das variáveis utilizadas para a criação da variável estado de conservação do edifício. Cabo Verde, 2021



Fonte: INE, Censo 2021

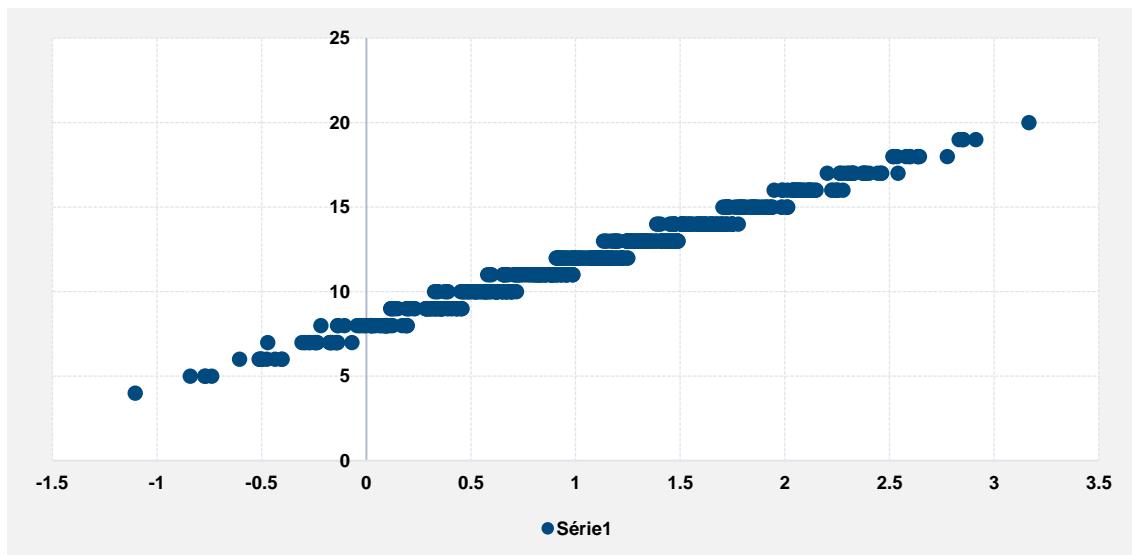
A análise de componentes principais reconheceu um único fator com pesos (cargas fatoriais):

Matriz de componentes

Necessidade de reparações na estrutura	Quantificação	0,836
Necessidade de reparações nas paredes	Quantificação	0,745
Necessidade de reparações nas caixilharias	Quantificação	0,790
Necessidade de reparações na cobertura	Quantificação	0,810

Como a quantificação foi basicamente equiespaçado e os pesos das variáveis (cargas fatoriais), muito semelhantes, optou-se por produzir um indicador mais simples, porém, equivalente, a partir da soma dos valores das variáveis originais, com alternativas variando de 1 a 5. A soma das quatro variáveis (tomando valores de 4 a 20) foi recodificada em **Estado de conservação do edifício**, com valores 4 e 5, como “Sem necessidade de reparação”, valores de 6 a 9, como “Com necessidades de pequenas reparações”, valores de 10 a 13, como “Com necessidades de médias reparações”, valores de 14 a 17, como “Com necessidade de grandes reparações” e valores 18 ou acima como “Muito degradado”. O Gráfico 2 apresenta a comparação da componente estimada pelo escalamento ideal e o indicador simplificado. A relação é nitidamente linear com $R^2=0,991$.

Gráfico 2 – Comparação do indicador obtido por escalamento ideal (eixo x) e o indicador simplificado



Fonte: INE, Censo 2021

Nível de conforto (variável derivada)

O Censo 2021 observou um conjunto de variáveis relativas às características do edifício (cobertura, piso, paredes da frente do edifício), à forma de acesso à água, às fontes de energia para a preparação dos alimentos e para a iluminação, ao acesso ao saneamento, a

posse de bens de equipamento, tecnologias de informação e comunicação e meio de transporte, variáveis essas que dão algumas indicações sobre o nível de conforto dos agregados familiares. Foram, também, consideradas variáveis secundárias, como a densidade habitacional (moradores no agregado dividido pelo número de divisões do agregado). A lista de variáveis utilizadas está disponível na Tabela 2. Foram testadas ainda outras variáveis, mas que não se mostraram relevantes na análise: posse conjunta de telefone móvel e fixo, posse simultânea de arca congeladora e frigorífico, revestimento exterior da parede do edifício e o tipo de cobertura do edifício e os materiais utilizados no seu revestimento.

Tabela 2 – Variáveis utilizadas para o cálculo do indicador de nível de conforto e peso correspondente

Variável	Peso
Tipo de Alojamento Familiar	1,5956
Alojamento Familiar - conforto	1,6690
O alojamento tem banheira ou poliban com chuveiro	2,4721
Evacuação de águas sujas	1,3817
Acesso à cozinha	1,7867
Material no pavimento	0,8094
Acesso à eletricidade	1,9710
Acesso à água	1,5097
Energia para cozinhar	1,5761
Evacuação do lixo	1,2713
Posse simultânea de telefone fixo e móvel	2,1205
Posse simultânea de frigorífico e arca congeladora	2,1507
Neste alojamento tem frigorífico	2,3763
Neste alojamento tem fogão a gás / Camping-gás	1,4013
Neste alojamento tem micro-ondas	2,1689
Neste alojamento tem arca Congeladora	1,9359
Neste alojamento tem máquina lavar roupa	2,3918
Neste alojamento tem aparelho de ar condicionado	1,1801
Neste alojamento tem termo acumulador / Esquentador	1,7797
Neste alojamento tem ventoinha	1,5936
Neste alojamento tem ferro de engomar	2,4906
Neste alojamento tem eletrobomba	1,4454
Neste alojamento tem telefone fixo	2,0671
Neste alojamento tem telemóvel	1,0828
Neste alojamento tem aparelho de televisão (TV)	2,1342
Neste alojamento tem rádio	1,3513
Neste alojamento tem computador / portátil	2,0362
Neste alojamento tem acesso à internet	1,5026
Neste alojamento tem acesso a TV cabo (CV Telecom, Boom TV, parabólica (MEO, NOS, etc.))	2,1950
Neste alojamento tem viatura	1,8839
Acesso a sanitário	2,3444
Densidade habitacional	1,2259

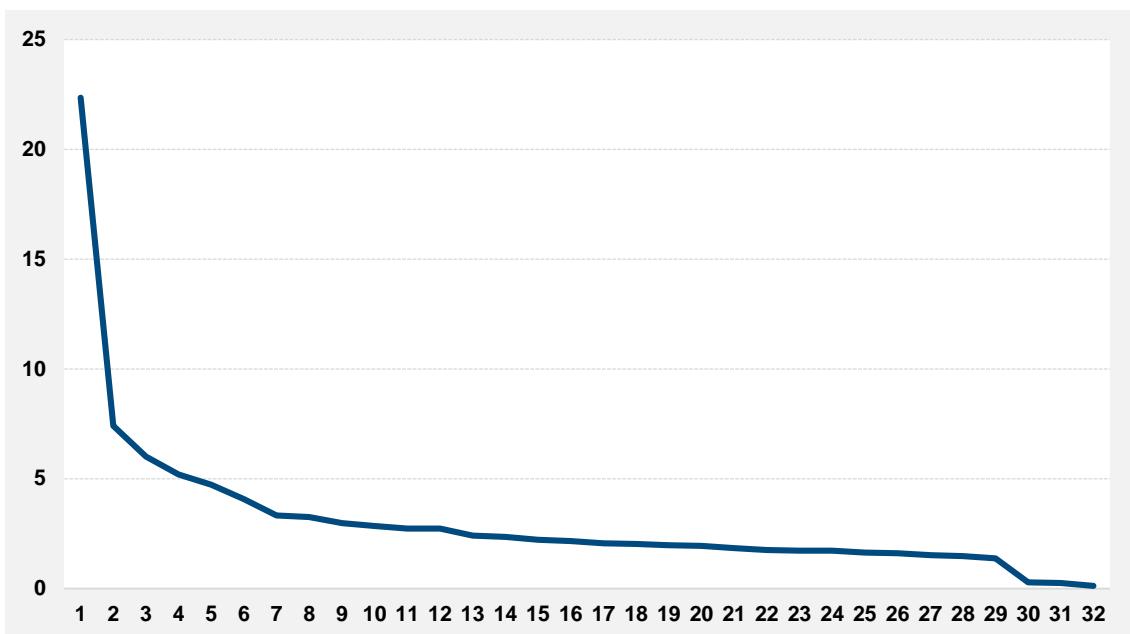
Fonte: INE, Censo 2021

Tendo em conta a multiplicidade das variáveis, à semelhança dos dois últimos recenseamentos, foi construído um único indicador, o Nível de Conforto, um indicador compósito, cujo princípio de cálculo se baseia nos aspectos multidimensionais da noção do conforto físico dos moradores relativo ao acesso a bens e serviços.

Em termos metodológicos, o cálculo do indicador começou com uma Análise de Componentes Principais (ACP) no conjunto das 32 variáveis, referentes aos bens de equipamentos e os níveis de acesso às infraestruturas básicas: água, eletricidade, saneamento (ver Tabela 2) e as supracitadas variáveis que foram descartadas. A Análise de Componentes Principais é um método de redução de dimensionalidade, frequentemente usado para reduzir a dimensionalidade de grandes conjuntos de dados, transformando um grande conjunto de variáveis num conjunto menor, mas que ainda preserva a maior parte das informações do conjunto original. A redução do número de variáveis de um conjunto de dados naturalmente vem às custas da precisão, mas o truque na redução da dimensionalidade é trocar um pouco de precisão pela simplicidade: conjuntos de dados menores são mais fáceis de explorar e visualizar e tornar a análise de dados muito mais fácil e rápida. Em resumo, a ACP tem como objetivo a redução de dimensão de um conjunto de variáveis para um subconjunto resumo, mas que ainda expõe a variabilidade do conjunto original. A ideia primeira foi a de replicar o procedimento realizado no último recenseamento, para garantir algum nível de comparabilidade. Cumpre notar que um dos bens de consumo, levantado em 2010, o leitor de vídeo cassete, ficou obsoleto e não constou da lista de 2021. Por outro lado, novos itens foram acrescentados no questionário de 2021, tais como ventoinha, ferro de engomar e eletrobomba.

A ACP das 32 variáveis identificou seis componentes relevantes como pode ser visto no Gráfico de escarpa apresentado no Gráfico 3. O critério utilizado para a determinação do número de autovalores importantes foi o da mudança da inclinação dos autovalores, com uma ruptura a partir do sétimo ponto. Essas seis componentes explicam 56,2% da variabilidade do conjunto. Foi realizada uma rotação ortogonal dessas seis componentes utilizando-se o método Varimax.

Gráfico 3 – Gráfico de escarpa da % da variância associada aos autovalores correspondentes às componentes identificadas. Cabo Verde, 2021

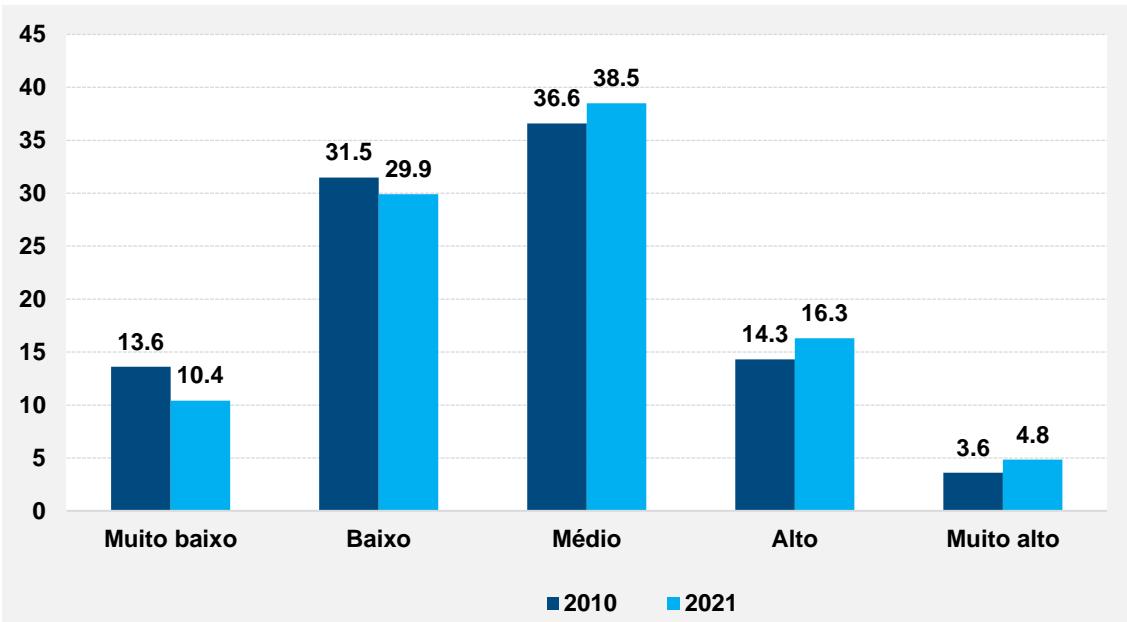


Fonte: INE, Censo 2021

Na ausência de uma medida objetiva (ou subjetiva) de conforto, o indicador foi definido como a soma das cargas fatoriais das variáveis nas componentes rotacionadas, identificadas na ACP, ponderadas pelo desvio padrão de cada uma delas, reconhecendo assim a importância relativa de cada componente. Os pesos, assim obtidos, estão disponibilizados na Tabela 2.

Numa segunda fase, os dados foram padronizados de modo que a amplitude do indicador fosse 100, ou seja, tomasse valores entre 0 e 100. De seguida, optou-se por criar cinco níveis de conforto com amplitude do mesmo tamanho e designado por: muito baixo, baixo, médio, alto e muito alto.

O Gráfico 4 apresenta uma comparação entre a distribuição do nível de conforto nos recenseamentos de 2010 e de 2021. As duas distribuições apresentam a mesma forma unimodal e com cauda mais longa para os valores mais altos. Aparentemente, observa-se uma ligeira melhoria entre os dois recenseamentos.

Gráfico 4 – Distribuição (%) do nível de conforto por ano censitário. Cabo Verde 2010 e 2021

Fonte: INE, Censos 2010 e 2021

Tipologia do agregado familiar (variável derivada)

A tipologia do agregado é uma variável derivada, calculada com base nas relações de parentesco dos membros com o representante do agregado familiar.

A variável é classificada de acordo com as seguintes modalidades (ver Figura 2 – o número entre colchetes corresponde à ordem da tipologia]):

- ✓ **Agregados Unipessoais** - agregados constituídos por um só indivíduo [1]
- ✓ **Agregados conjugais** – agregados constituídos pelo representante, pelo respetivo cônjuge e/ ou outros membros com ou sem relação de parentesco. Nesta categoria, foram consideradas as seguintes subtipologias:
 - **Casal isolado** – agregados constituídos somente pelo representante e o respetivo cônjuge [2]
 - **Conjugais nucleares** – agregados constituídos pelo representante, o respetivo cônjuge, e o(s) filho(s) e/ou enteado(s) [3]
 - **Conjugais compósitos** – agregados constituídos obrigatoriamente pelo representante e o respetivo cônjuge e mais algum outro indivíduo aparentado ou não, e, possivelmente, por filhos e/ou enteados [4]

- ✓ **Agregados não conjugais** - agregados sem a presença do cônjuge. Ou seja, constituído pelo representante e/ou outros membros com ou sem relação de parentesco, com exceção de cônjuge do representante. Nesta categoria foram consideradas as seguintes subtipologias:
 - **Monoparental** – agregados constituídos somente pelo representante e pelo(s) filho(s) e/ou enteado(s) [5]
 - **Não conjugais compósitos** – agregados constituídos pelo representante, pelos filhos e/ou enteados e mais algum indivíduo aparentado ou não. Nesta categoria, foram consideradas duas subcategorias (em 2010, não foi considerada esta subdivisão):
 - **Monoparental compósito** – agregados constituídos pelo representante, pelo(s) filho(s) e/ou enteado(s) e outro(s) parente(s) ou não parente(s) [6]
 - **Outros compósitos [familiares]** – agregados constituídos pelo representante e outro(s) parente(s) ou não parente(s) [7]
- ✓ **Agregados sem relação de parentesco** – agregados em que o representante não tem nenhuma relação de parentesco com os demais membros [8].

São considerados **filho(s) e/ou enteado(s)**: “Filho(a) do representante e do cônjuge”, “Filho(a) só do representante”, “Filho(a) só do cônjuge do representante (enteado(a))” e “Filho adotivo”.

São considerados **outros(s) parente(s)**: “Pai do representante”, “Mãe do representante”, “Sogro (a)”, “Nora / genro”, “Irmão / irmã”, “Neto (a) / bisneto (a)”, “Avô (ó) / bisavô (ó)”, “Madrasta”, “Padrasto” e “Outro parentesco”.

São considerados **não parente(s)**: “Empregado(a) doméstico” e “Outra sem parentesco”.

Foram criadas funções indicadoras para as seguintes relações de parentesco com o representante:

- i) Representante
- ii) Cônjuge
- iii) Filho
- iv) Outro parente
- v) Não parente

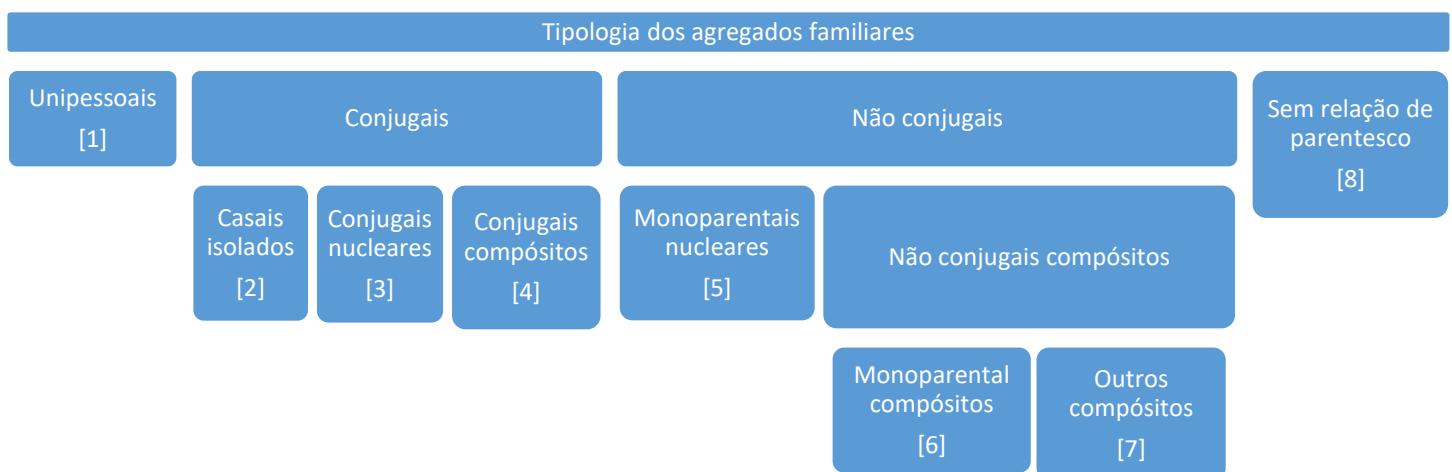
Dentro de cada agregado foi feita a contagem de indivíduos de cada tipo. Os indicadores acumulados foram combinados para criar um indicador compósito:

Representante*10000+Cônjugue*10000+mínimo{1;#Filho}*100 + mínimo{1;#Outro parente}+mínimo{1;#Não parente}, onde a # indica o valor acumulado daquela situação no agregado.

Neste indicador compósito, a casa da dezena do milhar corresponde ao “Representante”, a do milhar corresponde ao cônjuge, a da centena corresponde ao “Filho”, a da dezena corresponde a “outro parente” e a da unidade a “não parente”. Por exemplo, o indicador 100010 caracteriza um agregado com pelo menos um outro parente, além do representante. Ver Tabela 3 para a frequência dos diferentes valores do indicador compósito encontrados na população cabo-verdiana, sua equivalência na tipologia dos agregados familiares. Os agregados do tipo [3] conjugais nucleares constituem a categoria de maior frequência (24,7%), seguidos pelos agregados unipessoais (tipo 1, com 21,4%)

A Tabela 3 apresenta a distribuição do indicador compósito e sua equivalência na tipologia proposta.

Figura 2 – Tipologia dos Agregados Familiares² - RGPH-2021



² Ver definições de tipologia de agregado familiar.

Tabela 3 – Indicador compósito, sua representatividade na população, sua correspondência na tipologia do agregado e a descrição

Código	Contagem	%	CATEGORIA	DESCRIÇÃO
10000	31343	21,4	(1) Unipessoais	
10001	966	,7	(8) Agregados sem relação de parentesco	Representante e não parente(s)
10010	9767	6,7	(7) Não conjugais compósitos/outros	Representante e outro(s) parente(s)
10011	415	,3	(7) Não conjugais compósitos/outros	Representante, outro(s) parente(s) e não parentes
10100	23802	16,3	(5) Monoparentais nucleares	Representante e filho(s)/enteados(s)
10101	359	,2	(6) Não conjugais compósitos /Monoparentais compósitos	Representante, filho(s)/enteados(s) e não parente(s)
10110	17190	11,8	(6) Não conjugais compósitos /Monoparentais compósitos	Representante, filho(s)/enteados(s) e outro(s) parente(s)
10111	518	,4	(6) Não conjugais compósitos/ Monoparentais compósitos	Representante, filho(s)/enteados(s), outros(s) parente(s) e não parente(s)
11000	8988	6,2	(2) Casal isolado	
11001	137	,1	(4) Conjugais compósitos	Casal e não parente(s)
11010	2449	1,7	(4) Conjugais compósitos	Casal e outro(s) parente(s)
11011	87	,1	(4) Conjugais compósitos	Casal, outro(s) parente(s) e não parente(s)
11100	36024	24,7	(3) Conjugais nucleares	Casal e filho(s)
11101	456	,3	(4) Conjugais compósitos	Casal, filho(s) e não parente(s)
11110	12952	8,9	(4) Conjugais compósitos	Casal, filho(s) e outro(s) parente(s)
11111	360	,2	(4) Conjugais compósitos	Casal, filho(s), outro(s) parente(s) e não parente(s)

Fonte: INE, Censo 2021

2.2 VARIÁVEIS DE ANÁLISES

2.2.1 Variáveis de interesse

Edifício

- Tipo de edifício;
- Tipo de utilização do edifício;
- Número de piso;
- Existência de elevador;
- Condição de acessibilidade;
- Principal material utilizado no revestimento exterior da parede de frente do edifício;
- Tipo de cobertura do edifício e matérias utilizadas no seu revestimento;
- Necessidade de reparações;
- Época de construção;
- Número total de alojamentos no edifício.

Alojamento

- Tipo de alojamento;
- Forma de ocupação;
- Regime de propriedade;
- Número de divisões;
- Acesso à água canalizada de rede pública;
- Acesso à eletricidade;
- Acesso à sanita ou latrina;
- Acesso à banheira ou “poliban”;
- Sistema de evacuação de águas residuais;
- Cozinha ou kitchenette;
- Material utilizado no pavimento (chão);
- Forma de acessibilidade ao alojamento;
- Número de agregados familiares.

Condições de Vida dos agregados familiares

- Tamanho do agregado (total de membros no agregado);
- Relação de parentesco com o representante;
- Principal fonte de energia utilizada para iluminação;
- Principal fonte de abastecimento de água para beber;
- Modo de evacuação das águas residuais;
- Principal fonte de energia para cozinhar;

- Modo de evacuação do lixo;
- Número de quartos utilizados para dormir;
- Regime de ocupação do alojamento;
- Valor da renda pago mensalmente;
- Forma de pagamento do alojamento;
- Acesso à sanita/latrina do alojamento;
- Posse de bens de conforto;
- Tipologia do agregado;

2.2.2 Variáveis de categorização

- Meio de residência;
- Concelho;
- Sexo do representante do agregado;
- Idade do representante do agregado;
- Nível de instrução do representante do agregado;
- Estado civil do representante do agregado;
- Nacionalidade do representante do agregado;
- Situação perante a atividade económica do representante do agregado;
- Situação perante a profissão do representante do agregado;
- Principal meio de vida do representante do agregado;
- Estatuto de incapacidade/deficiência do representante do agregado;

2.3 INDICADORES

Esta subsecção é dedicada à definição operacional dos principais indicadores utilizados para as análises realizadas neste relatório. Trata-se, essencialmente, de indicadores cujo método de cálculo requer o agrupamento de certas modalidades ou valores de uma mesma variável ou a combinação de duas ou mais variáveis, de acordo com a definição apresentada no conceito.

2.3.1 Indicadores das características dos edifícios

Percentagem de edifícios clássicos e de edifícios não clássicos

Fórmula de cálculo:

$$P_{EC} = \frac{TEC}{TE} \times 100$$

$$P_{ENC} = \frac{TENC}{TE} \times 100$$

Em que:

P_{EC} : Percentagem de edifícios clássicos

P_{ENC} : Percentagem de edifícios não clássicos

TEC : Total de edifício clássico

$TENC$: Total de edifício não clássico

TE : Total de edifícios

Percentagem de edifícios clássicos concluídos e de edifícios clássicos não concluídos

Fórmula de cálculo:

$$P_{ECC} = \frac{TECC}{TE} \times 100$$

$$P_{ECNC} = \frac{TECNC}{TE} \times 100$$

Em que:

P_{ECC} : Percentagem de edifícios clássicos concluídos

P_{ECNC} : Percentagem de edifícios não clássicos concluídos

$TECC$: Total de edifício clássico concluído

$TECNC$: Total de edifício clássico não concluído

TE : Total de edifícios

Percentagem de edifícios clássicos afetos exclusivamente à habitação e de edifícios clássicos com maior parte da área afeta à habitação

Fórmula de cálculo:

$$P_{ECEH} = \frac{TECEH}{TEC} \times 100$$

$$P_{ECMPH} = \frac{TECMPH}{TEC} \times 100$$

Em que:

P_{ECEH} : Percentagem de edifícios clássicos afeto exclusivo à habitação

P_{ECMPH} : Percentagem de edifícios clássicos com maior parte afeta à habitação

$TECEH$: Total de edifício clássico afeto exclusivo à habitação

$TECMPH$: Total de edifício clássico com maior parte afeta à habitação

TEC : Total de edifícios clássicos

Proporção de edifícios clássicos afetos à habitação com elevador

Fórmula de cálculo:

$$P_{ECHE} = \frac{TECHE}{TECHS3} \times 100$$

Em que:

P_{ECHE} : Proporção de edifícios clássicos afeto à habitação com elevador

$TECHE$: Total de edifício clássico afeto à habitação com piso superior a 3, com elevador

$TECHS3$: Total de edifícios clássicos afeto à habitação com piso superior a 3

Percentagem de edifícios clássicos afetos à habitação com necessidade de grandes reparações e de edifícios clássicos afetos à habitação muito degradados

Fórmula de cálculo:

$$P_{ECHNGR} = \frac{TECHNGR}{TECH} \times 100$$

$$P_{ECHMD} = \frac{TECHMD}{TECH} \times 100$$

Em que:

P_{ECHNGR} : Percentagem de edifícios clássicos afeto à habitação com necessidade de grandes reparações

P_{ECHMD} : Percentagem de edifícios clássicos com maior parte afeta à habitação muito degradados

$TECHNGR$: Total de edifício clássico afeto exclusivo à habitação com necessidade de grandes reparações

$TECHMD$: Total de edifício clássico com maior parte afeta à habitação muito degradado

$TECH$: Total de edifícios clássicos afeta à habitação

Número médio de alojamentos no edifício

Fórmula de cálculo:

$$NM_{édio(AE)} = \frac{TAL}{TEH}$$

Em que:

$NM_{édio(AE)}$: Número médio de alojamentos no edifício

TAL : Total de alojamentos no edifício

TEH : Total de edifícios afetos à habitação

2.3.2 Indicadores das características dos alojamentos

Percentagem de alojamentos familiares e de alojamentos coletivos

Fórmula de cálculo:

$$P_{AF} = \frac{TAF}{TA} \times 100$$

$$P_{AC} = \frac{TAC}{TA} \times 100$$

Em que:

P_{AF} : Percentagem de alojamentos familiares

P_{AC} : Percentagem de alojamentos coletivos

TAF : Total de Alojamentos familiares

TAC : Total de Alojamentos coletivos

TA : Total de alojamentos

Percentagem de alojamentos familiares que vivem em moradia independente, apartamentos e barracas

Fórmula de cálculo:

$$P_{AFMI} = \frac{TAFMI}{TAF} \times 100$$

$$P_{AFA} = \frac{TAFA}{TAF} \times 100$$

$$P_{AFB} = \frac{TAFB}{TAF} \times 100$$

Em que:

P_{AFMI} : Percentagem de alojamentos familiares de moradia independente

P_{AFA} : Percentagem de alojamentos familiares que vivem em apartamentos

P_{AFB} : Percentagem de alojamentos familiares que vivem em barracas

$TAFMI$: Total de Alojamentos familiares que vivem em moradias independentes

$TAFA$: Total de Alojamentos familiares que vivem em apartamentos

$TAFA$: Total de Alojamentos familiares que vivem em barracas

TAF : Total de alojamentos familiares

Percentagem de alojamentos familiares de residência habitual, de uso sazonal e vazios

Fórmula de cálculo:

$$P_{AFRH} = \frac{TAFRH}{TAF} \times 100$$

$$P_{AFUS} = \frac{TAFUS}{TAF} \times 100$$

$$P_{AFV} = \frac{TAFV}{TAF} \times 100$$

Em que:

P_{AFRH} : Percentagem de alojamentos familiares de residência habitual

P_{AFUS} : Percentagem de alojamentos familiares de uso sazonal

P_{AFV} : Percentagem de alojamentos familiares vazios

$TAFRH$: Total de Alojamentos familiares de residência habitual

$TAFUS$: Total de Alojamentos familiares de uso sazonal

$TAFV$: Total de Alojamentos familiares vazios

TAF : Total de alojamentos familiares

Percentagem de alojamentos familiares de residência habitual pertencente ao privado/pessoa particular

Fórmula de cálculo:

$$P_{AFRHP} = \frac{TAFRHP}{TAFRH} \times 100$$

Em que:

P_{AFRHP} : Percentagem de alojamentos familiares de residência habitual pertencente ao privado
 $TAFRHP$: Total de Alojamentos familiares de residência habitual pertencente ao privado

$TAFRH$: Total de alojamentos familiares de residência habitual

Número médio de divisões nos alojamentos

Fórmula de cálculo:

$$NM_{éddio(DA)} = \frac{TDA}{TAFRH}$$

Em que:

$NM_{éddio(AE)}$: Número médio de divisões no alojamento

TDA : Total de divisões no alojamento

$TAFRH$: Total de alojamentos familiares de residência habitual

Percentagem de alojamentos familiares de residência habitual com acesso à água potável, com acesso à eletricidade e com acesso à sanita

Fórmula de cálculo:

$$P_{AFRHAP} = \frac{TAFRHAP}{TAFRH} \times 100$$

$$P_{AFRHE} = \frac{TAFRHE}{TAFRH} \times 100$$

$$P_{AFRHS} = \frac{TAFRHS}{TAFRH} \times 100$$

Em que:

P_{AFRHAP} : Percentagem de alojamentos familiares de residência habitual com acesso à água potável

P_{AFRHE} : Percentagem de alojamentos familiares de residência habitual com acesso à eletricidade

P_{AFRHS} : Percentagem de alojamentos familiares de residência habitual com acesso à sanita

$TAFRHAP$: Total de Alojamentos familiares de residência habitual com acesso à água potável

$TAFRHE$: Total de Alojamentos familiares de residência habitual com acesso à eletricidade

$TAFRHS$: Total de Alojamentos familiares de residência habitual com acesso à sanita

$TAFRH$: Total de alojamentos familiares de residência habitual

Percentagem de alojamentos familiares de residência habitual com instalação de banheira ou “poliban” com chuveiro e com sistema de evacuação de águas residuais

Fórmula de cálculo:

$$P_{AFRHBP} = \frac{TAFRHBP}{TAFRH} \times 100$$

$$P_{AFRHAR} = \frac{TAFRHAR}{TAFRH} \times 100$$

Em que:

P_{AFRHBP} : Percentagem de alojamentos familiares de residência habitual com instalação de banheira

P_{AFRHAR} : Percentagem de alojamentos familiares de residência habitual com sistema de evacuação de águas residuais

$TAFRHBP$: Total de Alojamentos familiares de residência habitual com instalação de banheira

$TAFRHAR$: Total de Alojamentos familiares de residência habitual com sistema de evacuação de águas residuais

$TAFRH$: Total de alojamentos familiares de residência habitual

Número médio de agregados nos alojamentos familiares de residência habitual

Fórmula de cálculo:

$$NM_{\text{médio}}(NAA) = \frac{TAFam}{TAFRH}$$

Em que:

$NM_{\text{médio}}(NAA)$: Número médio de agregados nos alojamentos familiares de residência habitual

$TAFam$: Total de agregados no alojamento

$TAFRH$: Total de alojamentos familiares de residência habitual

2.3.3 Indicadores das características dos representantes dos agregados familiares

Percentagem de agregados familiares representados por mulheres, por crianças de 10 a 17 anos e por idosos de 65 anos ou mais

Fórmula de cálculo:

$$P_{AFRM} = \frac{TAFRM}{TAFam} \times 100 \quad P_{AFRC(10-17)} = \frac{TAFRC(10-17)}{TAFam} \times 100 \quad P_{AFRI(65+)} = \frac{TAFRI(65+)}{TAFam} \times 100$$

Em que:

P_{AFRM} : Percentagem de agregados familiares representados por mulheres

$P_{AFRC(10-17)}$: Percentagem de agregados familiares representados por crianças de 10 a 17 anos

$P_{AFRI(65+)}$: Percentagem de agregados familiares representados por idosos de 65 anos ou mais

$TAFRM$: Total de agregados familiares representados por mulheres

$TAFRC(10-17)$: Total de agregados familiares representados por crianças de 10 a 17 anos

$TAFRI(65+)$: Total de agregados familiares representados por idosos de 65 anos ou mais

$TAFam$: Total de alojamentos familiares

Idade média do representante do agregado familiar

Fórmula de cálculo:

$$IM_{\text{média}}(RAFam) = \frac{\sum IRAFam}{TAFam}$$

Em que:

$IM_{\text{média}}(RAFam)$: Idade média dos representantes dos agregados familiares

$\sum IRAFam$: soma das idades dos representantes dos agregados familiares

$TAFam$: Total de agregados familiares

Proporção de representantes do agregado familiar, de representantes entre as mulheres e de representantes entre as crianças de 10 a 17 anos

Fórmula de cálculo:

$$P_{RAF} = \frac{TRA(10+)}{TP(10+)} \times 100 \quad P_{AFRM(10+)} = \frac{TAFRM(10+)}{TPM(10+)} \times 100 \quad P_{AFRC(10-17)} = \frac{TAFRC(10-17)}{TPC(10-17)} \times 100$$

Em que:

P_{RAF} : Proporção de representados dos agregados familiares

$P_{AFRM(10+)}$: Proporção de representantes dos agregados familiares entre as mulheres de 10 anos ou mais

$P_{AFRC(10-17)}$: Proporção de representantes dos agregados familiares entre as crianças de 10 a 17 anos

$TRA(10+)$: Total de representantes dos agregados familiares de 10 anos ou mais

$TAFRM(10+)$: Total de agregados familiares representados por mulheres de 10 anos ou mais

$TAFRC(10 - 17)$: Total de agregados familiares representados por crianças de 10 a 17 anos

$TP(10+)$: Total da população de 10 anos ou mais

$TPM(10 +)$: Total de mulheres de 10 anos ou mais

$TPC(10 - 17)$: Total de crianças de 10 a 17 anos

Proporção de representantes do agregado entre os idosos (65 anos ou mais), percentagem de representantes com incapacidade e de representantes com deficiência

Fórmula de cálculo:

$$P_{RAFI} = \frac{TRA(65+)}{TPI(65+)} \times 100 \quad P_{RAFD(10+)} = \frac{TRA(10+)}{TAFam} \times 100 \quad P_{RAFIIn(10+)} = \frac{TRA(10+)}{TAFam} \times 100$$

Em que:

P_{RAFI} : Proporção de representados dos agregados familiares entre os idosos de 65 anos ou mais

$P_{RAFD(10+)}$: Percentagem de representantes dos agregados familiares de 10 anos ou mais com deficiência

$P_{RAFIIn(10+)}$: Percentagem de representantes dos agregados familiares de 10 anos ou mais com incapacidade

$TRA(65+)$: Total de agregados familiares representados por idosos de 65 anos ou mais

$TRA(10+)$: Total de representantes de agregados familiares de 10 anos ou mais com deficiência

$TRA(10+)$: Total de agregados familiares representados de 10 anos ou mais com incapacidade

$TPI(65+)$: Total da população idosa de 65 anos ou mais

$TAFam$: Total de agregados familiares

2.3.4 Indicadores das características dos agregados familiares

2.3.4.1 Para características sociodemográficas

Tamanho médio dos agregados familiares e tamanho médio dos agregados familiares representados por mulheres

Fórmula de cálculo:

$$TM_{\text{médio}}(AF) = \frac{TPAF}{TAFam}$$

$$TM_{\text{médio}}(AFRM) = \frac{TPRM}{TAFamRM}$$

Em que:

$TM_{\text{médio}}(AF)$: Tamanho médio dos agregados familiares

$TM_{\text{médio}}(AFRM)$: Tamanho médio dos agregados familiares representados por mulheres

$TPAF$: Total de pessoas que habitualmente vivem nos agregados familiares

$TPRM$: Total de pessoas que habitualmente vivem nos agregados familiares representados por mulheres

$TAFam$: Total de agregados familiares

$TAFamRM$: Total de agregados familiares representados por mulheres

Tamanho médio dos agregados familiares representados por crianças (10-17 anos) e tamanho médio dos agregados familiares representados por idosos (65 anos ou mais)

Fórmula de cálculo:

$$TM_{\text{médio}}(AFRC) = \frac{TPRC(10-17)}{TAFamRC(10-17)}$$

$$TM_{\text{médio}}(AFRI) = \frac{TPRI(65+)}{TAFamRI(65+)}$$

Em que:

$TM_{\text{médio}}(AFRC)$: Tamanho médio dos agregados familiares representados por crianças de 10 a 17 anos

$TM_{\text{médio}}(AFRI)$: Tamanho médio dos agregados familiares representados por idosos de 65 anos ou mais

$TPRC(10 - 17)$: Total de pessoas que habitualmente vivem nos agregados familiares representados por crianças de 10 a 17 anos

$TPRI(65+)$: Total de pessoas que habitualmente vivem nos agregados familiares representados por idosos de 65 anos ou mais

$TAFamRC(10 - 17)$: Total de agregados familiares representados por crianças de 10 a 17 anos

$TAFamRI(65+)$: Total de agregados familiares representados por idosos de 65 anos ou mais

2.3.4.2 Para características socioeconómicas dos agregados

Percentagem de agregados familiares sem indivíduos empregados

Fórmula de cálculo:

$$P_{AFSE} = \frac{TAFSE}{TAFam} \times 100$$

Em que:

P_{AFSE} : Percentagem de agregados familiares sem indivíduos empregados

$TAFSE$: Total de agregados familiares sem indivíduos empregados

$TAFam$: Total de agregados familiares

Percentagem de agregados familiares que possuem uma habitação própria e percentagem de agregados familiares que vivem na condição de arrendatários

Fórmula de cálculo:

$$P_{AFHP} = \frac{TAFHP}{TAFam} \times 100$$

$$P_{AFVR} = \frac{TAFVR}{TAFam} \times 100$$

Em que:

P_{AFHP} : Percentagem de agregados familiares que possuem uma habitação própria

P_{AFVR} : Percentagem de agregados familiares que vivem na condição de arrendatários

$TAFHP$: Total de agregados familiares que ocupam a sua habitação na condição de proprietários / coproprietário

$TAFVR$: Total de agregados familiares que vivem na condição de arrendatários

$TAFam$: Total de agregados familiares

Percentagem de agregados familiares e proporção da população com acesso à água potável de fontes melhoradas

Fórmula de cálculo:

$$P_{AFCAP} = \frac{TAFCAP}{TAFam} \times 100$$

$$P_{PCAP} = \frac{TPCAP}{TP} \times 100$$

Em que:

P_{AFCAP} : Percentagem de agregados familiares com acesso à água potável de fontes melhoradas

P_{PCAP} : Proporção da população com acesso à água potável de fontes melhoradas

$TAFCAP$: Total de agregados familiares com acesso à água potável de fontes melhoradas

$TPCAP$: Total de população com acesso à água potável de fontes melhoradas

$TAFam$: Total de agregados familiares

TP : Total da população

Percentagem de agregados e proporção da população com acesso à eletricidade e Número médio de pessoas por quarto de dormir (densidade habitacional)

Fórmula de cálculo:

$$P_{AFCE} = \frac{TAFCE}{TAFam} \times 100$$

$$P_{PCE} = \frac{TPCE}{TP} \times 100$$

$$DH = \frac{TAF}{TNQPD}$$

Em que:

P_{AFCE} : Percentagem de agregados familiares com acesso à eletricidade

P_{PCE} : Proporção da população com acesso à eletricidade

DH : Densidade habitacional

$TAFCE$: Total de agregados familiares com acesso à eletricidade

$TPCE$: Total de população com acesso à eletricidade

TAF : Tamanho do agregado familiar

$TAFam$: Total de agregados familiares

TP : Total da população

$TNQPD$: Total de quartos utilizados para dormir

Percentagem de agregados familiares e proporção da população que utilizam eletricidade ou gás para cozinhar

Fórmula de cálculo:

$$P_{AFUEGC} = \frac{TAFUEGC}{TAFam} \times 100$$

$$P_{PUEGC} = \frac{TPUEGC}{TP} \times 100$$

Em que:

P_{AFUEGC} : Percentagem de agregados familiares que utilizam eletricidade ou gás para cozinhar

P_{PUEGC} : Proporção da população que utiliza eletricidade ou gás para cozinhar

$TAFUEGC$: Total de agregados familiares que utilizam eletricidade ou gás para cozinhar

$TPUEGC$: Total de população que utiliza eletricidade ou gás para cozinhar

$TAFam$: Total de agregados familiares

TP : Total da população

Percentagem de agregados familiares e proporção da população que utilizam a lenha para cozinhar

Fórmula de cálculo:

$$P_{AFULC} = \frac{TAFULC}{TAFam} \times 100$$

$$P_{PULC} = \frac{TPULC}{TP} \times 100$$

Em que:

P_{AFULC} : Percentagem de agregados familiares que utilizam a lenha para cozinhar

P_{PULC} : Proporção da população que utiliza a lenha para cozinhar

$TAFULC$: Total de agregados familiares que utilizam a lenha para cozinhar

$TPULC$: Total de população que utiliza a lenha para cozinhar

$TAFam$: Total de agregados familiares

TP : Total da população

Percentagem de agregados familiares e proporção da população que utilizam o carvão para cozinhar

Fórmula de cálculo:

$$P_{AFUCC} = \frac{TAFUCC}{TAFam} \times 100$$

$$P_{PUCC} = \frac{TPUCC}{TP} \times 100$$

Em que:

P_{AFUCC} : Percentagem de agregados familiares que utilizam carvão para cozinhar

P_{PUCC} : Proporção da população que utiliza carvão para cozinhar

$TAFUCC$: Total de agregados familiares que utilizam carvão para cozinhar

$TPUCC$: Total de população que utiliza carvão para cozinhar

$TAFam$: Total de agregados familiares

TP : Total da população

Percentagem de agregados familiares e proporção da população que descartam o lixo de forma adequada

Fórmula de cálculo:

$$P_{AFDLA} = \frac{TAFDLA}{TAFam} \times 100$$

$$P_{PDLA} = \frac{TPDLA}{TP} \times 100$$

Em que:

P_{AFDLA} : Percentagem de agregados familiares que descartam o lixo de forma adequada (colocado no contentor ou é recolhido pelo carro de lixo)

P_{PDLA} : Proporção da população que descarta o lixo de forma adequada (colocado no contentor ou é recolhido pelo carro de lixo)

$TAFDLA$: Total de agregados familiares que descartam o lixo de forma adequada (colocado no contentor ou é recolhido pelo carro de lixo)

$TPDLA$: Total de população que descarta o lixo de forma adequada (colocado no contentor ou é recolhido pelo carro de lixo)

$TAFam$: Total de agregados familiares

TP : Total da população

Percentagem de agregados familiares e proporção da população que descartam as águas residuais de forma adequada

Fórmula de cálculo:

$$P_{AFDARA} = \frac{TAFDARA}{TAFam} \times 100$$

$$P_{PDRA} = \frac{TPDARA}{TP} \times 100$$

Em que:

P_{AFDARA} : Percentagem de agregados familiares que descartam as águas residuais de forma adequada (lançadas na rede de esgoto ou fossa séptica)

P_{PDRA} : Proporção da população que descarta as águas residuais de forma adequada (lançadas na rede de esgoto ou fossa séptica)

$TAFDARA$: Total de agregados familiares que descartam as águas residuais de forma adequada (lançadas na rede de esgoto ou fossa séptica)

$TPDARA$: Total de população que descarta as águas residuais de forma adequada (lançadas na rede de esgoto ou fossa séptica)

$TAFam$: Total de agregados familiares

TP : Total da população

Percentagem de agregados familiares com acesso à sanita e percentagem de agregados familiares sem instalação sanitária e sem latrina

Fórmula de cálculo:

$$P_{AFCAS} = \frac{TAFCAS}{TAFam} \times 100$$

$$P_{AFSISL} = \frac{TAFSISL}{TAFam} \times 100$$

Em que:

P_{AFCAS} : Percentagem de agregados familiares com acesso à sanita

P_{AFSISL} : Percentagem de agregados familiares sem instalação sanitária e sem latrina

$TAFCAS$: Total de agregados familiares com acesso à sanita

$TAFSISL$: Total de agregados familiares sem instalação sanitária e sem latrina

$TAFam$: Total de agregados familiares

Percentagem de agregados familiares que possuem um aparelho de rádio e aparelho de televisão

Fórmula de cálculo:

$$P_{AFPR} = \frac{TAFPR}{TAFam} \times 100$$

$$P_{AFPAT} = \frac{TAFPAT}{TAFam} \times 100$$

Em que:

P_{AFPR} : Percentagem de agregados familiares que possuem um aparelho de rádio

P_{AFPAT} : Percentagem de agregados familiares que possuem um aparelho de televisão

$TAFPR$: Total de agregados familiares que possuem um aparelho de rádio

$TAFPAT$: Total de agregados familiares que possuem um aparelho de televisão

$TAFam$: Total de agregados familiares

Percentagem de agregados familiares que possuem telemóvel, proporção da população que vive em agregados familiares que possuem telemóvel e proporção da população de 10 anos ou mais que possuem telemóvel

Fórmula de cálculo:

$$P_{AFPT} = \frac{TAFPT}{TAFam} \times 100$$

$$P_{PVAPT} = \frac{TPVAPT}{TP} \times 100$$

$$P_{PPT(10+)} = \frac{TPPT(10+)}{TP(10+)} \times 100$$

Em que:

P_{AFPT} : Percentagem de agregados familiares que possuem telemóvel

P_{PVAPT} : Proporção da população que vive em agregados familiares que possuem telemóvel

$P_{PPT(10+)}$: Proporção da população de 10 anos ou mais com telemóvel

$TAFPT$: Total de agregados familiares que possuem telemóvel

$TPVAPT$: Total da população que vive em agregados familiares que possuem telemóvel

$TPPT(10+)$: Total da população de 10 anos ou mais que possuem telemóvel

$TAFam$: Total de agregados familiares

TP : Total da população

$TP(10+)$: Total da população de 10 anos ou mais

Percentagem de agregados familiares que possuem telefone fixo e percentagem de agregados familiares que possuem uma viatura

Fórmula de cálculo:

$$P_{AFPTF} = \frac{TAFPTF}{TAFam} \times 100$$

$$P_{AFPV} = \frac{TAFPV}{TAFam} \times 100$$

Em que:

P_{AFPTF} : Percentagem de agregados familiares que possuem telefone fixo

P_{AFPV} : Percentagem de agregados familiares que possuem uma viatura

$TAFPTF$: Total de agregados familiares que possuem telefone fixo

$TAFPV$: Total de agregados familiares que possuem uma viatura

$TAFam$: Total de agregados familiares

Percentagem de agregados familiares com acesso à internet, proporção da população que vive em agregados familiares com acesso à internet e proporção da população de 10 anos ou mais que utilizou a internet nos últimos 3 meses

Fórmula de cálculo:

$$P_{AFAI} = \frac{TAFAI}{TAFam} \times 100 \quad P_{PVAAI} = \frac{TPVAAI}{TP} \times 100 \quad P_{PUI(10+)} = \frac{TPUI(10+)}{TP(10+)} \times 100$$

Em que:

P_{AFAI} : Percentagem de agregados familiares com acesso à internet

P_{PVAAI} : Proporção da população que vive em agregados familiares com acesso à internet

$P_{PUI(10+)}$: Proporção da população de 10 anos ou mais que utilizou internet nos últimos 3 meses

$TAFAI$: Total de agregados familiares com acesso à internet

$TPVAAI$: Total da população que vive em agregados familiares com acesso à internet

$TPUI(10+)$: Total da população de 10 anos ou mais que utilizou internet nos últimos 3 meses

$TAFam$: Total de agregados familiares

TP : Total da população

$TP(10+)$: Total da população de 10 anos ou mais

2.3.5 Indicadores da estrutura familiar dos agregados familiares

Proporção de idosos que moram sozinhos e proporção de crianças que moram sozinhas

Fórmula de cálculo:

$$P_{IMS(65+)} = \frac{TIMS(65+)}{TI(65+)} \times 100 \quad P_{CMS(10-17)} = \frac{TCMS(10-17)}{TC(10-17)} \times 100$$

Em que:

$P_{IMS(65+)}$: Proporção de idosos de 65 anos ou mais que moram sozinhos

$P_{CMS(10-17)}$: Proporção de crianças de 10-17 anos que moram sozinhas

$TIMS(65+)$: Total de idosos de 65 anos ou mais que moram sozinhos

$TCMS(10 - 17)$: Total de crianças de 10-17 anos que moram sozinhas

$TI(65+)$: Total de idosos de 65 anos ou mais

$TC(10 - 17)$: Total de crianças de 10-17 anos

Percentagem de agregados familiares unipessoais, percentagem de agregados familiares conjugais e percentagem de agregados familiares não conjugais

Fórmula de cálculo:

$$P_{AFU} = \frac{TAFU}{TAFam} \times 100 \quad P_{AFC} = \frac{TAFC}{TAFam} \times 100 \quad P_{AFNC} = \frac{TAFNC}{TAFam} \times 100$$

Em que:

P_{AFU} : Percentagem de agregados familiares unipessoais

P_{AFC} : Percentagem de agregados familiares conjugais

P_{AFNC} : Percentagem de agregados familiares não conjugais

$TAFU$: Total de agregados familiares unipessoais

$TAFC$: Total de agregados familiares conjugais

$TAFNC$: Total de agregados familiares não conjugais

$TAFam$: Total de agregados familiares

2.3.6 Indicadores do nível de conforto dos agregados familiares

Percentagem de agregados familiares com nível de conforto muito baixo, percentagem de agregados familiares com nível de conforto baixo e percentagem de agregados familiares com nível de conforto médio

Fórmula de cálculo:

$$P_{AFNCMB} = \frac{TAFNCMB}{TAFam} \times 100$$

$$P_{AFNCB} = \frac{TAFNCB}{TAFam} \times 100$$

$$P_{AFNCM} = \frac{TAFNCM}{TAFam} \times 100$$

Em que:

P_{AFNCMB} : Percentagem de agregados familiares com nível de conforto muito baixo

P_{AFNCB} : Percentagem de agregados familiares com nível de conforto baixo

P_{AFNCM} : Percentagem de agregados familiares com nível de conforto médio

$TAFNCMB$: Total de agregados familiares com nível de conforto muito baixo

$TAFNCB$: Total de agregados familiares com nível de conforto baixo

$TAFNCM$: Total de agregados familiares com nível de conforto médio

$TAFam$: Total de agregados familiares

Percentagem de agregados familiares com nível de conforto alto e percentagem de agregados familiares com nível de conforto muito alto

Fórmula de cálculo:

$$P_{AFNCA} = \frac{TAFNCA}{TAFam} \times 100$$

$$P_{AFNCMA} = \frac{TAFNCMA}{TAFam} \times 100$$

Em que:

P_{AFNCA} : Percentagem de agregados familiares com nível de conforto alto

P_{AFNCMA} : Percentagem de agregados familiares com nível de conforto muito alto

$TAFNCA$: Total de agregados familiares com nível de conforto alto

$TAFNCMA$: Total de agregados familiares com nível de conforto muito alto

$TAFam$: Total de agregados familiares

2.4 VERIFICAÇÃO E IMPUTAÇÃO DOS DADOS

Como é de resto sabido, nenhum dado de recenseamento ou inquérito é perfeito. Para se obter resultados mais precisos, a partir das informações recolhidas no terreno, os dados devem estar, na medida do possível, livres de erros, inconsistências e omissões, especialmente após a etapa do seu processamento (De Waal *et al.*, 2011).

Nesse sentido, as recomendações internacionais e as boas práticas, conhecidas em diversos países, reconhecem que os dados dos censos e inquéritos têm, amiúde vez, problemas e, para os corrigir, adotam abordagens para lidar com lacunas e respostas inconsistentes que possam ter. Esses ajustes nos dados brutos são feitos nas etapas de verificação e de imputação. O processo de verificação serve primeiro para identificar e localizar erros nos dados e a imputação vale-se da aplicação de métodos e estratégias que resolvem ou "limparam" os erros previamente identificados, além de gerar informações consistentes com os dados omissos (De Waal *et al.*, 2011).

No processo de análise dos dados do V Recenseamento Geral de População e Habitação 2021 (RGPH-2021), foram realizadas verificações e imputações, auxiliando o processo de produção de dados mais consistentes e fidedignos. Na etapa de verificação, foram detetadas inconsistências entre as informações coletadas, como a incompatibilidade entre sexo, idade e as demais variáveis recolhidas no RGPH-2021.

Num segundo momento, variáveis inconsistentes e incompletas foram imputadas, sendo-lhes atribuídos valores plausíveis e internamente coerentes.

Finalmente, para os alojamentos e agregados, onde foram identificados moradores, mas que não foi possível, por alguma razão, realizar todas as entrevistas, foi feita a imputação das pessoas que neles viviam na data do censo, bem como de suas características.

A técnica utilizada para a imputação dos dados do RGPH-2021 é baseada no procedimento denominado *hot-deck*, que preenche os valores ausentes a partir de um registo similar, selecionado aleatoriamente. A ideia geral do método é a de substituir os valores ausentes de uma ou mais variável de determinado alojamento, agregado ou indivíduo por valores observados de um “doador” que é semelhante ao não respondente segundo algumas características selecionadas.

As imputações foram necessárias numa proporção muito baixa de alojamentos, agregados e indivíduos, não afetando, portanto, os principais resultados do Censo. Além das imputações em valores ausentes e inconsistentes em diversas variáveis, foram imputados também registos completos de 1.151 agregados e 6.562 indivíduos sem entrevistas, correspondendo a 0,8% e 1,3% dos agregados e pessoas na base, respectivamente.

3 PARQUE HABITACIONAL

3.1 CARACTERIZAÇÃO DO PARQUE HABITACIONAL

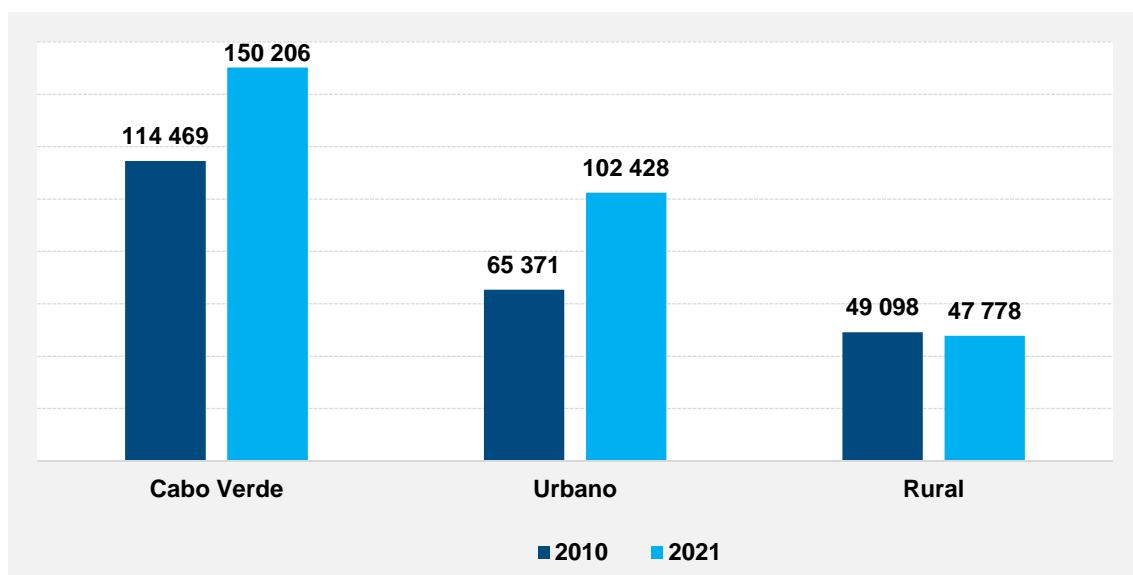
Neste capítulo, apresentar-se-á uma análise das principais características do parque habitacional de Cabo Verde. Serão abordados os seguintes temas:

- 1. Edifícios** – Foram analisadas as principais características dos edifícios destinados à habitação, nomeadamente o tipo de edifício, o tipo de utilização, o número de pisos, a existência do elevador, o material utilizado no revestimento exterior da parede e na cobertura, o estado de conservação, a época de construção e o número de alojamentos.
- 2. Alojamentos** – Foram analisadas as principais características dos alojamentos, nomeadamente o tipo de alojamento, a forma de ocupação e uma caracterização dos alojamentos familiares (regime de propriedade dos alojamentos, número de divisões, infraestruturas disponíveis, principal material utilizado no pavimento (chão), estado de conservação e número de agregado).

3.1.1 Características dos edifícios

Em 2021, o parque habitacional cabo-verdiano era composto por 150.206 edifícios, sendo 102.428 no meio urbano e 47.778 no rural. Verificou-se um aumento de 35.737 edifícios em comparação com o ano de 2010 (114.469 edifícios) e esse aumento é visível no meio urbano (102.428 em 2021 contra 65.371 em 2010). O mesmo já não se verifica no meio rural, que viu o seu efetivo de edifícios diminuir para 47.778 (49.098 em 2010) (Gráfico 5).

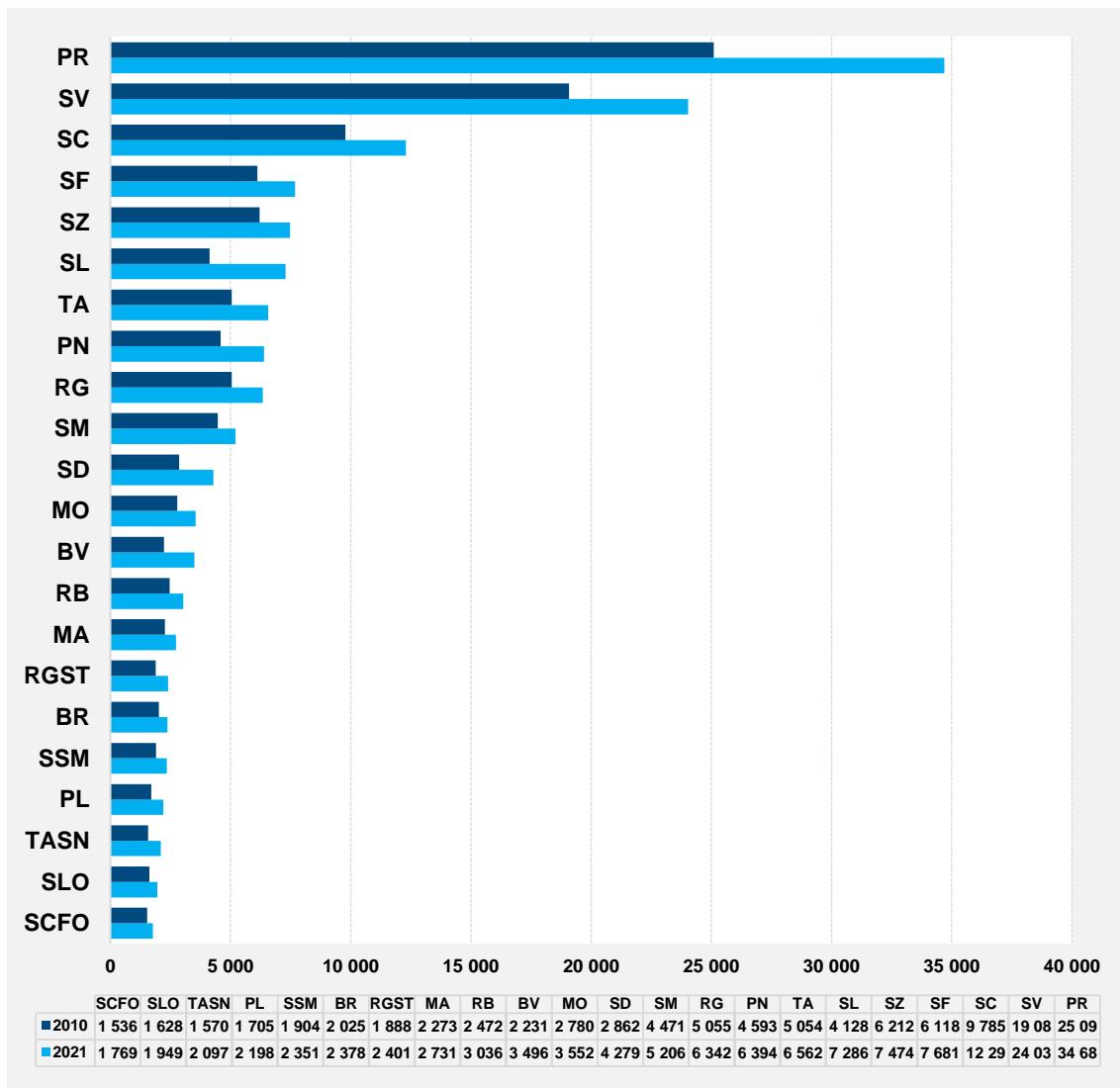
Gráfico 5 – Distribuição (efetivo) dos edifícios, segundo meio de residência por ano censitário. Cabo Verde, 2010 e 2021



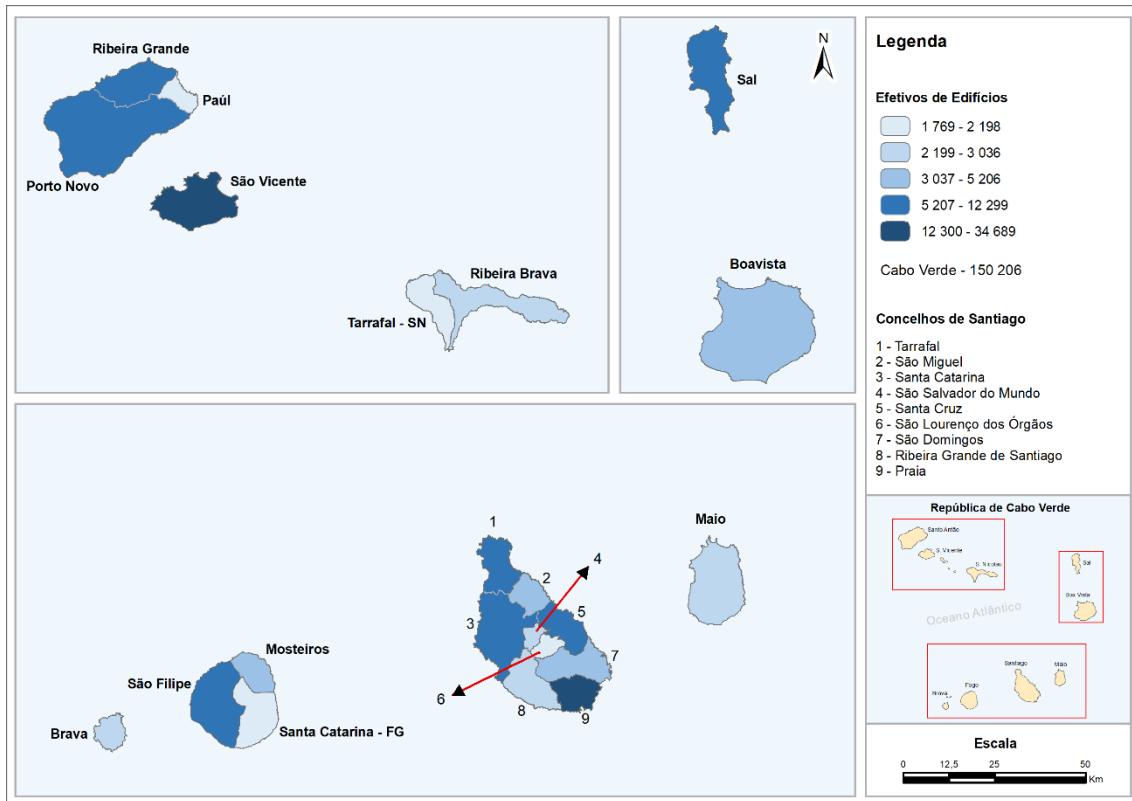
Fonte: INE, Censos 2010 e 2021

Da análise por concelho, verifica-se que em todos o número de edifícios aumentou em relação ao ano de 2010. Os concelhos da Praia, de São Vicente, do Sal e de Santa Catarina tiveram as maiores variações absolutas (crescimento de 9.591, 4.955, 3.158 e 2.514, respetivamente). Já, porém, os de Santa Catarina do Fogo e de São Salvador do Mundo, apesar do número de edifícios terem aumentado em relação ao ano de 2010, tiveram as menores variações (233 e 321, respetivamente) (Gráfico 6).

Gráfico 6 – Distribuição (efetivo) dos edifícios segundo concelho por ano censitário. Cabo Verde, 2010 e 2021



Fonte: INE, Censos 2010 e 2021

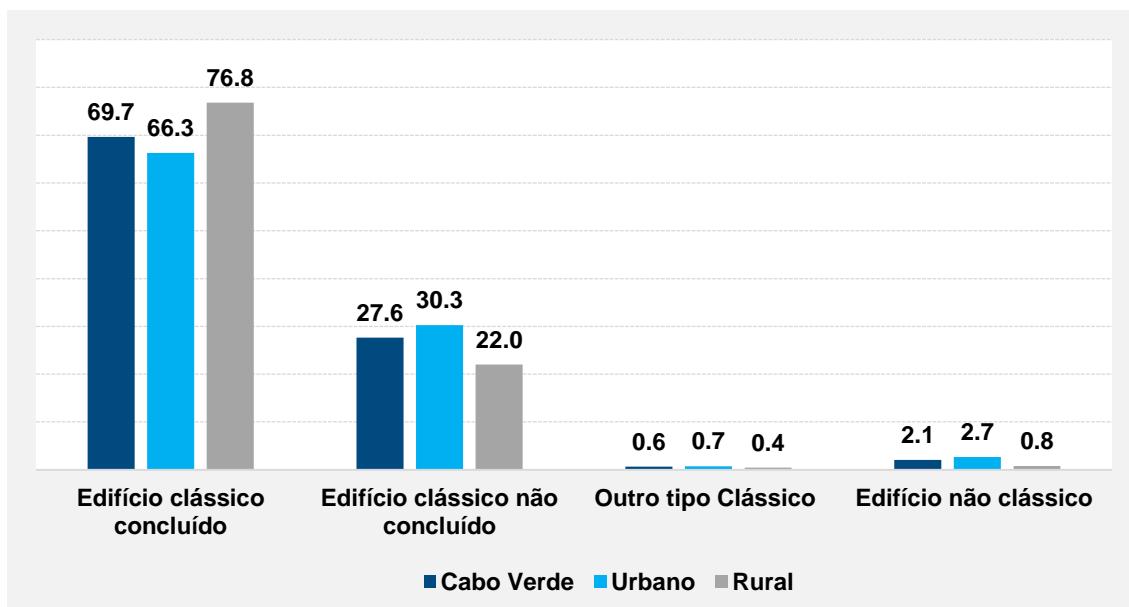
Mapa 1 – Distribuição (efetivo) dos edifícios por concelhos. Cabo Verde, 2021

Fonte: INE, Censo 2021

3.1.1.1 Tipo dos edifícios

Em 2021, dos 150.206 edifícios recenseados, 69,7% (104.623) eram clássicos concluídos, 27,6% (41.527) eram clássicos não concluídos, 0,6% (931) eram de outro tipo clássico e 2,1% (3.125) eram não clássicos. Por meio de residência, verificou-se que os edifícios clássicos concluídos foram mais predominantes no meio rural (76,8% contra 66,3% respetivamente), enquanto os edifícios clássicos não concluídos foram mais preponderantes no meio urbano (30,3% contra 22,0%, respetivamente) (Gráfico 7).

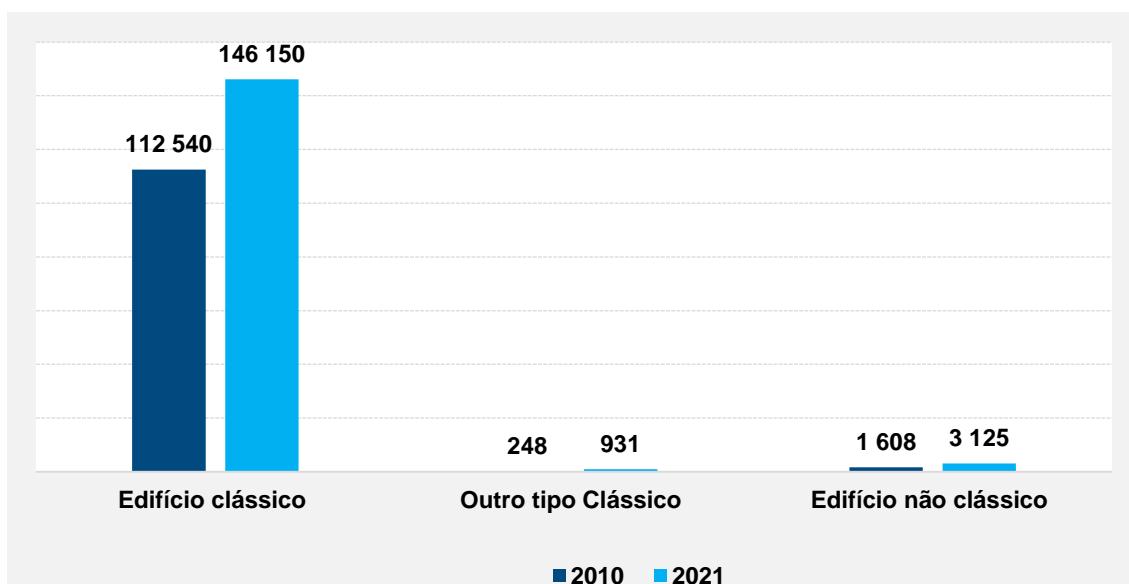
**Gráfico 7 – Distribuição (%) dos edifícios segundo tipo de edifício por meio de residência.
Cabo Verde, 2021**



Fonte: INE, Censo 2021

Entre 2010 e 2021, verificou-se um aumento absoluto em todos os tipos de edifícios: 33.610 dos edifícios clássicos, (112.540 em 2010 contra 146.150 em 2021); 683 edifícios de outro tipo clássico (248 em 2010 contra 931 em 2021); e 1.517 nos edifícios não clássicos (1.608 em 2010 contra 3.125 em 2021) (Gráfico 8).

**Gráfico 8 – Distribuição (efetivo) dos edifícios segundo tipo de edifício por ano censitário.
Cabo Verde, 2010 e 2021**



Fonte: INE, Censos 2010 e 2021

Da análise por concelho, não se registou uma variação significativa do tipo dos edifícios. Os edifícios clássicos constituíram mais de 95% dos edifícios em todos os concelhos com exceção dos de São Vicente e do Sal, onde a percentagem foi de 92,0% e de 91,5%

respetivamente (Tabela 4). A percentagem de edifícios não clássicos foi mais expressiva nos concelhos de São Vicente (7,4%), do Sal (6,9%) e da Boa Vista (3,4%).

Tabela 4 – Distribuição (%) dos edifícios segundo o tipo de edifício por meio de residência e concelho. Cabo Verde, 2021

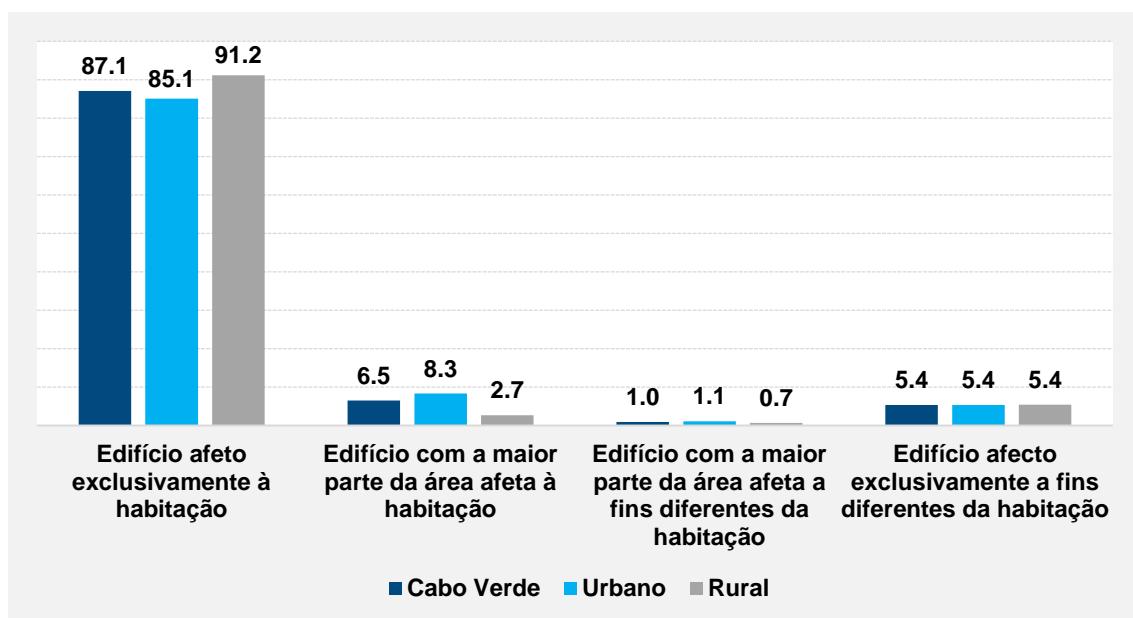
Meio de residência / concelho	Total de edifícios	Tipo do edifício			
		Edifício clássico concluído	Edifício clássico não concluído	Outro tipo Clássico	Edifício não clássico
Cabo Verde	150 206	69,7	27,6	0,6	2,1
Meio de residência					
Urbano	102 428	66,3	30,3	0,7	2,7
Rural	47 778	76,8	22,0	0,4	0,8
Concelho					
Ribeira Grande	6 342	81,2	17,4	1,2	0,2
Paul	2 198	90,6	7,1	1,5	0,9
Porto Novo	6 394	63,8	35,4	0,6	0,2
São Vicente	24 036	68,2	23,8	0,6	7,4
Ribeira Brava	3 036	87,5	12,1	0,4	0,0
Tarrafal de São Nicolau	2 097	66,3	32,8	0,9	0,0
Sal	7 286	68,8	22,7	1,6	6,9
Boa Vista	3 496	70,1	24,9	1,6	3,4
Maio	2 731	90,8	7,8	1,5	0,0
Tarrafal	6 562	79,4	19,9	0,6	0,1
Santa Catarina	12 299	68,7	31,0	0,2	0,1
Santa Cruz	7 474	68,8	30,7	0,3	0,2
Praia	34 689	56,5	41,5	0,4	1,5
São Domingos	4 279	74,0	24,8	0,5	0,7
São Miguel	5 206	69,9	29,4	0,2	0,5
São Salvador do Mundo	2 351	82,4	17,3	0,2	0,1
São Lourenço dos Órgãos	1 949	82,1	17,4	0,3	0,2
Ribeira Grande Santiago	2 401	62,8	34,9	0,7	1,5
Mosteiros	3 552	77,5	22,2	0,2	0,1
São Filipe	7 681	84,2	15,0	0,6	0,2
Santa Catarina do Fogo	1 769	81,5	17,0	1,5	0,1
Brava	2 378	88,2	10,9	0,8	0,1

Fonte: INE, Censo 2021

3.1.1.2 Tipo de utilização dos edifícios

Em 2021, dos 146.150 edifícios clássicos, 87,1% (127.282) estavam afetos, exclusivamente, à habitação, 6,5% (9.517) tinham a maior parte da área afeta à habitação, 1,0% (1.446) maior parte da área afeta a fins diferentes da habitação e 5,4% (7.905) estavam, exclusivamente, afetos a fins diferentes dos da habitação. Por meio de residência, verificou-se que os edifícios afetos, exclusivamente, à habitação foram mais predominantes no meio rural (91,2% contra 85,1%, respetivamente), enquanto os edifícios, com maior parte da área afeta, exclusivamente, à habitação, foram mais preponderantes no meio urbano (8,3% contra 2,7% respetivamente) (Gráfico 9).

Gráfico 9 – Distribuição (%) dos edifícios clássicos segundo tipo de utilização por meio de residência. Cabo Verde, 2021



Fonte: INE, Censo 2021

Da Tabela 5, conclui-se que os concelhos, situados mais a norte do país, apresentaram proporções de edifícios, afetos, exclusivamente, à habitação, inferiores à média nacional (87,1%) com exceção do da Ribeira Brava (87,3%), enquanto todos os outros, a sul, tiveram proporções superiores à média nacional. As proporções mais altas de edifícios afetos, exclusivamente, à habitação foram registadas nos concelhos de São Salvador do Mundo (96,6%) e de São Miguel (93,0%). Por outro lado, os do Sal e da Boa Vista apresentaram as mais baixas proporções, com 76,7% e 75,4%, respetivamente.

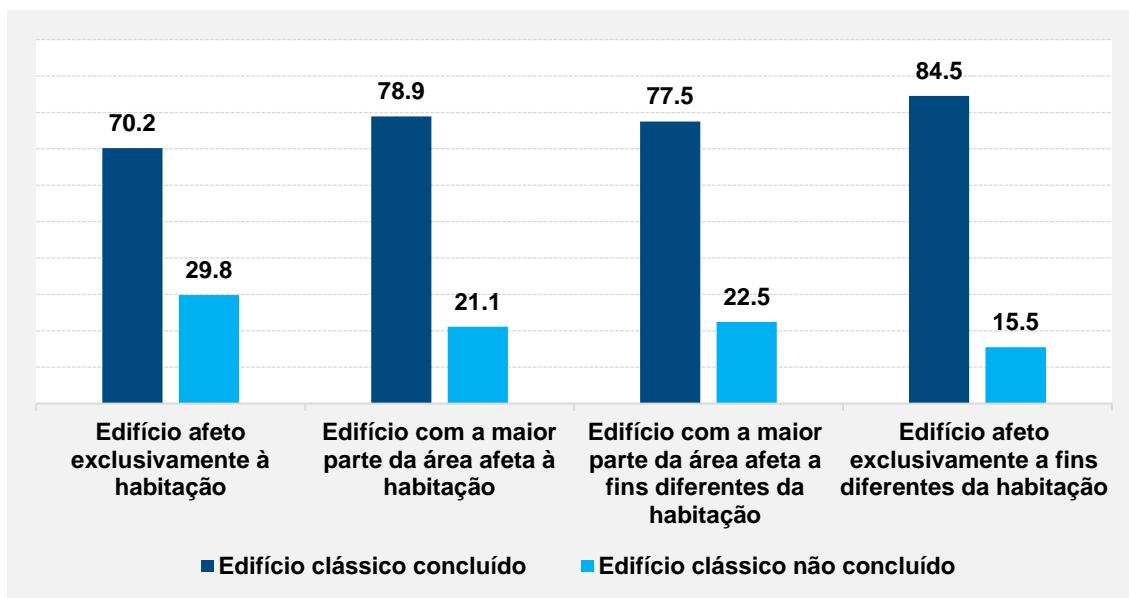
Tabela 5 – Distribuição (%) dos edifícios clássicos segundo tipo de utilização por meio de residência e concelho. Cabo Verde, 2021

Meio de residência / concelho	Total de edifícios clássicos	Tipo de utilização do edifício			
		Edifício afeto exclusivamente à habitação	Edifício com a maior parte da área afeta à habitação	Edifício com a maior parte da área afeta a fins diferentes da habitação	Edifício afeto exclusivamente a fins diferentes da habitação
Cabo Verde	146 150	87,1	6,5	1,0	5,4
Meio de residência					
Urbano	98 954	85,1	8,3	1,1	5,4
Rural	47 196	91,2	2,7	0,7	5,4
Concelho					
Ribeira Grande	6 254	86,1	5,9	0,7	7,3
Paul	2 146	84,5	5,7	1,0	8,8
Porto Novo	6 342	86,1	5,8	1,4	6,7
São Vicente	22 117	85,3	8,9	0,9	4,9
Ribeira Brava	3 024	87,3	4,7	0,7	7,3
Tarrafal de São Nicolau	2 078	86,6	7,7	0,2	5,5
Sal	6 668	76,7	14,0	1,8	7,5
Boa Vista	3 321	75,4	13,3	2,2	9,1
Maio	2 691	82,5	7,4	0,9	9,3
Tarrafal	6 515	92,3	3,4	0,6	3,6
Santa Catarina	12 256	91,4	4,9	0,7	3,0
Santa Cruz	7 434	91,0	4,0	1,1	3,9
Praia	34 019	85,9	7,7	1,2	5,2
São Domingos	4 229	91,3	2,6	0,5	5,7
São Miguel	5 170	93,0	2,8	0,5	3,7
São Salvador do Mundo	2 343	96,6	1,8	0,5	1,1
São Lourenço dos Órgãos	1 941	90,8	3,1	0,4	5,7
Ribeira Grande Santiago	2 347	91,3	2,3	0,3	6,1
Mosteiros	3 540	88,2	4,4	0,7	6,8
São Filipe	7 617	88,1	4,9	1,0	6,0
Santa Catarina do Fogo	1 741	89,8	3,2	1,0	6,0
Brava	2 357	87,1	4,3	1,0	7,6

Fonte: INE, Censo 2021

Do Gráfico 10, conclui-se que, qualquer que seja a utilização dos edifícios, estes apresentaram proporções acima dos 70% para edifícios concluídos, sendo 70,2% para edifícios afetos, exclusivamente, à habitação, 78,9% para os edifícios com a maior parte da área afeta à habitação, 77,5% para os com maior parte da área afeta a fins diferentes da habitação e 84,5% para os edifícios afetos, exclusivamente, a fins diferentes da habitação.

Gráfico 10 – Distribuição (%) dos edifícios clássicos segundo tipo de edifício por tipo de utilização. Cabo Verde, 2021

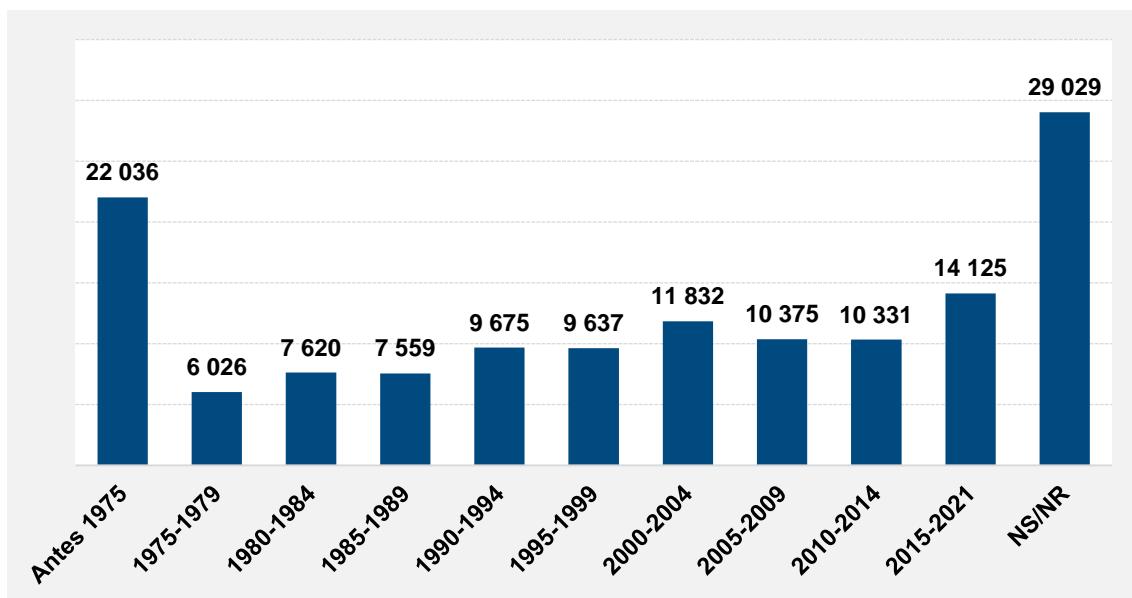


Fonte: INE, Censo 2021

3.1.1.3 Época de construção dos edifícios afetos à habitação

Durante as últimas décadas, têm-se verificado elevadas taxas de crescimento do parque habitacional, e isso fez com que, em 2021, uma parte dos edifícios existentes fosse relativamente recente. Do total de edifícios clássicos, afetos à habitação existente em 2021, (138.245), os construídos, a partir de 2000, constituíam 33,8% (46.663) deste parque habitacional. Estes edifícios distribuíram-se de forma, aproximadamente, uniforme por cada uma das épocas, sendo, contudo, de assinalar uma tendência de ligeiro aumento do número de edifícios entre 2015-2021. Os edifícios construídos, antes de 1975, representaram 15,9% (22.036) do parque habitacional, os construídos entre 1975-1999 representaram 29,3% (40.517) e os restantes 21,0% (29.029) correspondem aos que não souberam responder essa questão (Gráfico 11).

Gráfico 11 – Distribuição (%) dos edifícios clássicos afetos à habitação segundo a época de construção. Cabo Verde, 2021



Fonte: INE, Censo 2021

Da análise por meio de residência, constata-se que a proporção de edifícios construídos antes de 1975, no meio rural, foi superior à média nacional (constituído por 24,1%). No meio urbano, 19,0% dos edifícios foram construídos entre 2010-2021 e 12,0% antes de 1975.

Do total dos edifícios clássicos construídos, verifica-se que, em alguns concelhos, a proporção de edifícios, construídos antes de 1975, ultrapassou os 20%, sendo o concelho da Brava a atingir os 59,0% (o que significa que os edifícios desta ilha apresentavam sinais de envelhecimento). A proporção de edifícios, construídos entre 2015-2021, foi mais expressiva nos concelhos do Sal, da Boa Vista, da Praia, de São Domingos, da Ribeira Grande de Santiago e de Santa Catarina do Fogo (13,7%, 14,1%, 14,4%, 16,9%, 14,5% e 13,2%, respetivamente) (Tabela 6).

Tabela 6 – Distribuição (%) dos edifícios clássicos afetos à habitação segundo a época de construção por meio de residência e concelho. Cabo Verde, 2021

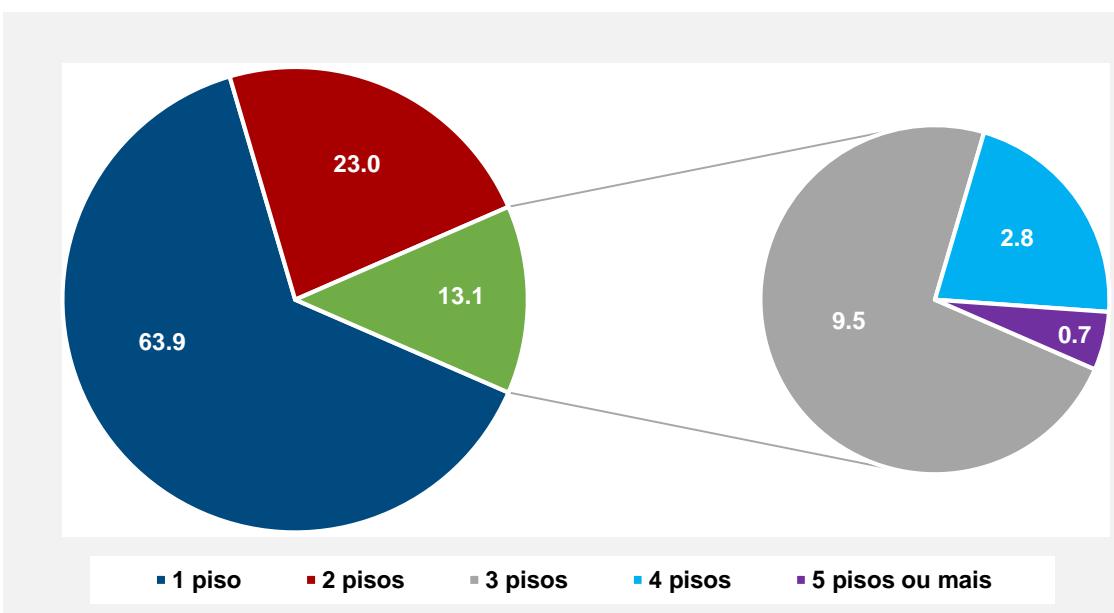
Meio de residência / concelho	Antes 1975	1975 a 1979	1980 a 1984	1985 a 1989	1990 a 1994	1995 a 1999	2000 a 2004	2005 a 2009	2010 a 2014	2015 a 2021	NS / NR
Cabo Verde	15,9	4,4	5,5	5,5	7,0	7,0	8,6	7,5	7,5	10,2	21,0
Meio de residência											
Urbano	12,0	3,7	5,3	5,4	7,3	7,5	9,4	8,3	8,1	10,9	22,2
Rural	24,1	5,8	5,9	5,5	6,5	5,9	6,9	5,8	6,2	8,9	18,5
Concelho											
Ribeira Grande	25,5	4,0	5,5	5,7	7,2	7,6	7,0	5,6	4,2	5,7	21,9
Paul	24,3	6,5	6,5	6,5	8,1	6,2	7,8	6,2	4,9	6,4	16,5
Porto Novo	11,0	4,7	7,2	6,4	7,3	7,1	7,5	6,1	5,8	7,0	29,8
São Vicente	15,2	3,9	5,6	6,3	8,1	7,9	8,7	6,6	5,7	8,8	23,1
Ribeira Brava	22,8	5,6	5,2	4,1	4,0	4,7	5,2	3,8	4,3	4,7	35,7
Tarrafal de São Nicolau	17,9	4,2	6,2	5,0	5,6	4,3	7,1	7,4	5,5	7,7	29,1
Sal	9,0	2,2	3,5	4,3	6,8	12,3	13,1	13,0	15,8	13,7	6,2
Boa Vista	7,4	2,5	1,9	1,3	1,8	2,6	7,6	14,4	12,1	14,1	34,4
Maio	23,8	7,3	8,0	8,9	8,5	8,0	10,4	9,5	6,0	5,9	3,7
Tarrafal	8,5	2,0	3,3	3,9	5,4	4,7	5,2	4,0	3,8	5,7	53,7
Santa Catarina	19,0	6,0	6,0	5,7	8,2	7,1	8,8	7,6	8,7	11,7	11,2
Santa Cruz	14,4	4,7	6,6	6,9	8,2	6,5	7,0	6,3	7,0	9,7	22,8
Praia	9,5	3,2	5,3	5,5	7,3	7,6	10,8	9,3	9,7	14,4	17,3
São Domingos	19,3	5,7	6,1	6,4	6,8	6,9	6,8	10,7	10,1	16,9	4,2
São Miguel	15,6	4,8	4,7	5,1	7,1	5,7	7,6	5,8	5,0	5,4	33,4
São Salvador do Mundo	28,0	9,5	9,2	6,9	7,7	6,0	6,5	6,7	7,5	10,2	1,8
São Lourenço dos Órgãos	42,2	5,8	7,5	6,3	6,8	5,0	5,0	5,4	5,2	7,0	3,7
Ribeira Grande Santiago	19,1	4,6	4,8	6,8	8,9	8,4	11,2	8,6	10,8	14,5	2,3
Mosteiros	18,9	6,2	5,6	4,0	5,3	4,2	6,4	4,6	4,6	8,1	32,1
São Filipe	16,4	5,4	5,2	4,0	4,8	5,1	6,3	5,3	5,4	6,0	36,1
Santa Catarina do Fogo	32,2	4,9	8,1	4,3	6,0	8,1	7,3	4,7	5,4	13,2	5,8
Brava	59,0	7,7	4,4	2,2	2,9	3,0	5,7	3,5	2,8	3,2	5,5

Fonte: INE, Censo 2021

3.1.1.4 Número de pisos dos edifícios afetos à habitação

Em 2021, o parque habitacional era constituído maioritariamente por edifícios afetos à habitação de altura baixa. Os edifícios afetos à habitação com um e dois pisos representaram 86,9% do total de edifícios (63,9% com um piso e 23,0% com dois), enquanto 9,5% tinham três, 2,8% quatro e 0,7% cinco ou mais (Gráfico 12).

Gráfico 12 – Distribuição (%) dos edifícios clássicos afetos à habitação segundo o número de pisos. Cabo Verde, 2021



Fonte: INE, Censo 2021

Da análise por meio de residência, constata-se que, tanto no meio urbano como no rural, os edifícios mais comuns foram os com um único piso, 54,3% e 84,0%, respetivamente. Os edifícios com um ou dois pisos representaram mais de 80% dos edifícios em quase todos os concelhos, atingindo em alguns deles mais de 95%. Sal, São Vicente e Praia destacaram-se por possuírem as mais elevadas proporções de edifícios com três pisos ou mais (23,0%, 21,1% e 20,2%, respetivamente) (Tabela 7).

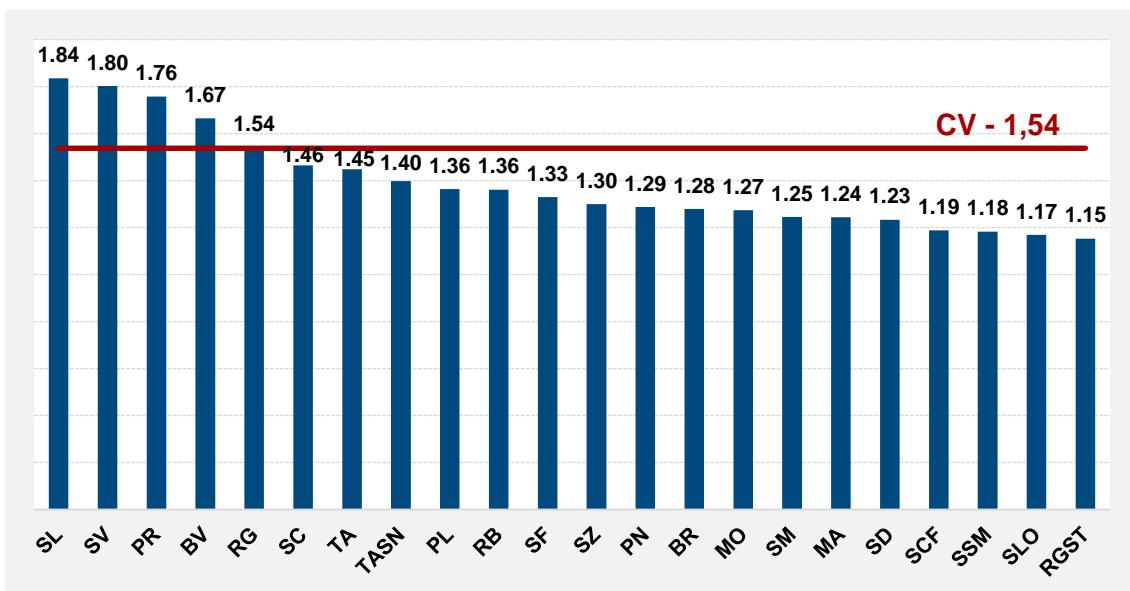
Tabela 7 – Distribuição (%) dos edifícios clássicos afetos à habitação segundo o número de pisos por meio de residência e concelho. Cabo Verde, 2021

Meio de residência / concelho	Total de edifícios clássicos afetos à habitação	Número de piso(s)				
		1	2	3	4	5 ou +
Cabo Verde	138 245	63,9	23,0	9,5	2,8	0,7
Meio de residência						
Urbano	93 615	54,3	27,4	13,2	4,1	1,0
Rural	44 630	84,0	13,9	1,9	0,2	0,0
Concelho						
Ribeira Grande	5 795	62,0	25,5	9,4	2,8	0,3
Paul	1 958	70,4	23,1	6,2	0,3	0,0
Porto Novo	5 919	77,4	17,4	4,5	0,5	0,2
São Vicente	21 023	47,1	31,8	16,2	4,1	0,8
Ribeira Brava	2 803	71,1	22,2	6,0	0,6	0,0
Tarrafal de São Nicolau	1 963	68,6	24,9	5,0	1,4	0,2
Sal	6 168	47,5	29,5	16,0	6,4	0,6
Boa Vista	3 018	58,7	23,1	11,7	5,8	0,7
Maio	2 440	80,0	16,1	3,6	0,4	0,0
Tarrafal	6 279	66,4	23,8	8,6	1,2	0,1
Santa Catarina	11 890	68,3	20,6	8,2	2,5	0,5
Santa Cruz	7 142	77,0	17,4	4,5	1,0	0,1
Praia	32 252	54,3	25,6	13,1	5,1	2,0
São Domingos	3 990	81,9	13,4	4,3	0,4	0,1
São Miguel	4 978	80,9	14,3	4,2	0,5	0,1
São Salvador do Mundo	2 317	84,4	13,2	2,2	0,2	0,0
São Lourenço dos Órgãos	1 830	86,0	11,6	1,9	0,5	0,0
Ribeira Grande Santiago	2 203	86,4	12,1	1,4	0,1	0,0
Mosteiros	3 301	76,6	19,9	3,2	0,4	0,0
São Filipe	7 162	75,1	17,9	6,0	1,0	0,1
Santa Catarina do Fogo	1 636	83,1	15,2	1,6	0,1	0,0
Brava	2 178	73,8	24,6	1,5	0,1	0,0

Fonte: INE, Censo 2021

Em 2021, os edifícios clássicos afetos à habitação tinham em média 1,54 pisos. Somente quatro concelhos apresentaram o número médio de pisos acima da nacional: Sal, São Vicente, Praia e Boa Vista. Ribeira Grande de Santiago foi o concelho que apresentou o menor número médio de pisos (1,15) (Gráfico 13).

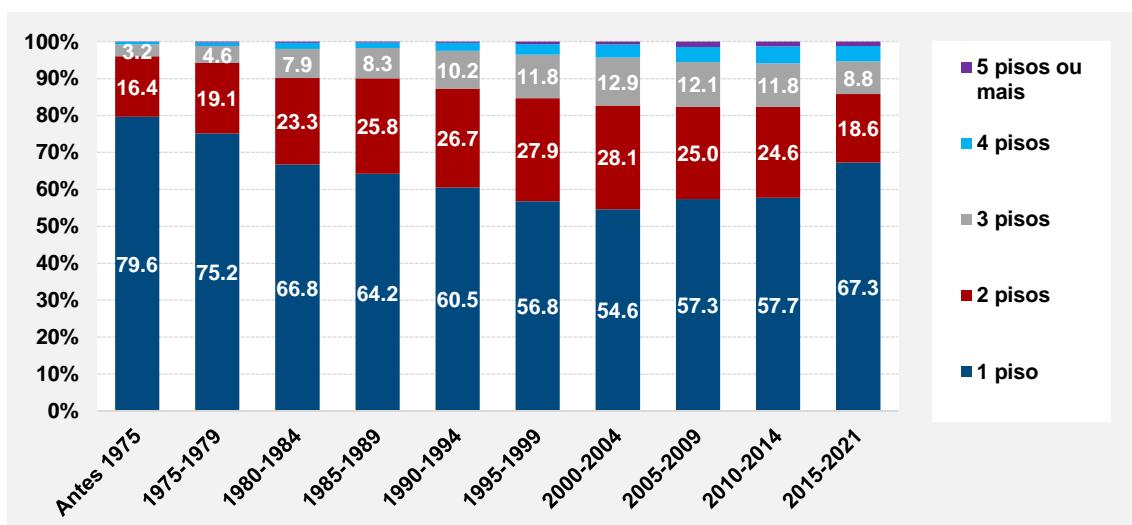
Gráfico 13 – Número médio de pisos dos edifícios clássicos afetos à habitação segundo concelho. Cabo Verde, 2021



Fonte: INE, Censo 2021

Os edifícios construídos em épocas mais recentes tiveram uma redução da percentagem dos edifícios com um piso, passando de 79,6% nos edificados antes de 1975 para 67,3% nos construídos entre 2015-2021. Por outro lado, verificou-se um aumento da percentagem dos edifícios com três pisos, passando de 3,2% nos mais antigos (antes de 1975) para 8,8% nos mais recentes (2015-2021), pese embora tenha havido uma diminuição entre os anos de 2010-2014. Sublinhe-se que a percentagem dos edifícios com mais de dois pisos, apesar de ser menos representativa, também, aumentou nos anos mais recentes, passando de 4,0% nos edifícios construídos antes de 1975 para 14,2% nos edificados entre 2015-2021 (Gráfico 14).

Gráfico 14 – Distribuição (%) dos edifícios clássicos afetos à habitação segundo o número de pisos por ano de construção. Cabo Verde, 2021

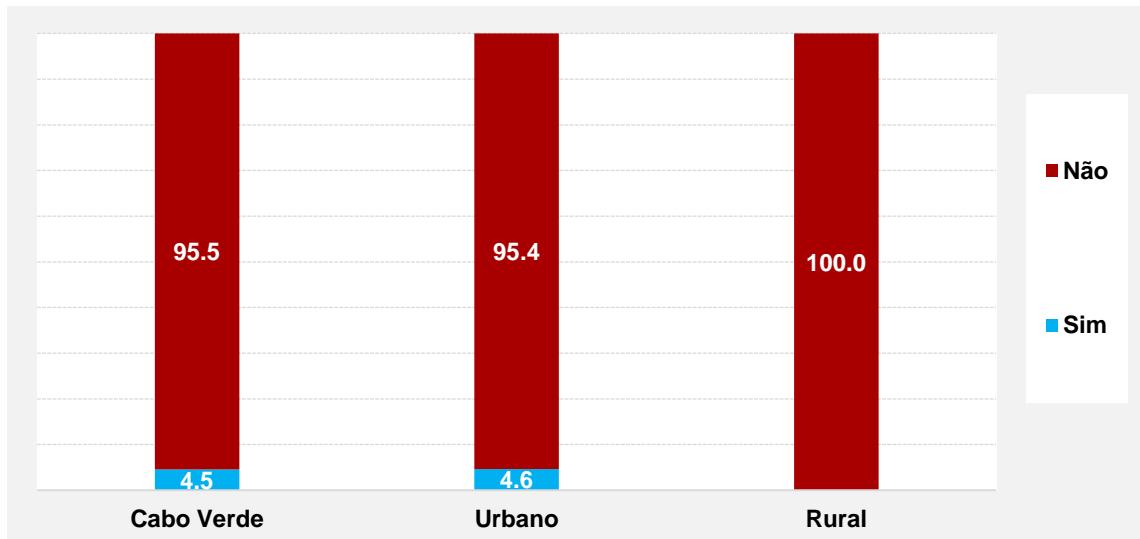


Fonte: INE, Censo 2021

3.1.1.5 Existência do elevador nos edifícios afetos à habitação com 4 pisos ou mais

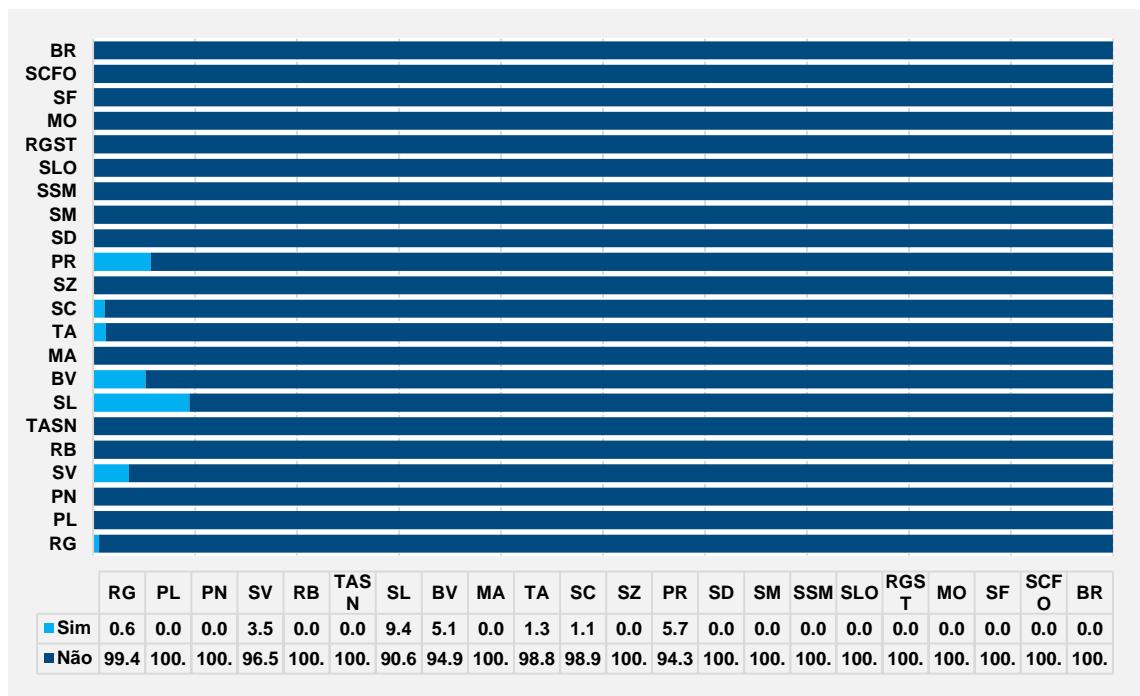
Em 2021, dos 4.872 edifícios clássicos afetos à habitação com 4 pisos ou mais, somente 4,5% (221) tinham o elevador, com todos os edifícios representados no meio urbano. Os concelhos que tinham edifícios com elevador foram: Ribeira Grande com 0,6% (1), São Vicente com 3,5% (36), Sal com 9,4% (41), Boa Vista com 5,1% (10), Tarrafal com 1,3% (1), Santa Catarina com 1,1% (4) e Praia com 5,7% (128) (Gráfico 15 e Gráfico 16).

Gráfico 15 – Distribuição (%) dos edifícios clássicos afetos à habitação com 4 pisos ou mais segundo a existência de elevador por meio de residência. Cabo Verde, 2021



Fonte: INE, Censo 2021

Gráfico 16 – Distribuição (%) dos edifícios clássicos afetos à habitação com 4 pisos ou mais segundo a existência de elevador por concelho. Cabo Verde, 2021

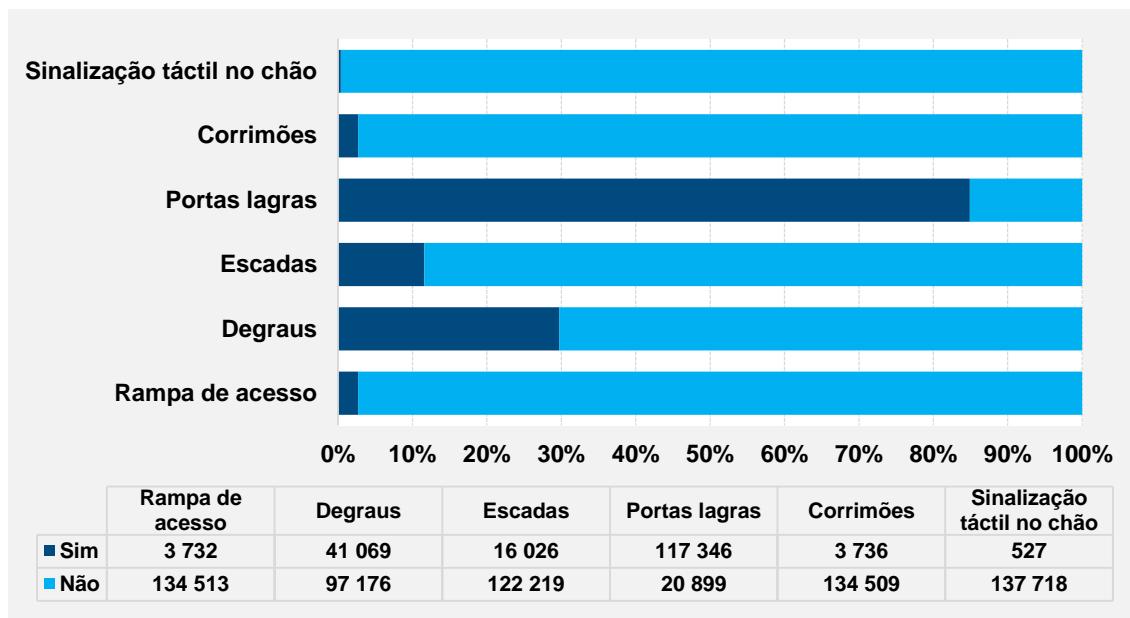


Fonte: INE, Censo 2021

3.1.1.6 Condições de acessibilidade dos edifícios afetos à habitação

Em 2021, dos 138.245 edifícios clássicos afetos à habitação, 29,7% (41.069) tinham degraus, 84,9% (117.346) tinham portas largas, 11,6% (16.026) tinham escadas e somente 2,7% (3.732 e 3.736, respetivamente) tinham rampa de acesso e corrimões e 0,4% (527) tinham sinalização táctil no chão (Gráfico 17).

Gráfico 17 – Distribuição (Efetivos) dos edifícios clássicos afetos à habitação segundo a forma/condição de acessibilidade ao edifício por meio de residência. Cabo Verde, 2021



Fonte: INE, Censo 2021

Da análise por meio de residência, constata-se que tanto no meio urbano como no rural as formas de acessibilidade ao edifício mais comuns foram nos com portas largas, degraus e escadas (respetivamente, 84,2%, 29,8% e 10,5% para o meio urbano e 86,3%, 29,4% e 13,8% para o rural). Os edifícios com portas largas representaram mais de 80% dos edifícios em todos os concelhos (com exceção do Porto Novo, de São Vicente, do Sal, do Maio e do Tarrafal), atingindo em alguns deles mais de 95%. Os concelhos com maior proporção de edifícios com acesso à rampa foram o Sal (4,0%), Santa Catarina do Fogo (3,5%) e Santa Catarina (3,0%) (Tabela 8).

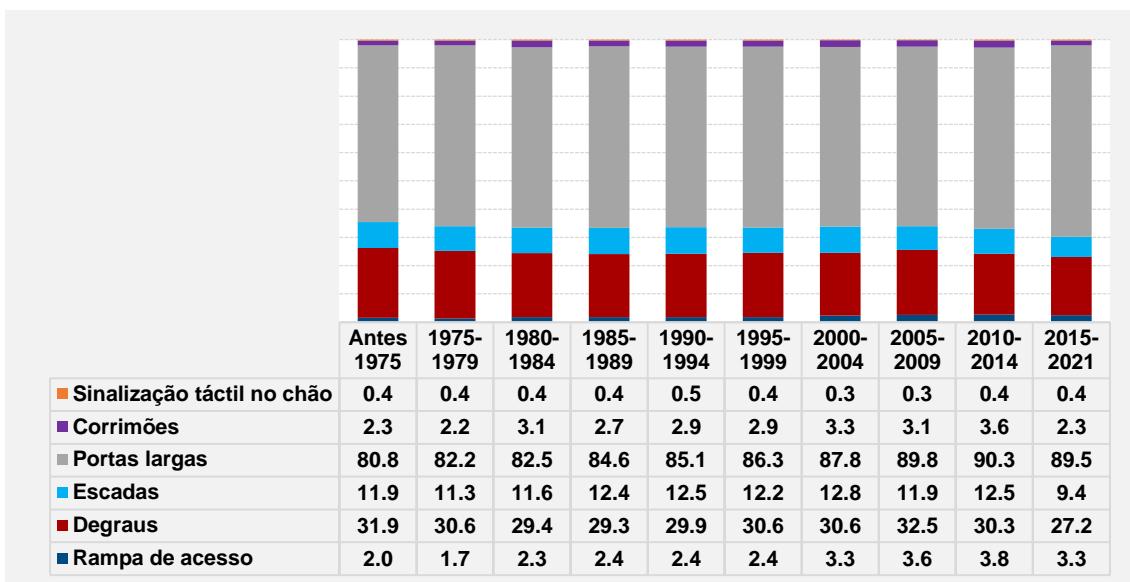
Tabela 8 – Proporção (%) dos edifícios clássicos afetos à habitação segundo a forma/condição de acessibilidade ao edifício por meio de residência e concelho. Cabo Verde, 2021

Meio de residência / concelho	Total de edifícios afetos à habitação	Forma / condição de acessibilidade ao edifício					
		Rampa de acesso	Degraus	Escadas	Portas largas	Corrimões	Sinalização táctil no chão
Cabo Verde	138 245	2,7	29,7	11,6	84,9	2,7	0,4
Meio de residência							
Urbano	93 615	2,8	29,8	10,5	84,2	3,0	0,4
Rural	44 630	2,4	29,4	13,8	86,3	2,0	0,3
Concelho							
Ribeira Grande	5 795	1,7	29,1	25,6	87,3	5,2	0,2
Paul	1 958	1,6	18,1	26,4	94,4	1,5	0,3
Porto Novo	5 919	2,2	25,2	6,0	63,3	1,3	0,2
São Vicente	21 023	2,2	30,6	7,6	69,2	2,3	0,3
Ribeira Brava	2 803	1,5	23,1	15,0	87,9	1,9	0,3
Tarrafal de São Nicolau	1 963	2,4	23,9	11,8	89,4	3,6	0,2
Sal	6 168	4,0	40,5	8,1	77,6	4,3	0,3
Boa Vista	3 018	2,8	44,2	6,1	91,6	2,4	0,5
Maio	2 440	2,7	48,0	6,5	79,3	0,9	0,5
Tarrafal	6 279	2,5	23,5	9,8	73,9	1,3	0,4
Santa Catarina	11 890	3,3	35,5	10,8	91,1	1,6	0,4
Santa Cruz	7 142	2,4	26,8	11,1	90,0	1,9	0,7
Praia	32 252	3,2	27,8	10,6	90,2	3,6	0,5
São Domingos	3 990	2,8	39,1	10,8	92,9	1,8	0,3
São Miguel	4 978	2,0	21,8	8,4	95,2	0,7	0,2
São Salvador do Mundo	2 317	2,7	16,7	10,0	82,7	1,5	0,3
São Lourenço dos Órgãos	1 830	3,1	32,8	12,8	95,0	1,9	0,8
Ribeira Grande Santiago	2 203	2,0	25,6	10,7	83,6	2,2	0,3
Mosteiros	3 301	0,9	19,6	21,5	93,9	1,6	0,8
São Filipe	7 162	3,0	30,0	20,2	94,4	5,3	0,2
Santa Catarina do Fogo	1 636	3,5	26,9	23,3	96,1	1,3	0,5
Brava	2 178	3,1	44,1	17,4	95,2	5,9	0,4

Fonte: INE, Censo 2021

A proporção de edifícios com rampa de acesso aumentou ligeiramente nos edifícios com época de construção mais recente. Nos edifícios anteriores a 1975, a proporção de edifícios com rampa era de 2,0%, subindo para 3,3% nos edifícios construídos entre 2015 e 2021. Verifica-se ainda que a sinalização táctil no chão se manteve quase inalterada no decorrer dos anos.

Gráfico 18 – Proporção de edifícios afetos à habitação segundo as condições de acessibilidade por época de construção. Cabo Verde, 2021



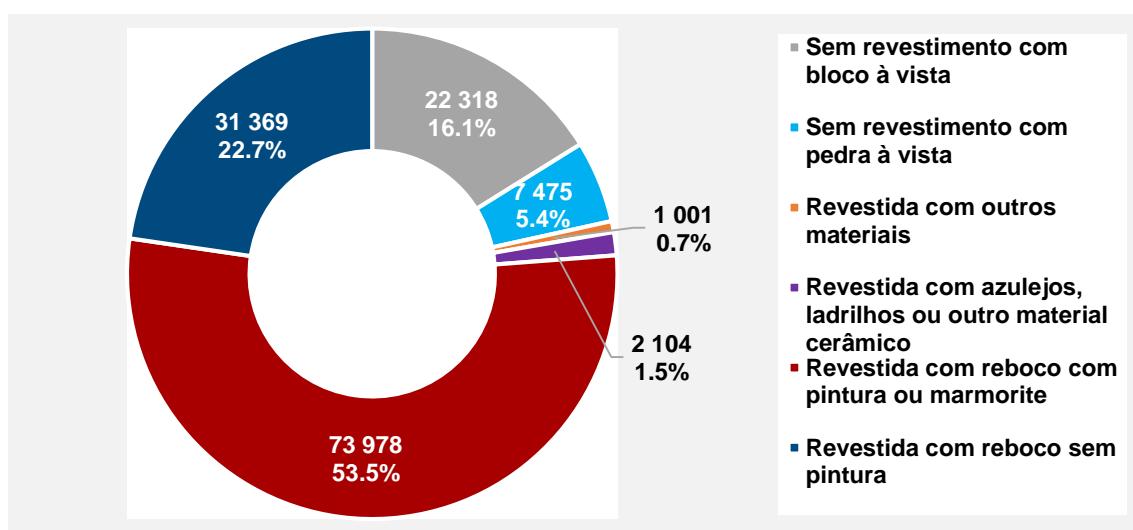
Fonte: INE, Censo 2021

3.1.1.7 Material de construção dos edifícios afetos à habitação

3.1.1.7.1 Revestimento exterior da parede do edifício

Mais de metade dos edifícios em Cabo Verde tinha o exterior da parede revestido com reboco com pintura ou marmorite (53,5%), 22,7% dos edifícios tinham reboco sem pintura e 16,1% eram revestidos com bloco à vista. Os restantes edifícios tinham revestimento exterior das paredes menos representativos: sem revestimento com pedra à vista (5,4%), revestida com azulejos, ladrilhos ou outro material cerâmico (1,5%) e revestida com outro material (0,7%) (Gráfico 19).

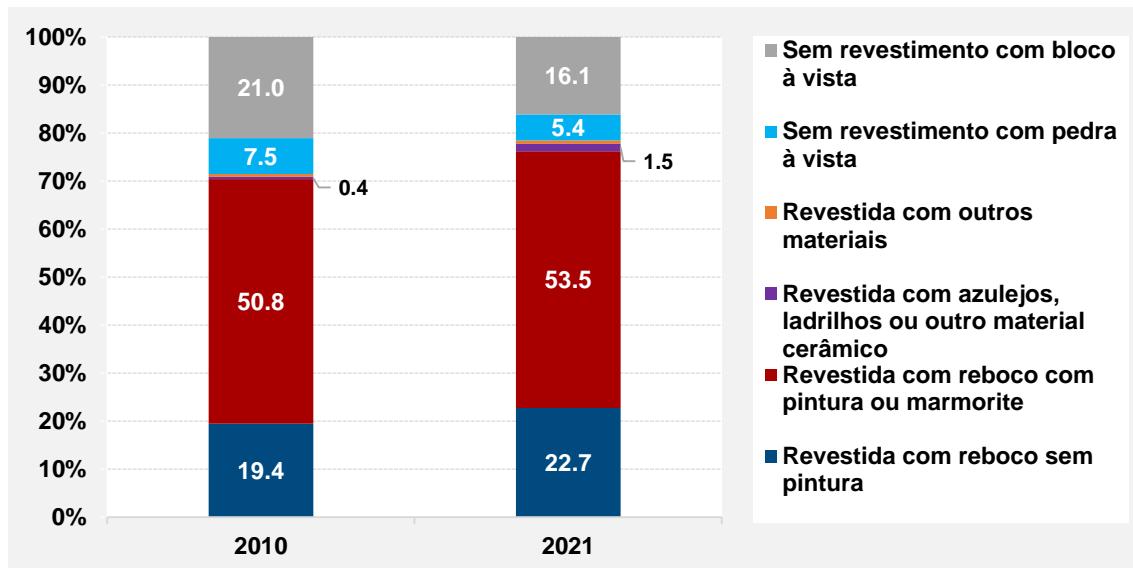
Gráfico 19 – Distribuição (efetivo e %) dos edifícios clássicos afetos à habitação segundo o revestimento exterior da parede dos edifícios. Cabo Verde, 2021



Fonte: INE, Censo 2021

Verificou-se um aumento de 2,7 p.p. (16.728) do número de edifícios com a parede exterior revestida com reboco com pintura ou marmorite entre 2010 e 2021. O número de edifícios, com a parede exterior revestida com azulejos, ladrilhos ou outro material cerâmico, registou um aumento de 1,1 p.p. (1.600), mantendo, contudo, uma redução representativa no parque edificado. No mesmo período, verificou-se uma diminuição do número de edifícios sem revestimento com bloco à vista (1.362, representando uma diminuição de 4,9 p.p.) (Gráfico 20).

Gráfico 20 – Distribuição (%) dos edifícios clássicos afetos à habitação segundo o revestimento exterior da parede dos edifícios por ano censitário. Cabo Verde, 2010 e 2021



Fonte: INE, Censos 2010 e 2021

Por meio de residência (Tabela 9), constata-se que tanto no meio urbano como no rural os edifícios revestidos com reboco com pintura ou marmorite foram mais predominantes com, 57,0% e 46,1%, respetivamente. É notável referir que um quarto (25,4%) dos edifícios do meio rural tinham o exterior das paredes revestidas com reboco sem pintura.

Da análise por concelho, verifica-se que, em quase todos (com exceção de São Miguel e da Brava), o material utilizado no revestimento exterior das paredes mais predominante foi reboco com pintura ou marmorite, sendo o do Maio a atingir os 81,6%. Os do Porto Novo e da Praia apresentaram proporções acima dos 20%, quando o material utilizado no revestimento exterior da parede do edifício é com bloco à vista (25,1% e 23,6%, respetivamente). O concelho do Paul foi o único em que os edifícios revestidos com pedra à vista ultrapassaram os 20%. Os de Santa Catarina e da Praia destacaram-se da média nacional por possuírem uma proporção de edifícios com revestimento em azulejos, ladrilhos ou outro material cerâmico de 2,9% e 2,0% respetivamente.

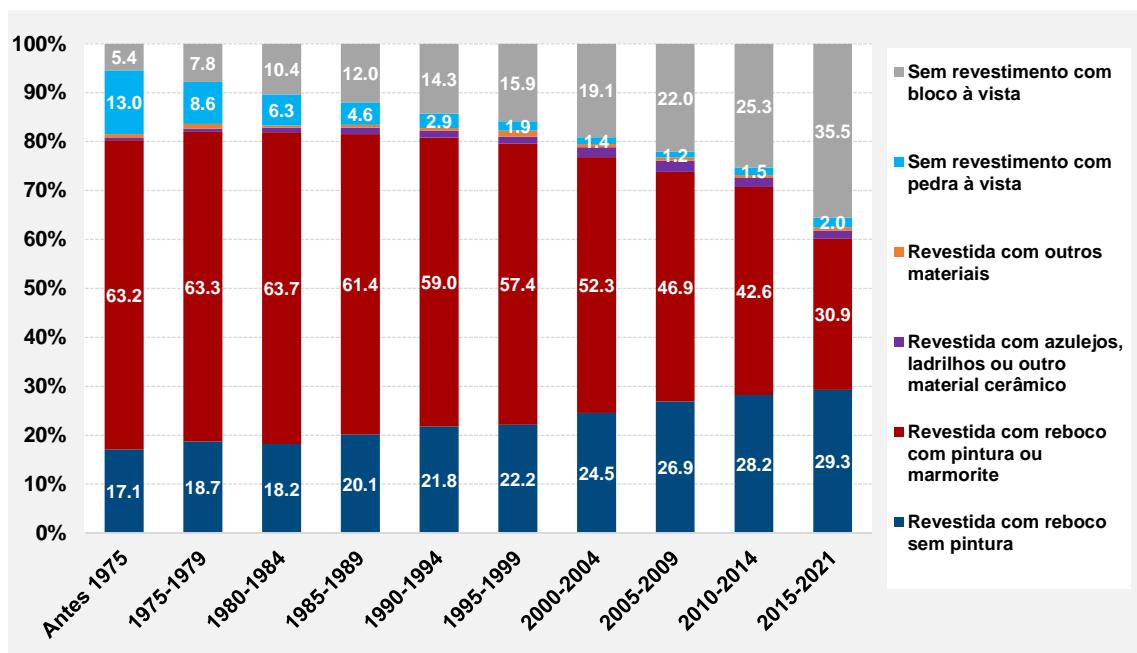
Tabela 9 – Distribuição (%) dos edifícios clássicos afetos à habitação segundo o revestimento exterior da parede dos edifícios por meio de residência e concelho. Cabo Verde, 2021

Meio de residência / concelho	Total de edifícios clássicos afetos à habitação	Principal material utilizado no revestimento exterior da parede de frente do edifício					
		Revestida com reboco sem pintura	Revestida com reboco com pintura ou marmorite	Revestida com azulejos, ladrilhos ou outro material cerâmico	Revestida com outros materiais	Sem revestimento com pedra à vista	Sem revestimento com bloco à vista
Cabo Verde	138 245	22,7	53,5	1,5	0,7	5,4	16,1
Meio de residência							
Urbano	93 615	21,4	57,0	1,9	0,6	2,4	16,6
Rural	44 630	25,4	46,1	0,6	0,9	11,8	15,2
Concelho							
Ribeira Grande	5 795	23,8	39,7	0,8	1,2	19,1	15,5
Paul	1 958	17,3	52,3	0,6	0,5	20,8	8,6
Porto Novo	5 919	18,4	40,0	0,8	0,8	14,8	25,1
São Vicente	21 023	12,8	66,0	1,8	0,8	2,7	15,9
Ribeira Brava	2 803	22,8	60,1	0,6	0,3	5,4	10,8
Tarrafal de São Nicolau	1 963	27,1	49,8	1,3	0,9	4,5	16,5
Sal	6 168	12,6	71,7	1,1	2,7	1,5	10,4
Boa Vista	3 018	15,8	69,2	1,1	2,1	0,7	11,1
Maio	2 440	10,1	81,6	1,1	1,6	0,9	4,8
Tarrafal	6 279	28,9	55,3	1,8	0,2	3,5	10,3
Santa Catarina	11 890	30,9	49,7	2,9	0,2	3,1	13,2
Santa Cruz	7 142	33,0	43,4	1,7	0,1	5,0	16,9
Praia	32 252	20,7	51,5	2,0	0,6	1,5	23,6
São Domingos	3 990	35,2	42,6	0,6	0,2	4,7	16,7
São Miguel	4 978	40,6	34,3	1,3	0,7	10,2	12,9
São Salvador do Mundo	2 317	19,7	56,9	1,0	0,0	7,1	15,3
São Lourenço dos Órgãos	1 830	20,7	62,1	0,1	0,2	8,0	9,0
Ribeira Grande Santiago	2 203	18,2	59,8	0,5	1,0	6,1	14,3
Mosteiros	3 301	23,8	46,0	1,3	1,0	11,5	16,4
São Filipe	7 162	27,4	53,6	0,7	0,6	10,3	7,4
Santa Catarina do Fogo	1 636	16,7	52,4	0,6	0,6	13,1	16,6
Brava	2 178	45,1	35,0	0,1	0,0	12,0	7,7

Fonte: INE, Censo 2021

Nos edifícios construídos entre 1975 e 2021 verificou-se um aumento progressivo do revestimento exterior da parede com reboco sem pintura e sem revestimento com bloco à vista, passando de 18,7% e 7,8%, respetivamente, nos edifícios construídos entre 1975 e 1979, para 29,3% e 35,5%, respetivamente, nos edificados entre 2015 e 2021. Em contrapartida, a percentagem de edifícios revestidos no exterior da parede com reboco com pintura ou marmorite diminuiu quase o dobro, passando de 63,2% nos edifícios construídos entre 1975 e 1979 para 30,9% nos construídos entre 2015 e 2021. A percentagem dos edifícios com revestimento exterior em azulejos, ladrilhos ou outro material cerâmico não variou muito com a época de construção, mantendo-se, aproximadamente, constante em todas, à roda dos 1% a 2% (Gráfico 21).

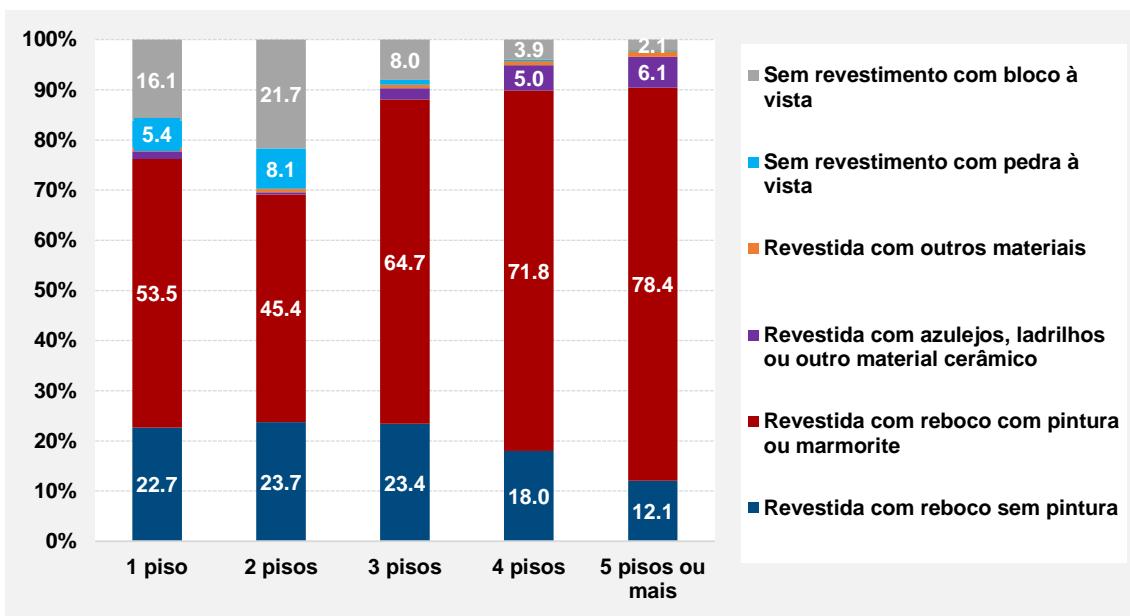
Gráfico 21 – Distribuição (%) dos edifícios clássicos afetos à habitação segundo o revestimento exterior da parede dos edifícios por ano de construção. Cabo Verde, 2021



Fonte: INE, Censo 2021

Do Gráfico 22, conclui-se que a percentagem de edifícios com revestimento exterior das paredes com reboco, sem pintura, diminuiu com o aumento do número de pisos, passando de 23,7% nos edifícios com dois pisos para 12,1% nos com cinco ou mais. Por outro lado, com o aumento do número de pisos, cresceu a percentagem de edifícios com revestimento com reboco, com pintura ou marmorite, passando de 53,5% nos edifícios com um piso para 78,4% nos com cinco ou mais.

Gráfico 22 – Distribuição (%) dos edifícios clássicos afetos à habitação segundo o revestimento exterior da parede dos edifícios por número de pisos. Cabo Verde, 2021

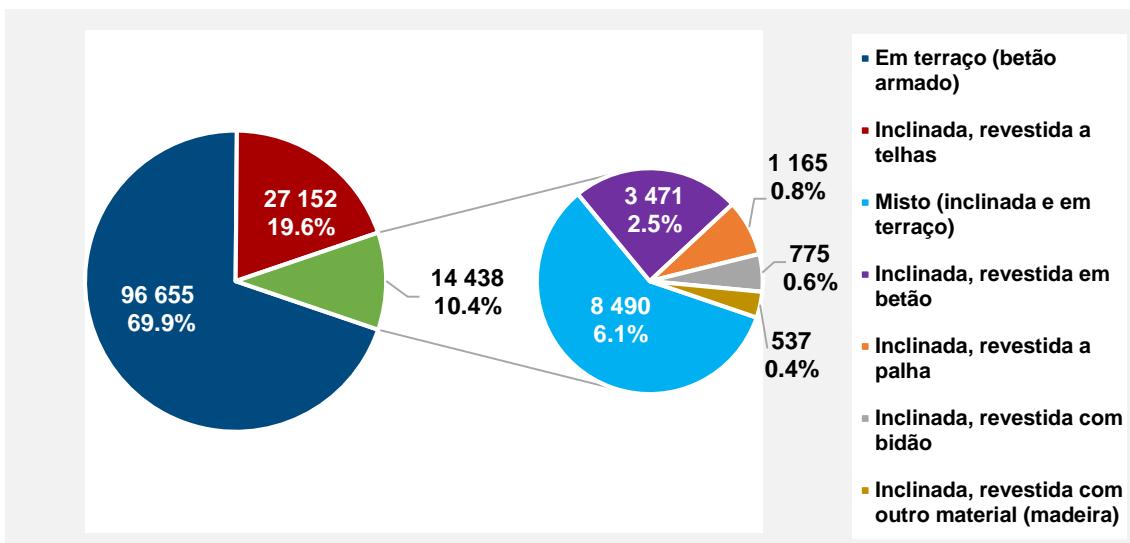


Fonte: INE, Censo 2021

3.1.1.7.2 Tipo de cobertura e material utilizado no edifício

Do Gráfico 23, conclui-se que, em 2021, mais de metade dos edifícios tinham cobertura em terraço (69,9%), segue-se a inclinada revestida a telha (19,6%). Pouco mais de 6% tinham cobertura mista (inclinada e em terraço), seguidos de cobertura inclinada, revestida em betão (2,5%), inclinada revestida a palha (0,8%), inclinada revestida com bidão (0,6%) e inclinada revestida com outro material (0,4%).

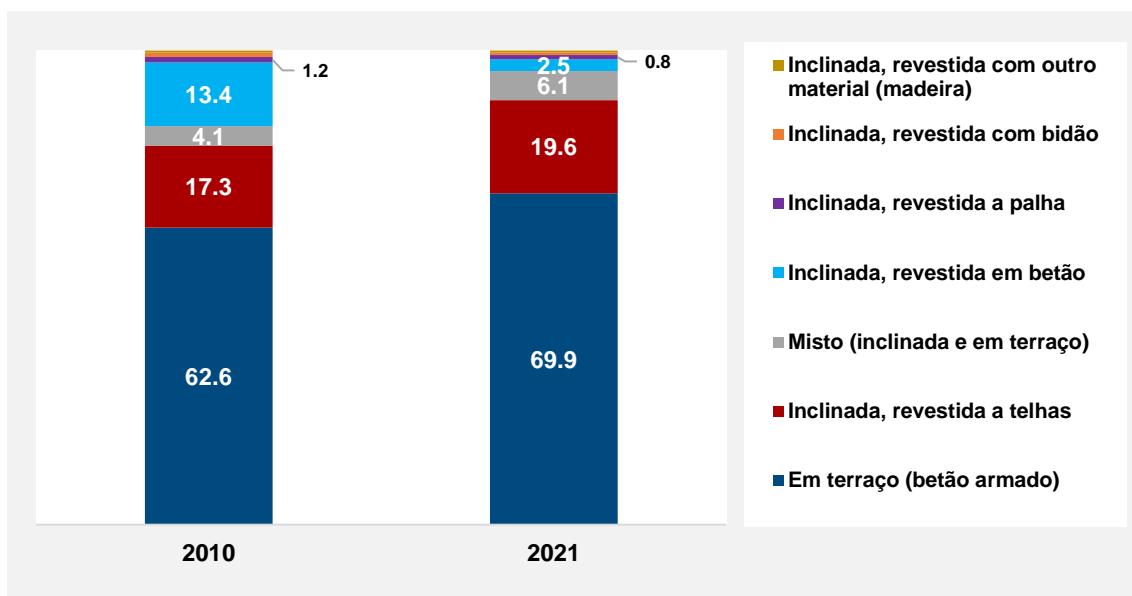
Gráfico 23 – Distribuição (%) dos edifícios clássicos afetos à habitação segundo o tipo de cobertura e material utilizados nos edifícios. Cabo Verde, 2021



Fonte: INE, Censo 2021

Entre 2010 e 2021, verificou-se um aumento de 7,3 p.p. (26.179) do número de edifícios com cobertura em terraço. O número de edifícios com a cobertura inclinada revestida a telha e misto (inclinada e em terraço) registou um aumento no parque edificado de 2,3 p.p. e 2,0 p.p., respetivamente (7.640 e 3.920, respetivamente). No mesmo período, verificou-se uma diminuição do número de edifícios com cobertura inclinada, revestidos em betão de 10,9 p.p. (11.662) (Gráfico 24).

Gráfico 24 – Distribuição (%) dos edifícios clássicos afetos à habitação segundo o tipo de cobertura e material utilizado nos edifícios por ano censitário. Cabo Verde, 2021



Fonte: INE, Censo 2021

Em todos os concelhos, a proporção de edifícios com cobertura em terraço foi superior a 50%, com exceção da Ribeira Brava (46,9%). São Vicente e Santa Catarina do Fogo destacaram-se do panorama nacional quanto a esse tipo de cobertura dos edifícios (respetivamente 82,6% e 87,7%). Os concelhos da Ribeira Brava e da Brava apresentaram as maiores proporções de edifícios com cobertura inclinada e revestida a telhas (respetivamente 33,6% e 36,0%). A proporção de edifícios com cobertura revestida a palha foi mais expressiva nos concelhos de Ribeira Grande, do Paul e do Porto Novo (respetivamente, 6,7%, 16,0% e 6,3%). Na generalidade dos concelhos, a proporção dos edifícios com cobertura inclinada revestida a outros materiais foi pouco expressiva (Tabela 10).

Tabela 10 – Distribuição (%) dos edifícios clássicos afetos à habitação segundo o tipo de cobertura e material utilizado no revestimento dos edifícios por meio de residência e concelho. Cabo Verde, 2021

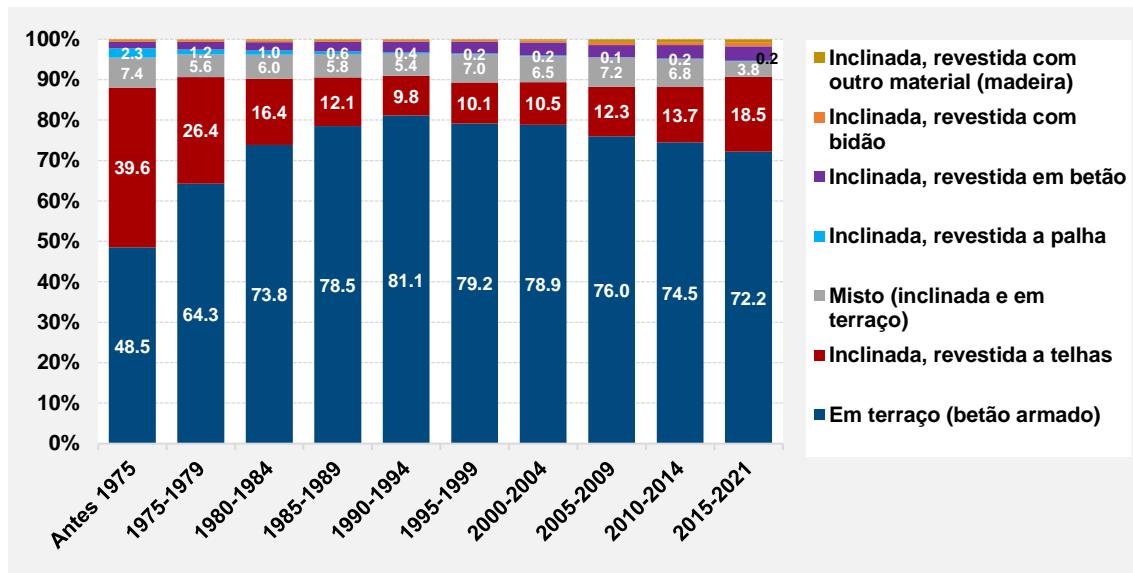
Meio de residência / concelho	Tipo de cobertura do edifício e os materiais utilizados no seu revestimento						
	Em terraço (betão armado)	Inclinada, revestida a telhas	Misto (inclinada e em terraço)	Inclinada, revestida em betão	Inclinada, revestida a palha	Inclinada, revestida com bidão	Inclinada, revestida com outro material (madeira)
Cabo Verde	69,9	19,6	6,1	2,5	0,8	0,6	0,4
Meio de residência							
Urbano	73,1	16,6	6,1	2,9	0,2	0,6	0,5
Rural	63,2	26,0	6,2	1,8	2,2	0,4	0,2
Concelho							
Ribeira Grande	74,9	12,8	4,9	0,7	6,7	0,1	0,0
Paul	71,2	10,3	1,7	0,5	16,0	0,0	0,3
Porto Novo	81,4	5,5	5,2	1,1	6,3	0,4	0,2
São Vicente	82,6	10,4	5,1	1,0	0,0	0,7	0,2
Ribeira Brava	46,9	33,6	17,6	0,7	1,2	0,0	0,0
Tarrafal de São Nicolau	64,4	16,5	18,7	0,3	0,1	0,0	0,1
Sal	61,0	26,5	8,7	2,7	0,0	0,6	0,3
Boa Vista	68,5	19,0	1,3	0,6	0,3	3,3	7,0
Maio	69,6	19,9	10,3	0,1	0,0	0,0	0,1
Tarrafal	60,0	30,3	6,0	3,0	0,0	0,5	0,1
Santa Catarina	72,4	16,7	4,5	5,3	0,1	0,7	0,4
Santa Cruz	58,7	28,1	10,8	1,7	0,1	0,4	0,3
Praia	67,9	19,1	6,5	5,5	0,0	0,5	0,5
São Domingos	70,9	24,0	1,1	2,5	0,0	1,5	0,0
São Miguel	56,6	40,3	2,1	0,6	0,1	0,2	0,2
São Salvador do Mundo	69,6	26,5	3,4	0,3	0,0	0,1	0,0
São Lourenço dos Órgãos	54,3	31,6	13,8	0,1	0,1	0,1	0,1
Ribeira Grande Santiago	61,5	24,1	13,3	0,5	0,0	0,5	0,0
Mosteiros	81,3	11,5	6,5	0,5	0,1	0,0	0,1
São Filipe	71,8	23,0	3,4	0,8	0,1	0,9	0,1
Santa Catarina do Fogo	87,7	10,4	1,2	0,4	0,1	0,3	0,1
Brava	59,5	36,0	4,2	0,1	0,0	0,0	0,2

Fonte: INE, Censo 2021

A proporção de edifícios com cobertura em terraço diminuiu ligeiramente nos edifícios com época de construção mais recente. Nos da época de 1990-1994, este tipo de cobertura representava 81,1%, diminuindo de forma progressiva até 72,2% nos edifícios construídos entre 2015 e 2021. Em contrapartida, a proporção de edifícios com cobertura inclinada revestida a telhas aumentou nos edifícios construídos na época 2015-2021, em comparação com a de 1990-1994. Nos edifícios anteriores a 1975, este tipo de cobertura representou 39,6%, tendo diminuído até 18,5% nos edifícios construídos entre 2015 e 2021. A representatividade dos edifícios com cobertura inclinada, revestida a betão e inclinada revestida em betão, também, aumentou ao longo dos anos, mas de forma pouco expressiva.

A proporção de edifícios com cobertura inclinada revestida com bidão e com outros materiais manteve-se, aproximadamente, constante e reduzida em todas as épocas de construção (Gráfico 25).

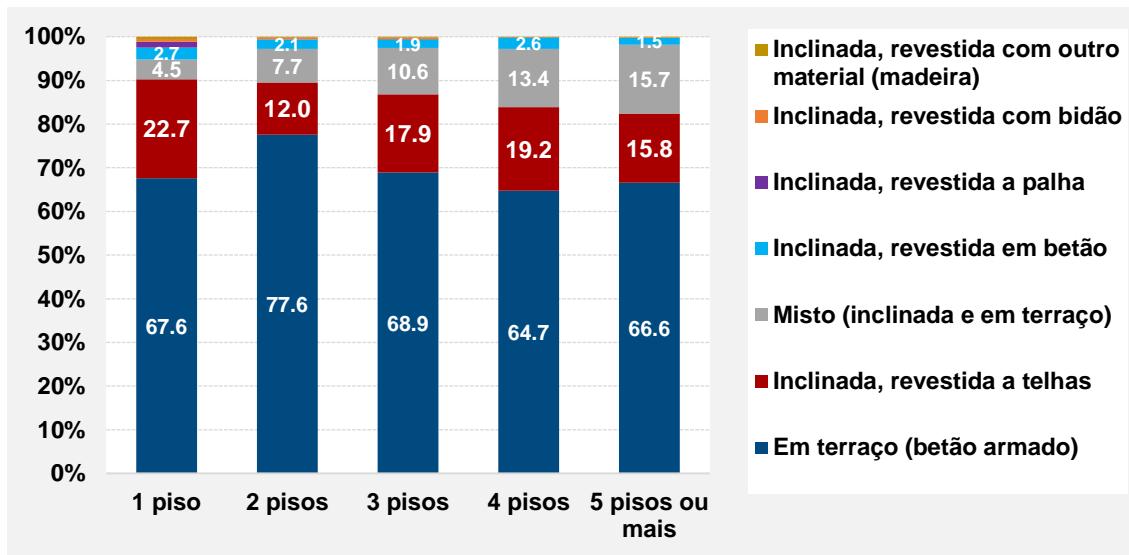
Gráfico 25 – Distribuição (%) dos edifícios clássicos afetos à habitação segundo o tipo de cobertura e material utilizado no revestimento dos edifícios por época de construção. Cabo Verde, 2021



Fonte: INE, Censo 2021

A proporção de edifícios com cobertura em terraço foi menor para os com 4 pisos e 5 pisos (64,7% e 66,6%, respetivamente). Não há uma tendência clara de mudança da proporção de edifícios com cobertura inclinada revestida a telhas conforme aumenta o número de pisos, mas houve diferenças entre os grupos, representando 22,7% dos edifícios com 1 piso e 12,0% dos com 2 pisos. Registaram-se, ainda, maiores proporções dos edifícios com cobertura mista para os com mais pisos, passando de 4,5% nos com um piso para 15,7% nos com cinco ou mais (Gráfico 26).

Gráfico 26 – Distribuição (%) dos edifícios clássicos afetos à habitação segundo o tipo de cobertura e material utilizado no revestimento dos edifícios por número de piso. Cabo Verde, 2021

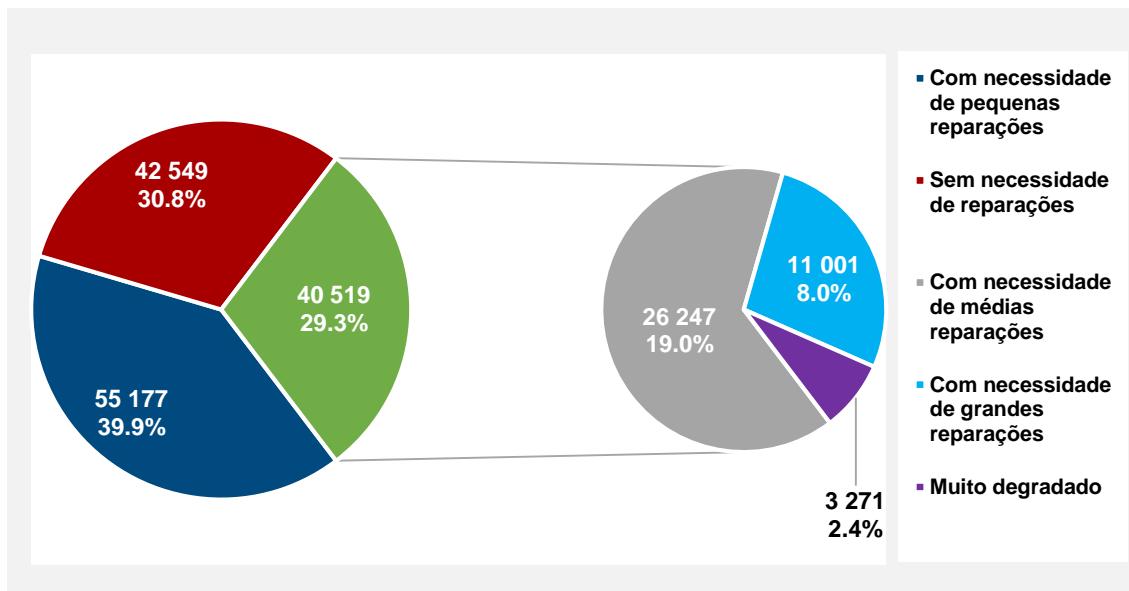


Fonte: INE, Censo 2021

3.1.1.8 Estado de conservação dos edifícios afetos à habitação

Em 2021, dos 138.245 edifícios afetos à habitação, a maioria apresentou pequenas necessidades de reparação (39,9%) e 30,8% não as tinham. A proporção dos edifícios com necessidade de reparações diminui à medida que aumenta o grau das reparações necessárias (respetivamente, 19,0% necessitavam de médias reparações, 8,0% de grandes reparações e 2,4% eram muito degradados) (Gráfico 27).

Gráfico 27 – Distribuição (%) dos edifícios clássicos afetos à habitação segundo o estado de conservação do edifício. Cabo Verde, 2021



Fonte: INE, Censo 2021

A Tabela 11 mostra que a distribuição do número de edifícios, segundo o seu estado de conservação, foi, aproximadamente, uniforme nos diferentes concelhos. Em todos os concelhos, a representatividade das categorias diminuiu com o agravamento do estado de conservação dos edifícios. A maior diferença de representatividade verificou-se nos edifícios com necessidades de pequenas reparações, tendo os valores extremos sido de 30,7% no Paul e de 51,4% em São Salvador do Mundo. A diferença, ao nível da distribuição das restantes categorias de estado de conservação, foi menos acentuada.

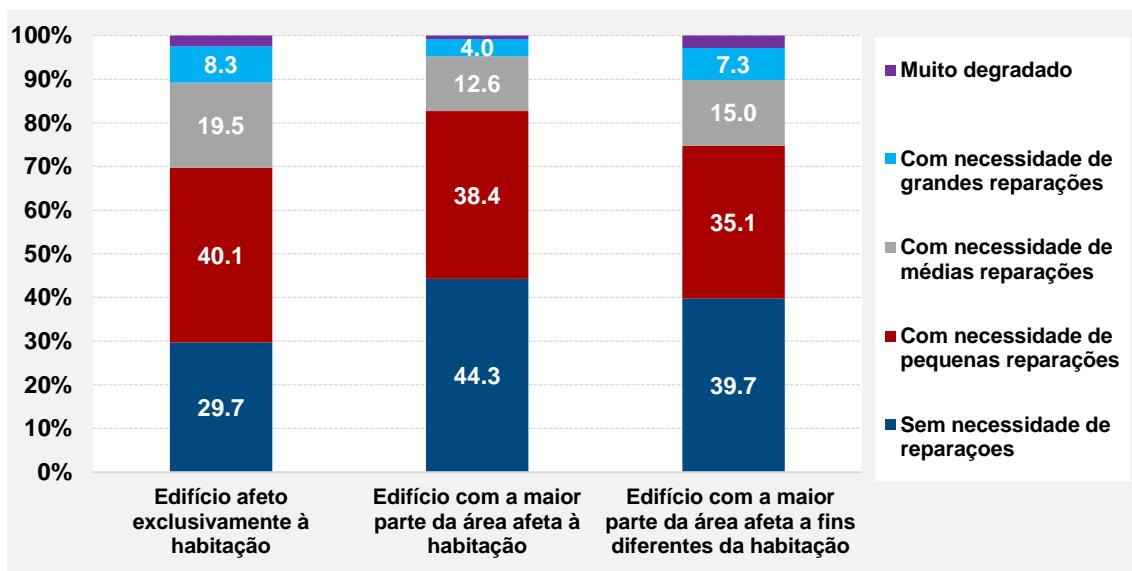
Tabela 11 – Distribuição (%) dos edifícios clássicos afetos à habitação segundo o estado de conservação do edifício por meio de residência e concelho. Cabo Verde, 2021

Meio de residência / concelho	Total de edifícios clássicos afetos à habitação	Estado de conservação do edifício				
		Sem necessidade de reparações	Com necessidade de pequenas reparações	Com necessidade de médias reparações	Com necessidade de grandes reparações	Muito degradado
Cabo Verde	138 245	30,8	39,9	19,0	8,0	2,4
Meio de residência						
Urbano	93 615	33,6	39,8	17,7	7,0	2,0
Rural	44 630	24,9	40,2	21,7	10,0	3,2
Concelho						
Ribeira Grande	5 795	20,0	33,6	28,1	15,1	3,2
Paul	1 958	29,6	30,7	21,3	12,4	6,0
Porto Novo	5 919	21,1	31,9	26,0	13,8	7,2
São Vicente	21 023	36,8	39,3	16,4	5,9	1,6
Ribeira Brava	2 803	30,1	35,2	18,7	10,2	5,7
Tarrafal de São Nicolau	1 963	31,5	40,8	18,2	7,5	1,9
Sal	6 168	36,7	39,8	15,4	6,2	1,8
Boa Vista	3 018	45,5	35,7	10,9	5,9	2,0
Maio	2 440	39,0	39,3	15,2	6,2	0,3
Tarrafal	6 279	43,6	38,1	13,5	4,1	0,6
Santa Catarina	11 890	34,1	41,4	16,0	6,4	2,1
Santa Cruz	7 142	26,7	42,2	19,7	8,4	3,0
Praia	32 252	24,6	41,5	22,1	9,2	2,5
São Domingos	3 990	28,5	38,3	20,5	9,9	2,8
São Miguel	4 978	24,9	40,4	21,0	10,0	3,6
São Salvador do Mundo	2 317	23,5	51,4	19,7	5,0	0,3
São Lourenço dos Órgãos	1 830	39,6	34,9	15,8	8,0	1,6
Ribeira Grande Santiago	2 203	21,7	50,3	18,8	7,3	1,9
Mosteiros	3 301	40,6	48,9	8,8	1,3	0,3
São Filipe	7 162	41,3	39,1	13,9	4,8	0,9
Santa Catarina do Fogo	1 636	35,6	43,2	15,3	5,1	0,7
Brava	2 178	5,7	40,8	37,3	13,3	2,9

Fonte: INE, Censo 2021

O estado de conservação dos edifícios variou significativamente quanto ao tipo de utilização do edifício. Aproximadamente, 45% dos edifícios, com a maior parte da área afeta à habitação ou com a maior parte da área afeta a fins diferentes dos da habitação, não tinham necessidades de reparação. Os edifícios afetos, exclusivamente, à habitação apresentaram um pior estado de conservação, diminuindo a proporção de edifícios sem necessidade de reparação para 29,7%. Os edifícios muito degradados foram mais predominantes nos com a maior parte da área afeta a fins diferentes dos da habitação (2,8%) e nos afetos, exclusivamente, à habitação (2,5%) (Gráfico 28).

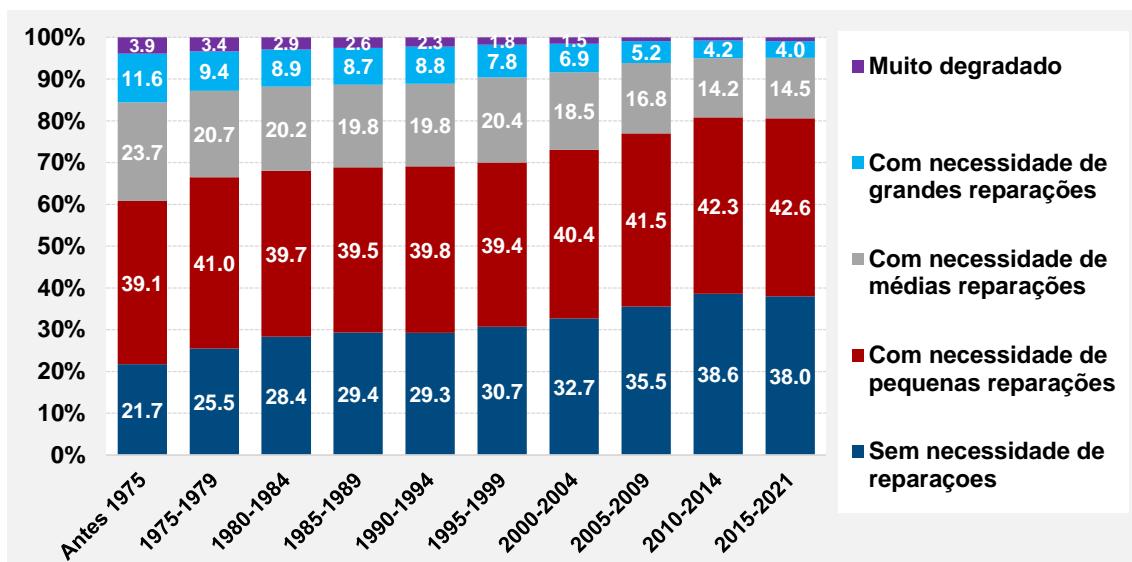
Gráfico 28 – Distribuição (%) dos edifícios clássicos afetos à habitação segundo o estado de conservação do edifício por tipo de utilização. Cabo Verde, 2021



Fonte: INE, Censo 2021

Segundo o Gráfico 29, o estado de conservação foi melhor nos edifícios cuja época de construção era mais recente. A proporção de edifícios sem necessidade de reparação foi de 21,7% nos edifícios antes de 1975, mas aumentou, progressivamente, atingindo os 38,0% nos edificados entre 2005 e 2021. No entanto, a proporção de edifícios muito degradados atingiu os 3,8% nos edifícios anteriores a 1975, mas diminuiu nos construídos entre 2005 e 2021(0,9%).

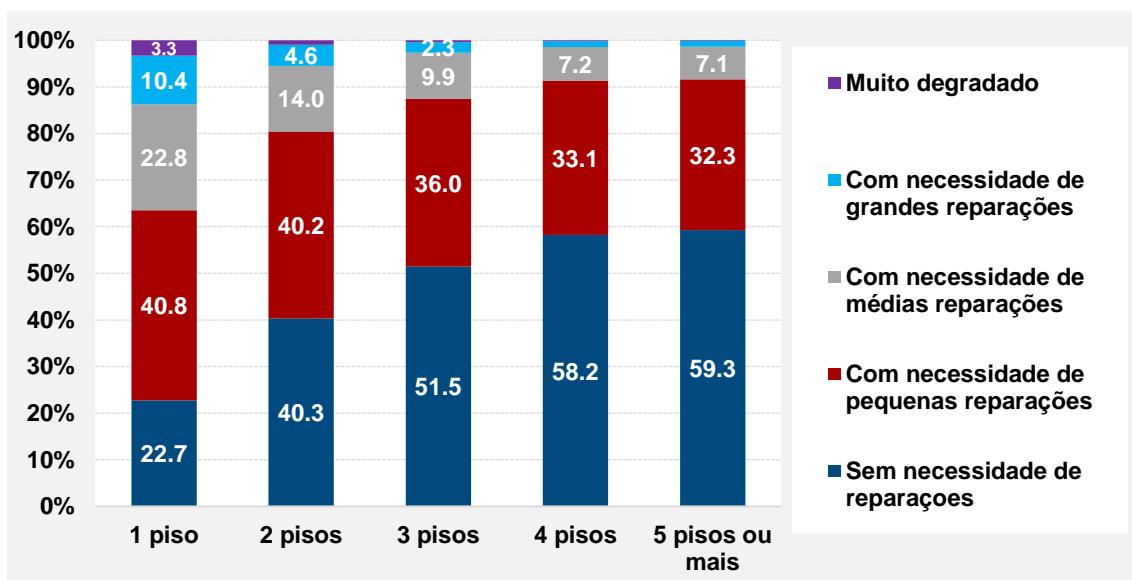
Gráfico 29 – Distribuição (%) dos edifícios clássicos afetos à habitação segundo o estado de conservação do edifício por ano de construção. Cabo Verde, 2021



Fonte: INE, Censo 2021

Como tendência geral, o estado de conservação era melhor quanto maior era o número de pisos dos edifícios. Os que não tinham necessidade de reparação representaram 22,7% dos edifícios com um piso, subindo para 59,3% nos com cinco pisos ou mais. Os edifícios que tinham necessidade de grandes reparações ou estavam muito degradados representaram 13,7% dos edifícios com um piso, diminuindo para 1,3% nos com cinco pisos ou mais (Gráfico 30).

Gráfico 30 – Distribuição (%) dos edifícios clássicos afetos à habitação segundo o estado de conservação do edifício por número de pisos. Cabo Verde, 2021

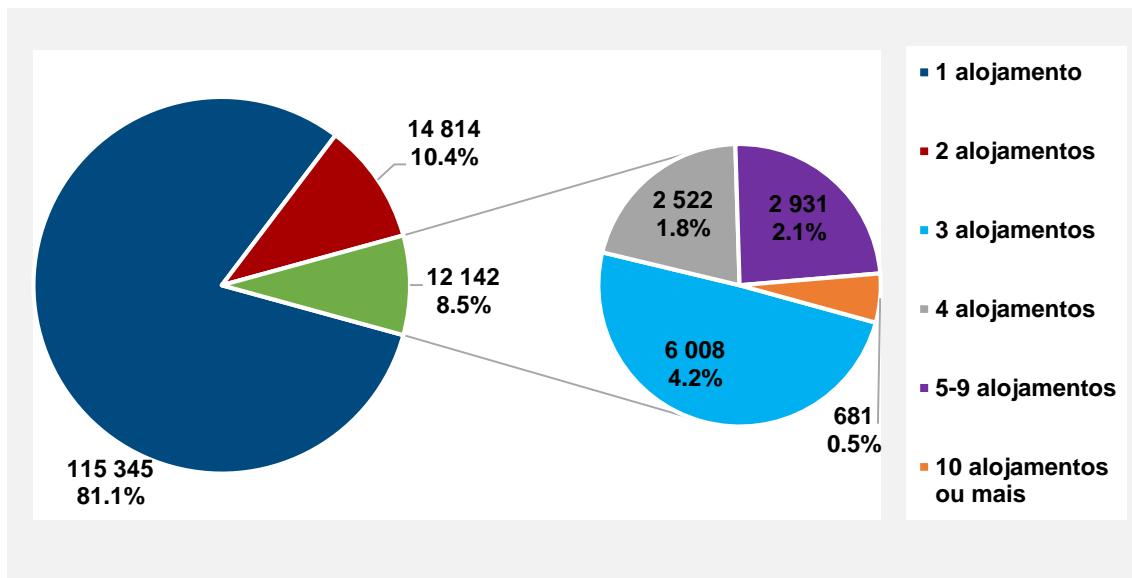


Fonte: INE, Censo 2021

3.1.1.9 Número de alojamentos nos edifícios habitados

Em 2021, Cabo Verde tinha 142.301 edifícios habitados, dos quais 81,1% (115.345) com 1 alojamento, 10,4% (14.814) com 2 alojamentos e 8,5% (12.142) com 3 ou mais alojamentos, 4,2% tinham 3 alojamentos, 1,8% tinham 4 alojamentos, 2,1% tinham entre 5 a 9 alojamentos e os restantes 0,5% tinham 10 ou mais alojamentos (Gráfico 31).

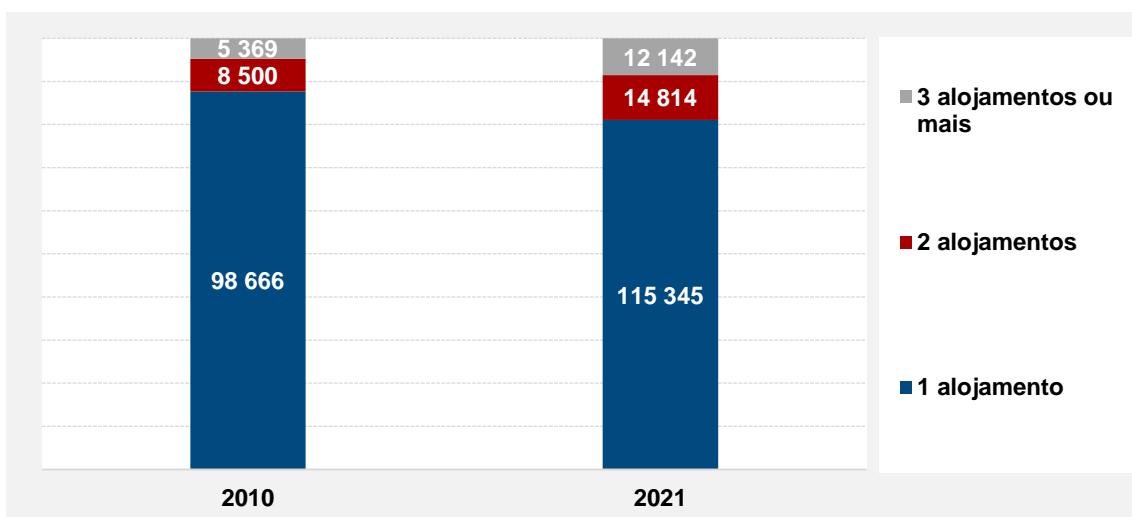
Gráfico 31 – Distribuição (efetivo e %) dos edifícios afetos à habitação segundo o número de alojamentos nos edifícios. Cabo Verde, 2021



Fonte: INE, Censo 2021

Entre 2010 e 2021, verificou-se um aumento da taxa de variação média anual de 1,4% dos edifícios com 1 alojamento (16.679), de 5,2% dos com 2 alojamentos (6.314) e de 7,7% dos com 3 alojamentos ou mais (6.773) (Gráfico 32).

Gráfico 32 – Distribuição (efetivo) dos edifícios afetos à habitação segundo o número de alojamentos nos edifícios por ano censitário. Cabo Verde, 2010 e 2021



Fonte: INE, Censos 2010 e 2021

Em 2021, os edifícios com apenas 1 alojamento representaram a maioria dos edifícios em todos os concelhos. Os com a menor proporção de edifícios com apenas 1 alojamento foram o Sal (57,8%), a Praia (69,0%) e a Boa Vista (71,0%). A proporção maior de edifícios com 1 alojamento, no total de edifícios, foi registada em São Salvador do Mundo, atingindo os 96,4%. Os concelhos do Sal, da Boa Vista e da Praia apresentaram as maiores proporções quando o número de alojamentos no edifício era superior a quatro (respetivamente 15,3%, 9,1% e 4,5%) (Tabela 12).

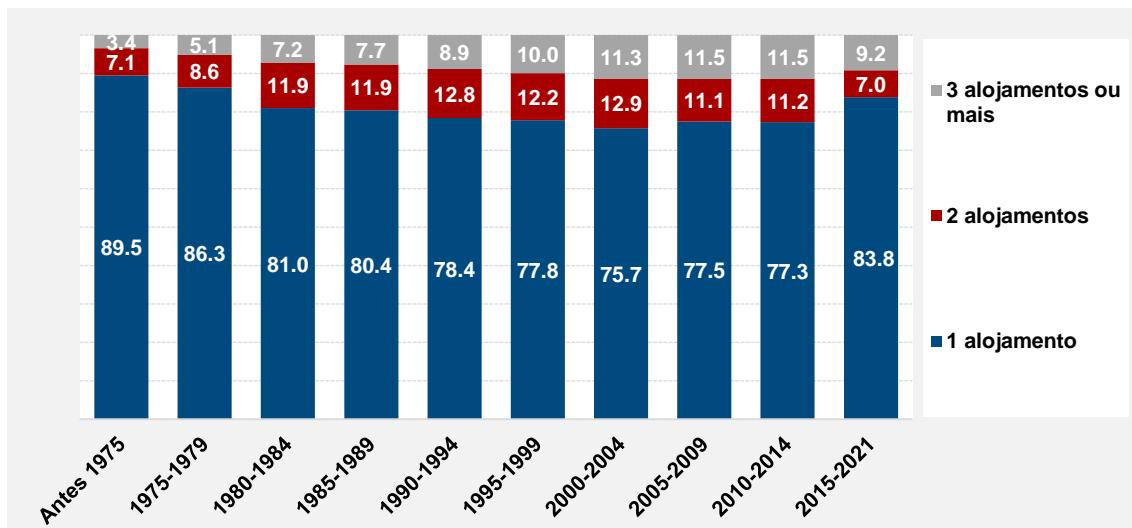
Tabela 12 – Distribuição (%) dos edifícios afetos à habitação segundo o número total e o número médio de alojamentos nos edifícios por meio de residência e concelho. Cabo Verde, 2021

Meio de residência / concelho	Número de alojamento no edifício							Número médio de alojamento no edifício
	Total	1	2	3	4	5-9	10 ou +	
Cabo Verde	100,0	81,1	10,4	4,2	1,8	2,1	0,5	1,4
Meio de residência								
Urbano	100,0	74,7	13,3	5,9	2,5	2,9	0,7	1,6
Rural	100,0	94,8	4,2	0,6	0,3	0,2	0,0	1,1
Concelho								
Ribeira Grande	100,0	92,1	4,8	1,3	0,6	1,1	0,1	1,2
Paul	100,0	91,2	6,7	1,1	0,3	0,6	0,0	1,1
Porto Novo	100,0	88,2	8,7	1,8	0,7	0,5	0,0	1,2
São Vicente	100,0	80,0	11,9	4,7	1,4	1,6	0,4	1,4
Ribeira Brava	100,0	94,0	3,3	1,2	1,1	0,3	0,1	1,1
Tarrafal de São Nicolau	100,0	89,5	6,9	1,7	1,1	0,8	0,1	1,2
Sal	100,0	57,8	14,5	7,5	4,9	12,3	3,0	2,5
Boa Vista	100,0	71,0	11,2	5,8	2,9	5,8	3,3	2,1
Maio	100,0	89,5	6,2	2,1	1,0	0,8	0,3	1,2
Tarrafal	100,0	94,8	3,8	0,9	0,2	0,3	0,0	1,1
Santa Catarina	100,0	77,0	15,1	5,7	1,5	0,7	0,1	1,3
Santa Cruz	100,0	93,3	4,8	1,3	0,3	0,2	0,0	1,1
Praia	100,0	69,0	14,7	7,9	3,8	3,8	0,8	1,7
São Domingos	100,0	96,0	3,0	0,6	0,2	0,2	0,0	1,1
São Miguel	100,0	90,6	7,1	1,7	0,4	0,1	0,0	1,1
São Salvador do Mundo	100,0	96,4	3,1	0,5	0,0	0,0	0,0	1,0
São Lourenço dos Órgãos	100,0	93,0	5,4	1,1	0,2	0,2	0,1	1,1
Ribeira Grande Santiago	100,0	92,1	7,0	0,8	0,0	0,0	0,0	1,1
Mosteiros	100,0	86,5	10,6	2,0	0,8	0,2	0,0	1,2
São Filipe	100,0	85,4	10,6	3,0	0,7	0,2	0,0	1,2
Santa Catarina do Fogo	100,0	92,4	5,7	1,0	0,8	0,1	0,1	1,1
Brava	100,0	91,9	6,5	1,0	0,3	0,4	0,0	1,1

Fonte: INE, Censo 2021

Do Gráfico 33, conclui-se que os edifícios com 1 alojamento representaram 75% ou mais dos edifícios em todas as épocas de construção. Registou-se um aumento da proporção dos edifícios com 2 alojamentos nos construídos entre 1980 e 2004, mas a proporção dos mesmos voltou a diminuir nos construídos depois de 2004, chegando a atingir 7,0% nos edificados entre 2015 e 2021. A proporção dos edifícios com 3 ou mais alojamentos teve uma diminuição entre 2015 e 2021 e atingiu os 9,2% dos edifícios.

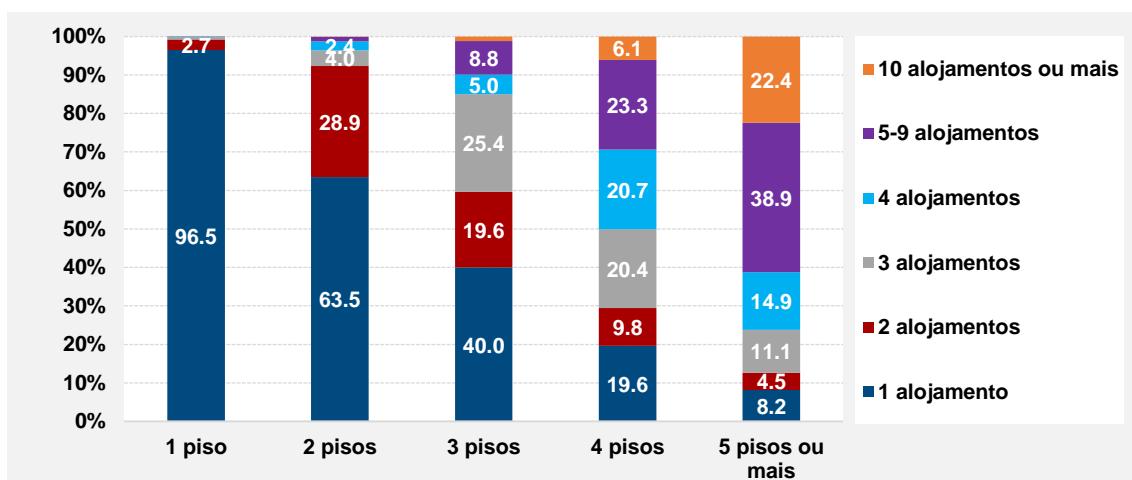
Gráfico 33 – Distribuição (%) dos edifícios afetos à habitação segundo o número de alojamentos nos edifícios por época de construção. Cabo Verde, 2021



Fonte: INE, Censo 2021

Quase a totalidade (96,5%) dos edifícios com um piso continha apenas 1 alojamento. Esta proporção diminuiu com o aumento do número de pisos, chegando a atingir 8,2% nos edifícios com mais de cinco pisos. Quase um quarto (23,3%) dos edifícios com quatro pisos continham 5 a 9 alojamentos. Cerca de 38,9% dos edifícios com cinco pisos ou mais albergavam 5 a 9 alojamentos e 22,4% com 10 ou mais alojamentos (Gráfico 34).

Gráfico 34 – Distribuição (%) dos edifícios afetos à habitação segundo o número de alojamentos nos edifícios por número de piso. Cabo Verde, 2021



Fonte: INE, Censo 2021

3.1.2 Características dos alojamentos

As características dos alojamentos são determinantes para analisar as condições de vida dos agregados familiares que os ocupam. Fornecem informações relevantes sobre a qualidade destes alojamentos, com vista a delinear recomendações viáveis em termos de política habitacional e de gestão de riscos e catástrofes. Com isso, este capítulo propõe analisar as características do alojamento, focando mais no tipo de alojamento, na forma de ocupação, no regime de propriedade, no número de divisões, nas infraestruturas básicas (ligação à rede pública de água e eletricidade, instalação sanitária e banheiro, sistema de evacuação de águas residuais e existência de cozinha), no material utilizado no pavimento e no número de agregados no alojamento.

3.1.2.1 Tipo de alojamento

Em 2021, dos 201.348 alojamentos recenseados, 200.627 eram do tipo familiar e 721 eram do tipo coletivo, sendo que este último não será analisado neste relatório. O meio urbano contou com 152.107 alojamentos familiares e 596 alojamentos coletivos, contra 48.520 alojamentos familiares e 125 alojamentos coletivos do meio rural (Tabela 13).

Tabela 13 – Distribuição (efetivo) dos alojamentos segundo meio de residência por tipo. Cabo Verde, 2021

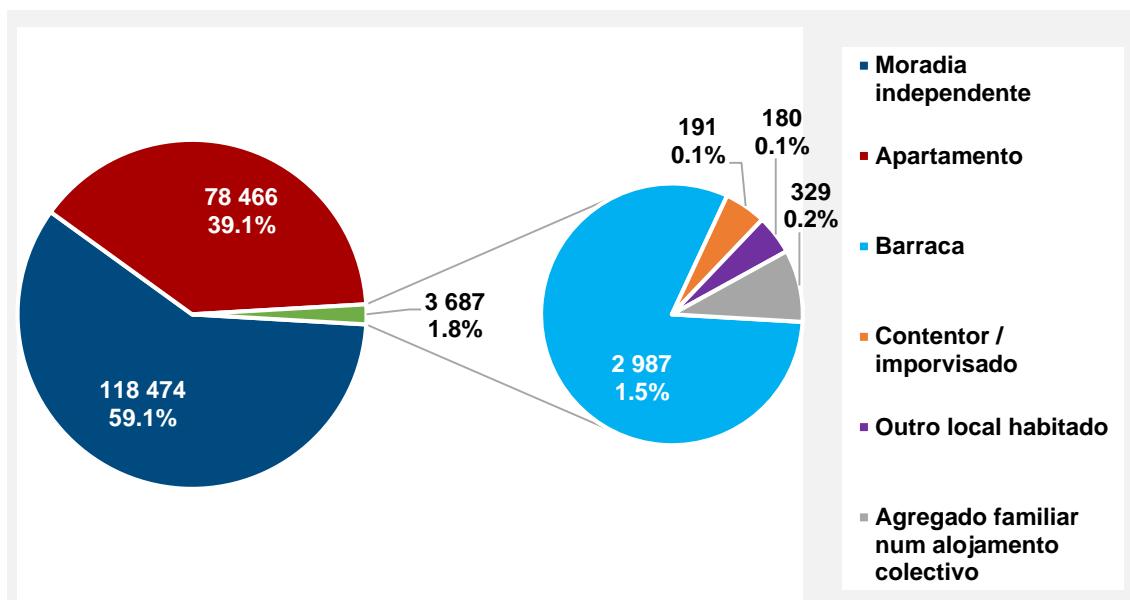
Meio de residência	Tipo de alojamento					
	Total de alojamentos		Alojamento Familiar		Alojamento Coletivo	
	Efetivo	%	Efetivo	%	Efetivo	%
Cabo Verde	201 348	100,0	200 627	100,0	721	100,0
Urbano	152 703	75,8	152 107	75,8	596	82,7
Rural	48 645	24,2	48 520	24,2	125	17,3

Fonte: INE, Censo 2021

3.1.2.1.1 Tipo de alojamento Familiar

O tipo de alojamento familiar inclui moradia independente, apartamento, barracas, contentores, improvisado em edifícios, outro local habitado e agregado familiar num alojamento coletivo. Globalmente, o Censo 2021 revelou que 59,1% (118.474) dos alojamentos familiares eram constituídos por moradias independentes. Os alojamentos do tipo apartamento representaram 39,1% (78.466) do total dos alojamentos, as barracas 1,5% (2.987), contentor/improvisado 0,1% (191), outro local habitado 0,1% (180) e agregados familiares num alojamento coletivo 0,2% (329) (Gráfico 35).

Gráfico 35 – Distribuição (%) alojamentos familiares segundo o tipo de alojamento familiar.
Cabo Verde, 2021



Fonte: INE, Censo 2021

Por meio de residência, verificou-se que os alojamentos familiares de moradias independentes foram mais predominantes no meio rural do que no urbano (88,2% contra 49,7%, respetivamente), enquanto os alojamentos do tipo apartamento foram mais predominantes no meio urbano do que no rural (48,1% contra 10,8%, respetivamente) (Tabela 14).

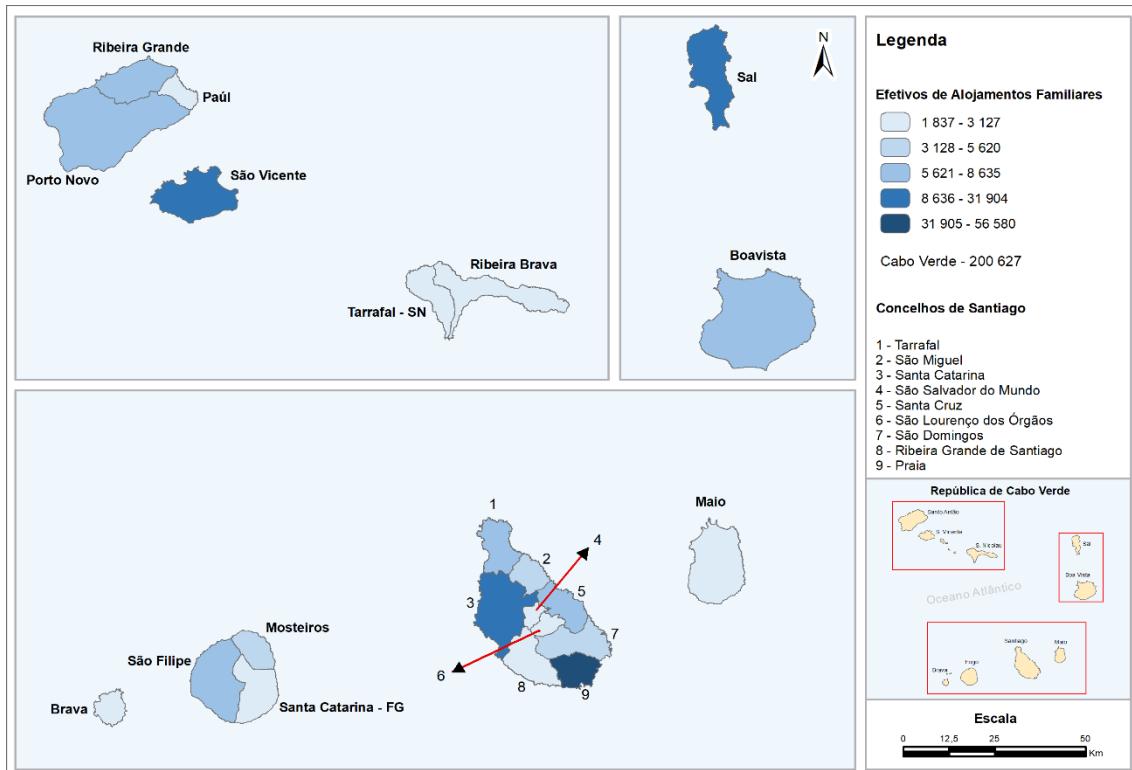
Da análise por concelho, conclui-se que os alojamentos do tipo moradia independente representaram grande maioria dos alojamentos em quase todos os concelhos, exceto o do Sal (19,8%), o da Boa Vista (34,0%) e o da Praia (44,7%). Para apartamentos, os concelhos do Sal, da Boa Vista e da Praia apresentaram as maiores taxas, respetivamente 76,1%, 64,0% e 54,3%, enquanto os demais concelhos ficaram abaixo de 40%. Além disso, São Vicente, Sal e Boa Vista foram os concelhos que apresentaram proporções acima dos 1% de alojamentos do tipo barracas, cujos valores são, respetivamente, 5,5%, 3,2% e 1,4%.

Tabela 14 – Distribuição (%) alojamentos familiares segundo o tipo de alojamento familiar por meio de residência e concelho. Cabo Verde, 2021

Meio de residência / concelho	Total de alojamentos familiares	Tipo de alojamento familiar						Agregado familiar num alojamento coletivo
		Moradia independente	Apartamento	Barraca	Contentor / Improvisado em edifício	Outro local habitado		
Cabo Verde	200 627	59,1	39,1	1,5	0,1	0,1	0,2	
Meio de residência								
Urbano	152 107	49,7	48,1	1,8	0,1	0,1	0,2	
Rural	48 520	88,2	10,8	0,6	0,1	0,2	0,1	
Concelho								
Ribeira Grande	6 756	77,5	21,8	0,1	0,1	0,1	0,5	
Paul	2 242	77,6	20,9	0,7	0,3	0,2	0,4	
Porto Novo	6 985	78,7	20,9	0,1	0,1	0,1	0,1	
São Vicente	31 904	55,2	38,9	5,5	0,1	0,1	0,2	
Ribeira Brava	3 127	83,4	16,4	0,0	0,0	0,0	0,1	
Tarrafal de São Nicolau	2 314	75,1	24,2	0,0	0,1	0,0	0,6	
Sal	16 826	19,8	76,1	3,2	0,4	0,0	0,6	
Boa Vista	6 652	34,0	64,0	1,4	0,3	0,3	0,1	
Maio	2 969	73,4	26,3	0,0	0,1	0,0	0,2	
Tarrafal	6 771	92,6	7,0	0,0	0,0	0,1	0,3	
Santa Catarina	16 088	63,4	36,5	0,0	0,0	0,0	0,0	
Santa Cruz	7 857	86,2	13,5	0,2	0,1	0,0	0,0	
Praia	56 580	44,7	54,3	0,9	0,1	0,0	0,0	
São Domingos	4 263	93,5	5,7	0,1	0,1	0,5	0,0	
São Miguel	5 620	80,9	18,5	0,4	0,0	0,0	0,1	
São Salvador do Mundo	2 416	96,1	3,8	0,0	0,0	0,1	0,0	
São Lourenço dos Órgãos	2 027	86,3	13,5	0,1	0,0	0,0	0,1	
Ribeira Grande Santiago	2 443	89,6	8,4	0,4	0,1	1,1	0,4	
Mosteiros	3 891	74,2	25,6	0,1	0,0	0,0	0,1	
São Filipe	8 635	73,4	26,1	0,0	0,1	0,2	0,2	
Santa Catarina do Fogo	1 837	84,2	14,6	0,1	0,3	0,0	0,8	
Brava	2 424	90,3	9,4	0,0	0,1	0,1	0,2	

Fonte: INE, Censo 2021

Mapa 2 – Distribuição (efetivo) dos alojamentos familiares por concelho. Cabo Verde, 2021

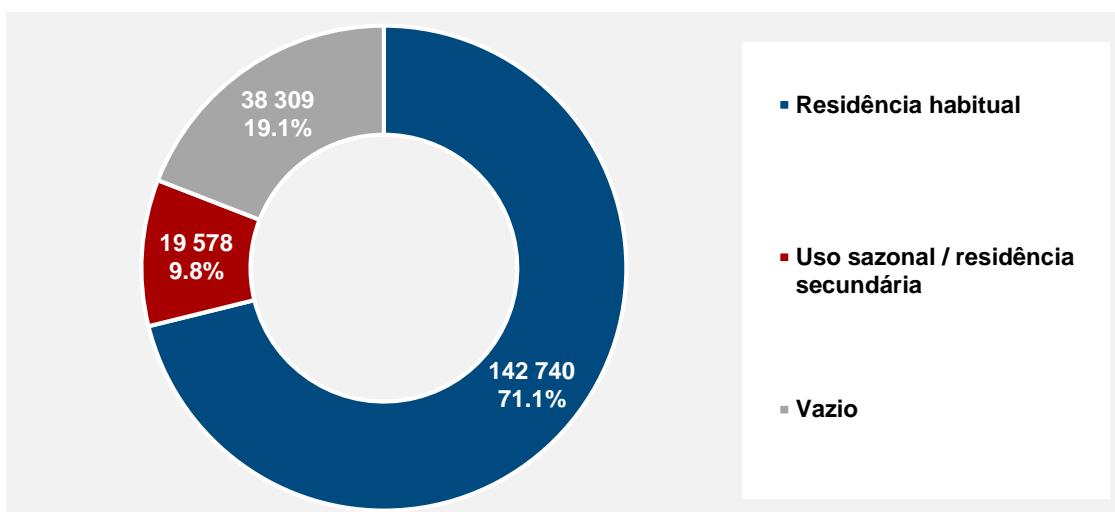


Fonte: INE, Censo 2021

3.1.2.2 Forma de ocupação de alojamentos familiares

Dos 200.627 alojamentos familiares recenseados, em 2021, 71,1% (142.740) eram de residência habitual, 9,8% (19.578) de uso sazonal ou residência secundária e 19,6% (38.309) encontravam-se vazios³ (Gráfico 36).

Gráfico 36 – Distribuição (efetivo e %) de alojamentos familiares segundo a forma de ocupação. Cabo Verde, 2021



Fonte: INE, Censo 2021

³ Alojamento familiar vazio engloba situações de alojamentos desocupados que se encontravam, no momento censitário, disponíveis no mercado imobiliário (para venda ou arrendamento), vazios outros casos ou vazio sem informação.

Por meio de residência, verificou-se que os alojamentos familiares de residência habitual e alojamentos vazios foram mais predominantes no meio urbano do que no rural (respetivamente, 71,6% contra 69,8% para a residência habitual e 19,4% contra 18,1% para os alojamentos vazios), enquanto os alojamentos de uso sazonal ou secundário foram mais predominantes no meio rural do que no urbano (12,1% contra 9,0%, respetivamente) (Tabela 15).

Tabela 15 – Distribuição (%) alojamentos familiares segundo a forma de ocupação por meio de residência e concelho. Cabo Verde, 2021

Meio de residência / concelho	Total de alojamentos familiares	Forma de ocupação do alojamento		
		Residência habitual	Uso sazonal / residência secundária	Vazio
Cabo Verde	200 627	71,1	9,8	19,1
Meio de residência				
Urbano	152 107	71,6	9,0	19,4
Rural	48 520	69,8	12,1	18,1
Concelho				
Ribeira Grande	6 756	72,3	13,0	14,8
Paul	2 242	77,7	12,4	9,9
Porto Novo	6 985	69,0	13,9	17,0
São Vicente	31 904	75,7	11,4	12,9
Ribeira Brava	3 127	70,6	15,2	14,2
Tarrafal de São Nicolau	2 314	66,2	17,2	16,6
Sal	16 826	65,3	5,2	29,5
Boa Vista	6 652	61,4	4,8	33,8
Maio	2 969	67,1	13,4	19,5
Tarrafal	6 771	69,4	12,4	18,2
Santa Catarina	16 088	60,6	18,8	20,6
Santa Cruz	7 857	77,9	6,6	15,5
Praia	56 580	74,7	6,0	19,3
São Domingos	4 263	81,5	5,4	13,0
São Miguel	5 620	61,9	12,9	25,2
São Salvador do Mundo	2 416	78,2	10,1	11,7
São Lourenço dos Órgãos	2 027	79,7	7,3	13,0
Ribeira Grande Santiago	2 443	78,0	12,0	10,0
Mosteiros	3 891	58,4	17,5	24,1
São Filipe	8 635	67,5	9,3	23,2
Santa Catarina do Fogo	1 837	68,4	18,9	12,7
Brava	2 424	73,9	5,0	21,0

Fonte: INE, Censo 2021

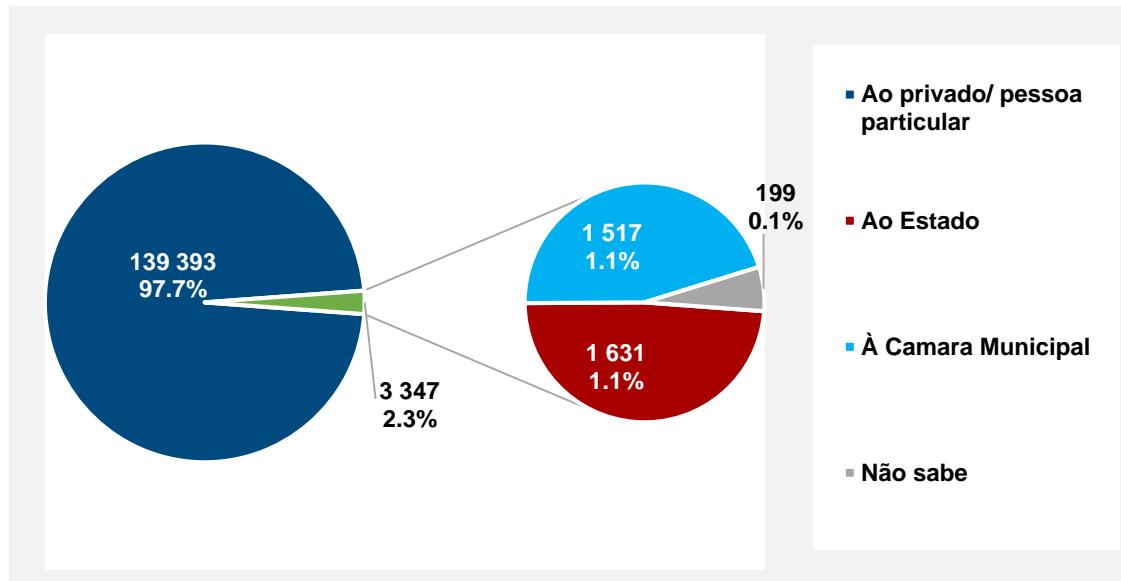
A Tabela 15 mostra ainda que, em todos os concelhos, a forma de ocupação do alojamento mais predominante foi residência habitual com valores a ultrapassar os 50%. Alguns concelhos apresentaram proporções acima dos 15% quando a forma de ocupação do alojamento é de uso sazonal/residência secundária, entre eles a Ribeira Brava (15,2%), Tarrafal de São Nicolau (17,2%), Santa Catarina (18,8%), Mosteiros (17,5%) e Santa Catarina do Fogo (18,9%). Entre os concelhos com proporções de alojamentos vazios, acima da média nacional, temos os do Sal (29,5%), Boa Vista (33,8%), Maio (19,5%), Santa Catarina (20,6%), Praia (19,3%), São Miguel (25,2%), Mosteiros (24,1%), São Filipe (23,2%) e Brava (21,0%).

3.1.2.3 Alojamentos familiares

3.1.2.3.1 Regime de propriedade dos alojamentos ocupados

Em 2021, quase a totalidade dos alojamentos familiares de residência habitual pertenciam a um privado ou a uma pessoa particular (97,7%). A proporção de alojamentos, pertencentes ao “Estado”, situou-se nos 1,1%, “à Câmara Municipal” detinham 1,1% e 0,1% não souberam responder à questão (Gráfico 37).

Gráfico 37 – Distribuição (efetivo e %) dos alojamentos familiares, ocupados como residência habitual segundo regime de propriedade do alojamento. Cabo Verde, 2021



Fonte: INE, Censo 2021

O regime de propriedade dos alojamentos não revela grandes disparidades entre os concelhos, em todos os quais tais alojamentos eram, maioritariamente, propriedade de privados. Não obstante, os concelhos do Paul e de Santa Catarina destacaram-se por serem os que, em 2021, detinham a maior proporção de alojamentos que eram propriedades da Câmara Municipal (respetivamente, 3,3% e 3,4). A Boa Vista surgiu como a que detinha a maior proporção de alojamentos pertencentes ao Estado (5,8%) (Tabela 16).

Tabela 16 – Distribuição (%) dos alojamentos familiares, ocupados como residência habitual segundo regime de propriedade do alojamento. Cabo Verde, 2021

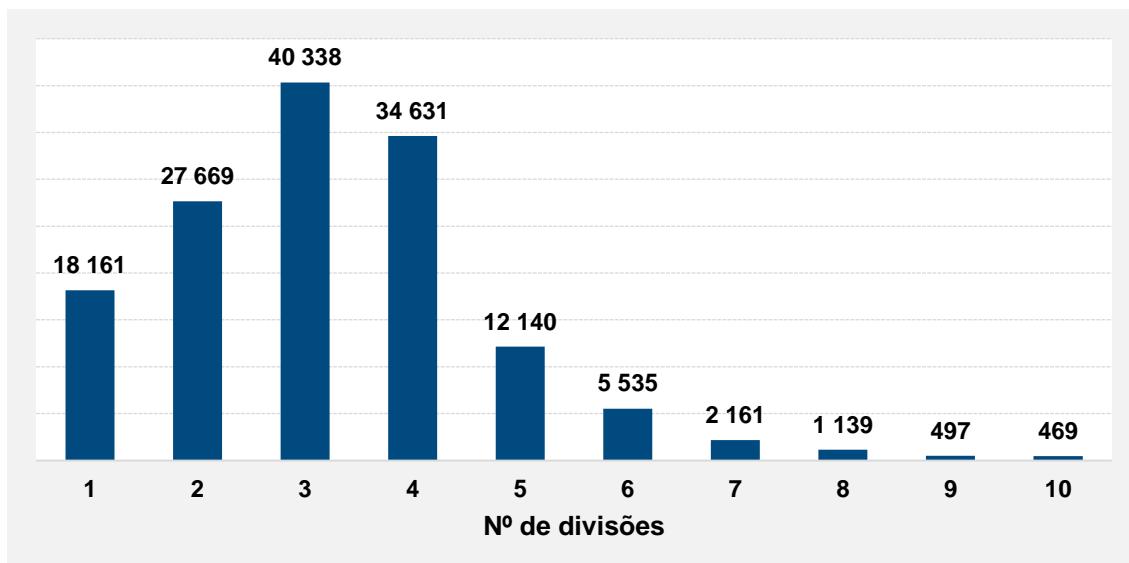
Meio de residência / concelho	Total de alojamento familiar de residência habitual	Proprietário do alojamento			
		Ao privado/ pessoa particular	Ao Estado	À Câmara Municipal	Não sabe
Cabo Verde	142 740	97,7	1,1	1,1	0,1
Meio de residência					
Urbano	108 862	97,4	1,3	1,2	0,1
Rural	33 878	98,6	0,6	0,6	0,1
Concelho					
Ribeira Grande	4 883	98,4	0,5	1,0	0,1
Paul	1 741	95,6	1,1	3,3	0,0
Porto Novo	4 821	95,9	1,4	2,1	0,6
São Vicente	24 144	98,4	0,2	1,3	0,1
Ribeira Brava	2 208	96,2	2,5	1,1	0,2
Tarrafal de São Nicolau	1 533	97,4	0,4	2,2	0,0
Sal	10 987	94,5	2,4	3,0	0,2
Boa Vista	4 086	90,9	5,8	3,0	0,2
Maio	1 992	97,3	2,5	0,2	0,1
Tarrafal	4 698	99,0	0,8	0,1	0,1
Santa Catarina	9 755	99,6	0,3	0,1	0,0
Santa Cruz	6 123	97,9	0,4	1,5	0,2
Praia	42 254	97,9	1,5	0,6	0,0
São Domingos	3 476	99,6	0,1	0,2	0,1
São Miguel	3 479	98,5	0,5	0,9	0,1
São Salvador do Mundo	1 889	99,8	0,2	0,1	0,0
São Lourenço dos Órgãos	1 616	97,8	0,2	2,0	0,0
Ribeira Grande Santiago	1 906	99,5	0,3	0,3	0,0
Mosteiros	2 272	99,7	0,1	0,2	0,0
São Filipe	5 829	98,1	0,7	0,2	1,0
Santa Catarina do Fogo	1 256	94,7	1,9	3,4	0,0
Brava	1 792	98,4	1,0	0,6	0,0

Fonte: INE, Censo 2021

3.1.2.3.2 Número de divisões dos alojamentos ocupados

Do Gráfico 38, conclui-se que, em 2021, os alojamentos familiares, ocupados como residência habitual, tinham, maioritariamente, três ou quatro divisões, representando, respetivamente, 28,3% (40.338) e 24,3% (34.631). Os alojamentos com uma ou duas divisões tinham uma representatividade inferior, atingindo, respetivamente, 12,7% (18.161) e 19,4% (27.669). Os alojamentos com mais de quatro divisões totalizaram os restantes 15,4% (21.941).

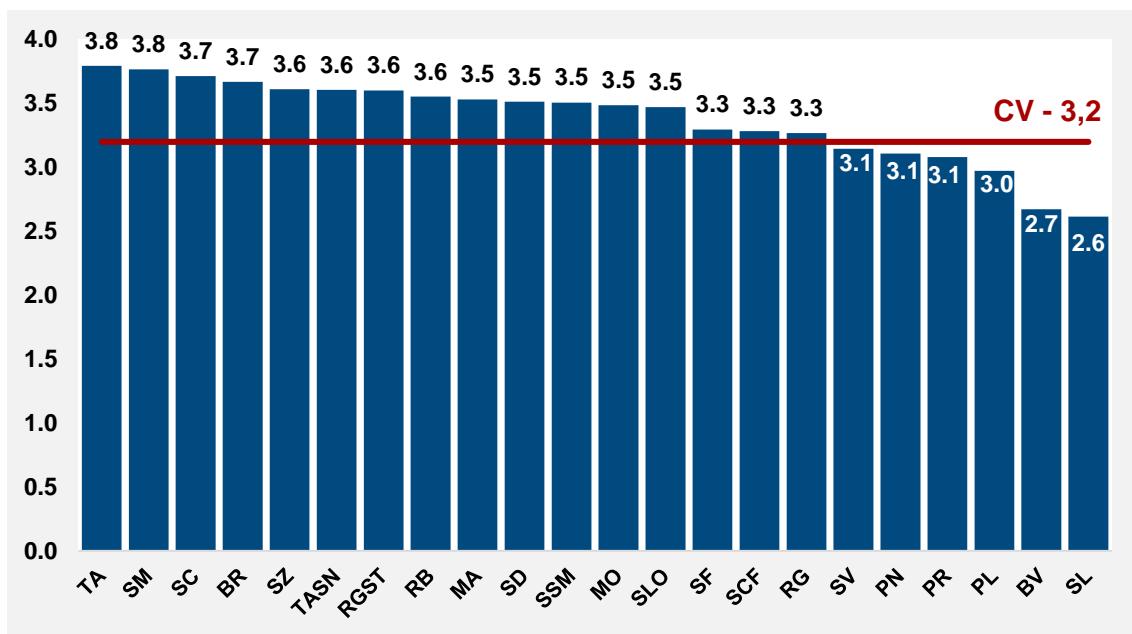
Gráfico 38 – Distribuição (efetivo) dos alojamentos familiares, ocupados como residência habitual segundo o número de divisão no alojamento. Cabo Verde, 2021



Fonte: INE, Censo 2021

Os resultados do Gráfico 39 mostram que o número médio de divisões nos alojamentos de residência habitual foi menor nos concelhos do Sal e da Boa Vista, que apresentaram uma média de 2,6 e 2,7 divisões por alojamento, respetivamente. Em contrapartida, os valores médios de divisões mais elevados foram registados nos concelhos do Tarrafal e de São Miguel (ambos com 3,8).

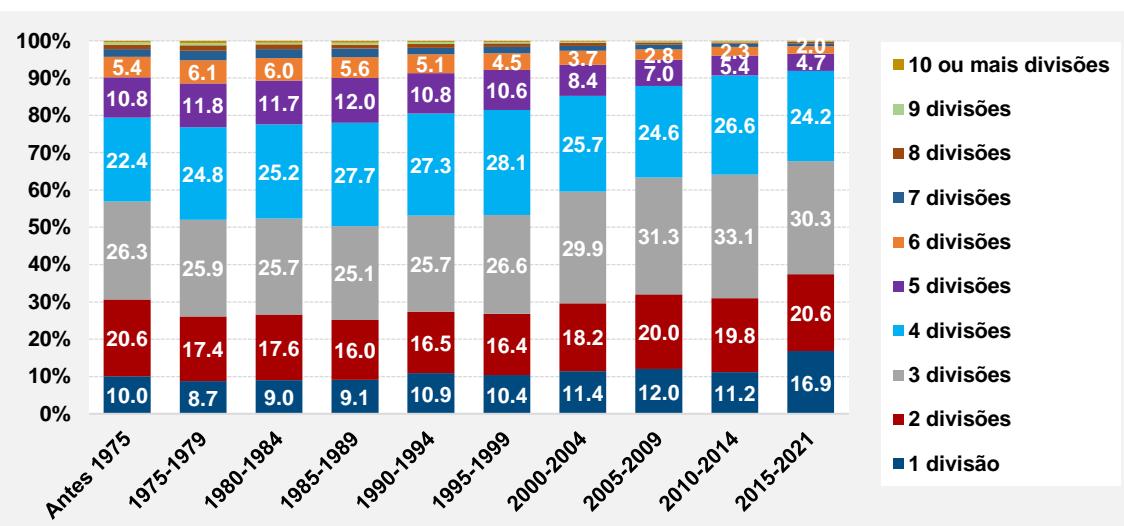
Gráfico 39 – Número médio de divisões dos alojamentos familiares, ocupados como residência habitual por concelho. Cabo Verde, 2021



Fonte: INE, Censo 2021

O Gráfico 40 indica que os alojamentos familiares de residência habitual, em épocas mais recentes, tiveram um ligeiro aumento da proporção de alojamentos com uma divisão, passando de 10,0% nos edifícios construídos antes de 1975 para 16,9% nos edificados entre 2015-2021. Verifica-se uma diminuição dos alojamentos com duas divisões nos edifícios construídos até 1999 e um aumento nos posteriores. A proporção dos alojamentos com mais de quatro divisões apresentou uma diminuição a partir de 1990, porém, o aumento dos alojamentos com três ou quatro divisões é visível nos edifícios com época de construção mais recente.

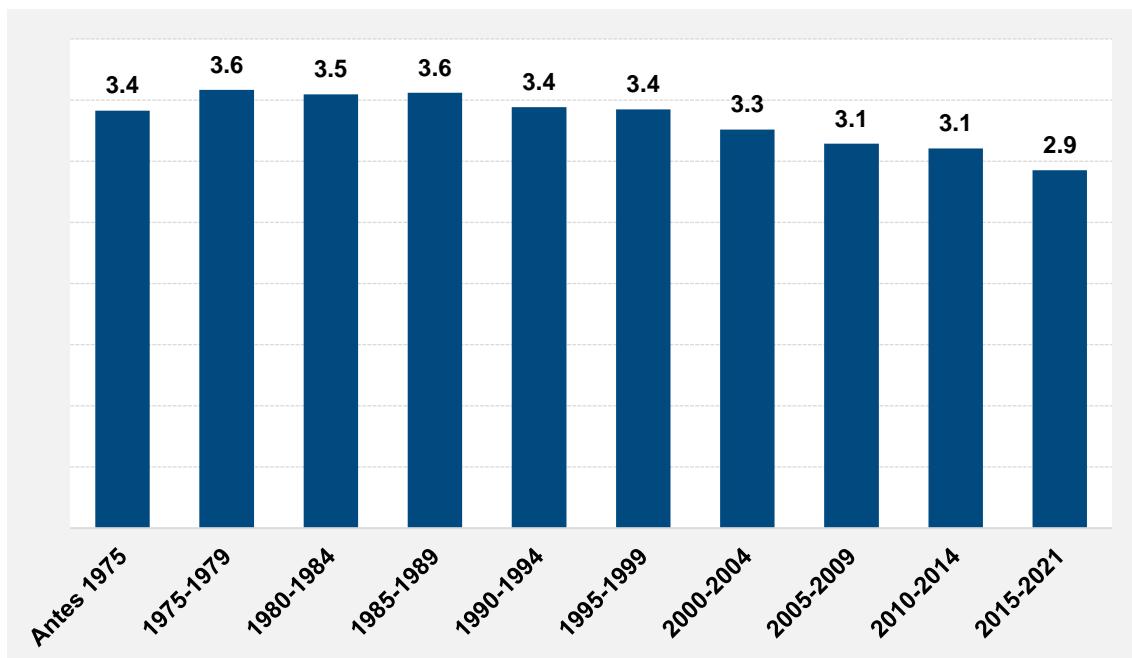
Gráfico 40 – Distribuição (%) dos alojamentos familiares, ocupados como residência habitual segundo o número de divisão no alojamento por época de construção. Cabo Verde, 2021



Fonte: INE, Censo 2021

O Censo 2021 revela, ainda, que o número médio de divisões dos alojamentos familiares, ocupados como residência habitual, tem-se reduzido, conforme a época de construção. Verificou-se uma diminuição progressiva no número médio de divisões dos alojamentos, tendo o valor mínimo atingido 2,9 para os alojamentos localizados nos edifícios construídos entre 2015-2021. Comparando os edifícios, construídos antes de 1975 com os de 2015 a 2021, nota-se que ocorreu uma diminuição de 14,7% no número médio de divisões dos alojamentos (Gráfico 41).

Gráfico 41 – Número médio de divisões dos alojamentos familiares, ocupados como residência habitual segundo época de construção. Cabo Verde, 2021

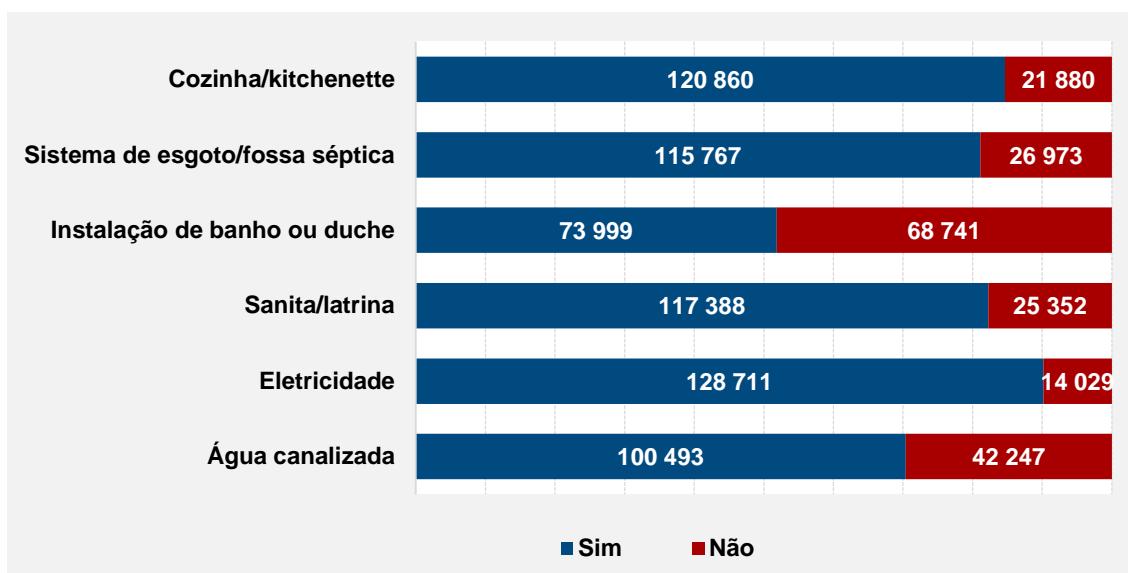


Fonte: INE, Censo 2021

3.1.2.3.3 Infraestruturas básicas dos alojamentos ocupados

Em 2021, cerca de 43,8% dos alojamentos familiares, ocupados como residência habitual, possuíam as infraestruturas básicas seguintes: água canalizada, eletricidade, sanita/latrina, instalação sanitária ou duche, sistema de esgoto/fossa séptica e cozinha/kitchenette. À grande maioria (56,2%) dos alojamentos familiares faltavam uma ou mais destas infraestruturas básicas. As necessidades de infraestruturas básicas, registadas nos alojamentos familiares, ocupados como residência habitual, foram as seguintes: 29,6% (42.246) sem água canalizada, 9,8% (14.029) sem eletricidade, 17,8% (25.352) sem instalação sanitária/latrina, 48,2% (68.741) sem instalação de banho ou *duche*, 18,9% (26.973) sem sistema de esgoto/fossa séptica e 15,3% (21.880) sem cozinha/*kitchenette* (Gráfico 42).

Gráfico 42 – Distribuição (efetivo) dos alojamentos familiares, ocupados como residência habitual segundo a existência de infraestruturas básicas. Cabo Verde, 2021



Fonte: INE, Censo 2021

Por meio de residência, salta à vista a carência de infraestruturas básicas no meio rural (21,2%), com destaque na instalação de banho ou *duche* (29,9%). Da análise por concelho, conclui-se que a proporção de alojamentos familiares, ocupados como residência habitual, que possuía, pelo menos, uma infraestrutura básica, era superior a 50% nos concelhos de São Vicente (55,9), da Ribeira Brava (51,0%), do Tarrafal de São Nicolau (56,4%) e do Sal (62,3%). Os de São Domingos e de São Salvador do Mundo registaram as maiores proporções de carência de água canalizada, os do Porto Novo, dos Mosteiros, da Brava e de todos os concelhos de Santiago, com exceção da Praia, apresentaram carências na instalação de banho ou *duche*. Em remate, a Ribeira Grande de Santiago foi o concelho com a maior carência no sistema de esgoto/fossa séptica (Tabela 17).

Tabela 17 – Proporção (%) dos alojamentos familiares, ocupados como residência habitual segundo a existência de infraestruturas básicas por meio de residência e concelho. Cabo Verde, 2021

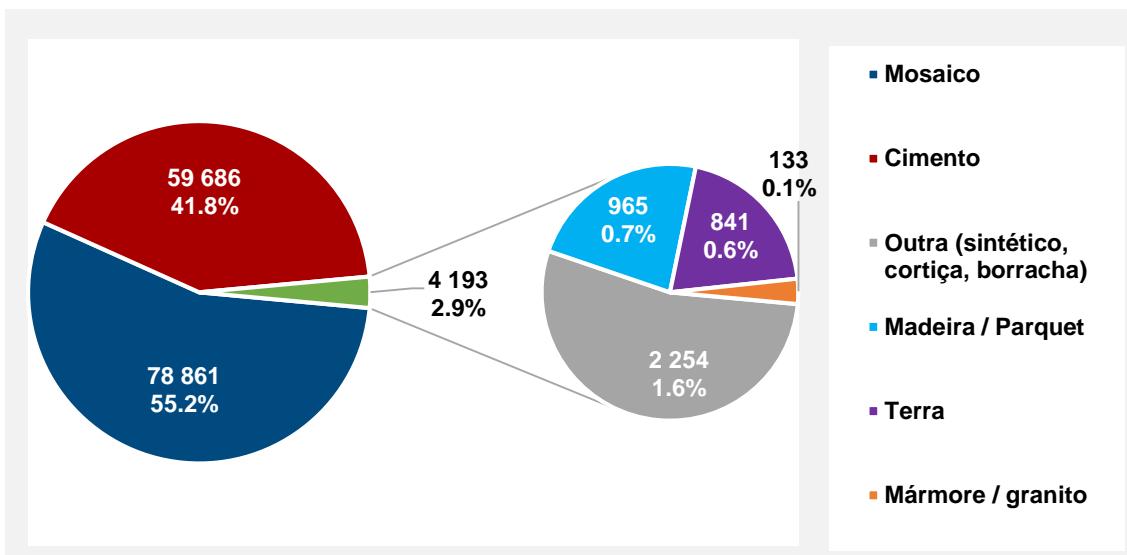
Meio de residência / concelho	Alojamentos com todas as infraestruturas básicas		Infraestruturas básicas											
	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não
Cabo Verde	43,8	56,2	70,4	29,6	90,2	9,8	82,2	17,8	51,8	48,2	81,1	18,9	84,7	15,3
Meio de residência														
Urbano	50,9	49,1	74,5	25,5	92,1	7,9	87,4	12,6	58,7	41,3	86,5	13,5	86,8	13,2
Rural	21,2	78,8	57,1	42,9	83,8	16,2	65,7	34,3	29,9	70,1	63,8	36,2	77,8	22,2
Concelho														
Ribeira Grande	46,2	53,8	88,9	11,1	92,4	7,6	82,9	17,1	50,5	49,5	82,6	17,4	87,1	12,9
Paul	45,5	54,5	83,2	16,8	91,9	8,1	75,2	24,8	50,6	49,4	76,7	23,3	83,8	16,2
Porto Novo	44,1	55,9	82,1	17,9	91,0	9,0	75,9	24,1	49,9	50,1	75,5	24,5	83,5	16,5
São Vicente	55,9	44,1	70,6	29,4	92,3	7,7	88,4	11,6	63,6	36,4	85,5	14,5	89,3	10,7
Ribeira Brava	51,0	49,0	88,2	11,8	91,1	8,9	79,8	20,2	55,5	44,5	77,9	22,1	91,4	8,6
Tarrafal de São Nicolau	56,4	43,6	95,6	4,4	94,3	5,7	89,9	10,1	58,4	41,6	90,4	9,6	90,9	9,1
Sal	62,3	37,7	73,4	26,6	91,8	8,2	88,7	11,3	70,3	29,7	89,0	11,0	87,9	12,1
Boa Vista	46,3	53,7	56,1	43,9	90,6	9,4	84,0	16,0	59,4	40,6	86,9	13,1	83,3	16,7
Maio	45,5	54,5	81,9	18,1	93,8	6,2	92,4	7,6	52,0	48,0	92,8	7,2	86,1	13,9
Tarrafal	39,5	60,5	82,4	17,6	83,8	16,2	76,2	23,8	45,7	54,3	77,5	22,5	85,4	14,6
Santa Catarina	25,3	74,7	59,9	40,1	83,8	16,2	73,6	26,4	34,2	65,8	68,9	31,1	81,6	18,4
Santa Cruz	21,4	78,6	65,5	34,5	80,2	19,8	63,4	36,6	29,6	70,4	63,7	36,3	63,5	36,5
Praia	45,8	54,2	68,3	31,7	92,1	7,9	86,6	13,4	55,8	44,2	85,7	14,3	84,3	15,7
São Domingos	16,2	83,8	44,5	55,5	89,9	10,1	66,5	33,5	24,0	76,0	65,1	34,9	73,6	26,4
São Miguel	19,6	80,4	57,1	42,9	87,6	12,4	65,8	34,2	24,5	75,5	65,9	34,1	87,4	12,6
São Salvador do Mundo	9,3	90,7	31,4	68,6	91,2	8,8	63,2	36,8	23,6	76,4	62,0	38,0	57,6	42,4
São Lourenço dos Órgãos	27,6	72,4	67,9	32,1	90,0	10,0	73,9	26,1	33,3	66,7	75,4	24,6	90,3	9,7
Ribeira Grande Santiago	18,9	81,1	65,6	34,4	93,2	6,8	57,0	43,0	25,5	74,5	49,2	50,8	71,1	28,9
Mosteiros	42,6	57,4	83,4	16,6	89,5	10,5	90,8	9,2	46,3	53,7	85,8	14,2	94,3	5,7
São Filipe	46,1	53,9	82,2	17,8	85,4	14,6	85,1	14,9	50,4	49,6	85,7	14,3	92,6	7,4
Santa Catarina do Fogo	50,8	49,2	78,7	21,3	81,7	18,3	80,0	20,0	56,8	43,2	81,7	18,3	95,6	4,4
Brava	44,0	56,0	87,5	12,5	95,9	4,1	85,4	14,6	46,8	53,2	85,0	15,0	91,5	8,5

Fonte: INE, Censo 2021

3.1.2.3.4 Principal material utilizado no pavimento (chão) dos alojamentos ocupados

Do Gráfico 43 conclui-se que, em 2021, mais de metade dos alojamentos familiares, ocupados como residência habitual, tinham o pavimento revestido com mosaico (55,2%) e 41,8%, de cimento. O pavimento dos restantes alojamentos familiares dividiu-se, entre outro material, (sintético, cortiça, borracha) com 1,6%, madeira/parquet (0,7%), terra (0,6%) e mármore/granito (0,1%).

Gráfico 43 – Distribuição (efetivo e %) dos alojamentos familiares, ocupados como residência habitual segundo o principal material utilizado no pavimento (chão). Cabo Verde, 2021



Fonte: INE, Censo 2021

Por meio de residência, verifica-se que, no meio urbano, o material mais predominante no pavimento dos alojamentos foi o mosaico (63,5%), enquanto, no rural, foi o cimento (68,4%).

Em todos os concelhos, o cimento e o mosaico foram os materiais mais predominantes utilizados no pavimento dos alojamentos. A proporção do cimento, utilizado como o principal material no pavimento dos alojamentos familiares, ocupados como residência habitual, foi superior a 60% nos concelhos do Paul (66,6%), Porto Novo (61,2%), Santa Cruz (62,8%), São Miguel (63,4%), São Lourenço dos Órgãos (62,9%), Mosteiros (64,3%) e Santa Catarina do Fogo (62,7%). Sal, Boa Vista e Praia registaram as maiores proporções do mosaico (respetivamente, 76,8%, 68,0% e 67,8%). No entanto, ainda existiam concelhos que apresentaram proporções acima de 1% quando o principal material utilizado no pavimento é a terra: Ribeira Grande (2,0%), Paul (2,1%) e Porto Novo (1,8) (Tabela 18).

Tabela 18 – Distribuição (%) dos alojamentos familiares, ocupados como residência habitual segundo o principal material utilizado no pavimento (chão) por meio de residência e concelho. Cabo Verde, 2021

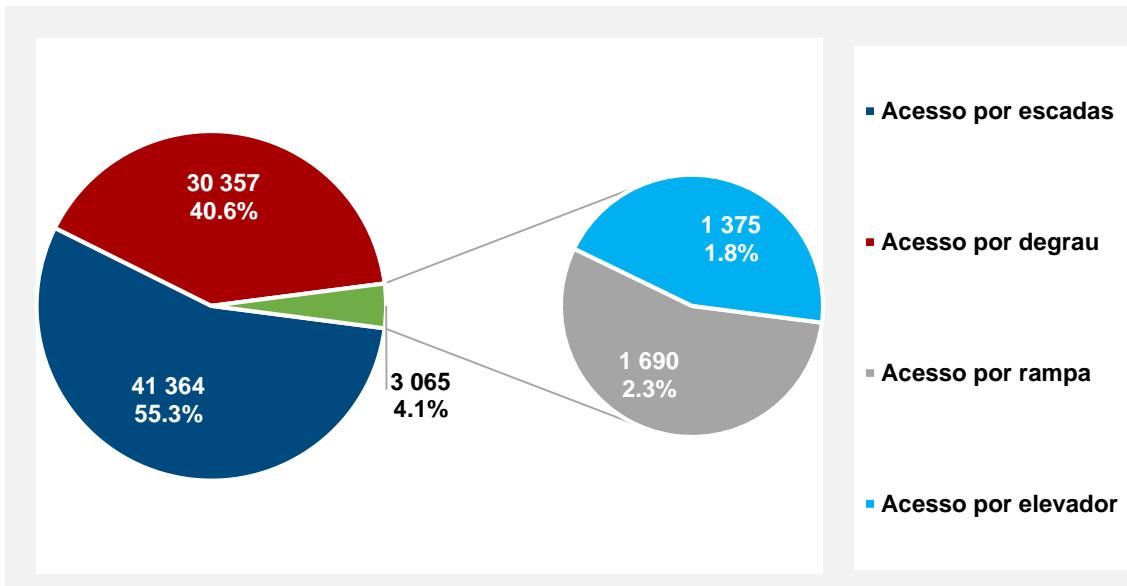
Meio de residência / concelho	Total de alojamentos familiares de residência habitual	Principal material utilizado no pavimento (chão)					
		Cimento	Madeira / Parquet	Mosaico	Mármore / granito	Terra	Outro (sintético, cortiça, borracha)
Cabo Verde	142 740	41,8	0,7	55,2	0,1	0,6	1,6
Meio de residência							
Urbano	108 862	33,5	0,7	63,5	0,1	0,5	1,7
Rural	33 878	68,4	0,7	28,7	0,0	1,0	1,0
Concelho							
Ribeira Grande	4 883	58,1	0,3	39,4	0,0	2,0	0,1
Paul	1 741	66,6	0,6	28,3	0,1	2,1	2,3
Porto Novo	4 821	61,2	0,1	36,3	0,0	1,8	0,5
São Vicente	24 144	37,3	1,0	57,0	0,1	0,5	4,2
Ribeira Brava	2 208	56,8	2,1	40,9	0,0	0,2	0,1
Tarrafal de São Nicolau	1 533	49,3	0,3	49,6	0,1	0,3	0,5
Sal	10 987	20,7	0,6	76,8	0,1	0,4	1,4
Boa Vista	4 086	29,3	0,8	68,0	0,1	0,4	1,4
Maio	1 992	46,7	0,4	52,2	0,1	0,1	0,7
Tarrafal	4 698	52,0	0,2	46,8	0,0	0,4	0,6
Santa Catarina	9 755	47,7	0,3	50,2	0,1	0,6	1,1
Santa Cruz	6 123	62,8	0,4	35,8	0,0	0,5	0,4
Praia	42 254	29,3	0,6	67,8	0,2	0,6	1,5
São Domingos	3 476	56,9	0,1	42,4	0,1	0,3	0,3
São Miguel	3 479	63,4	0,2	35,8	0,0	0,3	0,3
São Salvador do Mundo	1 889	58,4	0,4	38,3	0,0	0,2	2,7
São Lourenço dos Órgãos	1 616	62,9	0,3	35,8	0,0	0,2	0,7
Ribeira Grande Santiago	1 906	55,9	0,6	41,4	0,0	0,6	1,5
Mosteiros	2 272	64,3	0,3	35,1	0,0	0,3	0,1
São Filipe	5 829	57,6	0,7	41,2	0,1	0,2	0,2
Santa Catarina do Fogo	1 256	62,7	0,2	36,5	0,0	0,2	0,6
Brava	1 792	57,9	7,9	33,9	0,0	0,0	0,3

Fonte: INE, Censo 2021

3.1.2.3.5 Forma de acessibilidade dos alojamentos familiares de residência habitual

Em 2021, dos 142.740 alojamento familiares de residência habitual, 55,3% (41.364) tinham acesso por escadas, 40,6% (30.357) por degraus, 2,3% (1.690) por rampa e somente 1,8% (1.375) por elevador (Gráfico 44).

**Gráfico 44 – Distribuição (efetivo e %) dos alojamentos segundo a forma de acessibilidade.
Cabo Verde, 2021**



Fonte: INE, Censo 2021

Da análise por meio de residência, constatou-se que, no meio urbano, a forma de acessibilidade ao alojamento mais comum é por escadas (34,3%) e, no meio rural, é por degraus (24,1%). O acesso ao alojamento por elevador representou 1,1% no meio urbano. Os alojamentos de residência habitual, que tinham acesso por escadas, representaram mais de 15% dos alojamentos em todos os concelhos (com exceção do Tarrafal, São Domingos, São Miguel, São Salvador do Mundo e Ribeira Grande de Santiago), atingindo, em alguns deles, mais de 30%. Os concelhos que apresentaram percentagem de alojamentos com acesso por elevador foram São Vicente (0,6), Sal (0,5%), Boa Vista (0,7%) e Praia (2,3%) (Tabela 19).

Tabela 19 – Percentagem de alojamentos familiares de residência habitual segundo forma de acessibilidade por meio de residência e concelho. Cabo Verde, 2021

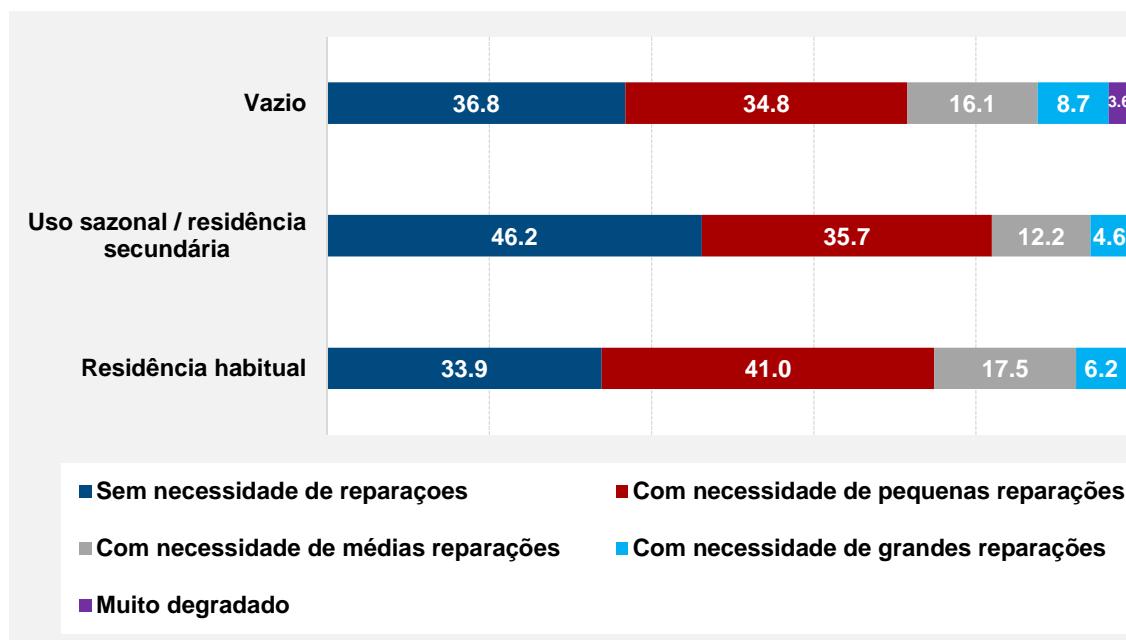
Meio de residência / concelho	Total de alojamentos familiares de residência habitual	Formas de acessibilidade do alojamento			
		Acesso por rampa	Acesso por degrau	Acesso por escadas	Acesso por elevador
Cabo Verde	142 740	1,2	21,3	29,0	0,9
Meio de residência					
Urbano	108 862	1,2	20,4	34,3	1,1
Rural	33 878	1,1	24,1	12,0	0,0
Concelho					
Ribeira Grande	4 883	0,6	23,2	32,5	0,0
Paul	1 741	0,5	17,2	28,9	0,0
Porto Novo	4 821	1,1	20,3	15,6	0,0
São Vicente	24 144	0,8	21,4	29,8	0,6
Ribeira Brava	2 208	0,9	17,8	22,6	0,0
Tarrafal de São Nicolau	1 533	1,1	22,3	27,5	0,0
Sal	10 987	1,4	26,5	39,7	0,5
Boa Vista	4 086	0,9	18,1	39,4	0,7
Maio	1 992	1,0	31,3	20,6	0,0
Tarrafal	4 698	1,0	14,5	14,4	0,0
Santa Catarina	9 755	1,4	26,5	18,0	0,0
Santa Cruz	6 123	1,6	21,7	18,0	0,0
Praia	42 254	1,5	19,1	38,9	2,3
São Domingos	3 476	1,6	36,0	11,6	0,0
São Miguel	3 479	1,0	17,8	9,6	0,0
São Salvador do Mundo	1 889	0,7	8,7	7,5	0,0
São Lourenço dos Órgãos	1 616	1,4	24,1	15,3	0,0
Ribeira Grande Santiago	1 906	0,9	21,9	9,1	0,0
Mosteiros	2 272	0,3	9,3	35,1	0,0
São Filipe	5 829	1,1	20,1	23,6	0,0
Santa Catarina do Fogo	1 256	1,5	18,0	22,1	0,0
Brava	1 792	1,1	36,0	16,7	0,0

Fonte: INE, Censo 2021

3.1.2.3.6 Estado de conservação

Em 2021, 33,9% dos alojamentos familiares de residência habitual estavam situados em edifícios que não tinham necessidade de reparação e 7,7% nos que tinham necessidade de grandes reparações ou, então, que estavam muito degradados. Os alojamentos de uso sazonal/residência secundária estavam localizados em edifícios com menos necessidade de reparação. Os alojamentos vazios estavam situados em edifícios que apresentavam um pior estado de conservação, na medida em que aumentou a proporção de edifícios com necessidade de grandes reparações ou muito degradados para 12,3% (Gráfico 45).

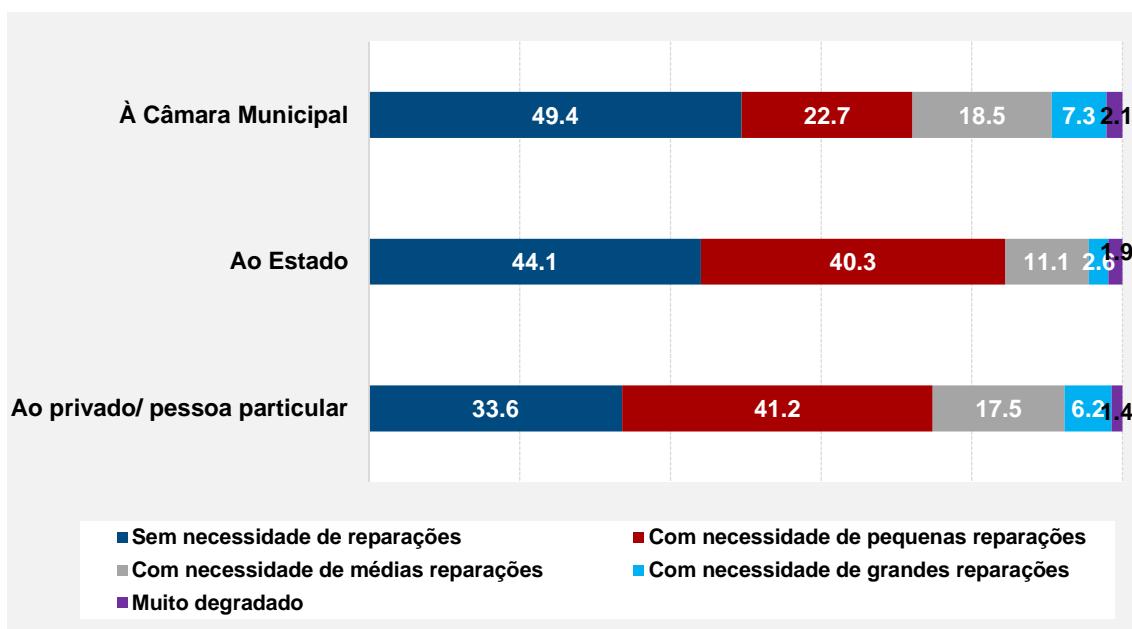
Gráfico 45 – Distribuição (%) dos alojamentos familiares segundo o estado de conservação por forma de ocupação. Cabo Verde, 2021



Fonte: INE, Censo 2021

Ao analisar os alojamentos familiares, segundo o estado de conservação por regime de propriedade, verificou-se que os alojamentos da câmara municipal se situavam em edifícios com melhor estado de conservação (49,4% sem necessidade de reparação, embora existissem 9,4% com necessidade de grandes reparações ou muito degradados). A proporção de alojamentos pertencentes ao privado/pessoa particular, situados em edifícios sem necessidade de reparação, foi de 33,6%, mas, em compensação, a proporção de alojamentos em edifícios com necessidade de grandes reparações ou muito degradados foi de 7,7%. Quanto aos alojamentos do Estado, regista-se uma menor proporção em edifícios com necessidade de grandes reparações ou muito degradados (4,5%) (Gráfico 46).

Gráfico 46 – Distribuição (%) dos alojamentos familiares, ocupados como residência habitual segundo o estado de conservação por regime de propriedade. Cabo Verde, 2021

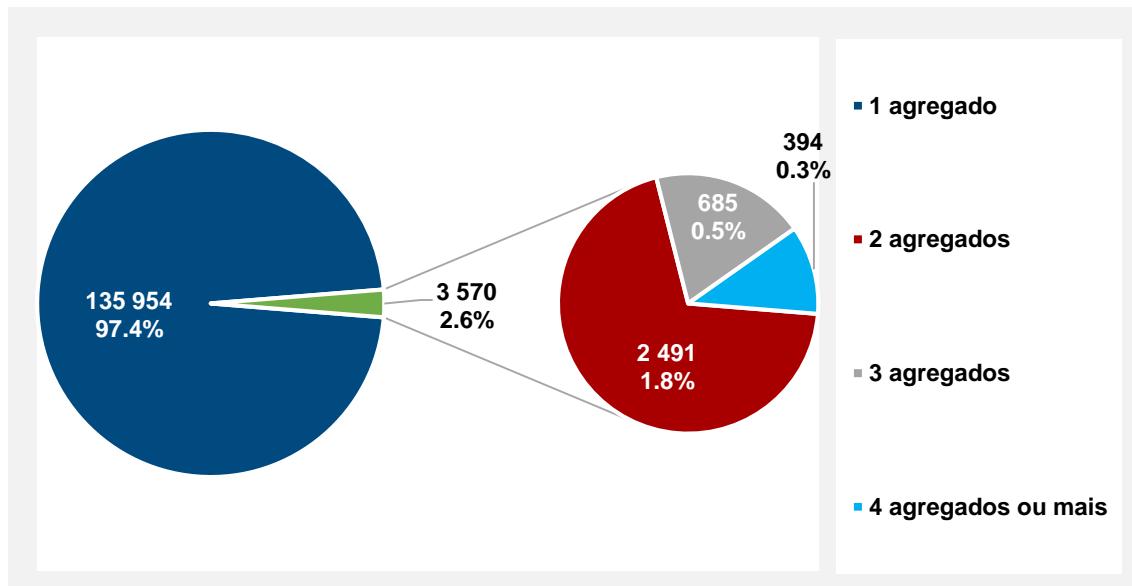


Fonte: INE, Censo 2021

3.1.2.3.7 Número de agregados

Em 2021, Cabo Verde tinha 142.740 alojamentos familiares de residência habitual, dos quais 97,4% (135.954) com 1 agregado e 2,6% (3.570) com 2 ou mais. Cerca de 2% tinham 2 agregados, 0,5% 3 e 0,3% entre 4 ou mais (Gráfico 47).

Gráfico 47 – Distribuição (%) dos alojamentos familiares, ocupados como residência habitual segundo o número de agregados. Cabo Verde, 2021



Fonte: INE, Censo 2021

Em 2011, os alojamentos com apenas 1 agregado representaram quase a totalidade dos alojamentos em todos os concelhos. A proporção máxima de alojamentos com 1 alojamento, no total de alojamentos, foi registada em São Lourenço dos Órgãos, atingindo os 99,4%. O concelho com menor proporção de alojamentos com apenas 1 agregado foi a Boa Vista (94,3%), que, em contrapartida, apresenta a maior proporção de alojamentos com mais de 1 agregado (5,7%) (Tabela 20).

Tabela 20 – Distribuição (%) dos alojamentos familiares, ocupados como residência habitual segundo o número de agregados por meio de residência e concelho. Cabo Verde, 2021

Meio de residência / concelho	Total de alojamentos familiares de residência habitual	Número de agregados familiares por alojamento ocupado				Número médio de agregados por alojamento familiar ocupado	Número médio de agregados por edifício habitado
		1	2	3	4 +		
Cabo Verde	142 740	97,5	1,8	0,5	0,3	1,04	1,03
Meio de residência							
Urbano	108 862	97,1	1,9	0,6	0,4	1,04	1,04
Rural	33 878	98,7	1,1	0,1	0,0	1,01	1,01
Concelho							
Ribeira Grande	4 883	98,0	1,7	0,3	0,0	1,02	1,02
Paul	1 741	97,9	1,7	0,3	0,1	1,03	1,03
Porto Novo	4 821	98,1	1,4	0,4	0,2	1,03	1,02
São Vicente	24 144	97,7	1,4	0,5	0,4	1,04	1,03
Ribeira Brava	2 208	98,7	1,2	0,1	0,0	1,01	1,01
Tarrafal de São Nicolau	1 533	98,0	1,7	0,3	0,1	1,02	1,02
Sal	10 987	97,8	1,7	0,3	0,2	1,03	1,04
Boa Vista	4 086	94,3	4,0	1,3	0,4	1,08	1,09
Maio	1 992	97,9	1,8	0,3	0,0	1,02	1,02
Tarrafal	4 698	97,8	1,8	0,3	0,1	1,03	1,02
Santa Catarina	9 755	97,1	2,0	0,6	0,3	1,04	1,02
Santa Cruz	6 123	97,4	2,0	0,3	0,2	1,03	1,03
Praia	42 254	96,8	2,0	0,7	0,5	1,05	1,04
São Domingos	3 476	98,4	1,5	0,1	0,0	1,02	1,02
São Miguel	3 479	97,8	1,8	0,3	0,1	1,03	1,02
São Salvador do Mundo	1 889	99,0	1,0	0,0	0,0	1,01	1,01
São Lourenço dos Órgãos	1 616	99,4	0,5	0,1	0,0	1,01	1,01
Ribeira Grande Santiago	1 906	98,2	1,4	0,3	0,1	1,02	1,02
Mosteiros	2 272	99,3	0,7	0,0	0,0	1,01	1,01
São Filipe	5 829	98,1	1,5	0,3	0,1	1,02	1,02
Santa Catarina do Fogo	1 256	98,5	1,4	0,0	0,2	1,02	1,02
Brava	1 792	99,3	0,7	0,1	0,0	1,01	1,01

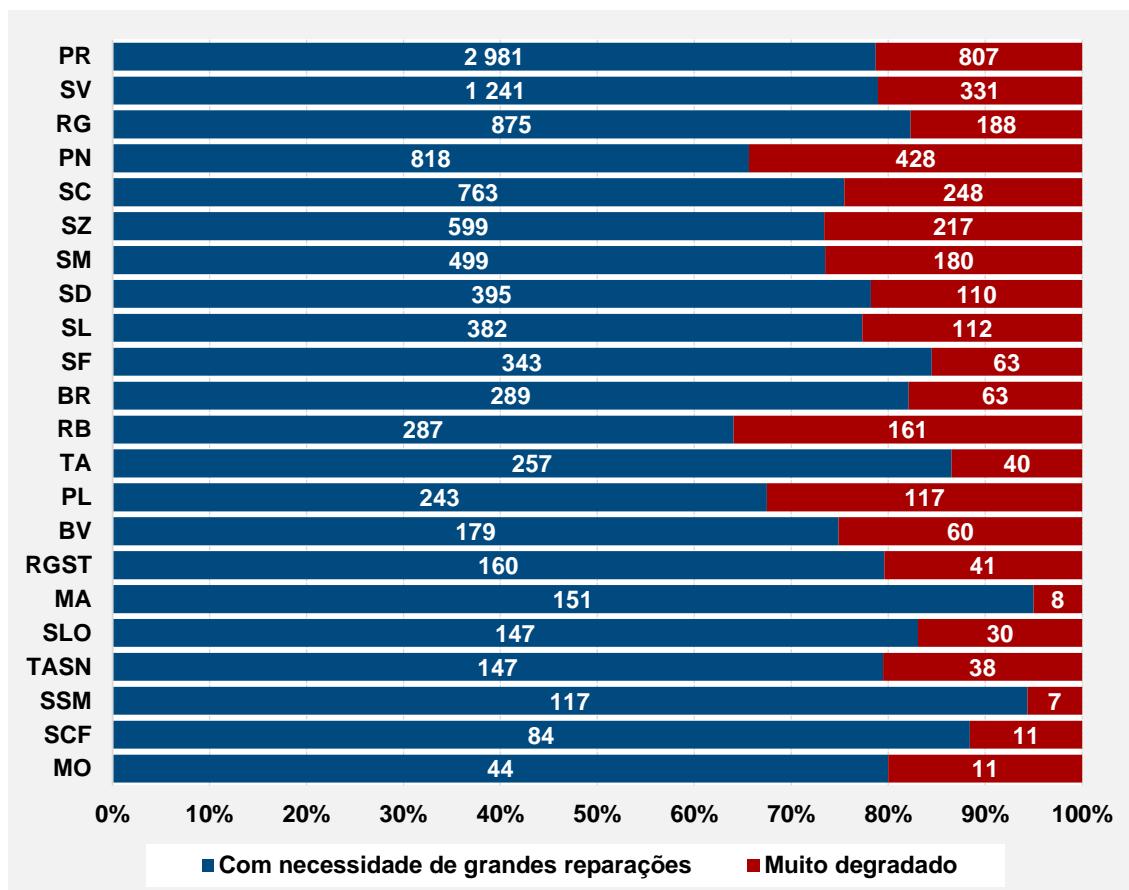
Fonte: INE, Censo 2021

3.2 CARATERÍSTICAS DOS EDIFÍCIOS E ALOJAMENTOS EM PIOR ESTADO DE CONSERVAÇÃO

3.2.1 Edifício

Em 2021, existiam no parque habitacional cerca de 95.696 edifícios que necessitavam de intervenção, devido ao seu estado de conservação. De entre estes, 14.272 edifícios tinham necessidade de grandes reparações ou estavam muito degradados, constituindo, portanto, uma prioridade para intervenções de reabilitação (ver item 3.1.1.7). Da análise por concelho, verificou-se que Praia, São Vicente, Ribeira Grande, Porto Novo e Santa Catarina foram os concelhos com maior número absoluto de edifícios com necessidade de grandes reparações ou muito degradados. Esses concelhos representaram juntos 60,8% dos edifícios com necessidade de grandes reparações ou muito degradados. Em termos de dados relativos, verificou-se que Ribeira Brava, Porto Novo e Paul apresentaram as maiores proporções de edifícios muito degradados, atingindo valores superiores a 30%, enquanto os concelhos do Maio e do São Salvador do Mundo apresentaram as menores proporções, ambos com menos de 5% (Gráfico 48).

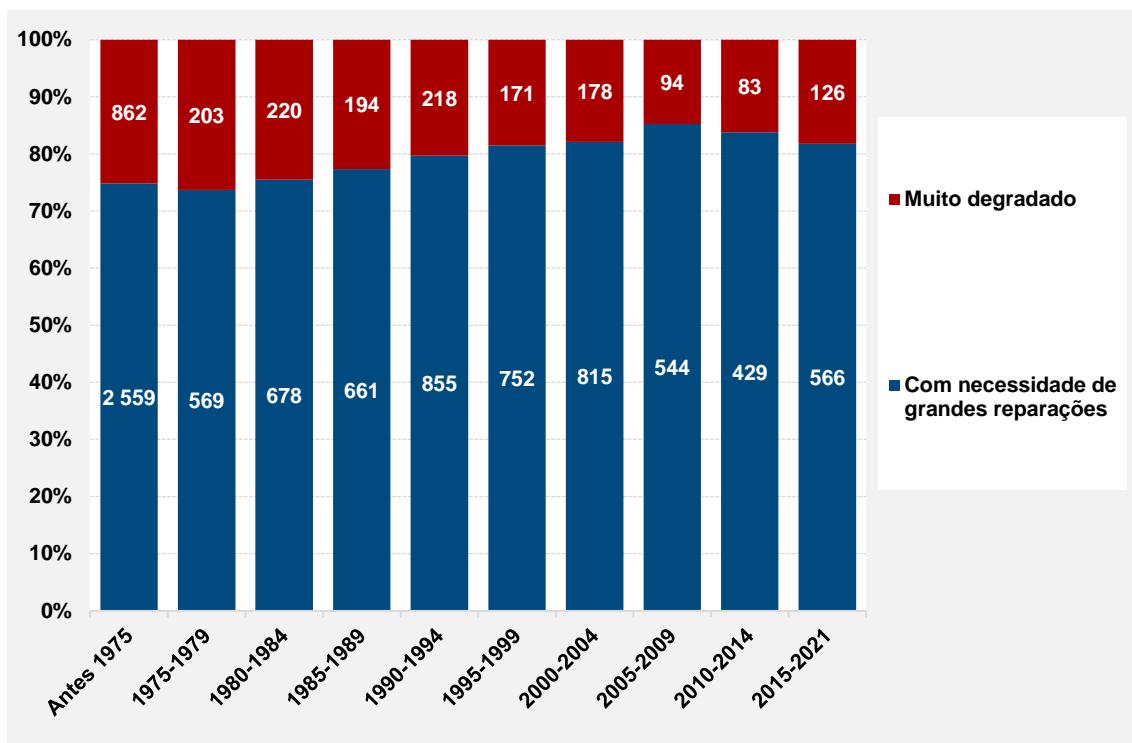
Gráfico 48 – Distribuição (efetivos) dos edifícios clássicos afetos à habitação com necessidade de grandes reparações ou muito degradados, por concelho. Cabo Verde, 2021



Fonte: INE, Censo 2021

Apesar de os edifícios construídos antes de 1975 representarem 15,9% do parque habitacional (ver no item 3.1.1.3), foi nesta época de construção que se concentrou 24,0% (3.421) dos edifícios com necessidade de grandes reparações ou muito degradados. O número de edifícios, com necessidade de grandes reparações ou muito degradados, diminuiu acentuadamente nos construídos entre 2005 e 2021. Os edifícios muito degradados representaram mais de 20% até a época de 1985-1989 (Gráfico 49).

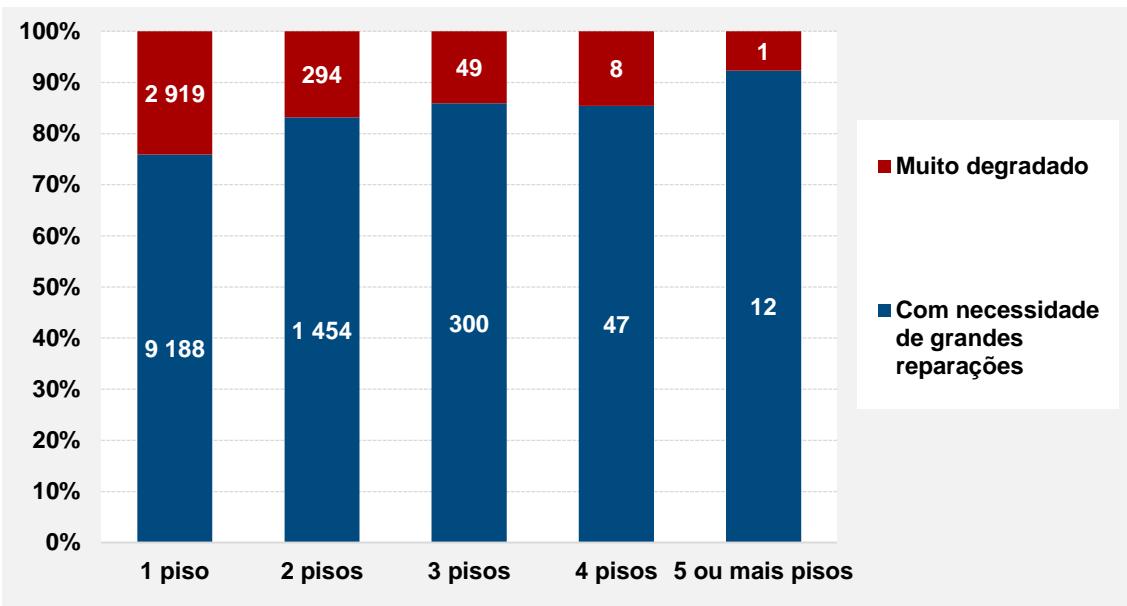
Gráfico 49 – Distribuição (efetivos) dos edifícios clássicos afetos à habitação com necessidade de grandes reparações ou muito degradados, por época de construção. Cabo Verde, 2021



Fonte: INE, Censo 2021

Do Gráfico 50 conclui-se que, dos edifícios com necessidade de grandes reparações ou que estavam muito degradados, 97,1% tinham um ou dois pisos. De relembrar que os edifícios com um ou dois pisos representaram 86,9% do total de edifícios (ver item 3.1.1.4). O número de edifícios com necessidade de grandes reparações ou muito degradados diminuiu acentuadamente com o aumento do número de pisos.

Gráfico 50 – Distribuição (efetivos) dos edifícios clássicos afetos à habitação com necessidade de grandes reparações ou muito degradados, por número de pisos. Cabo Verde, 2021

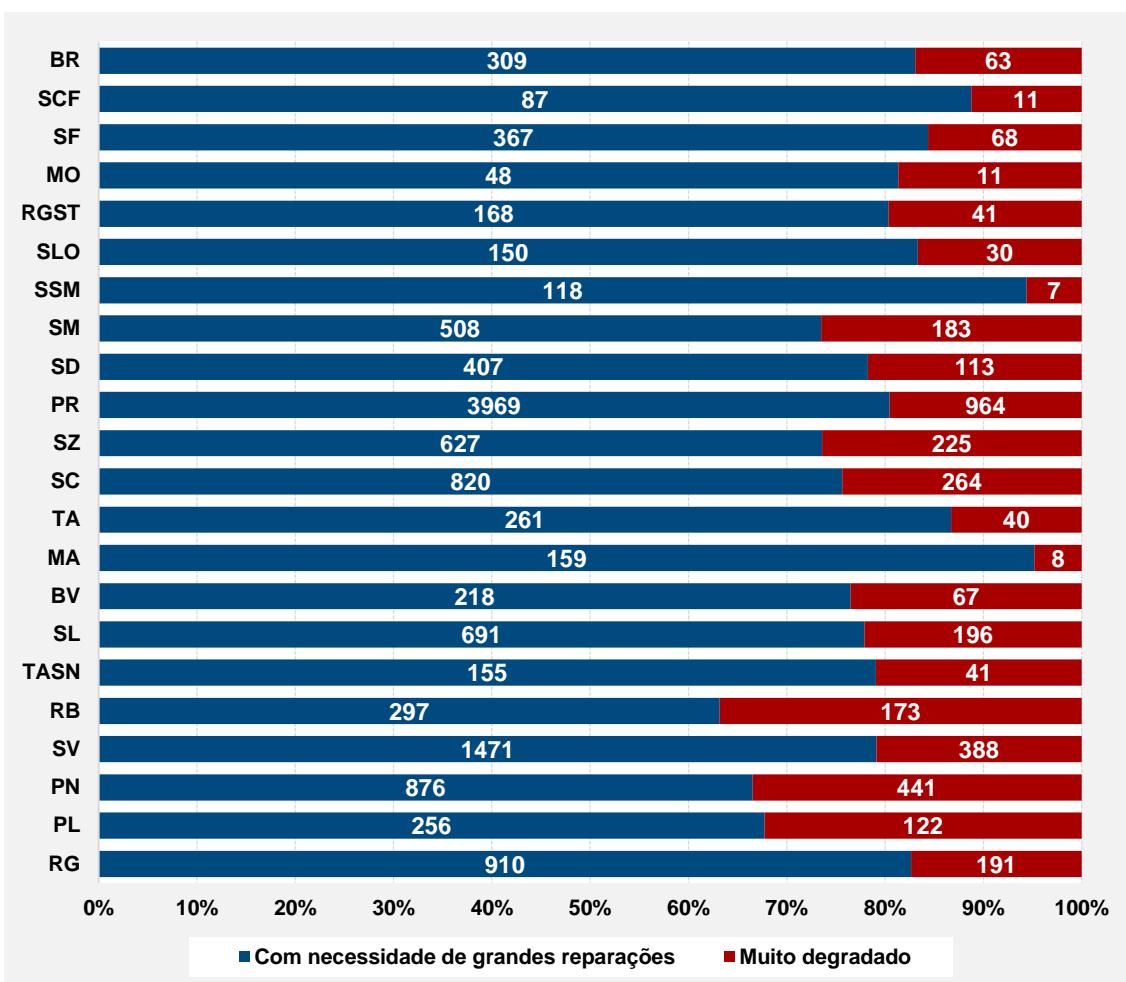


Fonte: INE, Censo 2021

3.2.2 Alojamento

Em 2021, existiam cerca de 126.456 alojamentos familiares clássicos, que se situavam em edifícios que necessitavam de intervenção, devido ao seu estado de conservação. De entre estes, 16.519 tinham necessidade de grandes reparações ou estavam muito degradados. Da análise por concelho, verifica-se que Praia, São Vicente, Ribeira Grande, Porto Novo e Santa Catarina foram os com maior número absoluto de alojamentos situados em edifícios com necessidade de grandes reparações ou muito degradados. Esses concelhos representaram juntos 62,3% dos alojamentos situados em edifícios com necessidade de grandes reparações ou muito degradados. Em termos de dados relativos, nota-se que Ribeira Brava, Porto Novo e Paul apresentaram as maiores proporções de alojamentos situados em edifícios muito degradados, atingindo valores superiores a 30%, enquanto o concelho do Maio expos a menor proporção (4,8%) (Gráfico 51).

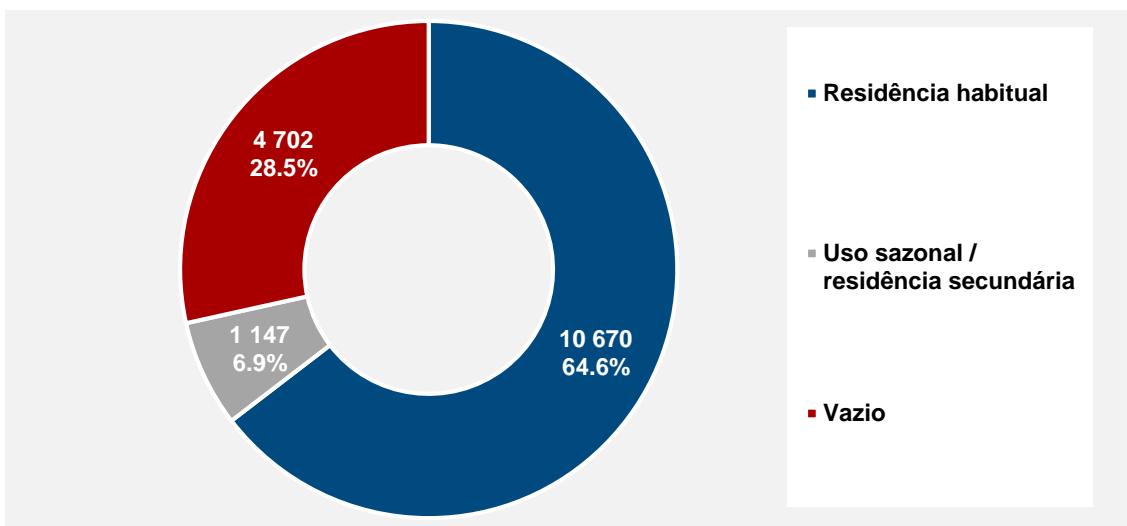
Gráfico 51 – Distribuição (efetivos) dos alojamentos familiares clássicos com necessidade de grandes reparações ou muito degradados, segundo concelho. Cabo Verde, 2021



Fonte: INE, Censo 2021

O Gráfico 52 expõe que 64,6% (10.670) dos alojamentos familiares clássicos, situados em edifícios muito degradados ou com necessidade de grandes reparações, encontravam-se nos alojamentos de residência habitual, 6,9% (1.147) estavam nos alojamentos de uso sazonal ou de residência secundária e 28,5% (4.702) nos alojamentos vazios.

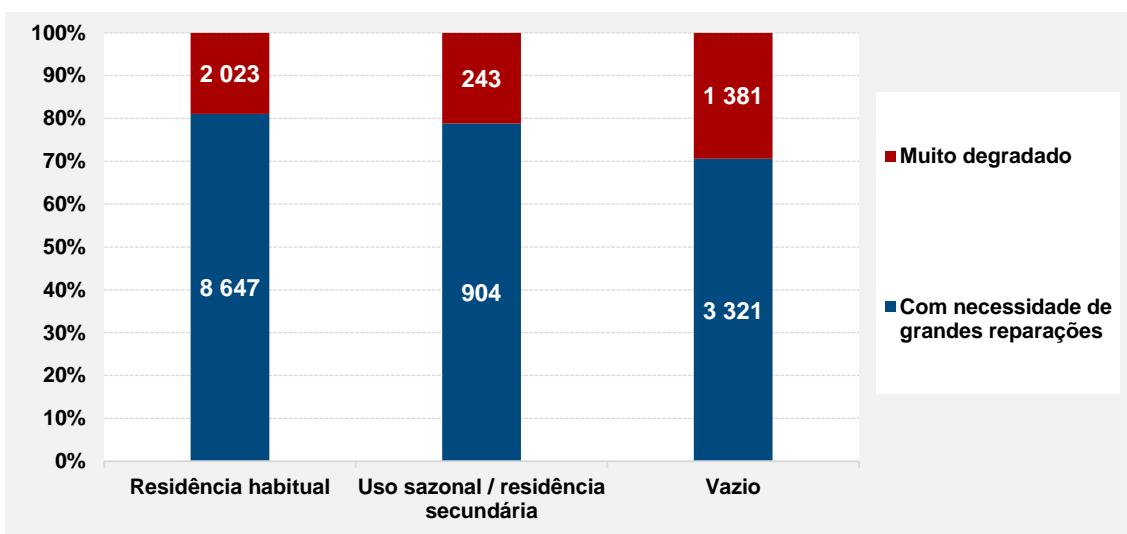
Gráfico 52 – Distribuição (efetivos e %) dos alojamentos familiares clássicos com necessidade de grandes reparações ou muito degradados. Cabo Verde, 2021



Fonte: INE, Censo 2021

Em termos de dados relativos, verificou-se que os edifícios com necessidade de grandes reparações apresentaram proporções acima dos 70% (considerando-se os com necessidades de grandes reparações ou muito degradados) em todas as formas de ocupação do alojamento, sendo a mais expressiva nos alojamentos de residência habitual. Os edifícios muito degradados com alojamentos vazios representaram quase 30% desses alojamentos (Gráfico 53).

Gráfico 53 – Distribuição (efetivos) dos alojamentos familiares clássicos com necessidade de grandes reparações ou muito degradados, por forma de ocupação. Cabo Verde, 2021

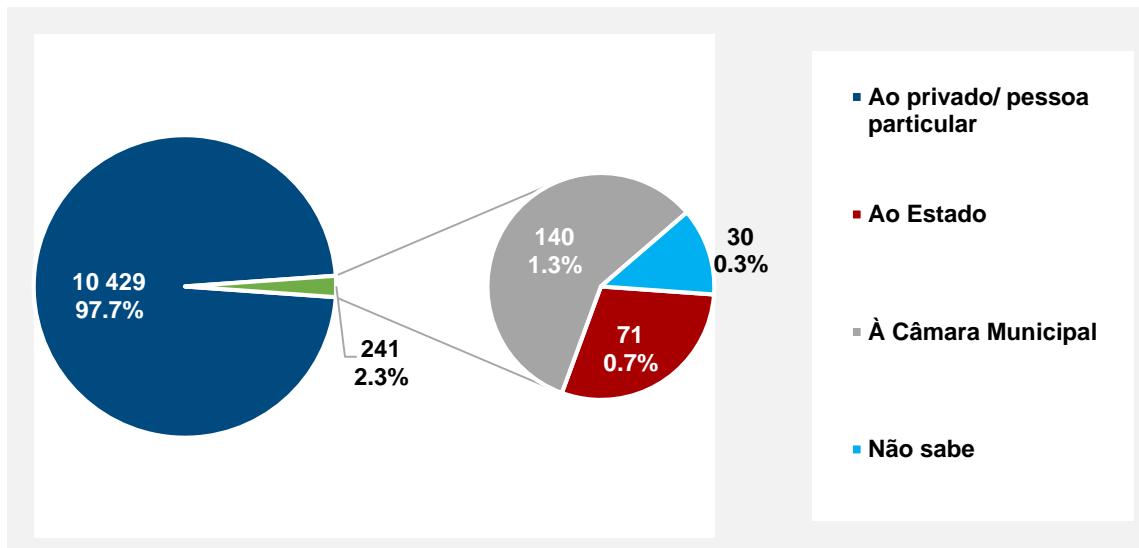


Fonte: INE, Censo 2021

Quase a totalidade (97,7%) dos alojamentos familiares, ocupados como residência habitual, situados em edifícios clássicos muito degradados ou com necessidade de grandes reparações, encontravam-se em alojamentos pertencentes ao privado/pessoa particular. Os

restantes alojamentos tinham pouca expressão, sendo os da Câmara Municipal (1,3%) e os do Estado (0,7%) (Gráfico 54).

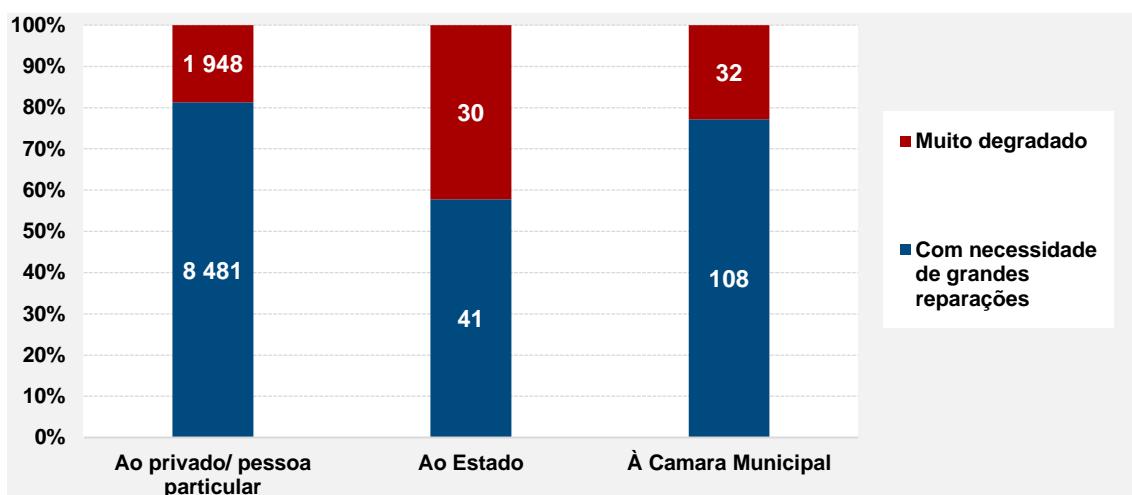
Gráfico 54 – Distribuição (efetivos e %) dos alojamentos familiares de residência habitual com necessidade de grandes reparações ou muito degradados. Cabo Verde, 2021



Fonte: INE, Censo 2021

Analizando os dados relativos, tem-se que os alojamentos, situados em edifícios com necessidade de grandes reparações, apresentaram proporções acima dos 70% (considerando-se os com necessidades de grandes reparações ou muito degradados) em alojamento que pertencem ao privado e à Câmara Municipal, sendo a mais expressiva nos alojamentos que são do privado. Os alojamentos que pertencem ao Estado, situados em edifícios muito degradados, representaram mais de 30% desses alojamentos (Gráfico 55).

Gráfico 55 – Distribuição (efetivos) dos alojamentos familiares de residência habitual com necessidade de grandes reparações ou muito degradados, por regime de propriedade. Cabo Verde, 2021



Fonte: INE, Censo 2021

4 CONDIÇÕES DE VIDA DOS AGREGADOS FAMILIARES

4.1 RESUMO DOS INDICADORES DEMOGRÁFICOS DA POPULAÇÃO

Este capítulo tem por objetivo fornecer um resumo dos principais indicadores demográficos, a partir dos dados do Censo 2021, com foco na sua distribuição espacial, ou seja, por meio de residência, concelho e sexo.

4.1.1 Unidades estatísticas e principais indicadores

Em 2021, a população recenseada em Cabo Verde era de 491.233 indivíduos residentes. A população masculina, com 246.363 habitantes foi predominante, representando 50,2% da população total, enquanto 244.870 habitantes representavam a população feminina. Do total da população residente, 487.077 pessoas se encontravam distribuídas em 147.984 agregados familiares, 142.740 alojamentos familiares e 142.301 edifícios. A restante população residente (4.156) encontrava-se nos alojamentos coletivos.

Tabela 21 – Edifícios habitados, alojamentos com AF, agregados familiares e população por meio de residência e concelho. Cabo Verde, 2021

Meio de residência / concelho	Edifícios habitados	Alojamentos com AF	Agregados familiares (AF)	População residente			População residente nos AF		
				Ambos os sexos	Masc.	Fem.	Ambos os sexos	Masc.	Fem.
Cabo Verde	142 301	142 740	147 984	491 233	246 363	244 870	487 077	242 917	244 160
Meio de residência									
Urbano	97 089	108 862	113 611	364 106	181 384	182 722	361 624	179 522	182 102
Rural	45 212	33 878	34 373	127 127	64 979	62 148	125 453	63 395	62 058
Concelho									
Ribeira Grande	5 883	4 883	4 997	15 128	8 066	7 062	15 033	7 997	7 036
Paul	2 010	1 741	1 786	5 770	3 178	2 592	5 765	3 174	2 591
Porto Novo	5 971	4 821	4 953	16 052	8 419	7 633	15 951	8 373	7 578
São Vicente	22 942	24 144	25 071	75 845	38 472	37 373	75 005	37 763	37 242
Ribeira Brava	2 815	2 208	2 239	6 996	3 652	3 344	6 960	3 638	3 322
Tarrafal São Nicolau	1 982	1 533	1 571	5 310	2 725	2 585	5 302	2 721	2 581
Sal	6 786	10 987	11 309	33 615	17 946	15 669	33 220	17 575	15 645
Boa Vista	3 193	4 086	4 404	12 798	6 871	5 927	12 741	6 839	5 902
Maio	2 480	1 992	2 040	6 330	3 180	3 150	6 275	3 145	3 130
Tarrafal	6 326	4 698	4 829	16 892	8 043	8 849	16 881	8 038	8 843
Santa Catarina	11 933	9 755	10 166	37 982	17 943	20 039	37 828	17 871	19 957
Santa Cruz	7 182	6 123	6 334	25 152	12 450	12 702	25 100	12 412	12 688
Praia	32 922	42 254	44 352	145 378	71 803	73 575	143 332	69 966	73 366
São Domingos	4 040	3 476	3 537	14 051	6 915	7 136	13 943	6 842	7 101
São Miguel	5 014	3 479	3 568	12 966	6 125	6 841	12 951	6 121	6 830
São S. do Mundo	2 325	1 889	1 908	7 482	3 673	3 809	7 474	3 669	3 805
São Lourenço dos Órgãos	1 838	1 616	1 628	6 328	3 137	3 191	6 316	3 132	3 184
Ribeira G. Santiago	2 257	1 906	1 951	7 757	3 829	3 928	7 755	3 829	3 926
Mosteiros	3 313	2 272	2 290	8 084	4 073	4 011	8 081	4 073	4 008
São Filipe	7 226	5 829	5 965	20 927	10 506	10 421	20 802	10 400	10 402
Santa Catarina	1 664	1 256	1 280	4 743	2 423	2 320	4 735	2 420	2 315
Brava	2 199	1 792	1 806	5 647	2 934	2 713	5 627	2 919	2 708

Fonte: INE, Censo 2021

4.2 VOLUME E REPARTIÇÃO ESPACIAL DOS AGREGADOS FAMILIARES

4.2.1 Volume e repartição por meio de residência e concelho

Em 2021, Cabo Verde recenseou 147.984 agregados familiares, que abrigavam 487.077 pessoas. Verificou-se que 113.611 agregados familiares residiam no meio urbano, correspondendo a 76,8% do total. Quase o mesmo se verificou para a população residente nos agregados familiares, em que 361.624 pessoas residiam no meio urbano, correspondendo a 74,2% (Tabela 22).

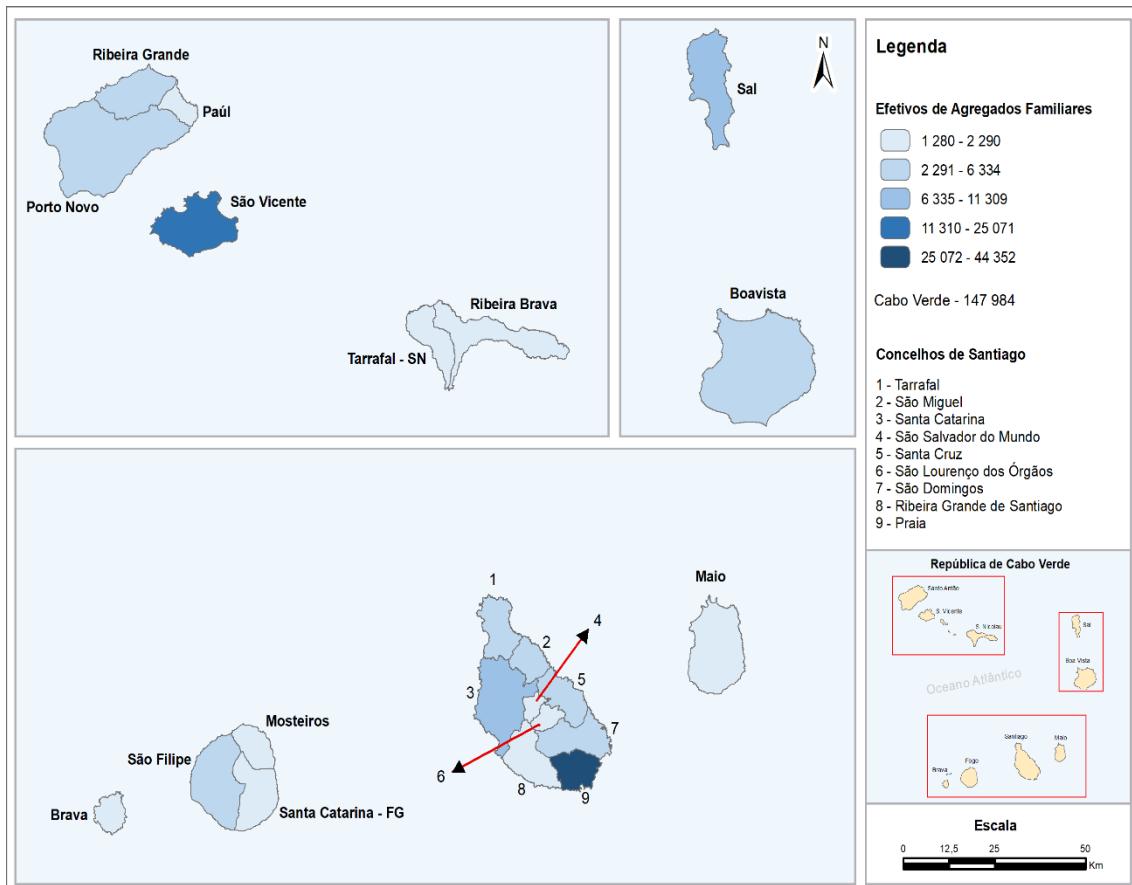
Tabela 22 – População residente nos alojamentos familiares, agregados familiares e dimensão média dos agregados segundo meio residência e concelho. Cabo Verde, 2021

Meio de residência / concelho	Agregados familiares (AF)		População residente nos AF		Dimensão dos AF Média
	Efetivos	%	Efetivos	%	
Cabo Verde	147 984	100,0	487 077	100,0	3,3
Meio de residência					
Urbano	113 611	76,8	361 624	74,2	3,2
Rural	34 373	23,2	125 453	25,8	3,6
Concelho					
Ribeira Grande	4 997	3,4	15 033	3,1	3,0
Paul	1 786	1,2	5 765	1,2	3,2
Porto Novo	4 953	3,3	15 951	3,3	3,2
São Vicente	25 071	16,9	75 005	15,4	3,0
Ribeira Brava	2 239	1,5	6 960	1,4	3,1
Tarrafal São Nicolau	1 571	1,1	5 302	1,1	3,4
Sal	11 309	7,6	33 220	6,8	2,9
Boa Vista	4 404	3,0	12 741	2,6	2,9
Maio	2 040	1,4	6 275	1,3	3,1
Tarrafal	4 829	3,3	16 881	3,5	3,5
Santa Catarina	10 166	6,9	37 828	7,8	3,7
Santa Cruz	6 334	4,3	25 100	5,2	4,0
Praia	44 352	30,0	143 332	29,4	3,2
São Domingos	3 537	2,4	13 943	2,9	3,9
São Miguel	3 568	2,4	12 951	2,7	3,6
São Salvador do Mundo	1 908	1,3	7 474	1,5	3,9
São Lourenço dos Órgãos	1 628	1,1	6 316	1,3	3,9
Ribeira Grande Santiago	1 951	1,3	7 755	1,6	4,0
Mosteiros	2 290	1,5	8 081	1,7	3,5
São Filipe	5 965	4,0	20 802	4,3	3,5
Santa Catarina Fogo	1 280	0,9	4 735	1,0	3,7
Brava	1 806	1,2	5 627	1,2	3,1

Fonte: INE, Censo 2021

De acordo com a sua distribuição por concelho (Tabela 22), os agregados familiares estavam altamente concentrados no concelho da Praia, que apresentou o maior número, com pesos relativos de 30,0%, tendo abrigado 143.332 pessoas. São Vicente coloca-se em segundo lugar, com uma participação de 16,9%, em termos de agregados, e 15,4% em termos de população. É apenas nestes dois concelhos que o número de agregados familiares ultrapassa os 20.000, mas com uma diferença de 19.281 agregados familiares.

Mapa 3 – Distribuição (efetivo) dos agregados familiares por concelho. Cabo Verde, 2021

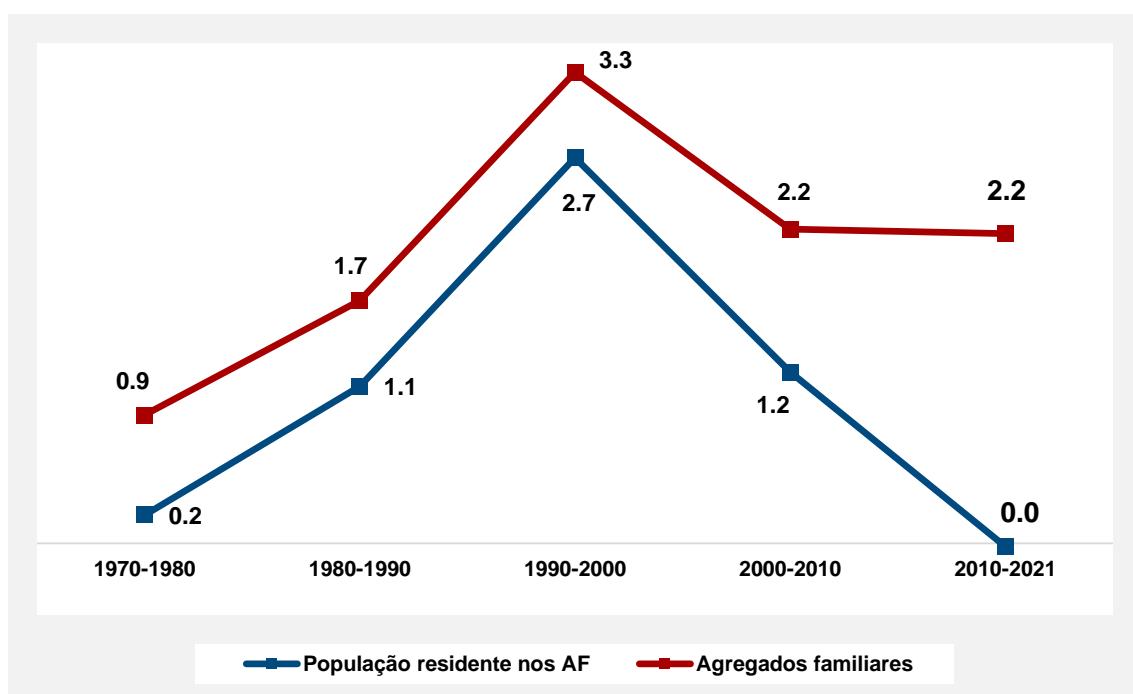


Fonte: INE, Censo 2021

4.2.2 Ritmo de crescimento

Verifica-se, no Gráfico 56, que o ritmo de crescimento médio anual intercensitário dos agregados familiares tem sido superior ao da população residente. O Crescimento Médio Anual (CMA) dos agregados familiares apresentou um aumento de 31.111 agregados familiares em relação ao ano de 2010. Percebe-se que a Taxa de Crescimento Médio Anual (TCMA) da população residente apresenta um decréscimo desde a década de 1990-2000, tendo registado, na última década, uma TCMA de 0,0, ou seja, uma estabilidade no volume populacional. Em relação à TCMA dos agregados familiares, verifica-se uma estabilidade entre 2010 e 2021, mantendo o valor em 2,2% durante esse período. Como as TCMA dos AF foi superior à da população residente, isto caracteriza uma queda no tamanho médio dos AF.

Gráfico 56 – Taxa de crescimento médio anual dos agregados familiares e da população residente nos AF. Cabo Verde 1970, 1980, 1990, 2000, 2010 e 2021



Fonte: INE, Censos 1970, 1980, 1990, 2000, 2010 e 2021

As maiores taxas de crescimento médio anual, no período 2010/2021, foram verificadas nas ilhas da Boa Vista e do Sal, 5,0% e 4,8%, respetivamente, e podem ser entendidas como a consequência do impulso no desenvolvimento nos setores da construção e do turismo nessas ilhas com grandes ofertas de emprego. Com uma TCMA de 2,7% dos agregados familiares, Praia demonstra ser um concelho que acolhe populações quer das outras ilhas e municípios, quer de imigrantes, em particular, os oriundos da costa Ocidental Africana (Tabela 23).

Tabela 23 – Taxa de crescimento médio anual dos agregados familiares por concelho. Cabo Verde, 1970, 1980, 1990, 2000, 2010 e 2021

Concelho	1970-1980	1980-1990	1990-2000	2000-2010	2010-2021
Cabo Verde	0,2	1,7	3,3	2,2	2,2
Concelho					
Ribeira Grande	-0,9	-0,1	1,3	-0,6	0,8
Paul	-1,5	0	1,7	-0,2	0,8
Porto Novo	-3,6	1,4	3	0,5	2,2
São Vicente	2,1	1,7	4,6	2,7	2,2
Ribeira Brava	-0,9 (a)	0,4 (a)	-3,6 (a)	0,1	0,8
Tarrafal São Nicolau	(b)	(b)	(b)	1,3	1,9
Sal	0,2	1,7	9,9	8,5	4,8
Boa Vista	-0,5	0	4,1	13,3	5,0
Maio	0,4	2,5	4,3	1,7	0,7
Tarrafal	-0,1	0,6	4,5	1,0	1,1
Santa Catarina	-0,6	0,6	2,7	0,5	1,5
Santa Cruz	1,3	1,3	3,4	1,4	1,0
Praia	4,9	5,9	5,2	4,9	2,7
São Domingos	-0,6	0,1	1,4	1,1	2,5
São Miguel	-1,6	1,4	1,4	0,7	0,1
São Salvador do Mundo	-3,5	1,7	-0,2	-0,1	1,1
São Lourenço dos Órgãos	-2,7	1,2	0,3	0,4	1,0
Ribeira Grande Santiago	1,1	0,3	2,4	1,4	1,4
Mosteiros	0,9	1,3	1,9	0,9	0,4
São Filipe	0,3	0,3	1,1	1,1	1,5
Santa Catarina Fogo	-1,4	1,2	0,8	1,9	1,3
Brava	-1,7	0,1	0,8	-0,1	1,2

(a) Os efetivos de agregados familiares dizem respeito à ilha de São Nicolau no seu todo.

(b) Não havia dados

Fonte: INE, Censos 1970, 1980, 1990, 2000, 2010 e 2021

Entre 2010-2021, verificou-se um aumento dos agregados familiares no meio urbano, passando de 77.115 agregados familiares, em 2010, para 113.611, em 2021. No meio rural, ocorreu uma diminuição dos efetivos (5.385 agregados), podendo uma das principais causas do problema ser justificada com a diminuição do tamanho dos agregados familiares ao longo dessa década, que passa de 4,2, em 2010, para 3,3, em 2021 (Tabela 24).

O número de agregados familiares aumentou em todos os concelhos entre a década de 2010 e de 2021. Os concelhos da Praia, São Vicente e Sal apresentaram as maiores variações 11 385, 5 270 e 4 544, respetivamente) e os de São Miguel e dos Mosteiros tiveram as menores variações (48 e 97 respetivamente).

Tabela 24 – Evolução dos agregados familiares segundo o ano censitário por meio de residência e concelho. Cabo Verde, 1970, 1980 1990, 2000, 2010 e 2021

	1970	1980	1990	2000	2010	2021	Variação 2010-2021
Cabo Verde	56 254	57 123	67 619	93 975	116 873	147 984	31 111
Meio de residência							
Urbano	(b)	(b)	(b)	53 704	77 115	113 611	36 496
Rural	(b)	(b)	(b)	40 271	39 758	34 373	-5 385
Concelho							
Ribeira Grande	4 716	4 291	4 242	4 824	4 553	4 997	444
Paul	1 643	1 406	1 402	1 656	1 628	1 786	158
Porto Novo	3 475	2 408	2 770	3 713	3 904	4 953	1 049
São Vicente	6 884	8 434	10 014	15 639	19 801	25 071	5 270
Ribeira Brava	3 074 (a)	2 804(a)	2 924(a)	2 020	2 043	2 239	196
Tarrafal São Nicolau	(b)	(b)	(b)	1 133	1 275	1 571	296
Sal	1 184	1 213	1 429	3 662	6 765	11 309	4 544
Boa Vista	785	743	740	1 105	2 570	4 404	1 834
Maio	796	825	1 059	1 614	1 883	2 040	157
Tarrafal	2 381	2 356	2 507	3 878	4 262	4 829	567
Santa Catarina	6 260	5 893	6 263	8 202	8 585	10 166	1 581
Santa Cruz	2 726	3 114	3 553	4 941	5 650	6 334	684
Praia	4 722	7 602	13 424	22 182	32 967	44 352	11 385
São Domingos	2 212	2 086	2 101	2 412	2 687	3 537	850
São Miguel	2 940	2 495	2 868	3 305	3 520	3 568	48
São Salvador do Mundo	1 722	1 200	1 425	1 708	1 692	1 908	216
São Lourenço dos Órgãos	1 935	1 472	1 658	1 391	1 453	1 628	175
Ribeira Grande Santiago	1 007	1 125	1 162	1 473	1 676	1 951	275
Mosteiros	1 340	1 463	1 665	2 013	2 193	2 290	97
São Filipe	3 844	3 978	4 088	4 578	5 071	5 965	894
Santa Catarina Fogo	874	759	857	930	1 111	1 280	169
Brava	1 734	1 456	1 468	1 596	1 584	1 806	222

(a) Os efetivos de agregados familiares dizem respeito à ilha de São Nicolau no seu todo.

(b) Não havia dados.

Fonte: INE, Censos 1970, 1980, 1990, 2000, 2010 e 2021

4.3 CARATERÍSTICAS DOS AGREGADOS FAMILIARES

O conhecimento do volume dos agregados familiares, bem como a sua distribuição espacial, não é suficiente para a implementação das políticas para o desenvolvimento de uma população. Precisam-se, também, de estatísticas sobre o número de pessoas que a compõem, assim como sobre as suas respetivas características e, sobretudo, sobre as do representante do agregado, que é a pessoa a quem se reconhece a autoridade na tomada de decisões.

Os fatores externos, também, devem ser considerados nas análises realizadas nos agregados, pois, os seus comportamentos e estilos de vida dependem deles. Esses fatores podem ser culturais, sociais e económicos.

4.3.1 Características dos representantes dos agregados

As características demográficas e socioeconómicas dos representantes dos agregados permitem delinear um perfil dos agregados familiares, que é determinante para a sua exposição à pobreza.

Este capítulo centra-se na distribuição por sexo e idade dos representantes do agregado familiar, bem como a sua distribuição, de acordo com outras características que possam influenciar as do agregado familiar, como sejam a educação, o estado civil, a nacionalidade, a situação perante a atividade económica e o seu estatuto perante a incapacidade e deficiência.

Relembra-se que, por representante, foi definida a pessoa, residente no agregado, responsável pelo agregado familiar e reconhecida como tal pelos demais membros. Os critérios para a designação do representante não foram definidos na metodologia, pelo que o conceito fica ao critério dos próprios agregados familiares, que podem eleger o representante por razões diferentes: quem contribui mais em termos financeiros, proprietário do alojamento, quem tem a última palavra nas decisões mais importantes, a pessoa com mais idade, com maior nível de escolaridade, quem cuida mais da casa e dos filhos, seja porque é homem, seja porque é mulher, entre outras razões possíveis e atendidas.

4.3.1.1 Estrutura por idade e sexo

Em conformidade com a Tabela 25, de todos os agregados familiares residentes em Cabo Verde, cerca de nove em cada dez representantes dos agregados familiares (86,2%) pertenciam ao grupo em idade ativa (15 a 64 anos). Em média, esses representantes tinham 46,6 anos, metade dos quais com menos de 44 anos. As mulheres, representantes dos agregados, eram, geralmente, mais velhas do que os homens, com uma diferença média de 1 ano. A percentagem de mulheres representantes foi ligeiramente superior nas áreas

urbanas (52,9%) do que nas rurais (52,2%). Afora isso, a idade média e a idade mediana dos representantes no meio rural foi muito superior em relação ao urbano.

Tabela 25 – Distribuição (efetivo e %) dos representantes dos agregados segundo o grupo etário por meio de residência e segundo o sexo por grupo etário. Cabo Verde, 2021

Grupo etário / idade média e mediana	Cabo Verde				Urbano				Rural			
	Ambos os sexos	%	Masc. (%)	Fem. (%)	Ambos os sexos	%	Masc. (%)	Fem. (%)	Ambos os sexos	%	Masc. (%)	Fem. (%)
Total	147 984	100,0	47,2	52,8	113 611	100,0	47,1	52,9	34 373	100,0	47,8	52,2
Grupo etário												
10-14	28	0,0	60,7	39,3	26	0,0	57,7	42,3	2	0,0	100,0	0,0
15-19	871	0,6	38,9	61,1	701	0,6	37,1	62,9	170	0,5	46,5	53,5
20-24	5 460	3,7	45,2	54,8	4 596	4,0	44,2	55,8	864	2,5	50,7	49,3
25-29	13 312	9,0	47,2	52,8	11 110	9,8	46,5	53,5	2 202	6,4	50,5	49,5
30-34	19 011	12,8	47,6	52,4	15 621	13,7	46,9	53,1	3 390	9,9	51,2	48,8
35-39	19 313	13,1	48,7	51,3	15 668	13,8	48,0	52,0	3 645	10,6	51,9	48,1
40-44	17 076	11,5	50,8	49,2	13 790	12,1	50,2	49,8	3 286	9,6	53,2	46,8
45-49	14 169	9,6	50,1	49,9	11 036	9,7	49,4	50,6	3 133	9,1	52,4	47,6
50-54	14 115	9,5	48,8	51,2	10 395	9,1	48,6	51,4	3 720	10,8	49,6	50,4
55-59	13 396	9,1	47,8	52,2	9 721	8,6	48,2	51,8	3 675	10,7	46,7	53,3
60-64	10 774	7,3	46,1	53,9	7 604	6,7	47,1	52,9	3 170	9,2	43,8	56,2
65-69	7 368	5,0	41,7	58,3	5 011	4,4	43,9	56,1	2 357	6,9	37,0	63,0
70-74	3 760	2,5	42,9	57,1	2 568	2,3	44,0	56,0	1 192	3,5	40,6	59,4
75-79	2 962	2,0	39,5	60,5	1 928	1,7	39,6	60,4	1 034	3,0	39,3	60,7
80-84	3 166	2,1	38,7	61,3	1 968	1,7	37,3	62,7	1 198	3,5	41,0	59,0
85-89	2 075	1,4	36,4	63,6	1 232	1,1	34,4	65,6	843	2,5	39,4	60,6
90+	1 128	0,8	40,0	60,0	636	0,6	32,5	67,5	492	1,4	49,6	50,4
Idade média	46,6	n/a	46,0	47,2	45,4	n/a	44,9	45,7	50,9	n/a	49,5	52,2
Idade mediana	44	n/a	44	45	43	n/a	43	43	50	n/a	48	52

n/a – Não se aplica

Fonte: INE, Censo 2021

4.3.1.2 Proporção dos representantes por idade e por sexo

O objetivo desta subsecção é o de medir o peso dos indivíduos com idade igual ou superior a 10 anos que tinham a condição de representante do agregado familiar face ao número total de indivíduos residentes nesta faixa etária, levando em conta o sexo e meio de residência.

Em Cabo Verde, 37 em cada 100 pessoas com 10 anos ou mais tinham a condição de representante do agregado. Em relação ao meio de residência, verifica-se que no meio urbano o peso dos representantes foi superior em relação ao rural.

No entanto, a probabilidade de ser representante do agregado foi maior entre as mulheres (39,2%) do que entre os homens (35,0%). Consta-se, também, que o peso dos representantes dos agregados do sexo masculino foi, ligeiramente, superior nas zonas urbanas (36,5%) do que nas rurais (30,9%) e a mesma situação se repete para os representantes do sexo feminino com 40,4% no meio urbano contra 35,6% no rural. O peso dos indivíduos com a condição de representante do agregado aumenta à medida que a idade cresce (Tabela 26).

No que importa ao peso dos grupos etários específicos, as crianças dos 10 aos 17 anos, que eram representantes do agregado, representaram apenas 0,1% das crianças pertencentes a este grupo etário. Por outro lado, as pessoas com 65 anos ou mais, que eram representantes, ainda representavam 62,4% do total de pessoas nesta faixa etária, 60,0% das quais eram mulheres. Em resumo, o estatuto de representante do agregado foi atribuído mais às mulheres e às pessoas com idade entre 50 e 79 anos.

Tabela 26 – Proporção dos representantes dos agregados segundo o meio de residência e sexo por grupos etários. Cabo Verde, 2021

Grupos etários	Cabo Verde			Urbano			Rural		
	Ambos os sexos	Masc.	Fem.	Ambos os sexos	Masc.	Fem.	Ambos os sexos	Masc.	Fem.
Total	37,1	35,0	39,2	38,4	36,5	40,4	33,2	30,9	35,6
Grupo quinquenal									
10-14	0,1	0,1	0,0	0,1	0,1	0,1	0,0	0,0	0,0
15-19	2,1	1,5	2,6	2,3	1,7	2,9	1,5	1,2	1,7
20-24	14,2	12,1	16,5	16,2	13,8	18,7	8,5	7,7	9,6
25-29	30,2	27,9	32,4	33,2	31,3	35,1	20,6	18,7	23,1
30-34	43,0	40,2	45,9	45,6	42,9	48,2	34,1	31,5	37,2
35-39	51,7	49,0	54,7	53,6	50,9	56,4	45,1	42,6	48,1
40-44	56,8	54,8	59,0	58,5	56,7	60,4	50,6	48,3	53,4
45-49	60,0	57,8	62,3	61,4	59,1	63,8	55,6	54,0	57,5
50-54	62,8	61,2	64,4	63,3	61,5	65,1	61,3	60,3	62,3
55-59	64,8	64,1	65,4	65,2	64,2	66,2	63,6	63,6	63,7
60-64	66,1	65,9	66,2	66,5	65,6	67,2	65,2	66,7	64,1
65-69	66,9	68,3	66,0	67,0	68,5	66,0	66,8	68,0	66,1
70-74	66,8	68,8	65,4	66,9	68,2	65,8	66,8	70,1	64,7
75-79	65,4	69,4	63,1	65,6	68,0	64,2	65,0	72,2	61,1
80-84	60,4	66,6	57,0	59,5	64,7	56,7	62,0	69,7	57,5
85-89	55,6	60,1	53,3	53,9	56,6	52,6	58,3	65,4	54,5
90+	42,6	52,5	37,9	39,9	46,8	37,2	46,8	58,5	39,1
Grupo específico									
10-17	0,3	0,3	0,3	0,3	0,3	0,4	0,3	0,3	0,2
18-24	11,3	9,5	13,3	12,9	10,8	15,1	6,8	6,0	7,9
25-64	50,7	48,5	53,0	52,4	50,4	54,4	45,6	43,0	48,4
65 ou +	62,4	66,4	60,0	62,2	65,6	60,1	62,8	68,0	59,8

Fonte: INE, Censo 2021

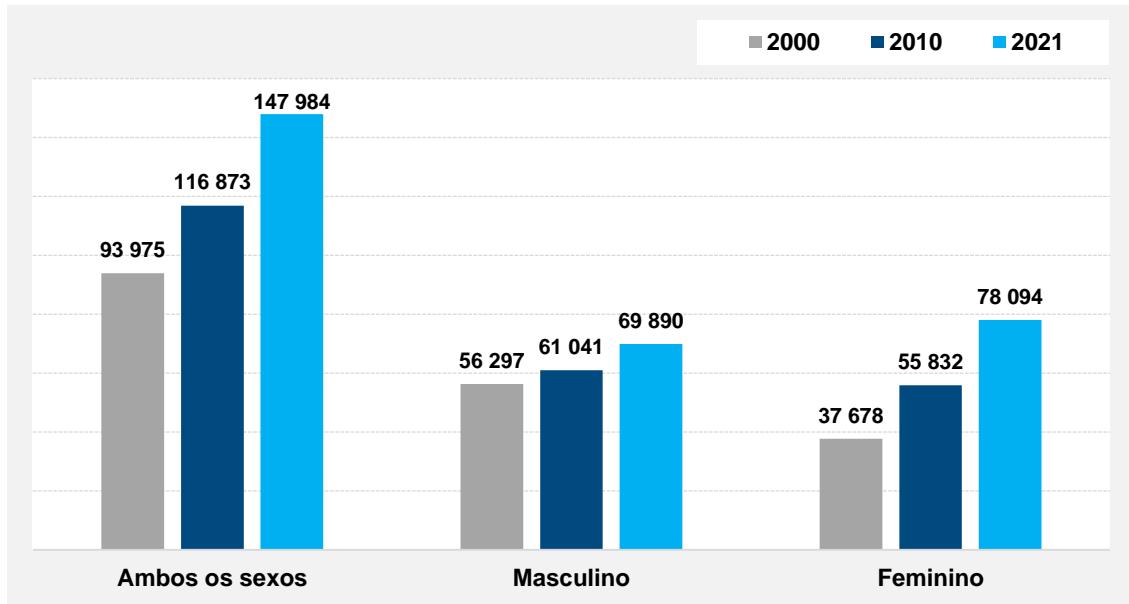
4.3.1.3 Características demográficas e socioeconómicas dos representantes dos agregados

4.3.1.3.1 Sexo dos representantes dos agregados

A distribuição do representante do agregado, segundo o sexo, é necessária para esta análise, dada a sua importância, pois, constitui uma das variáveis que atuam sobre as características dos agregados. Por exemplo, o acesso das mulheres ao mercado de trabalho é ditado por normas sociais que as privam de certas atividades melhor remuneradas ou as obrigam a trabalhar em casa como domésticas (doras de casa). Mesmo o fato de uma mulher ser a representante do agregado pode ter surgido de maneira inevitável, como após o divórcio ou a separação, viuvez, emigração do marido, etc.

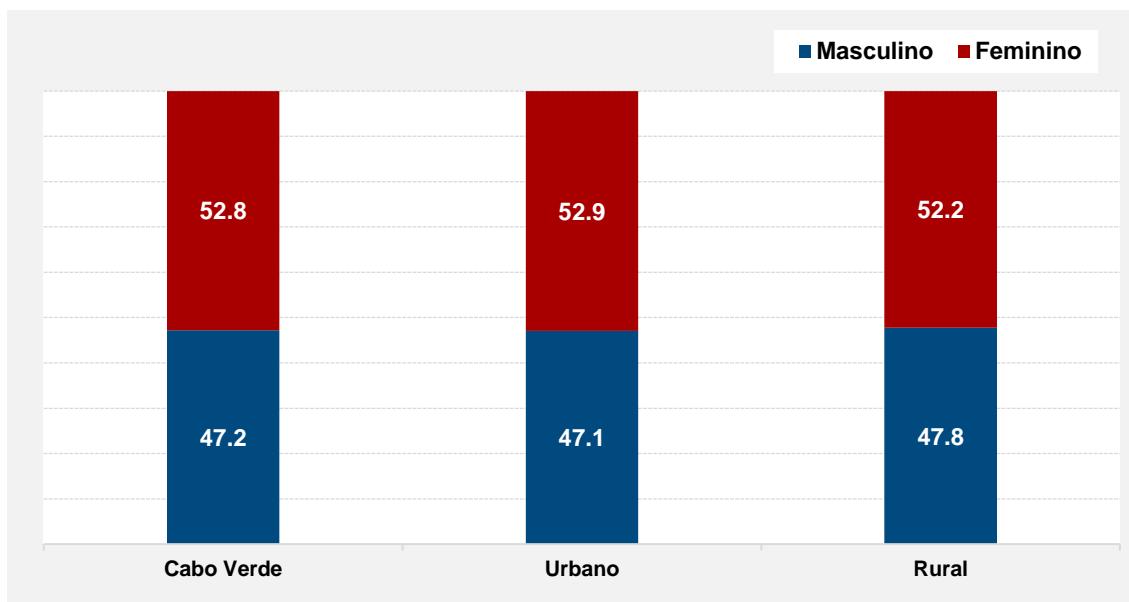
Em primeiro lugar, nota-se que, ao longo dos anos, o número de mulheres como representante do agregado tem vindo a aumentar e, em 2021, representou mais de metade de todos os representantes dos agregados (52,8%). Tanto no meio urbano como no rural, a percentagem de mulheres, representantes do agregado, foi superior à dos homens (52,9% e 52,2%, respetivamente) (Gráfico 58).

Gráfico 57 – Agregados familiares segundo o sexo do representante por ano censitário. Cabo Verde, 2000, 2010 e 2021



Fonte: INE, Censos 2000, 2010 e 2021

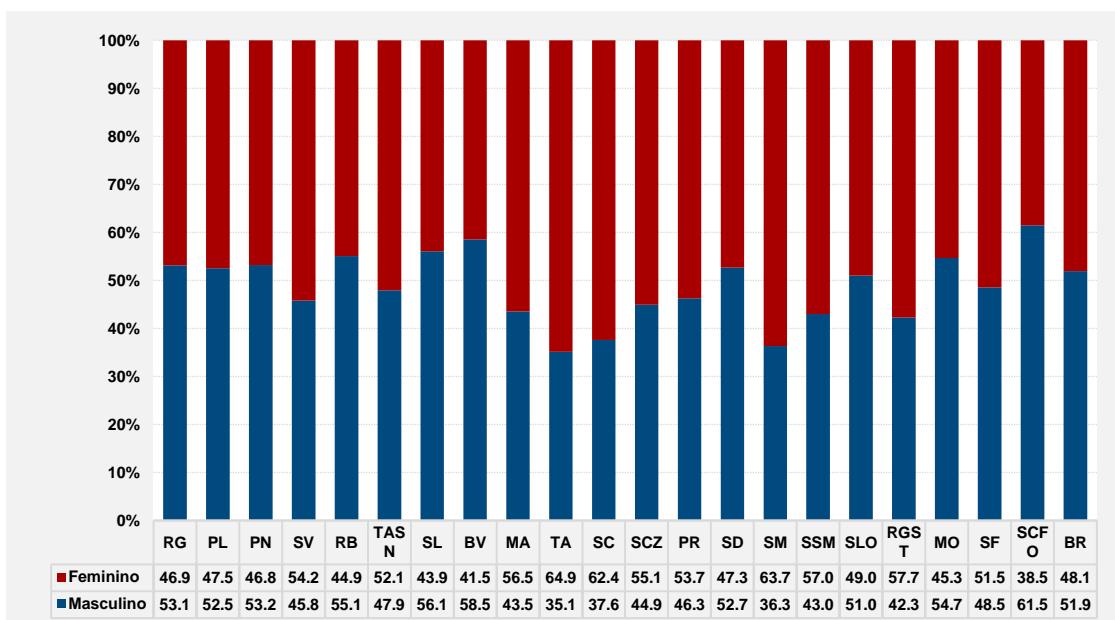
Gráfico 58 – Distribuição (%) dos agregados familiares segundo o sexo do representante por meio de residência. Cabo Verde, 2021



Fonte: INE, Censo 2021

Segundo o Gráfico 59, metade dos concelhos eram, maioritariamente, representados por mulheres, sendo, de resto, notável realçar que, em alguns concelhos, a percentagem de representantes do agregado ultrapassou os 60%, como é o caso do Tarrafal (64,9%), Santa Catarina (62,4%) e São Miguel (63,7%). Santa Catarina do Fogo foi o único concelho onde a percentagem dos representantes dos homens ultrapassou os 60%.

Gráfico 59 – Distribuição (%) dos agregados familiares segundo o sexo do representante por concelho. Cabo Verde, 2021



Fonte: INE, Censo 2021

4.3.1.3.2 Idade dos representantes dos agregados

A distribuição dos agregados familiares, pelo grupo etário específico, permite, em primeiro lugar, conhecer a percentagem de crianças e de idosos representantes do agregado. Permite, em segundo lugar, analisar as características dos agregados, segundo a origem cultural e a capacidade produtiva dos seus representantes.

Assim, quatro grupos etários foram criados: 10 a 17 anos (idades em que um indivíduo é considerado criança ou adolescente); 18 a 24 anos (idade universitária e início de uma união conjugal); 25 a 64 anos (idade em que geralmente os indivíduos estão em união e, potencialmente, ativos); 65 anos ou mais (idade de aposentadoria).

A Tabela 27 indica que 81,9% dos agregados eram representados por pessoas que tinham idade entre 25 e 64 anos e, portanto, eram, potencialmente, ativos. As crianças dos 10 aos 17 anos representaram 0,2% e representaram 231 agregados familiares, enquanto 4,1% dos agregados eram representados por pessoas em idade universitária ou em início de união conjugal (18-24 anos) e 13,8% eram representadas por pessoas com 65 anos ou mais. Em comparação com os outros grupos etários, a proporção de agregados familiares, representados por idosos, foi superior (20,7%) nas áreas rurais.

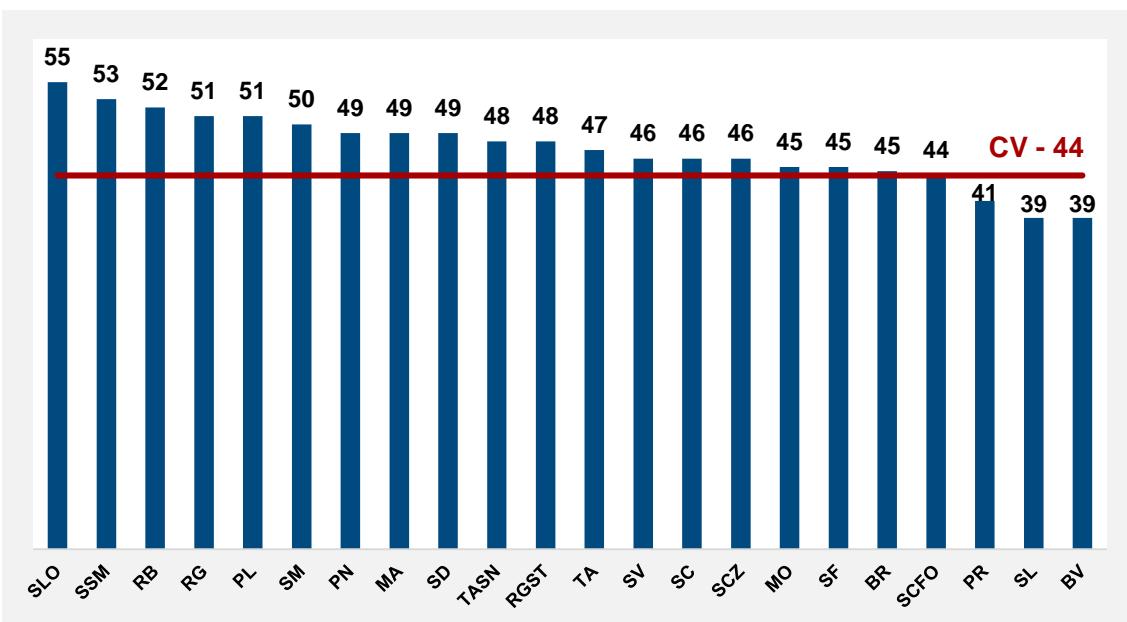
Tabela 27 – Distribuição (efetivo e %) dos representantes dos agregados, segundo o grupo etário por meio de residência e segundo o sexo por grupo etário. Cabo Verde, 2021

Grupo etário específico	Cabo Verde				Urbano				Rural			
	Efetivo	(%)	Masc. (%)	Fem. (%)	Efetivo	(%)	Masc. (%)	Fem. (%)	Efetivo	(%)	Masc. (%)	Fem. (%)
Total	147 984	100,0	47,2	52,8	113 611	100,0	47,1	52,9	34 373	100,0	47,8	52,2
10-17	231	0,2	47,2	52,8	179	0,2	43,6	56,4	52	0,2	59,6	40,4
18-24	6 128	4,1	44,3	55,7	5 144	4,5	43,3	56,7	984	2,9	49,6	50,4
25-64	121 166	81,9	48,5	51,5	94 945	83,6	48,1	51,9	26 221	76,3	49,9	50,1
65 ou +	20 459	13,8	40,5	59,5	13 343	11,7	40,9	59,1	7 116	20,7	39,8	60,2

Fonte: INE, Censo 2021

Somente três concelhos possuíam idade mediana do representante abaixo da nacional: Sal, Boa Vista e Praia. A menor idade mediana encontrava-se na Boa Vista, 39 anos, que tinha uma diferença de 16 anos a menos em relação à de São Lourenço dos Órgãos (Gráfico 60).

**Gráfico 60 – Idade mediana dos representantes dos agregados familiares, segundo concelho.
Cabo Verde, 2021**



Fonte: INE, Censo 2021

4.3.1.3.3 Nível de instrução dos representantes dos agregados

A frequência escolar oferece ao indivíduo uma oportunidade para se inserir no mercado de trabalho, principalmente, em trabalhos que exigem qualificação. O nível de instrução é uma das variáveis mais utilizadas para medir essa intensidade e avaliar o nível de conhecimento da população.

Para a presente análise, foram considerados quatro níveis de ensino: sem nível, que inclui aqueles que nunca frequentaram um estabelecimento de ensino e aqueles com nível pré-escolar; a alfabetização/ensino primário, que reúne aqueles que frequentam ou frequentaram a alfabetização e o ensino primário; o ensino secundário, que abrange aqueles que frequentam ou frequentaram o ensino secundário (geral ou técnico); e, por fim, o ensino médio/superior em que se classificam os que frequentam ou frequentaram o CESP/DESP, Curso médio, Bacharelato, Licenciatura, Pós-graduação, Mestrado, Doutoramento e Pós-doutoramento.

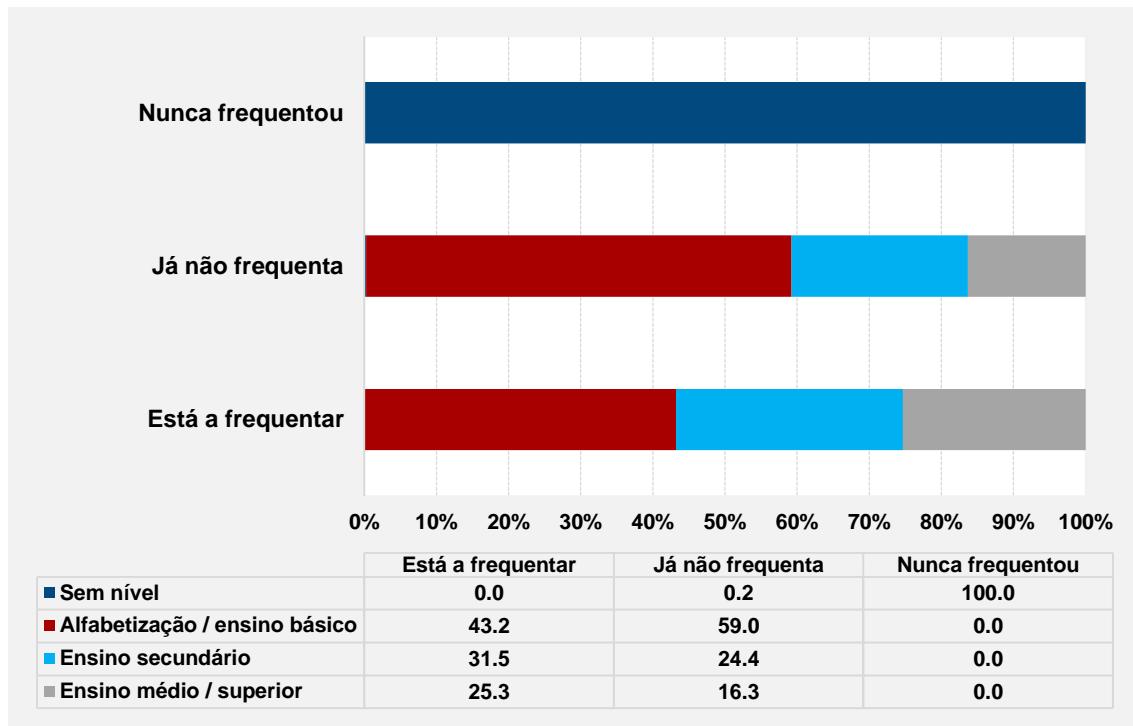
Destarte, pode-se observar na Tabela 28 que 12,5% dos representantes dos agregados não possuíam um nível de instrução e estes eram, maioritariamente, do sexo feminino (73,7% contra 26,3% do masculino) e viviam no meio rural. Observou-se, também, que a grande maioria dos representantes dos agregados frequentam ou frequentaram o ensino alfabetização/primário (50,7%) e cerca de 14,9% frequentam ou frequentaram o ensino médio/superior.

Tabela 28 – Distribuição (efetivo e %) dos representantes dos agregados, segundo o nível de instrução por meio de residência e segundo o sexo por nível de instrução. Cabo Verde, 2021

Nível de instrução	Cabo Verde				Urbano				Rural			
	Efetivo	(%)	Masc. (%)	Fem. (%)	Efetivo	(%)	Masc. (%)	Fem. (%)	Efetivo	(%)	Masc. (%)	Fem. (%)
Total	147 984	100,0	47,2	52,8	113 611	100,0	47,1	52,9	34 373	100,0	47,8	52,2
Sem nível	18 557	12,5	26,3	73,7	10 889	9,6	25,0	75,0	7 668	22,3	28,1	71,9
Alfabetização / ensino básico	75 042	50,7	50,3	49,7	53 708	47,3	49,1	50,9	21 334	62,1	53,1	46,9
Ensino secundário	32 347	21,9	50,7	49,3	28 321	24,9	50,2	49,8	4 026	11,7	54,0	46,0
Ensino médio / superior	22 038	14,9	49,5	50,5	20 693	18,2	49,1	50,9	1 345	3,9	56,6	43,4

Fonte: INE, Censo 2021

Pode-se observar no Gráfico 61 que, dos representantes dos agregados que estão a frequentar um estabelecimento de ensino, 43,2% possuem o ensino alfabetização/ensino básico, 31,5% o secundário e 25,3% o médio/superior. Nota-se, de igual modo, que 59,0% dos representantes, com nível de ensino alfabetização/ensino básico, já não estavam a frequentar um estabelecimento de ensino.

Gráfico 61 – Distribuição (%) dos representantes dos agregados, segundo a frequência escolar por nível de instrução. Cabo Verde, 2021

Fonte: INE, Censo 2021

4.3.1.3.4 Estado civil dos representantes dos agregados

O estado civil do representante do agregado pode afetar algumas características do agregado, como o tamanho, o número de divisões para dormir e, também, a estrutura familiar em que se insere. Pode, igualmente, ser usado para avaliar a vulnerabilidade dos agregados. Sendo assim, é necessário conhecer a distribuição dos agregados familiares, segundo esta variável.

Para os agregados familiares residentes em Cabo Verde, pouco mais de metade dos representantes (52,6%) eram casados ou viviam em união de facto⁴ (destes, 35,7% viviam em união de facto e 16,9% eram legalmente casados); cerca de dois em cada dez (23,4%) ainda eram solteiros; uma proporção semelhante (19,9%) eram separados ou divorciados; e 5,0% eram viúvos. Note-se, outrossim, que o peso dos representantes dos agregados casados, em união de facto e viúvo, era superior no meio rural em comparação com o urbano (17,5%, 37,4% e 7,5% contra 16,7%, 35,1% e 4,2%, respetivamente) (Tabela 29).

Tabela 29 – Distribuição (efetivo e %) dos representantes dos agregados segundo o meio de residência por estado civil. Cabo Verde, 2021

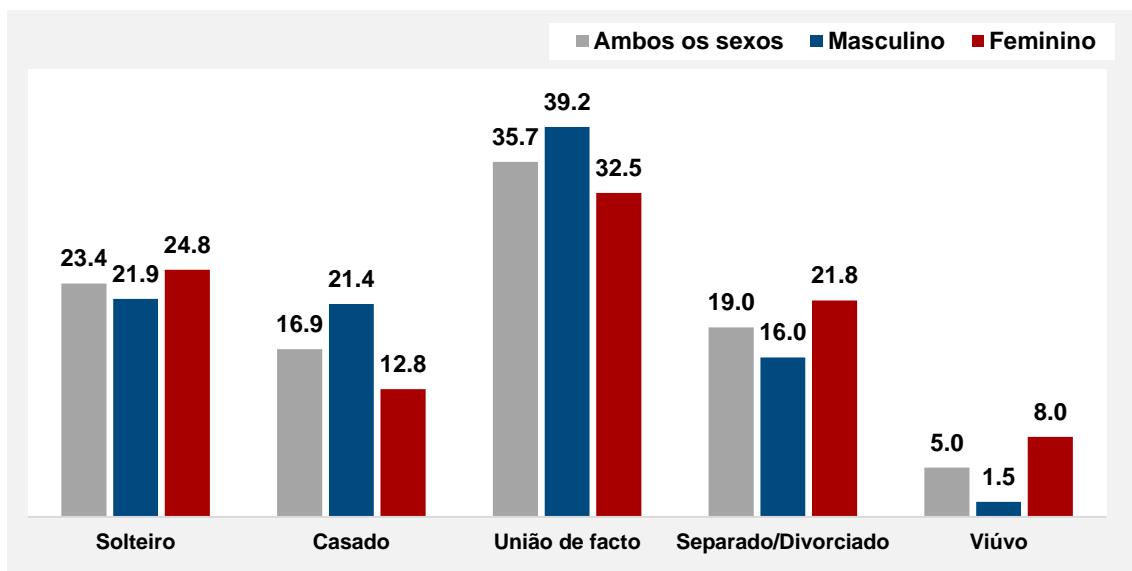
	Cabo Verde		Urbano		Rural	
	Efetivos	%	Efetivos	%	Efetivos	%
Total	147 984	100,0	113 611	100,0	34 373	100,0
Solteiro	34 698	23,4	26 816	23,6	7 882	22,9
Casado	24 969	16,9	18 968	16,7	6 001	17,5
União de facto	52 790	35,7	39 928	35,1	12 862	37,4
Separado / Divorciado	28 188	19,0	23 142	20,4	5 046	14,7
Viúvo	7 339	5,0	4 757	4,2	2 582	7,5

Fonte: INE, Censo 2021

Da análise por sexo, pode-se observar que, enquanto entre os agregados representados por homens, a grande maioria vivia em união, ou seja, 21,4% declararam ser casados e 39,2% a viver em união de facto, entre os representados por mulheres somente 45,3% viviam em união, sendo 12,8% casadas e 32,5% em união de facto. É de realçar o facto de que entre as mulheres representantes cerca de 24,8% declararam ser solteiras e cerca de 8,0% declararam ser viúvas (Gráfico 62).

⁴ Para efeitos estatísticos considera-se a união de facto consensual mesmo que esta não esteja reconhecida legalmente.

Gráfico 62 – Distribuição (%) dos representantes dos agregados segundo o estado civil por sexo. Cabo Verde, 2021

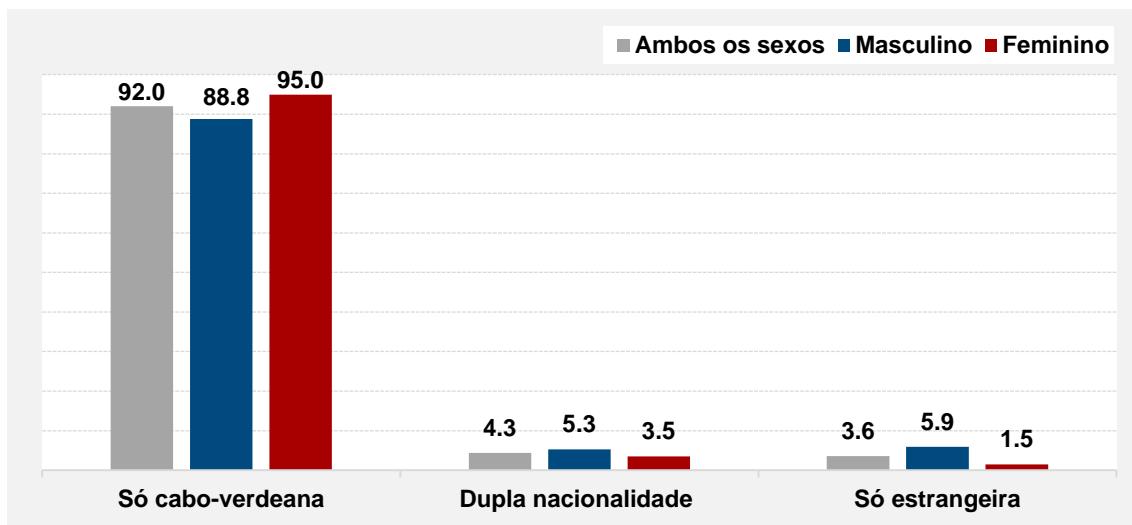


Fonte: INE, Censo 2021

4.3.1.3.5 Nacionalidade dos representantes dos agregados

A grande maioria dos representantes dos agregados (92,0%) eram de nacionalidade cabo-verdiana. No entanto, cerca de 3,6% possuíam nacionalidade estrangeira e 4,3% dupla nacionalidade⁵. Por sexo do representante verifica-se que os representantes do sexo masculino apresentaram proporções maiores quando estes tinham a nacionalidade estrangeira e dupla nacionalidade (respetivamente, 5,3% e 5,9%) (Gráfico 63).

Gráfico 63 – Distribuição (%) dos representantes dos agregados segundo a nacionalidade por sexo. Cabo Verde, 2021



Fonte: INE, Censo 2021

⁵ Considera-se dupla nacionalidade quando o indivíduo, para além da nacionalidade cabo-verdiana, possui uma outra.

4.3.1.4 Características económicas dos representantes dos agregados

Da relação entre o agregado e a atividade económica dos seus representantes ou dos seus membros pode resultar situações de precariedade económica e social, quais sejam a pobreza e a exclusão social, que se associam, basta vez, a alguns tipos de composição familiar, como, a título de exemplo, agregados numerosos com um elevado índice de dependência de jovens (0-14 anos) e agregados monoparentais, nos quais, em média, o número de empregados é menor.

Com efeito, existe uma diferença entre os agregados familiares, cujos representantes estão empregados ou reformados, e outros tipos de agregados familiares, nomeadamente no que diz respeito ao acesso a serviços básicos e a posse de bens e equipamentos.

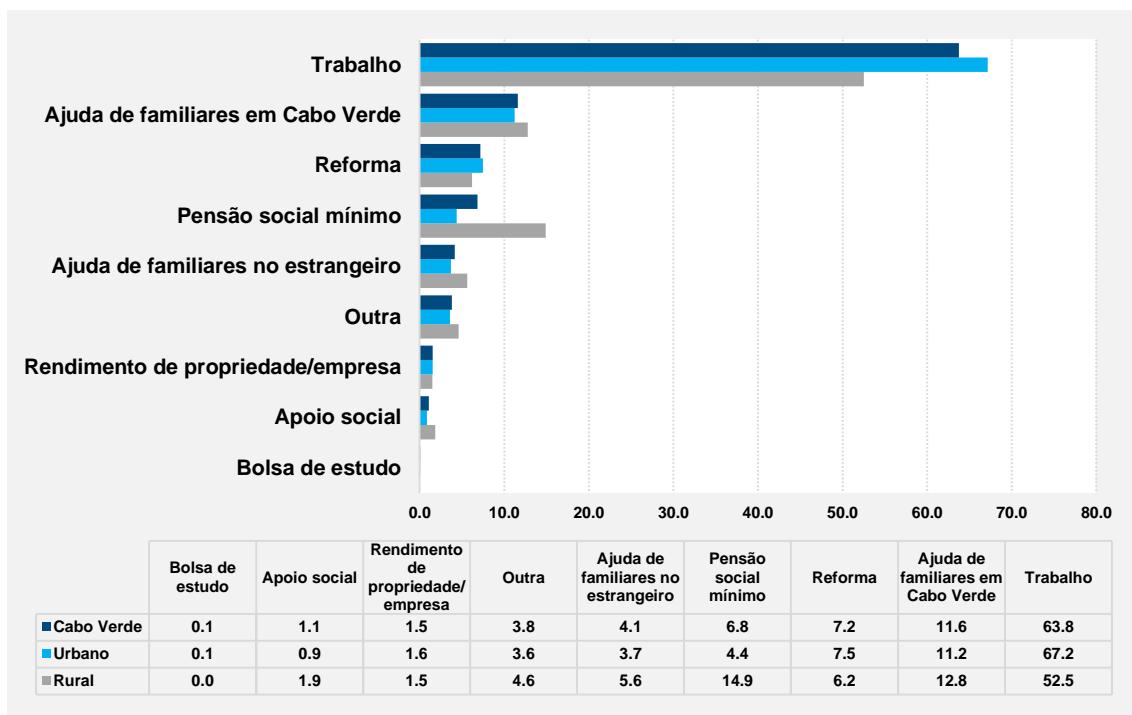
Assim, saber se o representante do agregado é ou não empregado ou se está no desemprego pode contribuir para melhor caracterizar os agregados familiares, segundo a abordagem socioeconómica.

4.3.1.4.1 Principal meio de vida nos últimos 12 meses

Independentemente de estarem ou não a trabalhar, no período de recolha, o Gráfico 64 mostra que a grande maioria dos representantes (63,8%) declarou que o principal meio de vida provém do trabalho. Cerca de 11,6% afirmaram que viviam a cargo da família residente em Cabo Verde. O trabalho foi o principal meio de vida dos representantes em ambos os meios de residência, embora, no meio urbano, o peso seja superior ao do meio rural, 67,2% e 52,5%, respetivamente.

Os representantes que tinham como principal meio de vida a ajuda de familiares no estrangeiro (remessas de emigrantes) tinham percentagem superior no meio rural em comparação com o meio urbano, 5,6% e 3,7%, respetivamente.

Gráfico 64 – Distribuição (%) dos representantes dos agregados, segundo o principal meio de vida nos últimos 12 meses por meio de residência. Cabo Verde, 2021



Fonte: INE, Censo 2021

Da análise por sexo é importante realçar o facto de haver diferenças do meio de vida entre as representantes mulheres e os representantes homens. Enquanto 75,0% dos homens declararam o trabalho como o principal meio de vida nos últimos 12 meses, somente pouco mais de metade das mulheres o declararam (53,7%). Boa parte das mulheres viviam dependentes do apoio de familiares, sendo 17,7% de famílias residentes em Cabo Verde e 5,9% de famílias residentes no estrangeiro (Tabela 30).

Tabela 30 – Distribuição (efetivo e %) dos representantes dos agregados, segundo o principal meio de vida nos últimos 12 meses por sexo. Cabo Verde, 2021

Principal meio de vida nos últimos 12 meses	Ambos os sexos		Masculino		Feminino	
	Efetivo	%	Efetivo	%	Efetivo	%
Total	147 984	100,0	69 890	100,0	78 094	100,0
Trabalho	94 365	63,8	52 417	75,0	41 948	53,7
Rendimento de propriedade/empresa	2 277	1,5	1 216	1,7	1 061	1,4
Ajuda de familiares em Cabo Verde	17 151	11,6	3 348	4,8	13 803	17,7
Ajuda de familiares no estrangeiro	6 137	4,1	1 534	2,2	4 603	5,9
Reforma	10 628	7,2	6 036	8,6	4 592	5,9
Pensão social mínimo	10 099	6,8	2 877	4,1	7 222	9,2
Apoio social	1 615	1,1	342	0,5	1 273	1,6
Bolsa de estudo	74	0,1	42	0,1	32	0,0
Outra	5 638	3,8	2 078	3,0	3 560	4,6

Fonte: INE, Censo 2021

4.3.1.4.2 Situação perante a atividade económica

De acordo com a Tabela 31, quase sete em cada dez representantes do agregado (66,9%) estavam empregados nos últimos sete dias anteriores à recolha de dados do Censo 2021; 3,7% estavam desempregados; e 29,4% estavam inativos. Por meio de residência, observa-se que, enquanto no meio urbano, 69,0% dos representantes estavam empregados, no meio rural, somente 59,9% estavam na mesma condição.

Da análise por sexo do representante, diferenças significativas, também, foram observadas. Enquanto entre os homens representantes 76,6% estavam empregados, entre as mulheres essa percentagem foi de 58,1%. A população inativa foi superior entre as mulheres representantes (37,5%).

Entre os grupos etários, verifica-se que os representantes dos grupos etários 10-17 e 65 anos ou mais são mais inativos (84,0% e 83,9% respetivamente), enquanto os grupos 18-24 e 25-64 anos são mais empregados (57,7% e 76,0% respetivamente).

Tabela 31 – Distribuição (efetivo e %) dos representantes dos agregados segundo situação perante a atividade económica por meio de residência, sexo e grupo específico. Cabo Verde, 2021

Meio de residência / Grupo específico	Total	Empregado	Desempregado	Inativo
Efetivos				
Cabo Verde	147 984	98 941	5 484	43 559
Meio de residência				
Urbano	113 611	78 366	4 725	30 520
Rural	34 373	20 575	759	13 039
Sexo				
Masculino	69 890	53 543	2 044	14 303
Feminino	78 094	45 398	3 440	29 256
Grupo específico				
10-17	231	30	7	194
18-24	6 128	3 533	645	1 950
25-64	121 166	92 131	4 787	24 248
65 ou +	20 459	3 247	45	17 167
%				
Cabo Verde	100,0	66,9	3,7	29,4
Meio de residência				
Urbano	100,0	69,0	4,2	26,9
Rural	100,0	59,9	2,2	37,9
Sexo				
Masculino	100,0	76,6	2,9	20,5
Feminino	100,0	58,1	4,4	37,5
Grupo específico				
10-17	100,0	13,0	3,0	84,0
18-24	100,0	57,7	10,5	31,8
25-64	100,0	76,0	4,0	20,0
65 ou +	100,0	15,9	0,2	83,9

Fonte: INE, Censo 2021

Caracterização do Parque Habitacional e Condições de Vida dos Agregados Familiares

4.3.1.4.3 Taxa de emprego, Taxa de desemprego e taxa de inatividade

A taxa de emprego foi mais expressiva entre os representantes do sexo masculino, com 76,6% contra 58,1%, registada entre os representantes do sexo feminino. Os representantes dos grupos etários 18-24 anos e 25-64 anos apresentaram as mais elevadas taxas de emprego, 57,7% e 76,0%, respetivamente. Entre os representantes jovens de 10-17 anos, a taxa de emprego foi de 13,0%. A de desemprego entre os representantes dos agregados (5,3%) foi menor do que a verificada ao nível da população residente de 10 anos ou mais (8,3%)⁶, sendo 5,7% no meio urbano e 3,6% no rural. Assim como, ao nível da população, existem diferenças significativas quando a taxa de desemprego é analisada por sexo, com a taxa de desemprego entre as mulheres representantes maior do que a dos homens, 7,0% e 3,7%, respetivamente (Tabela 32).

Tabela 32 – Taxa de emprego, taxa de desemprego e taxa de inatividade dos representantes dos agregados por meio de residência, sexo e grupo específico. Cabo Verde, 2021

Meio de residência / sexo / Grupo específico	Taxa de emprego	Taxa de desemprego	Taxa de inatividade
Cabo Verde	66,9	5,3	29,4
Meio de residência			
Urbano	69,0	5,7	26,9
Rural	59,9	3,6	37,9
Sexo			
Masculino	76,6	3,7	20,5
Feminino	58,1	7,0	37,5
Grupo específico			
10-17	13,0	18,9	84,0
18-24	57,7	15,4	31,8
25-64	76,0	4,9	20,0
65 ou +	15,9	1,4	83,9

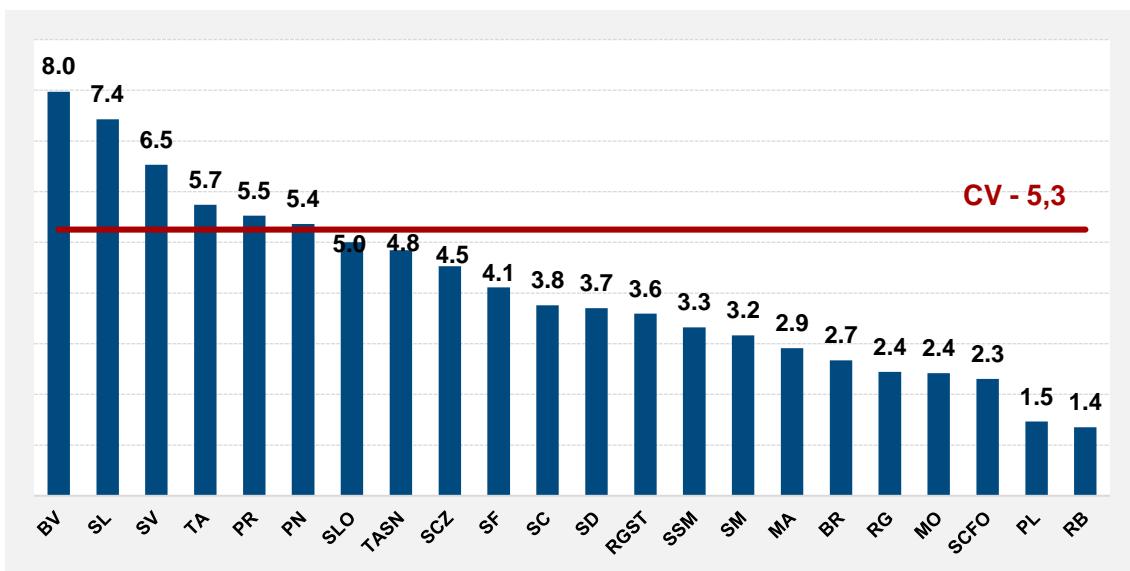
Fonte: INE, Censo 2021

A grande maioria dos concelhos apresentaram taxas de desemprego entre os representantes de agregado menor da verificada ao nível nacional, em particular os concelhos de Ribeira Brava e do Paul com taxas de desemprego de 1,4% e 1,5%, respetivamente (Gráfico 65).

O concelho da Boa Vista apresentou a maior taxa de desemprego, 8,0%, seguindo-se-lhe o do Sal e o de São Vicente, com 7,4% e 6,5%, respetivamente.

⁶ Para mais informações sobre a taxa de desemprego, pode-se consultar o tema de análise “Características Económicas” do Censo 2021.

Gráfico 65 – Taxa de desemprego dos representantes dos agregados por concelho. Cabo Verde, 2021



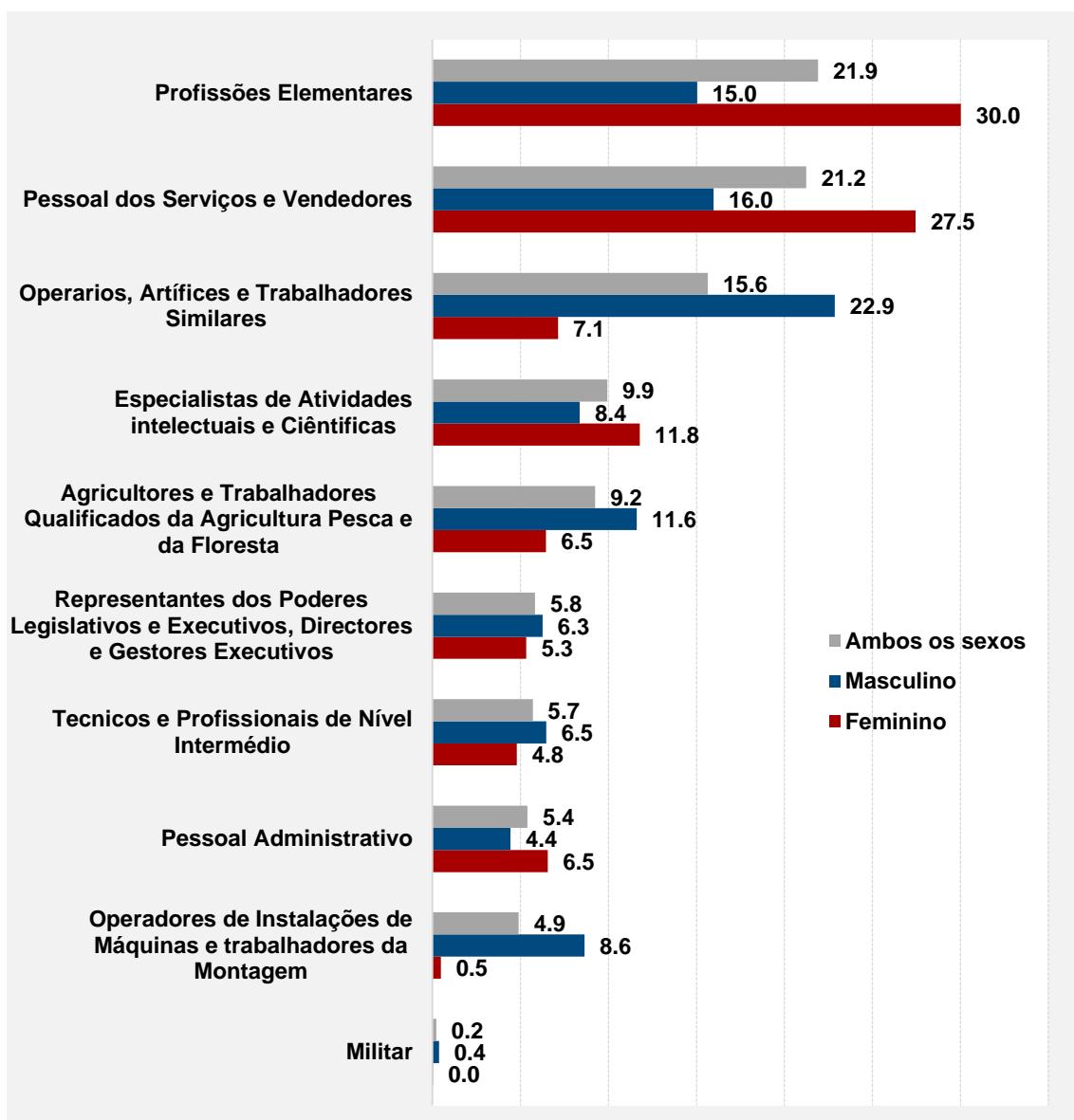
Fonte: INE, Censo 2021

4.3.1.4.4 Ocupação principal – profissão

De acordo com o observado anteriormente, 98.941 representantes encontravam-se a trabalhar na semana de referência do Censo 2021.

Do Gráfico 66, pode-se constatar que a grande maioria dos representantes empregados trabalhavam como profissões elementares sem nenhuma qualificação (21,9%) ou como pessoal dos serviços e vendedores (21,2%) e a grande maioria dos que exerciam estas profissões eram representantes mulheres. Segue-se a profissão de operários, artífices e trabalhadores similares com 15,6%, onde 79,1% dos homens exerciam essa profissão.

Gráfico 66 – Distribuição (%) dos representantes dos agregados, empregados, segundo profissão por sexo. Cabo Verde, 2021



Fonte: INE, Censo 2021

Da análise por meio de residência, pode-se constatar que o meio rural apresentou uma estrutura de profissões exercidas muito diferente da do meio urbano, que é similar ao da estrutura ao nível nacional.

No meio rural, 28,5% (5.869) dos representantes exerciam profissões elementares e 28,4% (5.841) desempenhavam profissões relacionadas com a agricultura, enquanto, no meio urbano, 22,7% (17.785) dos representantes exerciam profissões relacionadas com o pessoal dos serviços e vendedores e 20,2% (15.809) exerciam profissões elementares. Fazendo uma comparação com o sexo do representante, pode notar-se que os representantes do sexo feminino exerciam mais profissões relacionadas com as profissões elementares

(62,9%), pessoal dos serviços e vendedores (59,3%), pessoal administrativo (55,6%) e especialistas de atividades intelectuais e científicas (54,4%) (Tabela 33).

Tabela 33 – Distribuição (efetivo e %) dos representante dos agregados, empregados, segundo meio de residência e sexo profissão. Cabo Verde, 2021

Profissão	Cabo Verde			Urbano			Rural		
	Ambos os sexos	Masc.	Fem.	Ambos os sexos	Masc.	Fem.	Ambos os sexos	Masc.	Fem.
	Efetivo	%	%	Efetivo	%	%	Efetivo	%	%
Total	98 941	54,1	45,9	78 366	52,9	47,1	20 575	58,9	41,1
Militar	213	93,4	6,6	207	93,7	6,3	6	83,3	16,7
Representantes dos Poderes Legislativo e Executivo, Diretores e Gestores Executivos	5 766	58,1	41,9	5 347	57,4	42,6	419	67,1	32,9
Especialistas de Atividades intelectuais e Científicas	9 825	45,6	54,4	8 910	45,8	54,2	915	43,5	56,5
Técnicos e Profissionais de Nível Intermédio	5 636	61,4	38,6	5 198	60,3	39,7	438	75,1	24,9
Pessoal Administrativo	5 342	44,4	55,6	4 970	43,4	56,6	372	57,0	43,0
Pessoal dos Serviços e Vendedores	21 013	40,7	59,3	17 785	42,4	57,6	3 228	31,2	68,8
Agricultores e Trabalhadores Qualificados da Agricultura, Pesca e da Floresta	9 145	68,0	32,0	3 304	75,8	24,2	5 841	63,5	36,5
Operários, Artífices e Trabalhadores Similares	15 483	79,1	20,9	12 979	77,8	22,2	2 504	85,3	14,7
Operadores de Instalações de Máquinas e trabalhadores da Montagem	4 840	95,6	4,4	3 857	94,9	5,1	983	98,3	1,7
Profissões Elementares	21 678	37,1	62,9	15 809	31,5	68,5	5 869	52,2	47,8

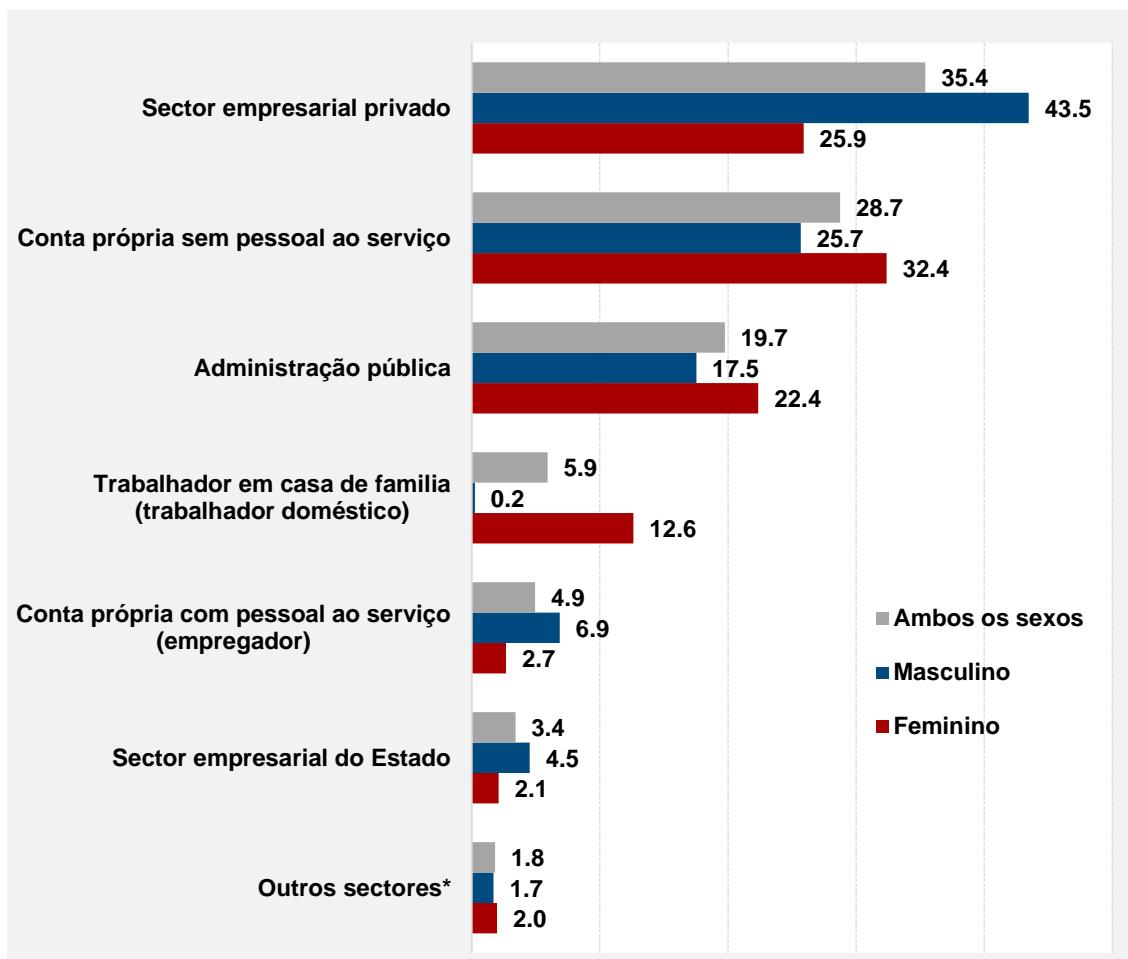
Fonte: INE, Censo 2021

4.3.1.4.5 Situação perante a profissão – para quem trabalha

O setor empresarial privado absorveu a grande maioria dos representantes que se encontravam a trabalhar no momento censitário. Cerca de 35,4% dos representantes trabalhavam no setor empresarial privado e 28,7% como trabalhador por conta própria sem pessoal ao serviço. Somente 19,7% trabalhavam para a Administração Pública.

Analizando a situação, segundo o sexo do representante, constata-se que, enquanto os homens trabalhavam mais no setor empresarial privado (43,5%), as mulheres trabalhavam mais por conta própria sem pessoal ao serviço (32,4%).

Gráfico 67 – Distribuição (%) dos representantes dos agregados, empregados, segundo situação perante a profissão por sexo. Cabo Verde, 2021



* inclui os seguintes setores: trabalhador familiar sem remuneração, cooperativa de produtores, organizações internacionais, ONG e outra situação.

Fonte: INE, Censo 2021

Da análise por meio de residência, conclui-se que tanto no meio urbano como no rural os representantes trabalhavam mais no setor privado (respectivamente, 37,1% e 29,0%). Fazendo uma comparação com o sexo do representante, pode-se notar que os representantes do sexo feminino trabalhavam mais na Administração Pública (52,0%), conta própria sem pessoal ao serviço (51,7%), trabalhador familiar sem remuneração (52,9%), trabalhador doméstico (97,8%) e nas ONG (63,0%), enquanto os representantes do sexo masculino trabalhavam mais no setor empresarial privado (66,4%), setor empresarial do Estado (71,7%), conta própria com pessoal ao serviço (75,2%), cooperativas de produtores (61,0%) e nas organizações internacionais (60,9%) (Tabela 34).

Tabela 34 – Distribuição (efetivo e %) dos representantes dos agregados, empregados, segundo meio de residência e sexo por situação perante a profissão. Cabo Verde, 2021

Situação perante a profissão	Cabo Verde			Urbano			Rural		
	Ambos os sexos	Masc.	Fem.	Ambos os sexos	Masc.	Fem.	Ambos os sexos	Masc.	Fem.
	Efetivo	%	%	Efetivo	%	%	Efetivo	%	%
Total	98 941	54,1	45,9	78 366	52,9	47,1	20 575	58,9	41,1
Administração Pública	19 537	48,0	52,0	16 488	48,0	52,0	3 049	48,1	51,9
Setor empresarial privado	35 032	66,4	33,6	29 063	63,8	36,2	5 969	79,4	20,6
Setor empresarial do Estado	3 372	71,7	28,3	3 127	71,3	28,7	245	76,3	23,7
Conta própria sem pessoal ao serviço	28 443	48,3	51,7	19 743	47,1	52,9	8 700	51,1	48,9
Conta própria com pessoal ao serviço (empregador)	4 894	75,2	24,8	3 809	72,2	27,8	1 085	85,6	14,4
Trabalhador sem remuneração	715	47,1	52,9	239	49,4	50,6	476	46,0	54,0
Em casa de família (trabalhos domésticos)	5 859	2,2	97,8	4 969	2,0	98,0	890	3,5	96,5
Uma cooperativa de produtores	82	61,0	39,0	23	47,8	52,2	59	66,1	33,9
Organizações internacionais	317	60,9	39,1	308	60,7	39,3	9	66,7	33,3
ONG	330	37,0	63,0	274	35,0	65,0	56	46,4	53,6
Outra situação	360	58,1	41,9	323	58,2	41,8	37	56,8	43,2

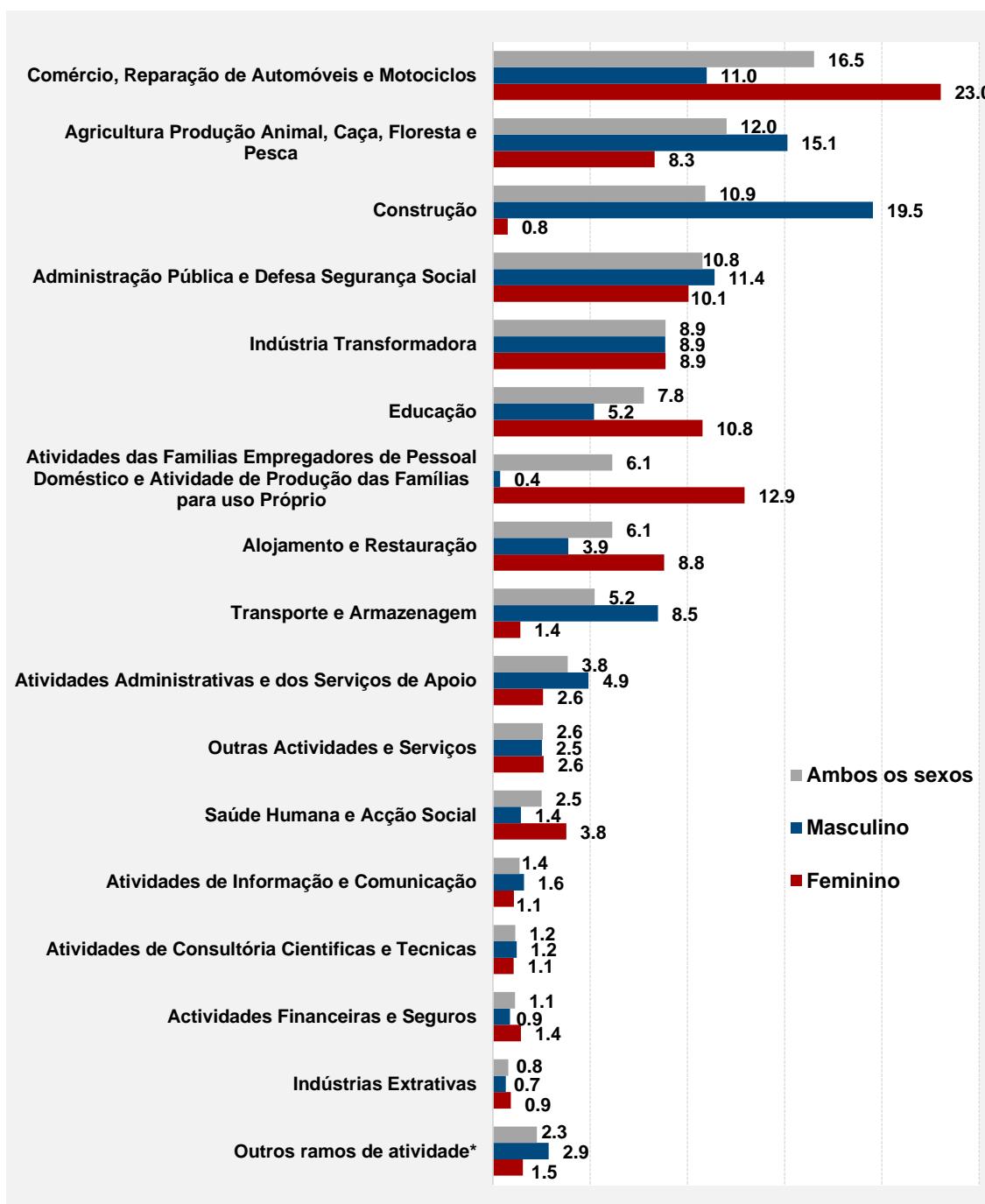
Fonte: INE, Censo 2021

4.3.1.4.6 Ramo de atividade económica

O comércio e a agricultura são os ramos de atividade que mais empregaram, com cerca de 16,5% e 12,0% dos representantes a trabalhar nestes ramos de atividade, respetivamente. Seguem-se a construção e a Administração Pública, com 10,9% e 10,8%, respetivamente.

Da análise por sexo, constatam-se, igualmente, diferenças significativas. Entre as representantes do sexo feminino, 23,0% trabalhavam no comércio, 12,9% em atividades relacionadas com as famílias empregadoras e 10,8% no ramo da educação. Entre os homens, a construção assume-se como o principal ramo de atividade (19,5%) seguida da agricultura, da produção animal, da caça, da floresta e da pesca (15,1%) e da Administração Pública (11,4%). Observa-se, também, que os ramos de transporte e armazenamento tinham um peso significativo entre os representantes homens, de 8,5% (Gráfico 68).

Gráfico 68 - Distribuição (efetivo e %) dos representantes dos agregados, empregados, segundo o ramo de atividade económica por sexo. Cabo Verde, 2021



* inclui os seguintes ramos: Atividades Imobiliárias, Organismos Internacionais e ONG, Captação, Tratamento e Distribuição de Água, Saneamento, Gestão de Resíduos e despoluição, Atividades Artísticas, Desportivas e Recreativas e Eletricidade, Gás, Vapor, Água quente e fria e ar frio.

Fonte: INE, Censo 2021

Da análise por meio de residência, constata-se que, no meio urbano, a estrutura e o peso dos ramos de atividade não são muito diferentes da estrutura nacional, com os ramos do comércio, da Administração Pública e da construção a liderar. No meio rural, a estrutura foi diferente e a agricultura assumiu-se como o principal ramo de atividade dos representantes dos agregados, com 39,6%. Seguem-se a construção com 12,0% e o comércio com 11,4%.

Tabela 35 – Distribuição (efetivo e %) dos representantes dos agregados, empregados, segundo o meio de residência e sexo por ramo de atividade económica. Cabo Verde, 2021

Ramo de atividade económica	Cabo Verde			Urbano			Rural		
	Ambos os sexos	Masc.	Fem.	Ambos os sexos	Masc.	Fem.	Ambos os sexos	Masc.	Fem.
	Efetivo	%	%	Efetivo	%	%	Efetivo	%	%
Total	98 941	54,1	45,9	78 366	52,9	47,1	20 575	58,9	41,1
Agricultura, Produção Animal, Caça, Floresta e Pesca	11 883	68,2	31,8	3 738	74,7	25,3	8 145	65,3	34,7
Indústrias Extrativas	776	46,0	54,0	426	43,7	56,3	350	48,9	51,1
Indústria Transformadora	8 776	54,1	45,9	7 690	53,4	46,6	1 086	58,8	41,2
Eletricidade, Gás, Vapor, Água quente e fria e ar frio	686	81,0	19,0	622	80,1	19,9	64	90,6	9,4
Captação, Tratamento e Distribuição de Água, Saneamento, Gestão de Resíduos e despoluição	411	66,9	33,1	306	67,3	32,7	105	65,7	34,3
Construção	10 812	96,8	3,2	8 348	96,7	3,3	2 464	97,0	3,0
Comércio, Reparação de Automóveis e Motociclos	16 337	36,0	64,0	13 982	38,1	61,9	2 355	23,7	76,3
Transporte e Armazenagem	5 181	87,7	12,3	4 421	86,1	13,9	760	96,7	3,3
Alojamento e Restauração	6 077	34,2	65,8	5 643	34,5	65,5	434	30,6	69,4
Atividades de Informação e Comunicação	1 348	63,4	36,6	1 304	63,0	37,0	44	77,3	22,7
Atividades Financeiras e Seguros	1 126	41,8	58,2	1 091	41,5	58,5	35	51,4	48,6
Atividades Imobiliárias	292	54,5	45,5	279	52,7	47,3	13	92,3	7,7
Atividades de Consultoria Científicas e Técnicas	1 138	57,4	42,6	1 086	56,9	43,1	52	67,3	32,7
Atividades Administrativas e dos Serviços de Apoio	3 806	69,2	30,8	3 517	68,2	31,8	289	81,7	18,3
Administração Pública e Defesa e Segurança Social	10 667	57,2	42,8	9 009	56,6	43,4	1 658	60,3	39,7
Educação	7 677	36,3	63,7	6 453	37,2	62,8	1 224	31,5	68,5
Saúde Humana e Ação Social	2 486	31,1	68,9	2 254	30,3	69,7	232	39,7	60,3
Atividades Artísticas, Desportivas e Recreativas	530	66,2	33,8	501	65,3	34,7	29	82,8	17,2
Outras Atividades e Serviços	2 533	53,3	46,7	2 329	52,6	47,4	204	61,3	38,7
Atividades das Famílias									
Empregadores de Pessoal Doméstico e Atividade de Produção das Famílias para uso próprio	6 078	3,3	96,7	5 056	2,6	97,4	1 022	7,0	93,0
Organismos Internacionais e ONG	321	61,4	38,6	311	61,1	38,9	10	70,0	30,0

Fonte: INE, Censo 2021

4.3.1.4.7 Estatuto de incapacidade e deficiência dos representantes dos agregados

A situação de deficiência do representante do agregado pode afetar as características dos agregados pela impossibilidade de as pessoas com deficiência realizarem determinadas atividades.

Da Tabela 36, pode-se constatar que 60.623 (41,0%) representantes tinham alguma incapacidade e destes 21.795 (14,7%) tinham alguma deficiência. A percentagem dos representantes com deficiência, ou seja, os representantes que responderam a modalidade “muita dificuldade” ou “não consegue de modo algum” a, pelo menos, um dos seis domínios funcionais básicos, foi mais expressiva nas mulheres (67,0%), no meio urbano (70,0%) e no grupo etário 25-64 anos (65,4%).

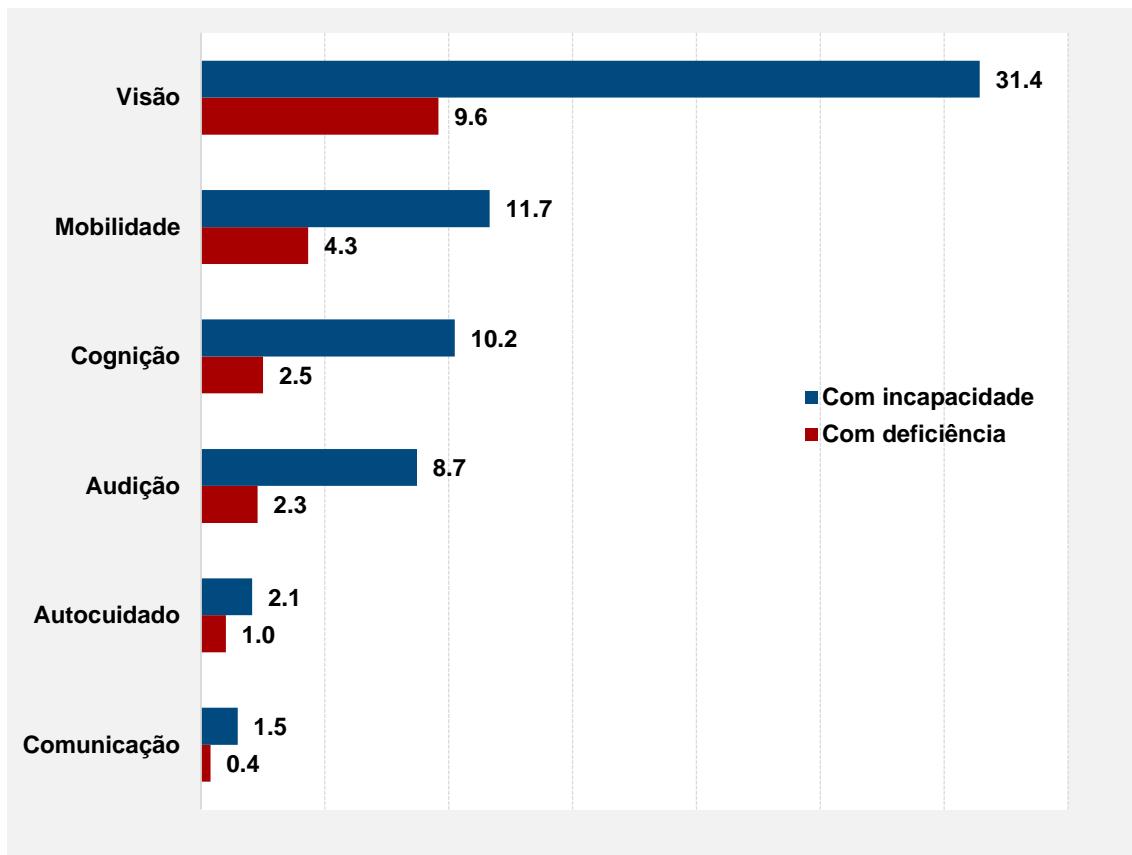
Tabela 36 – Distribuição (efetivo e %) dos representantes dos agregados, segundo o estatuto de incapacidade e deficiência e sexo por meio de residência e grupo específico. Cabo Verde, 2021

Meio de residência / Grupo específico	Total de agregados			Com incapacidade				Com deficiência			
	Ambos os sexos	Masc.	Fem.	Ambos os sexos		Masc.	Fem.	Ambos os sexos		Masc.	Fem.
				Efetivo	%	%	%	Efetivo	%	%	%
Cabo Verde	147 984	69 890	78 094	60 623	100,0	36,6	63,4	21 795	100,0	33,0	67,0
Meio de residência											
Urbano	113 611	53 465	60 146	44 165	72,9	36,0	64,0	15 252	70,0	31,6	68,4
Rural	34 373	16 425	17 948	16 458	27,1	38,1	61,9	6 543	30,0	36,0	64,0
Grupo específico											
10-17	231	109	122	51	0,1	29,4	70,6	12	0,1	25,0	75,0
18-24	6 128	2 715	3 413	1 446	2,4	25,3	74,7	352	1,6	22,7	77,3
25-64	121 166	58 778	62 388	44 639	73,6	36,9	63,1	14 251	65,4	32,5	67,5
65 ou +	20 459	8 288	12 171	14 487	23,9	36,6	63,4	7 180	32,9	34,4	65,6

Fonte: INE, Censo 2021

O Gráfico 69 dá-nos conta de que 31,4% dos representantes dos agregados familiares tinham incapacidade visual, 11,7% incapacidade de mobilidade, 10,2% incapacidade de cognição, 8,7% incapacidade de audição, 2,1% de autocuidado e 1,5% incapacidade de comunicação. Analisando os representantes dos agregados familiares com deficiência, verifica-se que dos 6 domínios os com maiores proporções foram a visão, a mobilidade e a cognição, com 9,6%, 4,3% e 2,5%, respetivamente.

Gráfico 69 – Proporção dos representantes dos agregados, segundo o estatuto de incapacidade e deficiência por 6 domínios (visão, audição, mobilidade, cognição, autocuidado e comunicação). Cabo Verde, 2021



Fonte: INE, Censo 2021

4.3.2 Características sociodemográficas dos agregados

A composição familiar caracteriza as diferentes etapas de vida pelas quais passa a família ao longo da sua existência. Cada etapa apresenta vulnerabilidades específicas que são objeto de medidas ativas de proteção social, em particular, a presença de crianças e de idosos (relações de dependência), comprometimento do rendimento familiar (situação de pobreza) e as relações de género.

Duas características sociodemográficas dos agregados são analisadas nesta secção. Em primeiro lugar, o número de pessoas que os compõem, chamado tamanho do agregado familiar e, depois, o número médio de pessoas que constituem encargos para o agregado familiar, do ponto de vista demográfico, designado por composição demográfica do agregado familiar.

4.3.2.1 Tamanho dos agregados

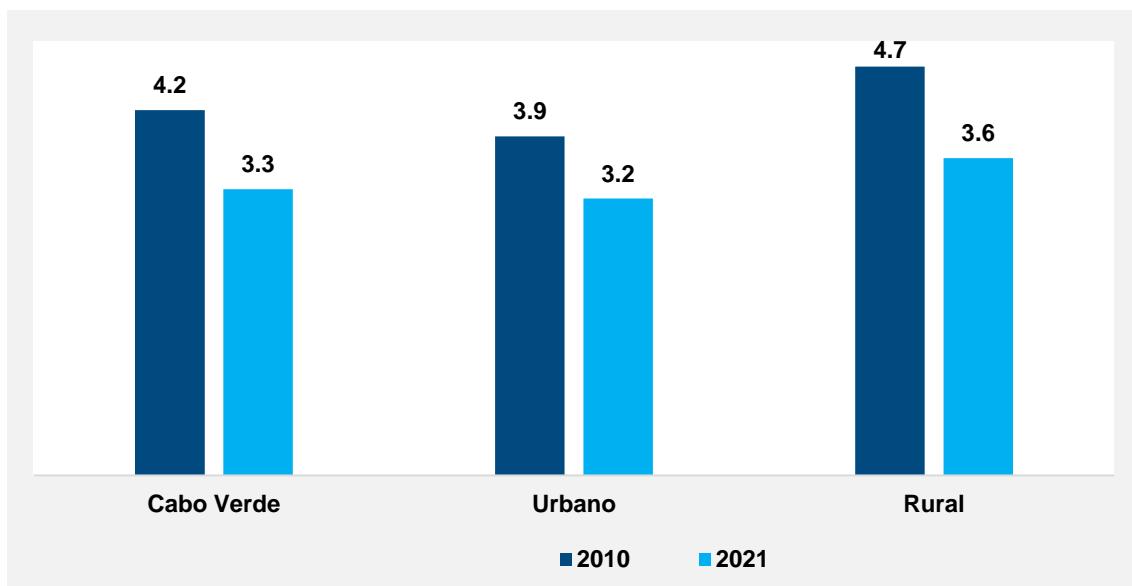
A análise da dimensão do agregado familiar, apresentada neste relatório, centra-se na sua distribuição por meio de residência e por concelho.

A sua distribuição e o seu resumo, segundo determinadas características do representante do agregado familiar, são, também, analisados de forma a poder fornecer informação adicional sobre a variação da dimensão média. Estes são grupo etário, sexo, nível de instrução, estado civil e principal meio de vida, situação perante a atividade económica e estatuto de incapacidade e deficiência.

4.3.2.1.1 Tamanho dos agregados, segundo o meio de residência

Os agregados familiares cabo-verdianos tinham uma média de 3,3 pessoas, sendo 3,2 pessoas para os agregados residentes no meio rural e 3,6 pessoas para agregados residentes no urbano. Uma diminuição de 0,9 pessoas foi registada ao longo dos 11 anos (entre 2010 e 2021). Esta diminuição é mais visível no meio rural do que no urbano (1,1 pessoas contra 0,7, respetivamente).

Gráfico 70 – Tamanho médio dos agregados familiares, segundo o meio de residência por ano censitário. Cabo Verde 2010 e 2021



Fonte: INE, Censo 2010 e 2021

Conforme a Tabela 37, quatro em cada dez agregados (40,4%) tinham o tamanho do agregado maior do que a média nacional, ou seja, eram compostos por pelo menos 4 pessoas. Essa proporção foi de 38,1% no meio urbano contra 48,3% no rural. Os agregados do meio rural eram mais numerosos em comparação com o urbano. Os agregados, representados por mulheres, eram mais numerosos no meio rural (4 pessoas por agregado contra 3 pessoas no urbano). Por outro lado, os agregados unipessoais eram, ligeiramente, mais comuns nas zonas urbanas (22,3%) do que nas rurais (18,7%). Estes agregados familiares isolados tinham um peso total de 21,5% de todos os agregados familiares residentes em Cabo Verde.

Tabela 37 – Distribuição (efetivo e %) dos agregados familiares, segundo o tamanho do agregado por meio de residência e segundo o sexo do representante por tamanho do agregado. Cabo Verde, 2021

Tamanho do agregado	Cabo Verde				Urbano				Rural			
	Ambos os sexos		Masc.	Fem.	Ambos os sexos		Masc.	Fem.	Ambos os sexos		Masc.	Fem.
	Efetivo	%	%	%	Efetivo	%	%	%	Efetivo	%	%	%
Total	147 984	100,0	47,2	52,8	113 611	100,0	47,1	52,9	34 373	100,0	47,8	52,2
1	31 779	21,5	71,2	28,8	25 358	22,3	70,2	29,8	6 421	18,7	74,8	25,2
2	26 933	18,2	41,2	58,8	21 711	19,1	41,0	59,0	5 222	15,2	42,4	57,6
3	29 427	19,9	40,7	59,3	23 299	20,5	40,6	59,4	6 128	17,8	41,3	58,7
4	25 784	17,4	42,6	57,4	19 570	17,2	42,4	57,6	6 214	18,1	43,4	56,6
5	15 750	10,6	41,2	58,8	11 467	10,1	41,2	58,8	4 283	12,5	41,3	58,7
6	8 540	5,8	38,4	61,6	5 803	5,1	37,5	62,5	2 737	8,0	40,4	59,6
7	4 471	3,0	36,3	63,7	2 963	2,6	34,9	65,1	1 508	4,4	39,2	60,8
8	2 453	1,7	34,0	66,0	1 598	1,4	31,7	68,3	855	2,5	38,4	61,6
9	1 288	0,9	34,1	65,9	807	0,7	30,9	69,1	481	1,4	39,5	60,5
10 ou +	1 559	1,1	32,7	67,3	1 035	0,9	30,6	69,4	524	1,5	36,8	63,2
Tamanho médio do agregado		3,3	2,9	3,6		3,2	2,8	3,5		3,6	3,3	4,0

Fonte: INE, Censo 2021

4.3.2.1.2 Tamanho do agregado, segundo o concelho

Dado que existem diferenças significativas entre o peso de determinados concelhos, em termos do tamanho dos agregados familiares, e o seu peso, no que toca ao tamanho da população, torna-se mister fazer uma análise da disparidade, por concelho, em termos do tamanho médio dos agregados familiares.

Segundo a Tabela 38, os concelhos do Tarrafal de São Nicolau, Tarrafal, Santa Catarina, Santa Cruz, São Domingos, São Miguel, São Salvador do Mundo, São Lourenço dos Órgãos, Ribeira Grande de Santiago, Mosteiros, São Filipe e Santa Catarina apresentaram um tamanho médio dos agregados acima do valor da média nacional. No entanto, a diferença foi muito maior nos agregados que residiam em Santa Cruz e na Ribeira Grande de Santiago, onde os agregados tinham em média 4 pessoas, cabendo dizer que tal valor foi superior no meio rural (4,1 e 4,0, pessoas respetivamente). Os agregados familiares que residiam no Sal e na Boa Vista tinham o tamanho médio mais baixo (2,9 em ambos os concelhos) do país. Esta tabela, também, mostra que, para todos os concelhos, o tamanho médio dos agregados, representados por mulheres, foi superior ao dos representados pelos homens.

Tabela 38 – Tamanho médio dos agregados familiares, segundo o meio de residência e sexo do representante por concelho. Cabo Verde, 2021

Concelho	Cabo Verde			Urbano			Rural		
	Ambos os sexos	Masc.	Fem.	Ambos os sexos	Masc.	Fem.	Ambos os sexos	Masc.	Fem.
Total	3,3	2,9	3,6	3,2	2,8	3,5	3,6	3,3	4,0
Concelho									
Ribeira Grande	3,0	2,5	3,5	3,0	2,5	3,4	3,0	2,5	3,7
Paul	3,2	2,6	3,9	3,3	2,8	3,7	3,2	2,5	4,0
Porto Novo	3,2	2,8	3,7	3,2	2,7	3,7	3,2	3,0	3,6
São Vicente	3,0	2,6	3,3	3,0	2,6	3,3	3,4	2,8	4,1
Ribeira Brava	3,1	2,8	3,5	2,9	2,7	3,2	3,2	2,9	3,7
Tarrafal São Nicolau	3,4	2,9	3,8	3,4	2,9	3,8	3,3	2,9	3,9
Sal	2,9	2,6	3,4	2,9	2,6	3,4	2,8	2,4	3,5
Boa Vista	2,9	2,6	3,4	2,9	2,5	3,4	2,9	2,7	3,3
Maio	3,1	2,9	3,2	3,0	2,7	3,3	3,2	3,2	3,1
Tarrafal	3,5	3,0	3,8	3,5	2,9	3,8	3,5	3,3	3,6
Santa Catarina	3,7	3,3	4,0	3,5	3,1	3,8	4,0	3,5	4,3
Santa Cruz	4,0	3,7	4,2	3,7	3,4	4,0	4,1	3,8	4,4
Praia	3,2	2,9	3,5	3,2	2,9	3,5	3,7	3,2	4,2
São Domingos	3,9	3,8	4,1	3,9	3,7	4,1	4,0	3,8	4,2
São Miguel	3,6	3,2	3,9	3,5	3,2	3,8	3,7	3,2	4,0
São Salvador do Mundo	3,9	3,7	4,1	3,7	3,6	3,9	4,0	3,7	4,2
São Lourenço dos Órgãos	3,9	3,7	4,1	3,3	3,3	3,3	4,0	3,7	4,2
Ribeira Grande Santiago	4,0	3,5	4,3	3,9	3,4	4,4	4,0	3,6	4,3
Mosteiros	3,5	3,4	3,6	3,4	3,3	3,6	3,7	3,7	3,7
São Filipe	3,5	3,3	3,7	3,3	3,1	3,5	3,7	3,5	3,9
Santa Catarina Fogo	3,7	3,6	3,8	3,6	3,5	3,6	3,7	3,6	3,9
Brava	3,1	2,7	3,6	3,1	2,6	3,6	3,1	2,7	3,5

Fonte: INE, Censo 2021

4.3.2.1.3 Tamanho dos agregados, segundo as características dos representantes

A Tabela 39 revela que, a partir do grupo etário 18-24 anos, o tamanho médio dos agregados aumenta com o grupo etário do representante. No entanto, verificou-se uma ligeira diminuição quando o representante do agregado atingiu a idade de 65 anos. Com efeito, o tamanho médio dos agregados familiares, representados por crianças, com idade compreendida entre os 10 e os 17 anos, foi de 2,8 pessoas; 0,4 pessoa a mais do que os agregados representados por pessoas com idade compreendida entre os 18 e os 24 anos (2,4 pessoas), 0,5 pessoa a menos do que os agregados representados por pessoas com idade compreendida entre os 25 e os 64 anos (3,3 pessoas) e 0,4 pessoa a menos do que

os agregados representados por pessoas com idade igual ou superior a 65 anos (3,2 pessoas).

Tabela 39 – Distribuição (%) dos agregados familiares, segundo o tamanho do agregado por características do representante. Cabo Verde, 2021

Características do representante do agregado	Tamanho do agregado					
	Total	1	2	3 - 4	5 ou +	Média
Total	100,0	21,5	18,2	37,3	23,0	3,3
Grupo específico						
10-17	100,0	26,0	25,5	34,6	13,9	2,8
18-24	100,0	30,3	26,7	35,6	7,4	2,4
25-64	100,0	20,6	16,6	38,9	23,9	3,3
65 ou +	100,0	23,7	25,3	28,2	22,8	3,2
Sexo						
Masculino	100,0	32,4	15,9	32,9	18,9	2,9
Feminino	100,0	11,7	20,3	41,3	26,7	3,6
Nível de instrução						
Sem nível	100,0	20,3	19,2	29,9	30,5	3,5
Alfabetização / ensino básico	100,0	21,1	15,7	35,8	27,4	3,5
Ensino secundário	100,0	21,8	19,6	41,8	16,7	3,0
Ensino superior	100,0	23,3	23,9	42,1	10,8	2,8
Estado civil						
Solteiro	100,0	41,4	21,0	24,6	13,1	2,5
Casado / União de facto	100,0	6,7	15,8	47,0	30,5	3,9
Separado / Divorciado	100,0	37,5	20,4	28,1	14,0	2,4
Viúvo	100,0	23,1	21,7	30,0	25,2	3,4
Principal meio de vida						
Trabalho	100,0	22,7	17,0	38,9	21,4	3,2
Rendimento de propriedade/empresa	100,0	24,5	21,2	34,4	19,9	3,1
Ajuda de familiares em Cabo Verde	100,0	13,2	16,2	39,9	30,8	3,8
Ajuda de familiares no estrangeiro	100,0	24,0	22,3	35,0	18,7	3,0
Reforma	100,0	23,5	26,8	29,6	20,1	3,1
Pensão social mínimo	100,0	21,1	21,5	29,1	28,3	3,5
Apoio social	100,0	16,5	15,4	33,6	34,6	4,0
Bolsa de estudo	100,0	33,8	27,0	24,3	14,9	2,6
Outra	100,0	19,8	17,6	36,3	26,2	3,5
Situação perante atividade económica						
Empregado	100,0	22,2	17,1	38,8	21,9	3,2
Desempregado	100,0	19,5	18,7	40,8	21,0	3,2
Inativo	100,0	20,2	20,6	33,4	25,8	3,4
Estatuto de incapacidade / deficiência						
Com incapacidade	100,0	19,3	19,2	35,8	25,7	3,4
Com deficiência	100,0	19,7	19,4	34,3	26,7	3,5

Fonte: INE, Censo 2021

Observa-se que 26,0% dos agregados, representados por crianças de 10 a 17 anos, foram compostos por uma única pessoa. Além do mais, verifica-se que todos os grupos eram, na sua maioria, compostos por 3 a 4 pessoas. Também se observou que a percentagem de pessoas que moravam sozinhas foi maior no grupo dos jovens 18-24 anos (30,3%); 20,6% para os de 25 a 64 anos; e 23,7% para aqueles com 65 anos ou mais.

A mesma tabela revela ainda que a dimensão média dos agregados familiares, representados por mulheres, foi superior à dos representados por homens, com uma diferença de 0,7 pessoa. Quanto ao efeito da educação, verificou-se que o tamanho médio dos agregados diminui quando o nível de escolaridade do representante aumenta, passando de 3,5 pessoas para aqueles representados por pessoas sem instrução para 2,8 pessoas para aqueles representados por pessoas de nível superior. No entanto, não se observou diferença entre os agregados, cujo representante não tinha escolaridade, e aquele cujo representante frequentou alfabetização/ensino básico. Ademais, os resultados relativos à distribuição mostram que 30,5% dos agregados familiares, representados por pessoas que não tinham nível de instrução, são constituídos com pelo menos 5 pessoas; 41,8% e 42,1% para agregados familiares, representados por pessoas do ensino secundário e ensino médio/superior, que eram constituídos com 3-4 pessoas.

Em relação ao estado civil do representante do agregado familiar, verifica-se que o tamanho médio dos agregados, representados por pessoas casado/união de facto e por pessoas viúvas, foi muito superior ao dos agregados cujo representante era solteiro ou separado/divorciado. No entanto, os resultados, também, expõem que mais de metade (58,6%) dos agregados, representados por pessoas solteiras, era composto por, pelo menos, 2 pessoas e que 6,7% dos representantes casados ou em união de facto moravam sozinhos. Com efeito, foi recomendado que, quando uma pessoa é casada ou vive em união de facto, mas o seu cônjuge não tem o estatuto de residente durante a visita do recenseador no agregado familiar, por um motivo particular como emigração, estudo no estrangeiro, missão de trabalho etc., qualquer que seja a duração, essa pessoa é considerada casada ou em união de facto.

De acordo com a situação perante a atividade económica do representante do agregado familiar, verifica-se que apenas os agregados familiares, cujo representante era inativo, apresentaram um tamanho médio superior ao valor nacional. No entanto, o tamanho médio foi ligeiramente inferior para os agregados familiares cujo representante era empregado ou desempregado. O tamanho médio dos agregados familiares, representados por pessoas com incapacidade, foi de 3,4 pessoas, mas 61,5% ainda viviam com pelo menos 3 pessoas. Nota-se, igualmente, que 19,7% dos representantes com deficiência viviam sozinhos e que o tamanho médio dos agregados, sob a sua responsabilidade, foi de 3,5 pessoas.

4.3.2.2 Composição demográfica dos agregados

A análise da composição demográfica centra-se, essencialmente, no número médio de dependentes demográficos por agregado familiar. Este indicador foi desagregado em três grupos etários (0-5 anos, 6-17 anos e 65 anos ou mais) na medida em que cada grupo corresponda a necessidades específicas: vacinação para 0-5 anos, escolarização para 6-17 anos e proteção social para pessoas com 65 anos ou mais.

Tabela 40 – Número médio de dependência demográfica por agregado, segundo o meio de residência e concelho. Cabo Verde, 2021

Meio de residência / concelho	Total	Número médio de crianças de 0-5 anos	Número médio de crianças de 6-17 anos	Número médio de idosos de 65 anos ou mais
Cabo Verde	1,33	0,37	0,74	0,22
Meio de residência				
Urbano	1,25	0,36	0,71	0,19
Rural	1,60	0,41	0,87	0,33
Concelho				
Ribeira Grande	1,19	0,25	0,61	0,33
Paul	1,17	0,25	0,62	0,30
Porto Novo	1,27	0,29	0,72	0,27
São Vicente	1,10	0,27	0,58	0,25
Ribeira Brava	1,28	0,26	0,64	0,39
Tarrafal São Nicolau	1,39	0,33	0,73	0,32
Sal	1,10	0,36	0,65	0,09
Boa Vista	1,13	0,37	0,63	0,13
Maio	1,27	0,31	0,68	0,27
Tarrafal	1,53	0,41	0,85	0,27
Santa Catarina	1,66	0,46	0,92	0,28
Santa Cruz	1,81	0,52	1,05	0,24
Praia	1,26	0,39	0,74	0,14
São Domingos	1,74	0,46	0,98	0,30
São Miguel	1,67	0,44	0,89	0,34
São Salvador do Mundo	1,80	0,44	0,97	0,39
São Lourenço dos Órgãos	1,72	0,45	0,90	0,37
Ribeira Grande Santiago	1,68	0,48	0,92	0,28
Mosteiros	1,59	0,41	0,89	0,29
São Filipe	1,52	0,41	0,80	0,31
Santa Catarina Fogo	1,68	0,51	0,90	0,28
Brava	1,31	0,37	0,72	0,22

Fonte: INE, Censo 2021

O Censo 2021 registou que existia, em média, 1,3 pessoas dependentes num agregado familiar, das quais 0,4 eram crianças com menos de 6 anos; 0,7 eram crianças de 6 a 17 anos; e 0,2 eram pessoas com 65 anos ou mais. Se o número médio de pessoas com 0 a 5 anos não variou, de acordo com o meio de residência, para as crianças de 6 a 17 anos e idosos de 65 anos ou mais, o número médio de pessoas nesses grupos foi maior em agregados rurais do que em urbanos com diferenças de 0,2 e 0,1, respetivamente.

Os resultados da Tabela 40 mostram ainda que a carga demográfica dos agregados em Cabo Verde não difere, significativamente, por concelho. Geralmente varia em torno de uma pessoa dependente por agregado, exceto as ilhas do Fogo e de Santiago (exceto Praia), todos os concelhos apresentarem 2 pessoas dependentes por agregado. Essa pequena disparidade deve-se ao número de crianças de 6 a 17 anos, pois, a média de pessoas com 65 anos ou mais foi quase idêntica para todos os concelhos.

4.3.3 Características socioeconómicas dos agregados

As características socioeconómicas dos agregados permitem medir a vulnerabilidade ou o bem-estar das pessoas que neles residem. Neste relatório, as análises incidirão sobre a ausência de um membro empregado no agregado familiar e sobre o acesso do agregado familiar a determinadas necessidades essenciais (alojamento, regime de ocupação, água potável, eletricidade, condições de saúde, ambiente e comportamento de higiene, e tecnologias de comunicação e informação).

4.3.3.1 Agregados sem pessoas empregadas

Não ter um membro a trabalhar num agregado pode levar alguns indivíduos que ali vivem a situações de vulnerabilidade. Portanto, é necessário analisar a distribuição desses agregados, haja vista o seu tamanho, meio de residência e concelho.

4.3.3.1.1 Agregados sem pessoas empregadas, segundo o tamanho do agregado

Em Cabo Verde, 17,3% dos agregados não tinham pelo menos uma pessoa empregada, sendo 16,4% para aqueles que residiam no meio urbano e 20,5% para aqueles que residiam no rural. No entanto, a população que vivia nesses agregados foi apenas 12,4% da população total. Verifica-se que os mais afetados foram os agregados familiares com tamanho pequeno (31,0% para os unipessoais e 24,8% para agregados de duas pessoas), em particular os que viviam no meio rural (37,4% contra 29,4% para os solteiros e 31,8% contra 23,1% para agregados de duas pessoas).

Tabela 41 – Percentagem de agregados e da população sem pessoas empregadas, segundo o meio de residência por tamanho do agregado. Cabo Verde, 2021

Tamanho do agregado	Agregado	População residente nos AF	Cabo Verde		Urbano		Rural	
			Agre.	Pop.	Agre.	Pop.	Agre.	Pop.
Total	147 984	487 077	17,3	12,4	16,4	11,7	20,5	14,5
1	31 779	31 779	31,0	31,0	29,4	29,4	37,4	37,4
2	26 933	53 866	24,8	24,8	23,1	23,1	31,8	31,8
3	29 427	88 281	14,0	14,0	12,5	12,5	19,8	19,8
4	25 784	103 136	9,9	9,9	8,8	8,8	13,2	13,2
5	15 750	78 750	8,4	8,4	7,3	7,3	11,2	11,2
6	8 540	51 240	7,3	7,3	6,5	6,5	9,0	9,0
7	4 471	31 297	6,1	6,1	5,8	5,8	6,6	6,6
8	2 453	19 624	5,9	5,9	5,3	5,3	7,0	7,0
9	1 288	11 592	4,7	4,7	4,7	4,7	4,8	4,8
10 ou +	1 559	17 512	3,3	3,2	2,9	2,8	4,0	3,9

Fonte: INE, Censo 2021

4.3.3.1.2 Agregados sem pessoas empregadas segundo o concelho

A grande maioria dos concelhos apresentaram proporções de agregados sem pessoas empregadas superior à média nacional (17,3%). Esses agregados apresentaram proporções mais altas nos concelhos de São Lourenço dos Órgãos (27,4%), Santa Catarina do Fogo (26,0%), Mosteiros (23,7%), Porto Novo (22,8%), São Filipe (22,7%), Tarrafal (22,2%), Maio (22,1%) e Brava (20,3%). De mais a mais, os concelhos do Sal e da Ribeira Grande de Santiago apresentaram as mais baixas taxas com 12,2% e 12,7%, respetivamente (Tabela 42).

Na grande maioria dos concelhos, a proporção no meio rural foi maior do que no urbano. No entanto, a diferença observada foi maior em São Lourenço dos Órgãos (29,8% contra 9,4%) e no Maio (29,0% contra 19,4%), enquanto o concelho da Praia apresentou o valor mais baixo (11,5% contra 14,8%).

Tabela 42 – Proporção de agregados e da população sem pessoas empregadas, segundo o meio de residência por concelho. Cabo Verde, 2021

Concelho	Agregado	População residente nos AF	Cabo Verde		Urbano		Rural	
			Agre.	Pop.	Agre.	Pop.	Agre.	Pop.
Total	147 984	487 077	17,3	12,4	16,4	11,7	20,5	14,5
Concelho								
Ribeira Grande	4 997	15 033	18,3	11,1	16,4	10,0	19,6	11,9
Paul	1 786	5 765	16,7	10,7	13,6	9,1	17,8	11,2
Porto Novo	4 953	15 951	22,8	17,5	22,7	17,4	22,9	17,8
São Vicente	25 071	75 005	19,1	12,4	19,4	12,6	14,1	9,2
Ribeira Brava	2 239	6 960	18,7	11,4	17,3	11,6	19,7	11,2
Tarrafal São Nicolau	1 571	5 302	19,2	11,8	18,6	11,3	21,7	14,6
Sal	11 309	33 220	12,2	8,8	12,1	8,8	14,6	9,9
Boa Vista	4 404	12 741	15,6	12,0	14,2	11,3	24,2	16,6
Maio	2 040	6 275	22,1	16,8	19,4	14,4	29,0	22,6
Tarrafal	4 829	16 881	22,2	16,7	21,0	15,6	27,7	21,1
Santa Catarina	10 166	37 828	17,8	12,4	17,3	12,4	18,6	12,4
Santa Cruz	6 334	25 100	18,3	14,2	16,6	13,0	19,5	14,9
Praia	44 352	143 332	14,8	10,8	14,8	10,8	11,5	8,8
São Domingos	3 537	13 943	15,1	10,3	13,7	8,8	15,5	10,8
São Miguel	3 568	12 951	16,8	11,7	15,6	10,8	18,1	12,5
São Salvador do Mundo	1 908	7 474	15,4	10,3	13,6	8,3	16,1	11,1
São Lourenço dos Órgãos	1 628	6 316	27,4	21,0	9,4	4,8	29,8	22,8
Ribeira Grande Santiago	1 951	7 755	12,7	8,4	8,4	5,0	15,9	11,0
Mosteiros	2 290	8 081	23,7	18,1	19,9	15,3	28,0	20,9
São Filipe	5 965	20 802	22,7	17,2	18,2	13,7	27,6	20,5
Santa Catarina Fogo	1 280	4 735	26,0	18,7	28,9	19,7	25,5	18,6
Brava	1 806	5 627	20,3	15,5	18,5	14,6	21,4	16,0

Fonte: INE, Censo 2021

4.3.3.2 Tipo de alojamento

4.3.3.2.1 Tipo de alojamento segundo o meio de residência e concelho

Da Tabela 43, pode-se aferir que a grande maioria dos agregados familiares habitavam em alojamentos de moradia independente (62,1%) ou em apartamento (35,4%). Os agregados que habitavam nas moradias independentes eram mais comuns no meio rural (90,8%), enquanto os que habitavam nos apartamentos eram mais comuns no urbano (43,8%). Os agregados que habitavam nas barracas representaram 2,0% do total dos agregados e tinham maior expressão no meio urbano (2,4%), em particular em São Vicente (7,1%), que tinha 1.769 agregados a viver em condições de habitabilidade precária. Seguem-se os concelhos do Sal e da Boa Vista com 4,8% e 2,2%, respetivamente.

Em Cabo Verde, há uma predominância da população que ocupa alojamentos de moradias independentes (67,0%). O mesmo padrão, segundo o meio de residência, também, foi observado com predominância no meio rural (91,9%) em relação ao urbano (58,4%).

A proporção da população a viver em apartamento foi de 31,0% ao nível nacional; e apresentou proporção superior no meio urbano 39,3% contra 7,2% no rural. A Tabela 43 mostra ainda que a proporção da população que ocupa alojamentos de moradia independente foi superior a 70% em todos os concelhos, exceto São Vicente, que foi de 59,7%, Sal (30,2%), Boa Vista (42,7%) e Praia (53,7%). Para os apartamentos, os concelhos do Sal, da Boa Vista e da Praia concentraram, respetivamente, 64,7%, 54,7% e 50,3% da população, enquanto os demais concelhos ficaram abaixo de 50%. Além disso, São Vicente, Sal, Boa Vista e Praia foram os concelhos que apresentaram proporções acima de 1% de população a viver em barracas, cujos valores foram, respetivamente, 6,6%; 4,3%; 1,6%; 1,0%.

Tabela 43 – Distribuição (%) dos agregados e da população segundo o tipo de alojamento por meio de residência e concelho. Cabo Verde, 2021

	Agregado	População residente nos AF	Tipo de alojamento							
			Moradia independente		Apartamento		Barraca		Outro tipo*	
			Agre.	Pop.	Agre.	Pop.	Agre.	Pop.	Agre.	Pop.
Cabo Verde	147 984	487 077	62,1	67,0	35,4	31,0	2,0	1,7	0,4	0,3
Meio de residência										
Urbano	113 611	361 624	53,4	58,4	43,8	39,3	2,4	2,1	0,4	0,3
Rural	34 373	125 453	90,8	91,9	7,9	7,2	0,8	0,6	0,5	0,4
Concelho										
Ribeira Grande	4 997	15 033	76,5	78,4	22,5	20,9	0,1	0,1	0,8	0,6
Paul	1 786	5 765	75,8	78,3	22,3	20,5	0,8	0,7	1,1	0,5
Porto Novo	4 953	15 951	79,9	81,9	19,7	17,7	0,2	0,1	0,3	0,3
São Vicente	25 071	75 005	56,4	59,7	36,1	33,3	7,1	6,6	0,4	0,4
Ribeira Brava	2 239	6 960	83,5	85,0	16,3	14,8	0,0	0,0	0,2	0,2
Tarrafal São Nicolau	1 571	5 302	74,5	78,0	24,7	21,1	0,0	0,0	0,8	0,9
Sal	11 309	33 220	25,4	30,2	68,7	64,7	4,8	4,3	1,2	0,8
Boa Vista	4 404	12 741	40,7	42,7	56,0	54,7	2,2	1,6	1,0	0,9
Maio	2 040	6 275	74,3	77,9	25,2	21,8	0,0	0,0	0,4	0,3
Tarrafal	4 829	16 881	91,1	92,7	8,5	6,9	0,1	0,1	0,4	0,3
Santa Catarina	10 166	37 828	72,7	77,4	27,1	22,4	0,1	0,0	0,1	0,1
Santa Cruz	6 334	25 100	89,0	90,8	10,7	9,0	0,2	0,1	0,1	0,1
Praia	44 352	143 332	48,4	53,7	50,3	45,2	1,1	1,0	0,1	0,1
São Domingos	3 537	13 943	93,5	94,5	5,6	4,9	0,2	0,1	0,8	0,5
São Miguel	3 568	12 951	86,9	88,6	12,2	10,6	0,7	0,6	0,2	0,2
São Salvador do Mundo	1 908	7 474	96,7	97,3	3,1	2,6	0,1	0,0	0,1	0,0
São Lourenço dos Órgãos	1 628	6 316	87,5	88,8	12,2	11,0	0,1	0,0	0,2	0,1
Ribeira Grande Santiago	1 951	7 755	92,2	92,5	5,4	5,6	0,5	0,3	1,9	1,6
Mosteiros	2 290	8 081	80,2	82,8	19,5	16,9	0,2	0,2	0,1	0,1
São Filipe	5 965	20 802	75,8	79,0	23,7	20,7	0,0	0,0	0,5	0,3
Santa Catarina Fogo	1 280	4 735	84,5	86,0	14,0	12,8	0,2	0,1	1,3	1,1
Brava	1 806	5 627	89,8	91,3	9,7	8,3	0,0	0,0	0,5	0,3

* Inclui contentor, improvisado em edifício, outro local habitado, agregado familiar num alojamento coletivo

Fonte: INE, Censo 2021

4.3.3.2.2 Tipo de alojamento, segundo as características dos representantes

A Tabela 44 mostra que os agregados, representados para ambos os sexos, habitavam, maioritariamente, alojamentos de moradia independente e apartamento, respetivamente, 60,6% e 36,4% para os representantes do sexo masculino e 63,5% e 34,6% para os do sexo feminino. Em todos os grupos etários, o tipo de alojamento que mais predominou foi moradia independente, porém, é importante ressaltar a existência de uma forte percentagem (46,5%) de representante do agregado com 18-24 anos a viver em apartamentos e 7,4% de representantes com 10-17 anos a viver em barracas.

Tabela 44 – Distribuição (%) dos agregados e da população, segundo o tipo de alojamento por características dos representantes. Cabo Verde, 2021

Características do representante do agregado	Tipo de alojamento							
	Moradia independente		Apartamento		Barraca		Outro tipo	
	Agre.	Pop.	Agre.	Pop.	Agre.	Pop.	Agre.	Pop.
Cabo Verde	62,1	67,0	35,4	31,0	2,0	1,7	0,4	0,3
Grupo específico								
10-17	59,3	69,3	32,9	28,7	7,4	1,8	0,4	0,2
18-24	48,8	69,3	46,5	28,5	4,2	1,9	0,5	0,3
25-64	60,2	64,9	37,2	33,1	2,2	1,7	0,4	0,4
65 ou +	77,4	77,1	21,8	22,3	0,4	0,4	0,4	0,3
Sexo								
Masculino	60,6	67,2	36,4	30,5	2,4	1,9	0,6	0,4
Feminino	63,5	66,8	34,6	31,5	1,7	1,5	0,3	0,3
Nível de instrução								
Sem nível	84,1	75,9	13,9	22,1	1,7	1,7	0,3	0,3
Alfabetização / ensino básico	69,2	70,9	27,7	26,6	2,8	2,2	0,4	0,3
Ensino secundário	50,4	64,2	47,4	34,3	1,7	1,2	0,5	0,3
Ensino superior	36,7	45,2	62,5	54,1	0,3	0,3	0,5	0,4
Estado Civil								
Solteiro	61,2	70,5	35,8	27,6	2,5	1,5	0,5	0,3
Casado / União de facto	62,4	64,1	35,5	33,9	1,6	1,6	0,4	0,4
Separado / Divorciado	57,9	63,0	38,7	34,2	3,0	2,5	0,4	0,3
Viúvo	79,1	78,5	20,2	20,8	0,4	0,4	0,3	0,2
Principal meio de vida								
Trabalho	56,9	62,4	40,3	35,3	2,3	1,9	0,5	0,4
Rendimento de propriedade / empresa	40,9	44,2	57,1	54,0	0,5	0,5	1,5	1,3
Ajuda de familiares em Cabo Verde	68,1	70,6	28,9	27,6	2,8	1,6	0,3	0,2
Ajuda de familiares no estrangeiro	70,8	73,2	28,5	26,1	0,5	0,5	0,2	0,3
Reforma	66,5	66,3	33,0	33,2	0,2	0,2	0,3	0,3
Pensão social mínimo	88,9	87,6	9,9	11,3	1,0	0,9	0,3	0,2
Apoio social	80,6	80,7	16,3	17,1	2,8	2,1	0,2	0,2
Bolsa de estudo	47,3	61,1	52,7	38,4	0,0	0,2	0,0	0,2
Outra	68,4	72,5	28,1	25,1	3,2	2,1	0,3	0,3
Situação perante a atividade económica								
Empregado	57,8	63,3	39,6	34,6	2,1	1,8	0,5	0,4
Desempregado	56,2	65,6	38,7	31,3	4,6	2,7	0,5	0,3
Inativo	72,7	71,9	25,5	26,5	1,5	1,4	0,3	0,2
Estatuto de incapacidade / deficiência								
Com incapacidade	68,4	68,6	29,4	29,3	1,9	1,8	0,3	0,3
Com deficiência	72,9	73,6	24,9	24,5	1,9	1,7	0,3	0,2

Fonte: INE, Censo 2021

As proporções dos representantes dos agregados que habitavam em moradia independente diminuíram quando o nível de instrução do representante aumentava. Com efeito, se 84,1% dos agregados familiares, representados por pessoas sem instrução, habitavam em alojamentos de moradia independente, para os agregados, representados por pessoas com nível médio/superior, essa proporção foi de 36,7%. Em sentido contrário, seguem os que viviam de aluguer, enquanto 13,9% dos agregados familiares, representados por pessoas sem instrução, habitavam em apartamentos, para os agregados, representados por pessoas com nível médio/superior, essa proporção elevou-se para 62,5%.

Apesar de os agregados, representados por pessoas com deficiência, apresentarem proporções mais elevadas quando o tipo de alojamento em que habitavam eram do tipo independentes (72,9%), nota-se que 1,9% desses agregados habitavam em barracas.

De acordo com a situação perante a atividade económica do representante do agregado familiar, apenas os agregados familiares, cujo representante era inativo, apresentaram valor superior ao valor registado a nível nacional (62,1%) quando o tipo de alojamento é moradia independente. Por outro lado, 57,8% dos agregados familiares, representados por pessoas empregadas, viviam em moradias independentes e 39,6% em apartamentos contra, respetivamente, 56,2% e 38,7%, para os agregados representados por pessoas desempregadas.

Em relação ao estado civil do representante do agregado familiar, verifica-se que, entre as pessoas solteiras, a grande maioria (61,2%) vivia em moradias independentes, no entanto, cumpre dizer que ainda persistiam 2,5% que viviam em barracas. Dos representantes casados/união de facto, 62,4% viviam em moradias independentes e 35,5% em apartamentos. Entre os representantes viúvos, a grande maioria (79,1%) vivia em moradias independentes.

4.3.3.3 Regime de ocupação do alojamento

Todo o ser humano tem o direito a uma habitação, no âmbito do qual o ODS 11, meta 1, preconiza a garantia de acesso à uma habitação segura, adequada e a preço acessível para todos até 2030. Assim, o objetivo desta secção é o de destacar a situação vivida pelos agregados familiares em termos de acesso à uma habitação. Esta situação será analisada, utilizando o regime de ocupação do alojamento e, em seguida, o valor da renda pago mensalmente e a forma de pagamento do alojamento para aqueles que são proprietários.

4.3.3.3.1 Regime de ocupação do alojamento por meio de residência e concelho

Em 2021, quase seis em cada dez agregados familiares (59,2%) possuíam o alojamento na condição de proprietários ou de coproprietários; 27,9% eram arrendatários ou subarrendatários; 11,6% ocupavam os alojamentos de forma cedida, enquanto apenas 1,4%

os ocupavam por outra condição. Enquanto a proporção dos proprietários foi muito mais alta no meio rural (77,8%), a dos arrendatários foi mais alta no urbano (34,6%).

Os agregados que ocuparam os alojamentos em regime de proprietário ou de coproprietário constituíram mais de 50% dos alojamentos em todos os concelhos, com exceção dos do Sal, da Boa Vista e da Brava, sendo que a percentagem foi de 37,0%, 41,9 e 42,0%, respetivamente (Tabela 45). A proporção dos arrendatários foi mais expressiva nos concelhos de São Vicente (32,9%), Praia (36,3%), Boa Vista (42,8%) e Sal (49,6%).

Tabela 45 – Distribuição (%) dos agregados e da população segundo o regime de ocupação dos alojamentos por meio de residência e concelho. Cabo Verde, 2021

Meio de residência / concelho	Agregado	População residente nos AF	Regime de ocupação do alojamento							
			Proprietário/Coproprietário		Arrendatário ou sub-arrendatário		Cedido		Outra condição	
			Agre.	Pop.	Agre.	Pop.	Agre.	Pop.	Agre.	Pop.
Cabo Verde	147 984	487 077	59,2	65,0	27,9	23,9	11,6	10,0	1,4	1,1
Meio de residência										
Urbano	113 611	361 624	53,6	59,1	34,6	30,4	10,6	9,3	1,3	1,1
Rural	34 373	125 453	77,8	81,7	5,8	5,0	14,7	12,0	1,7	1,3
Concelho										
Ribeira Grande	4 997	15 033	65,4	69,5	18,9	17,4	13,5	11,2	2,2	1,9
Paul	1 786	5 765	68,6	72,9	17,3	16,0	13,0	10,1	1,1	1,1
Porto Novo	4 953	15 951	62,0	65,6	23,7	21,9	13,0	11,6	1,3	0,9
São Vicente	25 071	75 005	55,1	57,8	32,9	31,8	10,4	9,2	1,6	1,3
Ribeira Brava	2 239	6 960	57,8	60,0	16,5	16,3	25,2	23,4	0,5	0,3
Tarrafal São Nicolau	1 571	5 302	64,2	69,9	24,6	21,3	10,6	8,5	0,6	0,3
Sal	11 309	33 220	37,0	42,1	49,6	45,7	12,5	11,4	0,9	0,8
Boa Vista	4 404	12 741	41,9	47,1	42,8	36,9	13,0	13,4	2,4	2,6
Maio	2 040	6 275	67,9	72,4	19,9	16,5	11,4	10,6	0,7	0,5
Tarrafal	4 829	16 881	67,9	72,5	13,9	11,9	14,6	12,2	3,6	3,3
Santa Catarina	10 166	37 828	70,1	75,8	16,9	13,2	11,9	10,2	1,1	0,9
Santa Cruz	6 334	25 100	73,8	78,9	10,5	8,3	13,5	11,2	2,1	1,6
Praia	44 352	143 332	54,0	60,3	36,3	31,3	8,8	7,6	1,0	0,8
São Domingos	3 537	13 943	89,5	92,5	4,3	3,1	5,0	3,6	1,2	0,8
São Miguel	3 568	12 951	76,8	81,2	7,0	5,7	14,7	11,8	1,6	1,3
São Salvador do Mundo	1 908	7 474	88,5	91,1	1,2	0,8	9,3	7,4	1,1	0,7
São Lourenço dos Órgãos	1 628	6 316	86,4	89,8	6,4	5,2	6,6	4,6	0,7	0,3
Ribeira Grande Santiago	1 951	7 755	82,8	87,7	4,5	3,5	11,0	7,7	1,7	1,1
Mosteiros	2 290	8 081	69,2	73,4	16,3	13,9	13,7	12,0	0,8	0,8
São Filipe	5 965	20 802	60,7	65,6	20,1	17,0	17,1	15,4	2,1	2,0
Santa Catarina Fogo	1 280	4 735	72,3	76,9	10,3	9,5	16,9	13,5	0,5	0,2
Brava	1 806	5 627	42,0	44,2	25,1	24,5	31,8	30,3	1,1	1,0

Fonte: INE, Censo 2021

4.3.3.3.2 Regime de ocupação do alojamento por características dos representantes

A Tabela 46 mostra que 65,0% dos representantes em Cabo Verde habitavam, maioritariamente, em alojamentos em que eram proprietários ou coproprietários, sendo 57,5% para os representantes do sexo masculino e 60,7% para os do feminino. Em todos os grupos etários (com exceção do grupo 18-24 anos), a forma de ocupação que mais predominou foi “proprietário ou coproprietário”, porém, é importante ressaltar a existência de uma forte percentagem (19,0%) de representante do agregado com 10-17 anos a viver em alojamentos de forma cedida. Quase metade (49,5%) dos agregados, representados por pessoas de 18 a 24 anos, moravam em apartamentos.

Tabela 46 – Distribuição (%) dos agregados e da população, segundo o regime de ocupação dos alojamentos por características do representante. Cabo Verde, 2021

Características do representante do agregado	Forma de ocupação							
	Proprietário/Co proprietário		Arrendatário ou sub- arrendatário		Cedido		Outra condição	
	Agre.	Pop.	Agre.	Pop.	Agre.	Pop.	Agre.	Pop.
Cabo Verde	59,2	65,0	27,9	23,9	11,6	10,0	1,4	1,1
Grupo específico								
10-17	48,5	67,1	31,2	22,2	19,0	9,6	1,3	1,0
18-24	29,7	65,8	49,5	23,2	18,1	9,9	2,6	1,2
25-64	55,9	63,4	30,5	25,2	12,2	10,2	1,4	1,2
65 ou +	88,0	87,7	5,7	6,1	5,6	5,5	0,7	0,7
Sexo								
Masculino	57,5	65,1	27,2	23,1	13,7	10,6	1,7	1,2
Feminino	60,7	64,9	28,5	24,6	9,7	9,4	1,1	1,1
Nível de instrução								
Sem nível	82,7	72,4	8,0	17,1	8,3	9,4	1,0	1,1
Alfabetização / ensino básico	63,6	67,1	21,9	20,8	12,9	10,8	1,6	1,2
Ensino secundário	43,9	62,6	41,3	26,7	13,1	9,6	1,6	1,1
Ensino superior	46,7	56,9	45,2	35,9	7,4	6,5	0,7	0,6
Estado Civil								
Solteiro	50,5	68,6	32,3	20,6	15,1	9,6	2,1	1,2
Casado / União de facto	62,5	64,6	26,5	24,9	9,9	9,4	1,1	1,0
Separado / Divorciado	60,2	60,2	27,0	27,0	11,7	11,7	1,2	1,2
Viúvo	89,1	88,1	5,1	5,7	5,1	5,5	0,6	0,6
Principal meio de vida								
Trabalho	52,1	60,3	34,2	28,2	12,4	10,3	1,4	1,2
Rendimento de propriedade / empresa	74,7	76,4	18,0	17,2	6,9	5,8	0,5	0,6
Ajuda de familiares em Cabo Verde	60,5	69,2	25,1	20,4	12,9	9,4	1,5	1,0
Ajuda de familiares no estrangeiro	63,9	68,1	20,1	18,1	14,2	12,3	1,8	1,4
Reforma	86,6	86,7	9,1	9,0	3,7	3,8	0,6	0,5
Pensão social mínima	86,2	86,2	4,6	5,3	8,2	7,6	0,9	0,8

Apoio social	70,5	73,4	13,6	12,9	13,6	12,1	2,3	1,7
Bolsa de estudo	16,2	49,7	73,0	42,7	5,4	5,6	5,4	2,0
Outra	60,7	68,3	23,1	18,6	13,4	10,8	2,8	2,2
Situação perante a atividade económica								
Empregado	53,4	61,6	33,0	27,0	12,2	10,2	1,3	1,1
Desempregado	42,0	59,7	38,7	27,2	17,1	11,8	2,2	1,3
Inativo	74,6	72,5	14,8	17,7	9,3	8,8	1,3	1,1
Estatuto de incapacidade / deficiência								
Com incapacidade	67,9	66,3	20,8	22,5	10,1	10,0	1,2	1,2
Com deficiência	72,7	73,7	16,5	16,4	9,4	8,7	1,4	1,2

Fonte: INE, Censo 2021

As proporções de proprietário ou coproprietário diminuíam quando o nível de instrução do representante aumentava. Com efeito, se 82,7% dos agregados familiares, representados por pessoas sem instrução, eram proprietários dos alojamentos, para os agregados, representados por pessoas com nível superior, essa proporção foi de 46,7%. Em sentido contrário, seguem os que viviam de aluguer, enquanto 8,0% dos agregados familiares, representados por pessoas sem instrução, eram arrendatários, para os agregados, representados por pessoas com nível médio/superior, essa proporção foi de 45,2%. A juntar, 53,4% dos agregados familiares, representados por pessoas empregadas, eram proprietários dos alojamentos e 33,0% eram arrendatários contra, respetivamente, 42,0% e 38,7% para os agregados representados por pessoas desempregadas.

Apesar de os agregados, representados por pessoas com deficiência, apresentarem proporções mais elevadas como proprietários (72,7%), porém, é importante realçar que 9,4% desses agregados viviam em alojamentos cedidos.

4.3.3.3.3 Valor da renda pago mensalmente por meio de residência

Para os agregados que viviam de aluguer foram questionados o valor da renda pago mensalmente. Como se referiu anteriormente, um pouco mais de um quarto (27,9%) dos agregados cabo-verdianos vivia em alojamentos sob o regime de arrendamento.

Da Tabela 47, pode concluir-se que 41,9% dos agregados pagavam menos de 10.000\$00 de renda, com maior expressão no meio rural (80,4%). No urbano, 40,0% dos agregados familiares pagavam menos de 10.000\$00, 20,0% entre 10.000 a 14.999\$00; 16,7% entre 15.000 a 19.999\$00, e 22,2% rendas mensais iguais ou superiores a 20.000\$00, indicando que o arrendamento, para além de ser mais frequente no meio urbano, era mais caro.

Tabela 47 – Distribuição (%) dos agregados que ocupam o alojamento em regime de arrendamento segundo o escalão da renda paga mensalmente por meio de residência e sexo do representante. Cabo Verde, 2021

Valor da renda pago mensalmente	Meio de residência								
	Cabo Verde			Urbano			Rural		
	Ambos os sexos	Masc.	Fem.	Ambos os sexos	Masc.	Fem.	Ambos os sexos	Masc.	Fem.
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Menos de 10.000	41,9	42,8	41,2	40,0	40,8	39,3	80,4	78,0	82,7
De 10.000 a 14.999	19,5	18,6	20,2	20,0	19,0	20,8	9,7	10,9	8,5
De 15.000 a 19.999	16,1	15,1	17,0	16,7	15,7	17,6	4,3	3,9	4,6
De 20.000 a 24.999	9,2	9,3	9,0	9,6	9,8	9,4	1,1	1,3	0,8
De 25.000 a 34.999	8,7	9,1	8,3	9,0	9,5	8,6	1,5	2,0	0,9
35.000 ou mais	3,6	3,9	3,3	3,6	4,0	3,3	2,4	2,9	1,9
Não sabe / Não responde	1,0	1,1	0,9	1,0	1,2	1,0	0,8	0,9	0,7

Fonte: INE, Censo 2021

4.3.3.3.4 Valor da renda pago mensalmente por concelho

A Tabela 48 mostra que, em todos os concelhos, a grande maioria dos agregados pagavam 10.000\$00 de renda, porém, no do Sal somente 24,3% pagavam esse valor. Em alguns concelhos, como os de São Vicente, Sal, Boa Vista e Praia, a renda era cara, pois, respetivamente, 7,0%, 18,0%, 15,6% e 18,1% dos agregados familiares pagaram valores superiores ou iguais a 25.000\$00 de renda de casa.

Tabela 48 – Distribuição (%) dos agregados que ocupam o alojamento em regime de arrendamento segundo o escalão da renda paga mensalmente por meio de residência e sexo do representante. Cabo Verde, 2021

Concelho	Total de agregados em regime de arrendamento	Valor da renda							NS / NR
		Menos de 10000	10.000 a 14.999	15.000 a 19.999	20.000 a 24.999	25.000 a 34.999	35000 ou mais	NS / NR	
Cabo Verde	41 248	41,9	19,5	16,1	9,2	8,7	3,6	1,0	
Concelho									
Ribeira Grande	944	59,4	18,8	13,7	4,2	1,0	1,0	2,0	
Paul	309	68,3	13,3	10,4	4,2	2,3	0,3	1,3	
Porto Novo	1 174	61,5	20,9	11,3	2,1	0,8	0,3	3,1	
São Vicente	8 252	40,4	22,2	19,8	8,9	5,3	1,7	1,6	
Ribeira Brava	369	51,5	22,5	17,6	4,9	1,9	0,0	1,6	
Tarrafal São Nicolau	387	43,4	34,4	17,6	2,3	0,8	0,3	1,3	
Sal	5 612	24,3	20,6	22,0	14,4	12,9	5,1	0,6	
Boa Vista	1 883	41,4	18,6	12,0	11,0	10,3	5,3	1,3	
Maio	406	52,0	25,6	15,5	2,7	2,5	0,7	1,0	
Tarrafal	672	57,0	28,1	9,5	2,2	1,6	1,2	0,3	
Santa Catarina	1 718	45,2	24,4	18,9	5,6	1,9	3,3	0,6	
Santa Cruz	668	64,8	20,5	8,1	2,1	0,6	2,8	1,0	
Praia	16 085	40,8	15,7	14,1	10,6	13,0	5,1	0,8	
São Domingos	151	57,6	24,5	9,3	4,6	3,3	0,7	0,0	
São Miguel	248	69,0	16,9	8,1	3,2	0,8	1,2	0,8	
São Salvador do Mundo	22	77,3	13,6	9,1	0,0	0,0	0,0	0,0	
São Lourenço dos Órgãos	104	68,3	17,3	12,5	1,0	0,0	1,0	0,0	
Ribeira Grande Santiago	88	83,0	8,0	6,8	1,1	0,0	1,1	0,0	
Mosteiros	373	73,7	18,8	5,1	0,8	1,1	0,3	0,3	
São Filipe	1 198	42,7	30,2	19,3	4,4	1,8	0,6	1,0	
Santa Catarina Fogo	132	77,3	15,2	6,8	0,0	0,0	0,8	0,0	
Brava	453	64,2	20,8	9,5	2,2	1,5	0,9	0,9	

NS / NR – Não sabe / Não Responde

Fonte: INE, Censo 2021

4.3.3.3.5 Forma de pagamento do alojamento por meio de residência

Em 2021, dos 87.609 agregados que viviam em regime de proprietários, 82,0% (71.827) pagaram o alojamento com as próprias economias/familiares/amigos, 13,3% (11.694) fizeram-no através do crédito bancário, 0,8% (690), através de microcrédito, 3,1% (2.725) através de outra forma e o restante 0,8% (673) não soube responder. Por meio de residência, verifica-se que, apesar de ambos os meios apresentarem proporções maiores quando a forma de pagamento advém das próprias economias, o meio rural apresentou uma diferença de 14,0% em relação ao urbano (Tabela 49).

Tabela 49 – Distribuição (%) dos agregados que ocupam o alojamento em regime de proprietário/coproprietário segundo a forma de pagamento do alojamento por meio de residência e sexo do representante. Cabo Verde, 2021

Forma de pagamento do alojamento	Meio de residência									
	Cabo Verde			Urbano			Rural			
	Ambos os sexos	Masc.	Fem.	Ambos os sexos	Masc.	Fem.	Ambos os sexos	Masc.	Fem.	
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	
Próprias economias/familiares / amigos	82,0	80,9	82,9	77,7	76,2	79,0	91,7	91,5	91,9	
Microcrédito	0,8	0,7	0,8	0,9	0,8	1,0	0,5	0,5	0,4	
Crédito bancário	13,3	15,0	11,9	17,8	19,9	16,0	3,3	4,0	2,6	
Outra	3,1	2,6	3,6	2,8	2,3	3,2	3,9	3,1	4,5	
Não sabe / não responde	0,8	0,8	0,7	0,8	0,8	0,8	0,7	0,8	0,6	

Fonte: INE, Censo 2021

4.3.3.3.6 Forma de pagamento do alojamento por concelho

A Tabela 50 indica que, em todos os concelhos, a forma de pagamento do alojamento mais predominante foram as próprias economias/familiares/amigos com valores a ultrapassar os 70%. Alguns concelhos apresentaram proporções acima dos 10% quando a forma de pagamento do alojamento provém do crédito bancário, entre eles o concelho de Ribeira Grande (17,8%), Porto Novo (12,3%), Ribeira Brava (13,5%), Tarrafal de São Nicolau (16,3%), Maio (24,7%), Tarrafal (16,1%), São Miguel (21,3%) e São Salvador do Mundo (11,3%).

Tabela 50 – Distribuição (%) dos agregados que ocupam o alojamento em regime de proprietário/coproprietário segundo a forma de pagamento do alojamento por concelho. Cabo Verde, 2021

Concelho	Total de agregados proprietários	Principal forma de pagamento do alojamento				
		Próprias economias/familiares/amigos	Microcrédito	Crédito bancário	Outra	NS / NR
Cabo Verde	87 609	82,0	0,8	13,3	3,1	0,8
Concelho						
Ribeira Grande	3 266	77,7	0,9	17,8	2,8	0,8
Paul	1 225	91,7	0,5	3,3	3,9	0,7
Porto Novo	3 070	79,7	0,3	12,3	6,5	1,2
São Vicente	13 804	83,8	0,2	6,9	8,7	0,5
Ribeira Brava	1 295	77,3	0,1	13,5	7,0	2,1
Tarrafal de São Nicolau	1 008	78,7	0,6	16,3	3,3	1,0
Sal	4 181	90,7	0,2	4,2	2,8	2,1
Boa Vista	1 844	89,9	0,0	6,8	2,6	0,7
Maio	1 386	70,8	0,6	24,7	3,1	0,8
Tarrafal	3 279	75,3	1,3	16,1	5,7	1,6
Santa Catarina	7 125	95,7	0,0	3,4	0,9	0,0
Santa Cruz	4 676	90,6	0,5	7,2	0,8	0,9
Praia	23 945	91,8	0,4	5,0	2,7	0,2
São Domingos	3 167	88,7	0,8	7,8	1,8	0,9
São Miguel	2 740	74,5	1,3	21,3	2,3	0,6
São Salvador do Mundo	1 688	83,5	1,4	11,3	3,4	0,3
São Lourenço dos Órgãos	1 406	91,6	0,5	5,5	2,2	0,2
Ribeira Grande Santiago	1 615	90,0	2,8	4,7	2,4	0,1
Mosteiros	1 585	88,3	0,6	7,9	3,3	0,0
São Filipe	3 620	91,3	0,7	3,3	4,5	0,2
Santa Catarina do Fogo	925	93,2	0,3	2,3	3,3	0,8
Brava	759	90,4	0,5	4,0	3,9	1,2

Fonte: INE, Censo 2021

4.3.3.4 Acesso à água potável de fontes melhoradas e à eletricidade

Em Cabo Verde, o acesso à água potável tem vindo a ser uma das principais prioridades das políticas públicas, tentando garantir à comunidade, água de qualidade e quantidade suficiente para as suas necessidades. Segundo as definições internacionais, define-se como água potável toda a água própria para o consumo humano. Para que possa ser considerada como tal, deve obedecer a padrões de potabilidade. Na ausência de testes que confirmem a qualidade e potabilidade da água recorre-se à análise deste indicador com base nas fontes de água, considerando as que são, convencionalmente, mais próprias, caso da rede pública, dos chafarizes, da água engarrafada e de fontenários.

Além da água, o acesso à eletricidade é plenamente reconhecido como elemento fundamental para garantir às populações melhores condições de saúde e de bem-estar.

Assim, o acesso à água potável e à eletricidade para toda a população faz parte das prioridades dos ODS, respetivamente, no objetivo 6, meta 1, e no 7, meta 1. O objetivo desta secção é, por conseguinte, o de relevar a situação em termos de acesso à água potável de fontes melhoradas e à eletricidade dos agregados cabo-verdianos, segundo o meio de residência, concelho e características dos representantes, além de apresentar os mapas dos concelhos para possíveis usos.

4.3.3.4.1 Acesso à água potável de fontes melhoradas e à eletricidade, segundo o meio de residência

De todos os agregados em Cabo Verde, 93,4% tinham acesso à água potável de fontes melhoradas, conforme definido pelas Nações Unidas, através da agenda 2030, sendo 97,4% no meio urbano contra 79,9% no rural. Esses agregados abrigavam 92,8% de toda a população residente nos agregados, incluindo 97,4% da população urbana e 79,5% da rural. Pode-se, assim, deduzir que 92,8% da população residente nos agregados tinham acesso à água potável.

No que ao acesso à energia elétrica se refere, Cabo Verde tem uma cobertura elétrica de 90,3% para os agregados, incluindo 92,2% para os do meio urbano e 83,9% para os que estão no meio rural. A população residente nestes agregados familiares com acesso à energia elétrica representou 91,5% da população total, incluindo 93,0% da população urbana e 87,0% da rural. No entanto, apenas 85,0% de todos os agregados tinham acesso à água potável e eletricidade, incluindo 90,1% dos agregados urbanos e 68,2% dos rurais. A população residente nestes agregados representou 85,4% da população total, sendo 90,8% da população urbana e 70,0% da rural (Tabela 51).

Tabela 51 – Proporção dos agregados e da população com acesso à água potável de fontes melhoradas, à eletricidade e aos dois combinados por meio de residência. Cabo Verde, 2021

Meio de residência	Acesso à água potável de fontes melhoradas		Acesso à eletricidade		Acesso à água potável de fontes melhoradas e à eletricidade	
	Agregado	População	Agregado	População	Agregado	População
Cabo Verde	93,4	92,8	90,3	91,5	85,0	85,4
Meio de residência						
Urbano	97,4	97,4	92,2	93,0	90,1	90,8
Rural	79,9	79,5	83,9	87,0	68,2	70,0

* inclui água canalizada de rede pública, água canalizada, mas da casa dos vizinhos, chafariz, autotanque e água engarrafada.

Fonte: INE, Censo 2021

4.3.3.4.2 Acesso à água potável de fontes melhoradas e à eletricidade, segundo concelho

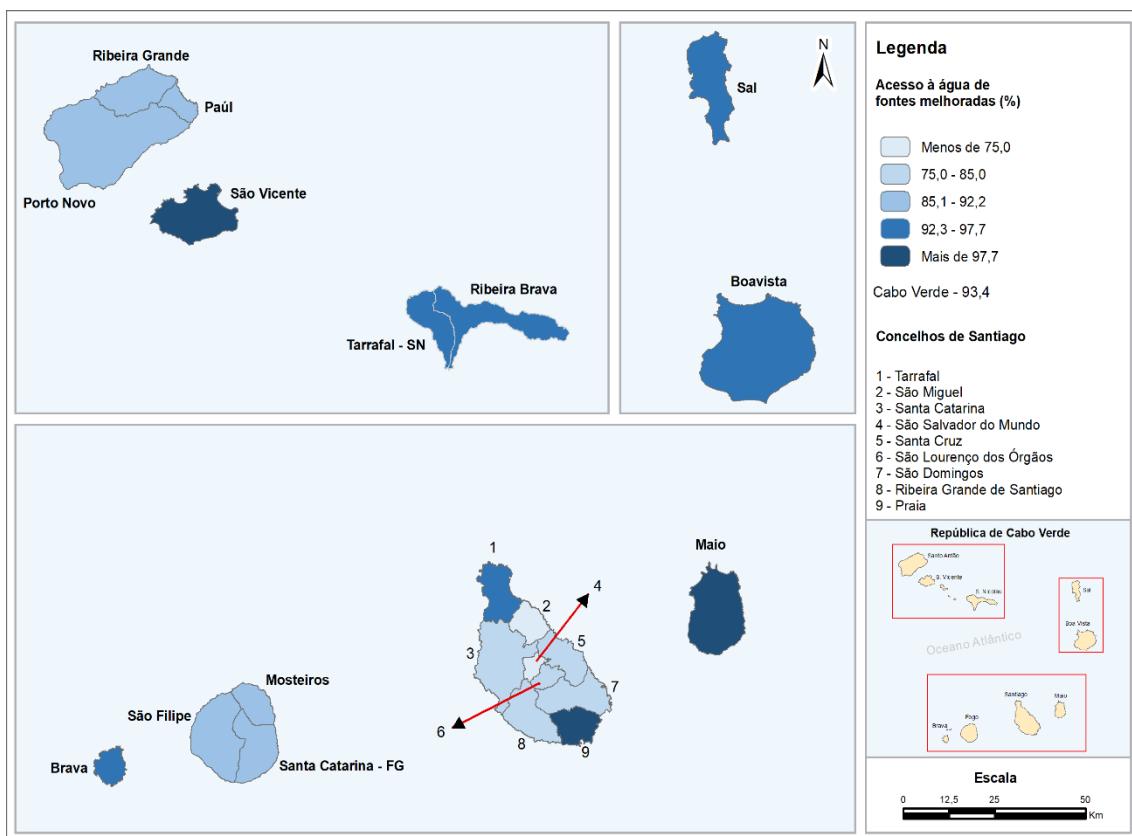
O acesso à água potável de fontes melhoradas e à eletricidade para os agregados variou muito, dependendo do concelho. No tocante ao acesso à água potável de fontes melhoradas, a Tabela 52 ilustra que a grande maioria dos concelhos apresentaram valores superiores a 90%. Esses agregados atingiram proporções mais altas nos concelhos do Maio (99,9%), Praia (98,6%) e São Vicente (98,4%). São Salvador do Mundo e São Miguel tiveram as mais baixas taxas com 48,0% e 66,4%, respetivamente. Quanto ao acesso à eletricidade, os agregados familiares, residentes nos concelhos do Tarrafal de São Nicolau e da Brava, apresentaram as maiores proporções (94,3%, e 95,9%, respetivamente) e os de Santa Catarina do Fogo e de Santa Cruz alcançaram as mais baixas proporções (81,3% e 80,4%, respetivamente).

Tabela 52 – Proporção dos agregados e da população com acesso à água potável de fontes melhoradas, à eletricidade e aos dois combinados por concelho. Cabo Verde, 2021

Concelho	Acesso à água potável de fontes melhoradas		Acesso à eletricidade		Acesso à água potável de fontes melhoradas e à eletricidade	
	Agregado	População	Agregado	População	Agregado	População
Cabo Verde	93,4	92,8	90,3	91,5	85,0	85,4
Concelho						
Ribeira Grande	91,2	91,6	92,4	95,2	85,7	88,2
Paul	90,1	91,6	92,0	95,5	84,8	88,5
Porto Novo	91,7	92,3	91,2	93,8	84,4	87,1
São Vicente	98,4	98,5	92,4	94,2	91,2	93,0
Ribeira Brava	97,7	97,7	91,0	93,1	89,3	91,2
Tarrafal São Nicolau	96,4	97,3	94,3	96,8	91,7	94,5
Sal	97,0	97,0	91,7	93,0	89,0	90,2
Boa Vista	96,5	96,8	90,6	93,4	87,8	90,7
Maio	99,9	99,9	93,7	95,1	93,6	95,0
Tarrafal	97,1	97,7	83,8	85,2	82,1	83,7
Santa Catarina	83,3	82,0	84,2	84,7	71,5	70,4
Santa Cruz	85,1	84,5	80,4	83,7	69,5	71,5
Praia	98,6	98,5	92,2	92,4	91,0	91,3
São Domingos	83,2	83,1	90,0	92,8	75,0	77,1
São Miguel	66,4	65,6	87,6	90,2	58,4	59,2
São Salvador do Mundo	48,0	46,3	91,1	92,6	44,3	42,8
São Lourenço dos Órgãos	79,3	79,7	90,0	93,7	71,6	74,7
Ribeira Grande Santiago	81,0	82,9	93,3	95,5	76,9	80,1
Mosteiros	92,2	93,8	89,5	91,5	84,3	86,9
São Filipe	91,5	92,2	85,5	86,4	80,3	81,4
Santa Catarina Fogo	88,3	89,5	81,3	85,6	75,5	79,3
Brava	97,0	97,9	95,9	97,8	93,5	96,0

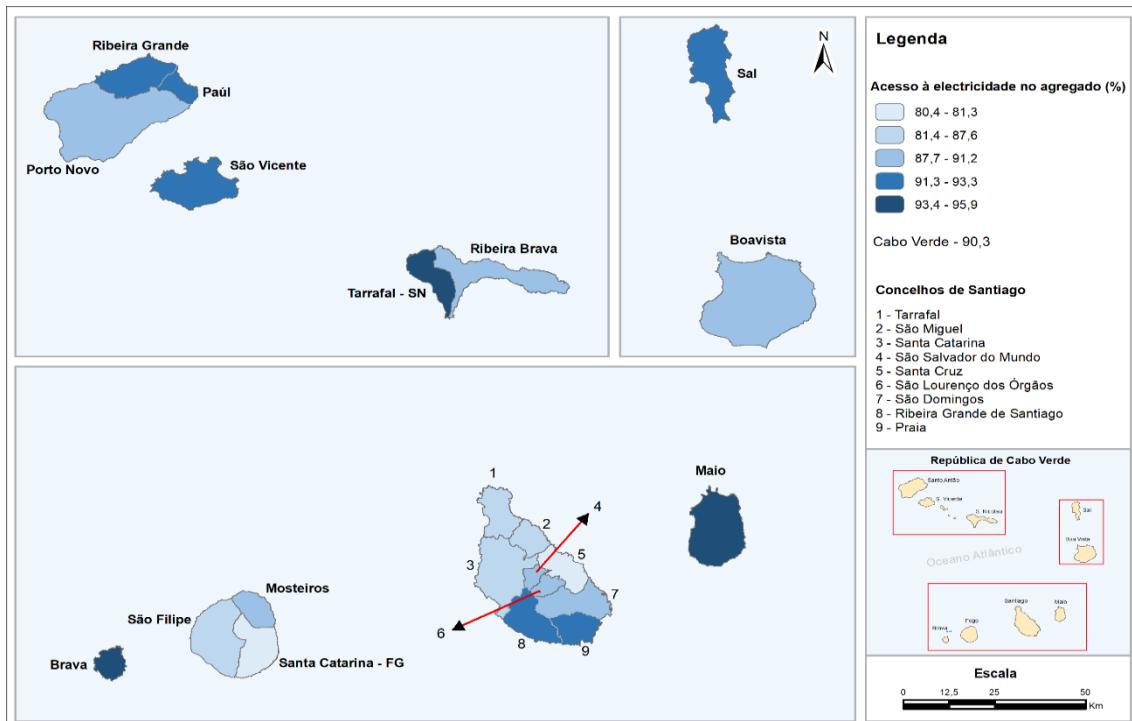
Fonte: INE, Censo 2021

Mapa 4 – Distribuição (%) dos agregados com acesso à água potável de fontes melhoradas (%) por concelho. Cabo Verde, 2021



Fonte: INE, Censo 2021

Mapa 5 – Distribuição (%) dos agregados com acesso à eletricidade por concelho. Cabo Verde, 2021



Fonte: INE, Censo 2021

4.3.3.4.3 Acesso à água potável de uma fonte melhorada e à eletricidade segundo as características dos representantes

A Tabela 53 documenta que o acesso tanto à água quanto à eletricidade foi maior nos agregados cujos representantes eram mais escolarizados. Com efeito, se, respetivamente, 88,1% e 86,1% dos agregados familiares, representados por pessoas sem instrução, tinham acesso à água potável de fontes melhoradas e à eletricidade, para os agregados, representados por pessoas com nível superior, essas percentagens foram, respetivamente, 97,9% e 98,6%. Sob outro prisma, os agregados familiares, representados por pessoas desempregadas, tinham uma proporção de acesso à água potável de fontes melhoradas de 95,3% e cerca de 85,0% no acesso à eletricidade contra, respetivamente, 93,7% e 90,7% para os agregados representados por pessoas empregadas.

Tabela 53 – Proporção dos agregados e da população com acesso à água potável de fontes melhoradas, à eletricidade e aos dois combinados por características do representante. Cabo Verde, 2021

Características do representante do agregado	Acesso à água de fontes melhoradas		Acesso à eletricidade		Acesso à uma fonte melhorada de água potável e à eletricidade	
	Agre.	Pop.	Agre.	Pop.	Agre.	Pop.
Cabo Verde	93,4	92,8	90,3	91,5	85,0	85,4
Grupo específico						
10-17	90,5	92,3	86,1	91,6	80,1	85,0
18-24	94,3	92,3	85,9	90,8	81,7	84,4
25-64	93,7	93,4	90,0	91,6	85,1	86,1
65 ou +	90,9	91,1	93,1	94,0	85,5	86,3
Sexo						
Masculino	93,2	92,7	88,5	90,8	83,4	84,8
Feminino	93,5	92,9	91,9	92,1	86,4	86,1
Nível de instrução						
Sem nível	88,1	90,1	86,1	89,3	76,7	81,2
Alfabetização / ensino básico	92,2	92,0	87,7	89,9	81,6	83,3
Ensino secundário	96,0	93,9	92,9	93,2	89,7	87,9
Ensino superior	97,9	97,2	98,6	98,4	96,7	95,6
Estado Civil						
Solteiro	93,0	92,5	86,3	91,1	81,3	84,8
Casado / União de facto	93,4	93,1	92,5	92,7	87,0	86,9
Separado / Divorciado	94,7	94,1	88,1	89,6	84,1	85,0
Viúvo	89,6	89,8	93,8	94,3	84,7	85,2
Principal meio de vida						
Trabalho	94,1	93,7	90,6	91,9	86,0	86,7
Rendimento de propriedade / empresa	94,7	94,1	96,3	96,4	91,8	91,2
Ajuda de familiares em Cabo Verde	93,1	92,2	87,3	91,4	82,0	84,7
Ajuda de familiares no estrangeiro	91,7	91,2	92,4	93,3	85,2	85,7
Reforma	94,3	94,5	96,9	97,3	91,7	92,2
Pensão social mínima	86,9	87,7	87,3	89,5	76,8	79,5

Apoio social	89,1	89,8	82,7	85,6	74,1	77,5
Bolsa de estudo	98,6	96,0	95,9	96,0	94,6	92,1
Outra	93,3	94,1	83,2	87,3	78,7	82,9
Situação perante a atividade económica						
Empregado	93,7	93,1	90,7	91,9	85,7	86,1
Desempregado	95,3	94,7	85,0	90,0	81,7	85,6
Inativo	92,4	92,4	90,0	91,7	83,8	85,2
Estatuto de incapacidade / deficiência						
Com incapacidade	92,5	92,5	90,3	91,2	84,2	84,9
Com deficiência	91,8	91,9	89,3	90,9	82,9	84,3

Fonte: INE, Censo 2021

A tabela acima revela ainda que os agregados familiares, representados por pessoas casadas/união de facto, tinham uma proporção de acesso à água potável de fontes melhoradas de 93,4% e cerca de 92,5% no acesso à eletricidade contra, respetivamente, 93,0% e 86,3% para os agregados representados por pessoas solteiras.

Com efeito, se, respetivamente 92,5% e 90,3% dos agregados familiares, representados por pessoas com incapacidade, tinham acesso à água potável de fontes melhoradas e à eletricidade, para os agregados, representados por pessoas com deficiência, essas percentagens foram, respetivamente, 91,8% e 89,3%.

4.3.3.5 Condições de saúde, ambiente e comportamento de higiene

As condições da saúde e do ambiente, dentro ou fora do alojamento a que a população se vê exposta, podem ser fatais ou tornar a população vulnerável Assim, a Organização das Nações Unidas (ONU), por meio do ODS, no objetivo 3, meta 9, lançou o desafio de reduzir significativamente o número de mortes e doenças por produtos químicos perigosos, poluição e contaminação do ar, água e solo até 2030. O objetivo 6, meta 2, ressalta que, até 2030, é imperioso que se alcance o acesso ao saneamento e higiene adequados e equitativos para todos, acabando, do mesmo passo, com a defecação a céu aberto.

Assim, esta secção visa analisar as condições sanitárias e ambientais vividas pela população cabo-verdiana nos seus agregados familiares. A análise basear-se-á em cinco elementos essenciais: número de quartos para dormir, Densidade Habitacional (DH), coabitação habitacional, gestão do lixo doméstico e da água suja e do saneamento.

4.3.3.5.1 Número de quartos para dormir e Densidade Habitacional (DH)

O número de quartos para dormir é um importante indicador de saúde que permite medir o bem-estar da população. Nesse estudo, o indicador é medido, usando o número médio de pessoas por quarto para dormir.

4.3.3.5.1.1 Número de quartos para dormir e Densidade Habitacional, segundo o tamanho do agregado

A Tabela 54 aponta que 45,1% dos agregados tinham apenas um quarto de dormir; 35,1% possuem 2 e apenas 19,8% dispunham de 3 ou mais quartos de dormir. O número médio de pessoas, por quarto de dormir, foi da ordem de 1,9. A proporção de alojamentos com apenas um quarto de dormir foi maior no meio urbano do que no rural (46,7% contra 39,8%). Por outro lado, a dos agregados familiares com pelo menos 3 quartos foi mais elevada no meio rural do que no urbano (23,5% contra 18,7%). O número médio de pessoas, por quarto de dormir, foi maior no meio rural do que no urbano (2,0 contra 1,9). Os resultados, também, revelaram que o número de quartos de dormir aumenta quando o tamanho do agregado cresce, independentemente do meio de residência. O número médio de pessoas, por quarto de dormir, também, aumenta à medida que o tamanho do agregado cresce.

Tabela 54 – Repartição (%) dos agregados, segundo o meio de residência, número de quartos para dormir e Densidade Habitacional (DH) por tamanho do agregado. Cabo Verde, 2021

Tamanho do agregado	Cabo Verde				Urbano				Rural			
	Número de quartos para dormir				Número de quartos para dormir				Número de quartos para dormir			
	1	2	3 ou +	DH	1	2	3 ou +	DH	1	2	3 ou +	DH
Total	45,1	35,1	19,8	1,9	46,7	34,6	18,7	1,9	39,8	36,7	23,5	2,0
1	98,3	1,6	0,1	1,0	98,4	1,5	0,1	1,0	97,9	1,9	0,1	1,0
2	56,3	42,9	0,8	1,6	57,1	42,2	0,7	1,6	52,8	45,9	1,3	1,5
3	35,9	49,0	15,1	2,0	36,2	48,8	15,0	2,0	34,9	49,7	15,5	1,9
4	22,6	49,4	28,1	2,3	22,3	49,1	28,6	2,2	23,5	50,1	26,4	2,3
5	15,2	44,3	40,5	2,5	15,6	43,2	41,2	2,5	14,2	47,1	38,7	2,5
6	10,8	37,1	52,1	2,7	11,8	36,6	51,6	2,8	8,6	38,1	53,3	2,6
7	8,1	32,1	59,8	2,9	8,9	32,6	58,5	3,0	6,6	31,0	62,3	2,9
8	6,1	25,8	68,1	3,1	6,1	25,7	68,1	3,1	6,1	25,8	68,1	3,1
9	4,6	22,4	73,0	3,3	4,5	22,7	72,9	3,2	4,8	22,0	73,2	3,3
10 ou +	3,6	16,7	79,7	4,7	4,1	16,8	79,1	4,6	2,7	16,4	80,9	4,9

Fonte: INE, Censo 2021

4.3.3.5.1.2 Número de quartos para dormir e Densidade Habitacional segundo concelho

A análise da distribuição por concelhos desvenda a existência de disparidades entre si. Com efeito, o número médio de pessoas, por quarto de dormir, foi menor em comparação com a média nacional em todos os concelhos das ilhas de Santo Antão, São Vicente, São Nicolau, Maio e Brava e foi maior (2 pessoas) em todos os de Santiago, com exceção do Tarrafal, Praia e São Miguel e nos do Fogo. O número médio de pessoas, por quarto, registado no meio urbano foi inferior ou igual ao contado no meio rural em todos os concelhos com exceção da Boa Vista, onde o valor do meio rural foi ligeiramente superior ao do urbano (1,8 contra 1,9, respetivamente). Observa-se, também, que a proporção de agregados com apenas um quarto de dormir acha-se abaixo da média nacional em quase todos os concelhos, com exceção dos de São Vicente, Sal, Boa Vista, Praia e Brava com 47,2%, 55,8%, 58,7%, 47,8% e 46,1%, respetivamente, (Tabela 55).

Tabela 55 – Repartição (%) dos agregados, segundo o meio de residência, número de quartos para dormir e Densidade Habitacional (DH) por concelho. Cabo Verde, 2021

Concelho	Cabo Verde				Urbano				Rural			
	1	2	3 ou +	DH	1	2	3 ou +	DH	1	2	3 ou +	DH
Cabo Verde	45,1	35,1	19,8	1,9	46,7	34,6	18,7	1,9	39,8	36,7	23,5	2,0
Concelho												
Ribeira Grande	44,3	36,7	19,0	1,7	43,7	37,2	19,1	1,7	44,7	36,4	18,9	1,7
Paul	44,1	36,6	19,4	1,8	37,5	37,7	24,8	1,7	46,2	36,2	17,6	1,8
Porto Novo	41,8	40,5	17,7	1,8	41,0	41,3	17,7	1,8	43,6	38,6	17,8	1,9
São Vicente	47,2	35,9	16,9	1,8	47,2	35,9	16,9	1,8	48,1	35,5	16,4	2,1
Ribeira Brava	43,0	37,7	19,3	1,7	44,9	37,5	17,6	1,7	41,5	37,8	20,6	1,8
Tarrafal São Nicolau	40,1	35,5	24,4	1,7	39,6	36,3	24,1	1,7	42,3	31,5	26,2	1,7
Sal	55,8	29,8	14,4	1,9	55,4	30,1	14,5	1,9	64,6	23,5	11,9	2,0
Boa Vista	58,7	28,7	12,6	1,9	59,8	28,4	11,9	1,9	51,7	30,7	17,6	1,8
Maio	44,7	37,5	17,8	1,8	44,8	36,4	18,7	1,8	44,2	40,4	15,4	2,0
Tarrafal	38,5	37,6	23,9	1,9	39,1	36,8	24,2	1,9	35,8	41,4	22,8	1,9
Santa Catarina	36,4	38,7	24,9	2,0	38,9	38,1	23,0	1,9	32,6	39,6	27,7	2,1
Santa Cruz	36,9	35,8	27,4	2,1	41,2	35,1	23,7	2,1	33,6	36,3	30,1	2,1
Praia	47,8	33,4	18,9	1,9	47,8	33,4	18,8	1,9	44,8	31,2	24,0	2,2
São Domingos	37,7	34,4	28,0	2,1	34,1	34,7	31,2	1,9	38,7	34,2	27,1	2,2
São Miguel	34,6	38,0	27,4	1,9	36,6	37,5	25,8	1,9	32,4	38,5	29,1	1,9
São Salvador do Mundo	33,3	38,4	28,3	2,0	34,9	38,0	27,1	1,9	32,6	38,6	28,8	2,0
São Lourenço dos Órgãos	33,7	38,0	28,3	2,0	42,4	36,1	21,5	1,9	32,6	38,3	29,2	2,0
Ribeira Grande Santiago	39,2	34,9	26,0	2,1	39,7	35,0	25,3	2,1	38,7	34,8	26,5	2,1
Mosteiros	42,5	38,8	18,7	2,1	42,6	38,1	19,3	1,9	42,3	39,7	18,0	2,2
São Filipe	41,6	37,9	20,6	2,0	40,7	39,1	20,2	1,9	42,5	36,6	20,9	2,1
Santa Catarina Fogo	44,4	33,2	22,4	2,1	44,8	31,8	23,4	2,1	44,3	33,5	22,2	2,1
Brava	46,1	36,4	17,5	1,8	43,9	36,0	20,1	1,7	47,6	36,6	15,8	1,9

Fonte: INE, Censo 2021

4.3.3.5.1.3 Número de quartos para dormir e densidade habitacional, segundo as características dos representantes

O número médio de pessoas por quarto de dormir foi menor em comparação com a média nacional, cujos representantes tinham menos de 18 anos ou mais de 64 anos (1,7 e 1,6, respetivamente). O mesmo foi observado em agregados, representados por solteiros e homens (1,6 e 1,8, respetivamente), em comparação com os agregados, representados por casados e mulheres (2,1 e 2,0, respetivamente). Os resultados, igualmente, evidenciam que a densidade diminui quando o nível de instrução do representante do agregado aumenta (de 1,9 nos agregados, representados por pessoas sem escolaridade para 1,6 nos agregados representados por pessoas de nível de ensino médio/superior). A densidade, da mesma forma, foi bastante elevada entre os agregados familiares, representados por pessoas desempregadas (2,2), em comparação com os agregados, representados por pessoas empregadas e inativas (ambos com 1,9).

Tabela 56 – Repartição (%) dos agregados, segundo o meio de residência, número de quartos para dormir e Densidade Habitacional (DH) por características dos representantes. Cabo Verde, 2021

Características do representante do agregado	Cabo Verde				Urbano				Rural			
	1	2	3 ou +	DH	1	2	3 ou +	DH	1	2	3 ou +	DH
Total	45,1	35,1	19,8	1,9	46,7	34,6	18,7	1,9	39,8	36,7	23,5	2,0
Grupo específico												
10-17	51,1	32,9	16,0	1,7	46,4	34,6	19,0	1,8	67,3	26,9	5,8	1,6
18-24	73,6	19,7	6,6	1,9	74,7	18,9	6,4	1,9	68,3	23,8	7,9	2,1
25-64	44,8	35,9	19,3	2,0	46,1	35,5	18,4	1,9	40,0	37,3	22,7	2,1
65 ou +	38,3	35,1	26,7	1,6	40,1	34,3	25,6	1,6	34,8	36,5	28,6	1,7
Sexo												
Masculino	53,4	29,7	16,9	1,8	54,7	29,3	15,9	1,7	49,2	30,9	19,9	1,9
Feminino	37,7	39,9	22,4	2,0	39,6	39,3	21,1	2,0	31,2	42,0	26,8	2,1
Nível de instrução												
Sem nível	36,8	36,6	26,5	1,9	38,4	35,7	25,9	1,9	34,5	38,0	27,4	1,9
Alfabetização / ensino básico	45,1	34,2	20,7	2,0	47,1	33,4	19,5	2,0	40,1	36,2	23,7	2,1
Ensino secundário	52,0	33,8	14,2	1,9	52,5	33,5	14,1	1,9	48,5	36,4	15,2	2,1
Ensino superior	42,0	38,9	19,2	1,6	42,2	38,9	18,9	1,6	39,1	37,9	23,0	1,7
Estado civil												
Solteiro	58,9	28,1	13,1	1,6	60,7	27,2	12,1	1,6	52,6	31,1	16,3	1,6
Casado / União de facto	35,8	40,2	24,0	2,1	37,1	40,0	22,9	2,1	31,7	40,8	27,5	2,2
Separado / Divorciado	57,3	28,9	13,8	1,5	57,9	28,8	13,3	1,5	54,6	29,3	16,1	1,5
Viúvo	31,7	38,3	30,0	1,6	32,3	38,2	29,5	1,6	30,7	38,5	30,8	1,7
Principal meio de vida												
Trabalho	47,4	34,9	17,7	1,9	48,4	34,7	16,9	1,9	43,1	36,0	20,9	2,0
Rendimento de propriedade / empresa	41,2	34,2	24,6	1,6	43,6	33,2	23,2	1,6	32,6	37,7	29,7	1,8
Ajuda de familiares em Cabo Verde	42,3	35,5	22,2	2,2	44,4	34,8	20,8	2,2	36,1	37,6	26,3	2,3
Ajuda de familiares no estrangeiro	43,3	36,9	19,8	1,7	45,7	35,8	18,6	1,7	38,3	39,3	22,4	1,8
Reforma	38,8	33,1	28,1	1,5	40,3	32,9	26,8	1,5	33,1	33,9	33,0	1,6
Pensão social mínima	36,2	37,8	26,0	1,8	37,1	37,5	25,4	1,8	35,3	38,1	26,6	1,8
Apoio social	40,2	36,3	23,5	2,2	44,9	34,3	20,9	2,1	33,0	39,6	27,5	2,3
Bolsa de estudo	60,8	29,7	9,5	1,7	62,0	28,2	9,9	1,7	33,3	66,7	0,0	2,3
Outra	47,6	34,0	18,4	2,1	49,6	32,7	17,7	2,1	42,5	37,4	20,1	2,1
Situação perante a atividade económica												
Empregado	46,5	35,1	18,4	1,9	47,8	34,9	17,3	1,9	41,6	36,2	22,2	2,0
Desempregado	56,6	30,8	12,6	2,2	57,6	30,1	12,3	2,2	50,3	35,2	14,5	2,3
Inativo	40,5	35,6	24,0	1,9	42,2	34,7	23,1	1,8	36,4	37,6	26,1	1,9
Estatuto de incapacidade / deficiência												
Com incapacidade	40,2	36,9	22,9	1,9	41,7	36,5	21,8	1,9	36,2	37,9	25,9	1,9
Com deficiência	39,6	36,6	23,7	1,9	41,4	36,2	22,4	1,9	35,4	37,8	26,8	1,9

Fonte: INE, Censo 2021

4.3.3.5.2 Coabitacão habitacional

De um modo geral, cada agregado ocupou um alojamento. Contudo, em 2021, registaram-se 6,0% de agregados que viviam em regime de coabitacão, ou seja, que dividiram um alojamento com um ou mais agregados (Tabela 57).

O fenómeno de coabitacão foi mais frequente no meio urbano (7,0%) do que no rural (2,7%), em particular no concelho da Boa Vista, onde se detetaram 12,5% de agregados a viver em regime de coabitacão. Seguem-se os concelhos da Praia e de Santa Catarina com 7,8% e 6,9%, respetivamente.

Tabela 57 – Distribuição (%) dos agregados, segundo o meio de residência e número de agregados familiares no alojamento por concelho. Cabo Verde, 2021

Concelho	Cabo Verde				Urbano				Rural			
	Número de agregados familiares				Número de agregados familiares				Número de agregados familiares			
	1	2	3	4 ou +	1	2	3	4 ou +	1	2	3	4 ou +
Total	94,0	3,4	1,4	1,2	93,0	3,7	1,7	1,5	97,3	2,2	0,3	0,1
Concelho												
Ribeira Grande	95,8	3,2	0,9	0,1	94,7	3,4	1,7	0,2	96,5	3,2	0,3	0,0
Paul	95,4	3,4	1,0	0,2	92,5	4,5	2,0	0,9	96,4	3,0	0,7	0,0
Porto Novo	95,4	2,8	1,0	0,7	94,3	3,4	1,3	1,0	98,0	1,3	0,4	0,3
São Vicente	94,1	2,6	1,6	1,7	93,9	2,7	1,6	1,8	97,1	1,6	1,0	0,3
Ribeira Brava	97,3	2,4	0,3	0,0	98,0	1,7	0,3	0,0	96,8	3,0	0,2	0,0
Tarrafal São Nicolau	95,6	3,3	0,8	0,3	95,9	3,2	0,9	0,0	94,4	3,7	0,0	1,9
Sal	95,0	3,3	1,0	0,7	94,9	3,3	1,0	0,8	97,3	2,7	0,0	0,0
Boa Vista	87,5	7,4	3,5	1,5	87,1	7,4	3,9	1,6	90,2	7,6	1,5	0,7
Maio	95,6	3,5	0,9	0,0	94,9	4,1	1,0	0,0	97,4	2,1	0,5	0,0
Tarrafal	95,2	3,4	0,9	0,4	94,4	4,0	1,1	0,5	98,9	1,1	0,0	0,0
Santa Catarina	93,1	3,8	1,9	1,2	89,5	5,5	3,0	2,0	98,5	1,3	0,1	0,0
Santa Cruz	94,2	3,9	0,9	1,0	91,4	5,0	1,8	1,8	96,2	3,0	0,3	0,4
Praia	92,2	3,9	1,9	1,9	92,1	3,9	2,0	2,0	98,3	1,0	0,7	0,0
São Domingos	96,7	2,9	0,4	0,0	95,6	3,6	0,8	0,0	97,0	2,7	0,3	0,0
São Miguel	95,4	3,5	0,8	0,2	92,8	5,1	1,7	0,4	98,1	1,9	0,0	0,0
São Salvador do Mundo	98,0	2,0	0,0	0,0	96,0	4,0	0,0	0,0	98,8	1,2	0,0	0,0
São Lourenço dos Órgãos	98,6	1,0	0,4	0,0	96,9	3,1	0,0	0,0	98,9	0,7	0,4	0,0
Ribeira Grande Santiago	95,9	2,8	0,9	0,4	94,0	4,0	1,1	0,9	97,4	1,8	0,8	0,0
Mosteiros	98,5	1,3	0,0	0,2	98,3	1,3	0,0	0,3	98,7	1,3	0,0	0,0
São Filipe	95,9	3,0	0,8	0,4	94,9	3,2	1,1	0,7	96,9	2,6	0,4	0,0
Santa Catarina Fogo	96,6	2,7	0,0	0,7	100,0	0,0	0,0	0,0	96,0	3,2	0,0	0,8
Brava	98,5	1,3	0,2	0,0	99,2	0,8	0,0	0,0	98,1	1,6	0,3	0,0

Fonte: INE, Censo 2021

4.3.3.5.3 Ambiente interno do alojamento

Para além do número de quartos para dormir e da densidade habitacional, faz-se de todo necessário analisar o ambiente dentro do alojamento que, por si só, condiciona o estado de saúde da população que, habitualmente, vive num agregado. Um dos indicadores a respeito da qualidade do ambiente interno dos alojamentos são a fonte de energia utilizada para cozinhar. Desta forma, foram criadas duas variáveis com o nome combustíveis modernos (que incluem gás e eletricidade) e combustíveis sólidos (que incluem lenha, carvão e outra fonte). Os combustíveis modernos são promotores da saúde e seu uso é recomendado pelos ODS, enquanto os combustíveis sólidos tendem a ser mais prejudiciais.

4.3.3.5.3.1 Principal fonte de energia utilizada para cozinhar, segundo o meio de residência e concelho

Em 2021, 79,5% dos agregados, residentes em Cabo Verde, usavam combustíveis modernos para cozinhar, sendo 78,5% para o gás e 1,0% para a eletricidade. As fontes mais utilizadas foram o gás e a lenha com 78,5% e 17,2% dos agregados, respetivamente. Se o gás foi o mais utilizado no meio urbano (88,6%), a lenha a mais utilizada, em contrapartida, no rural (51,1%). Apenas 76,6% da população viviam em agregados familiares que utilizavam combustíveis modernos para cozinhar, que é composto por 89,2% da população urbana e 40,2% da rural (Tabela 58).

Da análise por concelho, pode-se observar que em São Vicente, Sal, Boa Vista e Praia o consumo do gás foi maciço com valores acima dos 90%, onze pontos percentuais acima da média nacional. Os concelhos de Santa Cruz, São Miguel, São Salvador do Mundo e São Lourenço dos Órgãos apresentaram valores acima dos 50% de consumo da lenha como a principal fonte de energia para cozinhar.

Tabela 58 – Repartição (%) dos agregados familiares e população, segundo a principal fonte de energia utilizada para cozinhar por meio de residência e concelho. Cabo Verde, 2021

Meio de residência / concelho	Combustíveis modernos				Combustíveis sólidos				Não prepara			
	Gás		Eletricidade		Lenha		Carvão		Outro			
	Agre.	Pop.	Agre.	Pop.	Agre.	Pop.	Agre.	Pop.	Agre.	Pop.	Agre.	Pop.
Cabo Verde	78,5	75,7	1,0	0,9	17,2	22,1	0,1	0,1	0,1	0,1	3,0	1,1
Meio de residência												
Urbano	88,6	88,2	1,2	1,0	7,0	9,5	0,1	0,1	0,1	0,1	3,0	1,2
Rural	45,1	39,7	0,6	0,5	51,1	58,6	0,2	0,2	0,1	0,1	2,9	1,0
Concelho												
Ribeira Grande	67,1	64,9	0,1	0,0	27,0	32,6	0,0	0,0	0,2	0,1	5,6	2,4
Paul	67,1	66,4	0,1	0,1	28,3	31,9	0,0	0,0	0,3	0,1	4,3	1,6
Porto Novo	73,5	72,7	0,1	0,1	22,0	25,7	0,0	0,0	0,0	0,0	4,4	1,5
São Vicente	95,0	97,1	0,1	0,1	1,4	1,4	0,0	0,0	0,1	0,0	3,4	1,4
Ribeira Brava	77,0	76,2	0,1	0,0	17,7	21,7	0,0	0,0	0,0	0,0	5,1	2,0
Tarrafal São Nicolau	84,1	83,8	0,3	0,1	12,2	14,9	0,1	0,2	0,0	0,0	3,4	1,1
Sal	93,3	95,8	1,6	1,1	1,7	1,7	0,0	0,0	0,0	0,0	3,3	1,3
Boa Vista	93,9	95,5	0,3	0,2	2,5	2,8	0,1	0,1	0,2	0,1	3,0	1,3
Maio	77,2	74,7	0,0	0,0	14,2	18,5	4,2	4,9	0,1	0,0	4,3	1,8
Tarrafal	60,0	54,6	0,1	0,1	37,2	44,3	0,2	0,2	0,2	0,1	2,3	0,8
Santa Catarina	57,9	51,3	0,4	0,3	40,5	48,0	0,0	0,0	0,1	0,0	1,1	0,3
Santa Cruz	47,5	41,3	0,2	0,1	50,1	57,8	0,0	0,1	0,1	0,0	2,1	0,6
Praia	90,2	90,7	2,4	2,1	4,5	5,9	0,1	0,1	0,2	0,1	2,7	1,1
São Domingos	46,8	42,7	1,3	1,1	49,1	55,0	0,1	0,2	0,1	0,1	2,5	0,9
São Miguel	39,7	33,9	0,2	0,2	57,7	65,1	0,0	0,0	0,2	0,1	2,2	0,8
São Salvador do Mundo	37,1	29,8	0,5	0,4	61,7	69,5	0,1	0,1	0,0	0,0	0,7	0,2
São Lourenço dos Órgãos	38,3	33,6	0,1	0,0	58,7	65,3	0,1	0,0	0,1	0,0	2,8	1,0
Ribeira Grande Santiago	50,5	47,8	5,6	4,5	40,5	46,5	0,1	0,0	0,2	0,0	3,1	1,2
Mosteiros	65,9	61,7	0,1	0,0	30,2	37,0	0,0	0,0	0,1	0,0	3,7	1,2
São Filipe	64,8	60,0	0,0	0,0	31,6	38,8	0,0	0,0	0,1	0,0	3,5	1,2
Santa Catarina Fogo	63,4	56,5	0,2	0,1	32,0	41,9	0,0	0,0	0,0	0,0	4,4	1,5
Brava	84,4	84,0	0,2	0,1	11,8	14,5	0,0	0,0	0,1	0,0	3,5	1,4

Fonte: INE, Censo 2021

4.3.3.5.4 Ambiente externo do alojamento

O ambiente externo do alojamento condiciona sobremaneira o estado de saúde da população que aí vive. Entre os fatores que podem contaminar o ambiente fora do alojamento é a gestão do lixo doméstico, das águas residuais e da posse de sanita ou latrina. As análises centrar-se-ão na gestão adequada do lixo doméstico e das águas residuais e na posse de sanitas ou latrinas. As tabelas que mostram as distribuições em relação aos diferentes métodos de evacuação utilizados serão apresentadas no anexo do relatório para possíveis usos.

4.3.3.5.4.1 Gestão adequada do lixo doméstico e das águas residuais, segundo o meio de residência e concelho

Pouco mais da metade (53,4%) dos agregados gerenciavam adequadamente as águas residuais e 84,8% descartavam o seu lixo de forma adequada. Esses agregados abrigaram, 49,8% e 82,9% da população total respetivamente. Esses resultados indicaram que 17,1% da população cabo-verdiana ainda viviam em agregados cujo lixo doméstico não era gerenciado de forma adequada e 50,2% viviam em agregados cujas águas residuais não eram gerenciadas de modo apropriado, pondo, assim, em risco a saúde das pessoas do agregado familiar como também a das pessoas ao seu redor. A proporção de agregados que os administravam adequadamente foi maior no meio urbano do que no rural (64,7% contra 15,9% para águas residuais, 94,8% contra 51,7% para lixo doméstico).

Tabela 59 – Proporção de agregados familiares, segundo o gerenciamento adequado das águas residuais e o lixo por meio de residência e concelho. Cabo Verde, 2021

Meio de residência / concelho	Agregado	População residente nos AF	Águas residuais adequadamente gerenciadas		Lixo adequadamente gerenciado	
			Agregado	População	Agregado	População
Cabo Verde	147 984	487 077	53,4	49,8	84,8	82,9
Meio de residência						
Urbano	113 611	361 624	64,7	61,8	94,8	94,1
Rural	34 373	125 453	15,9	15,1	51,7	50,6
Concelho						
Ribeira Grande	4 997	15 033	39,7	38,8	75,8	76,5
Paul	1 786	5 765	46,2	47,9	77,7	79,5
Porto Novo	4 953	15 951	44,6	43,3	85,5	86,4
São Vicente	25 071	75 005	84,1	84,6	98,1	98,2
Ribeira Brava	2 239	6 960	26,0	22,3	92,9	94,3
Tarrafal São Nicolau	1 571	5 302	61,4	59,4	97,6	98,3
Sal	11 309	33 220	77,7	77,4	97,8	98,0
Boa Vista	4 404	12 741	65,8	66,5	98,5	99,0
Maio	2 040	6 275	54,2	50,9	98,3	98,1
Tarrafal	4 829	16 881	35,4	33,0	70,9	69,0
Santa Catarina	10 166	37 828	31,8	27,4	52,4	47,9
Santa Cruz	6 334	25 100	34,9	32,9	58,1	56,1
Praia	44 352	143 332	60,4	57,2	94,9	94,7
São Domingos	3 537	13 943	7,6	6,8	55,4	55,9
São Miguel	3 568	12 951	18,6	17,6	61,4	60,7
São Salvador do Mundo	1 908	7 474	12,2	12,3	50,0	49,9
São Lourenço dos Órgãos	1 628	6 316	9,2	8,4	58,4	56,9
Ribeira Grande Santiago	1 951	7 755	19,8	19,5	65,8	68,2
Mosteiros	2 290	8 081	45,2	43,6	79,8	79,6
São Filipe	5 965	20 802	21,6	18,1	69,6	67,3
Santa Catarina Fogo	1 280	4 735	19,7	17,1	85,9	85,0
Brava	1 806	5 627	20,3	17,8	85,0	84,9

Fonte: INE, Censo 2021

4.3.3.5.4.2 Existência de sanita ou latrina por meio de residência e concelho

A Tabela 60 elucida que 17,5% dos alojamentos não tinham sanita nem latrina. Essa ausência de sanita ou latrina atingiu 12,4% dos agregados residentes no meio urbano e 34,2% no rural. Além disso, entre os alojamentos que dispunham de sanita (82,2%), apenas 2,1% dos agregados não o tinham. No meio urbano, essa percentagem foi de 1,8% e no rural 3,3%.

Tabela 60 – Proporção de agregados familiares, segundo a posse de sanita / latrina por meio de residência e concelho. Cabo Verde, 2021

Meio de residência / concelho	O alojamento tem sanita ou latrina						Não tem sanita nem latrina	
	Sanita			Latrina				
	O agregado tem acesso à sanita do alojamento		O agregado tem acesso à latrina do alojamento	Total	Sim	Não		
Total	Sim	Não	Total	Sim	Não			
Cabo Verde	82,2	97,9	2,1	0,3	69,4	30,6	17,5	
Meio de residência								
Urbano	87,4	98,2	1,8	0,2	68,5	31,5	12,4	
Rural	65,4	96,7	3,3	0,4	70,9	29,1	34,2	
Concelho								
Ribeira Grande	82,4	98,3	1,7	0,7	88,2	11,8	16,9	
Paul	75,1	98,4	1,6	0,1	100,0	0,0	24,8	
Porto Novo	75,4	96,9	3,1	0,5	51,9	48,1	24,0	
São Vicente	88,0	98,6	1,4	0,6	77,5	22,5	11,4	
Ribeira Brava	79,2	97,2	2,8	0,1	33,3	66,7	20,6	
Tarrafal São Nicolau	89,9	99,2	0,8	-	-	-	10,1	
Sal	88,7	99,1	0,9	0,1	72,7	27,3	11,2	
Boa Vista	83,8	98,6	1,4	0,2	0,0	100,0	16,0	
Maio	92,5	98,4	1,6	-	-	-	7,5	
Tarrafal	76,4	97,7	2,3	0,0	100,0	0,0	23,6	
Santa Catarina	74,0	96,1	3,9	0,2	42,9	57,1	25,8	
Santa Cruz	63,5	95,0	5,0	0,3	87,5	12,5	36,3	
Praia	86,8	98,2	1,8	0,1	46,3	53,7	13,1	
São Domingos	66,6	96,9	3,1	0,2	71,4	28,6	33,2	
São Miguel	66,0	95,1	4,9	0,1	50,0	50,0	33,9	
São Salvador do Mundo	63,1	98,3	1,7	0,1	100,0	0,0	36,9	
São Lourenço dos Órgãos	74,0	97,7	2,3	0,1	100,0	0,0	25,9	
Ribeira Grande Santiago	57,6	96,6	3,4	-	-	-	42,4	
Mosteiros	90,8	97,0	3,0	0,1	100,0	0,0	9,1	
São Filipe	85,2	97,1	2,9	0,0	100,0	0,0	14,8	
Santa Catarina Fogo	80,2	96,3	3,7	-	-	-	19,8	
Brava	83,3	99,5	0,5	2,1	81,6	18,4	14,6	

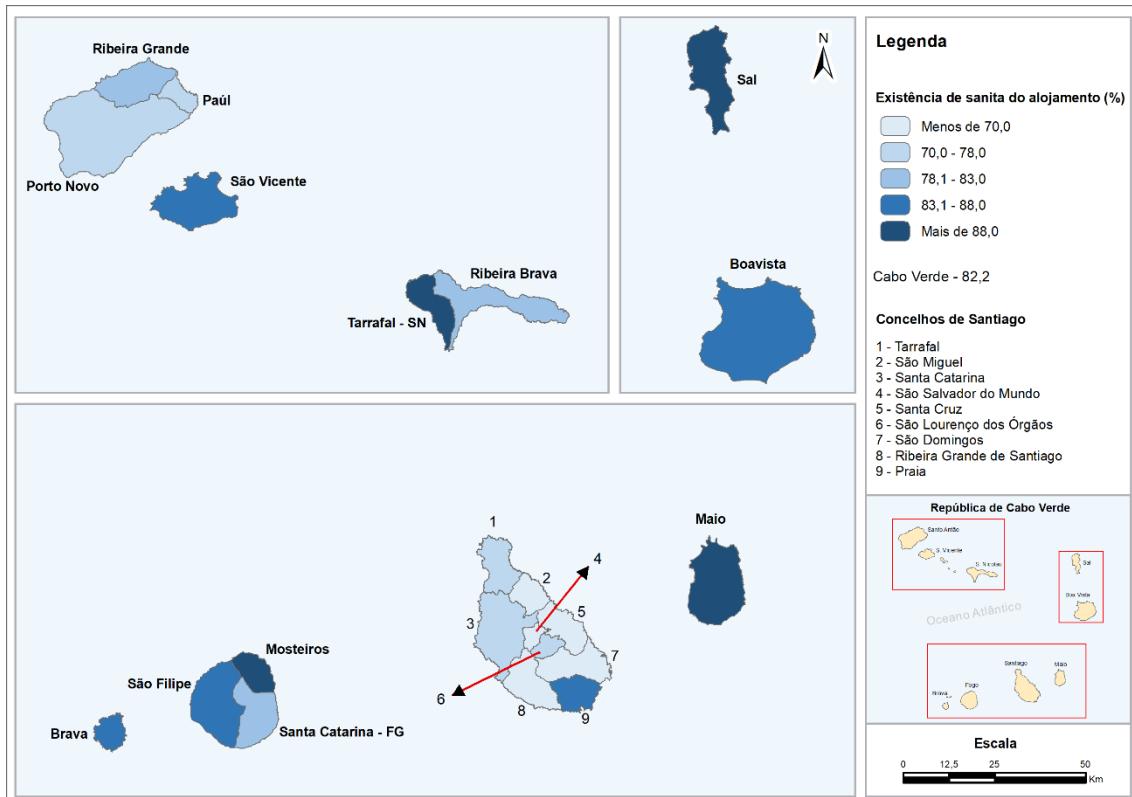
- sem dados

Fonte: INE, Censo 2021

Da análise por concelho, nota-se a existência de uma forte disparidade regional na posse de sanita. Dos 22 concelhos, apenas os da Ribeira Grande (82,4%), São Vicente (88,0%), Tarrafal de São Nicolau (89,9%), Sal (88,7%), Boa Vista (83,8%), Maio (92,5%), Praia (86,8%), Mosteiros (90,8%), São Filipe (85,2%) e Brava (83,3%) tinham uma taxa acima da média nacional (82,2%) na posse de sanita. A menor taxa foi registada no concelho de Ribeira Grande de Santiago (57,6%), seguido pelos de Santa Cruz (63,5%) e São Miguel (66,0%). Ainda sob esta perspetiva, a percentagem de agregados familiares que não tinham

sanita, nem latrina foi muito elevada nos concelhos de Ribeira Grande de Santiago (42,4%), São Salvador do Mundo (36,9%), Santa Cruz (36,3%), São Miguel (33,9%) e São Domingos (33,2%).

Mapa 6 – Percentagem (%) de alojamentos com sanita por concelho. Cabo Verde, 2021



Fonte: INE, Censo 2021

4.3.3.6 Acesso às Tecnologias de Informação e Comunicação

O acesso às Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) é considerado uma necessidade primacial para os agregados familiares, em particular, para a melhoria das condições de vida dos agregados familiares e dos indivíduos. Nos dias de hoje, as TIC contribuem para a democratização do acesso à informação, ao conhecimento, à formação e ao saber, facilitando o contacto entre os residentes e os não residentes.

A televisão e a rádio tornaram-se os meios de comunicação de massa por excelência, na medida em que permitem a transmissão de saberes, comportamentos, atitudes e práticas à população, assim como permitem que os indivíduos estejam a par do que se passa no próprio país e no resto do Mundo, mas, crescentemente, a *internet* tem vindo a ocupar o seu lugar como potencial meio quer de adquirir conhecimentos, quer de canal de informação e comunicação. O ODS, no seu objetivo 9 (meta 9.c), propõe-se a aumentar, significativamente, o acesso às TIC, a par do qual procura ao máximo oferecer o acesso universal e acessível à internet aos países menos desenvolvidos, até 2030. Para o efeito,

foram questionados aos agregados sobre a posse de equipamentos que permitem o acesso à informação e comunicação e ao entretenimento, tais como, rádio, televisão, telefones, telemóveis e computadores. Igualmente, foi levantado informações sobre o acesso no alojamento aos serviços de internet e da televisão por cabo.

4.3.3.6.1 Acesso às tecnologias de informação e comunicação, segundo o meio de residência e concelho

À luz dos resultados do Censo 2021, a grande maioria dos agregados tinham acesso a meios de comunicação ou informação, sendo que 41,4% possuíam rádio, 79,1% um aparelho de televisão, 32,1% acesso à TV cabo, 14,0% a telefone fixo, 93,0% dos agregados possuíam telemóvel, 29,2% um computador/portátil e 74,8% acesso à internet no agregado. Esses agregados abrigaram, respetivamente, 40,8%, 82,9%, 32,5%, 13,6%, 95,0%, 28,4%, 77,5% da população total. A proporção da posse dos bens de comunicação e informação entre os agregados, residentes no meio urbano, foi superior à do rural, em particular a posse de computador/internet no agregado em que a diferença foi de 21,7 p.p. (34,2% contra 12,5%, respetivamente) e a posse de televisão com uma diferença de 15,7 p.p. (82,7% contra 67,0%, respetivamente) (Tabela 61).

A Tabela 61 destaca ainda a existência de uma forte disparidade entre os concelhos em termos de acesso à informação e comunicação. Para a posse de aparelho de rádio, os agregados que residiam nas ilhas da Boa Vista, do Fogo, da Brava e de Santiago (com exceção dos concelhos da Praia, São Salvador do Mundo, São Lourenço dos Órgãos e Ribeira Grande de Santiago), apresentaram índice inferior à média nacional (41,4%). Os de São Vicente (56,7%) e da Ribeira Brava (62,0%) alcançaram as maiores proporções.

Quanto à posse de um aparelho de televisão, nota-se que apenas os agregados familiares, residentes em São Vicente, na Ribeira Brava, em Tarrafal de São Nicolau, no Sal, no Maio, na Praia, em São Domingos e na Brava apresentaram taxas superiores à da média nacional.

Referindo-se à posse de telemóvel, note-se, além disso, que os agregados familiares, residentes nos concelhos do Tarrafal de São Nicolau, do Sal, da Boa Vista, do Maio, da Praia, da Ribeira Grande de Santiago e de São Filipe, foram os que apresentaram taxas superiores à média nacional. Os agregados familiares, residentes em Ribeira Grande e no Paul, obtiveram as menores taxas com 88,3% e 88,6%, respetivamente.

Em relação ao acesso à internet no alojamento, a grande maioria dos concelhos apresentaram taxas inferiores à média nacional, como foi o caso do Paul e do Porto Novo, que juntos tiveram as menores taxas (58,6% e 58,8%, respetivamente). Já os concelhos da Boa Vista e da Brava exibiram as maiores taxas (ambos com 83,8%).

Tabela 61 – Proporção dos agregados e da população, segundo o acesso às tecnologias de informação e comunicação por meio de residência e concelho. Cabo Verde, 2021

Meio de residência / concelho	Equipamentos audiovisuais						Equipamentos de comunicação				Equipamento informático e acesso à internet			
	Rádio		Televisão		Acesso à TV cabo		Telefone fixo		Telemóvel		Computador / portátil		Acesso à internet	
	Agre.	Pop.	Agre.	Pop.	Agre.	Pop.	Agre.	Pop.	Agre.	Pop.	Agre.	Pop.	Agre.	Pop.
Cabo Verde	41,4	40,8	79,1	82,9	32,1	32,5	14,0	13,6	93,0	95,0	29,2	28,4	74,8	77,5
Meio de residência														
Urbano	43,9	43,8	82,7	86,5	35,8	36,7	14,7	14,3	94,1	95,6	34,2	33,7	78,0	80,1
Rural	33,1	32,2	67,0	72,5	19,7	20,5	11,9	11,4	89,5	93,2	12,5	13,1	64,1	70,0
Concelho														
Ribeira Grande	43,0	42,9	72,0	79,4	41,1	46,2	29,8	32,5	88,3	93,4	19,6	20,8	59,6	67,5
Paul	40,1	41,1	71,6	79,0	39,0	43,4	17,4	18,9	88,6	93,5	18,1	19,4	58,6	66,8
Porto Novo	45,3	44,1	73,9	80,0	23,5	25,0	12,4	12,2	90,3	93,6	17,3	16,7	58,9	62,8
São Vicente	56,7	57,1	83,3	87,5	35,5	37,0	21,2	21,1	92,4	94,6	35,3	35,6	75,0	78,4
Ribeira Brava	62,0	60,7	80,6	85,9	32,5	34,9	40,9	43,3	89,5	93,6	23,3	23,9	70,3	77,7
Tarrafal São Nicolau	48,7	47,2	81,5	86,9	36,2	39,9	30,2	32,3	93,1	96,1	24,8	23,7	81,0	86,3
Sal	47,4	51,0	82,6	88,0	42,2	46,1	11,0	11,4	96,7	97,7	35,4	35,7	83,8	85,9
Boa Vista	29,5	30,4	74,3	81,4	44,8	49,8	11,8	13,0	94,2	95,7	28,5	28,6	70,8	71,0
Maio	52,4	52,9	85,0	89,6	30,5	32,1	17,9	17,4	93,6	95,3	23,6	24,3	80,1	82,8
Tarrafal	25,5	25,5	68,8	72,5	29,0	30,6	7,9	7,1	89,9	92,1	18,2	18,3	66,6	69,9
Santa Catarina	24,8	24,6	72,5	75,2	15,7	15,1	6,4	5,7	92,0	94,4	19,7	19,5	75,4	78,4
Santa Cruz	28,3	28,5	66,1	71,0	13,5	13,4	4,3	3,9	89,2	92,1	14,4	14,4	65,6	70,0
Praia	42,7	42,5	85,7	88,9	37,3	37,7	13,6	13,1	95,2	96,1	39,3	38,3	78,5	79,5
São Domingos	30,6	30,1	79,5	84,4	18,3	18,9	6,4	7,0	92,0	94,9	19,5	20,6	69,1	73,7
São Miguel	29,0	29,0	65,2	69,6	9,1	9,4	6,8	6,4	89,6	93,4	14,2	14,9	73,0	77,7
São Salvador do Mundo	44,5	43,7	73,7	77,2	5,6	5,6	3,7	3,3	92,2	95,3	12,1	12,4	74,5	80,5
São Lourenço dos Órgãos	43,3	43,8	78,8	84,5	11,6	12,5	4,7	4,7	92,2	95,5	19,5	21,9	69,8	76,1
Ribeira Grande Santiago	42,8	44,6	73,3	78,6	10,9	11,3	7,0	6,9	93,6	96,3	14,1	14,7	78,7	82,5
Mosteiros	29,5	30,4	69,7	73,9	30,7	33,1	17,5	18,2	90,1	92,9	15,7	15,0	75,9	79,0
São Filipe	24,3	22,6	68,3	71,6	34,9	35,9	9,0	8,6	93,6	95,3	19,5	18,5	77,4	79,4
Santa Catarina Fogo	21,6	21,6	63,6	69,3	25,7	27,7	12,1	11,9	91,9	94,5	20,1	21,2	74,1	76,1
Brava	37,9	35,6	84,3	89,5	55,5	60,8	19,7	21,1	92,5	95,1	25,4	25,8	83,8	88,1

Fonte: INE, Censo 2021

4.3.3.6.2 Acesso às Tecnologias de Informação e Comunicação, segundo as características dos representantes

Da Tabela 62, percebe-se que foi no nível de instrução, da situação perante a atividade económica e entre os sexos do representante, que mais se diferenciaram na proporção de posse destes equipamentos, em particular, das novas tecnologias: a proporção de posse de todos esses equipamentos aumenta quando o nível de instrução do representante do agregado cresce. A diferença entre os agregados, representados por pessoas dos dois níveis extremos, foi muito grande para posse de computador (8,1% contra 81,7%), acesso

à TV cabo (15,3% contra 62,1%), acesso à internet (67,0% contra 93,1%) e posse de telemóvel (80,2% contra 99,3%). Constatou-se, também, que a taxa de acesso à internet foi elevada entre os agregados, representados por pessoas empregadas (79,7%).

A posse dos equipamentos nos agregados foi maior entre os representantes do sexo feminino em comparação com os do masculino nos seguintes: Televisão (81,6% contra 76,2%), telemóvel (93,4% contra 92,7%) e acesso à internet (75,5% contra 73,9%).

Tabela 62 – Proporção de agregados e da população, segundo as tecnologias de informação e comunicação por características dos representantes. Cabo Verde, 2021

Características do representante do agregado	Equipamentos audiovisuais						Equipamentos de comunicação				Equipamento informático e acesso à internet			
	Rádio		Televisão		Acesso à TV cabo		Telefone fixo		Telemóvel		Computador / portátil		Acesso à internet	
	Agre.	Pop.	Agre.	Pop.	Agre.	Pop.	Agre.	Pop.	Agre.	Pop.	Agre.	Pop.	Agre.	Pop.
Cabo Verde	41,4	40,8	79,1	82,9	32,1	32,5	14,0	13,6	93,0	95,0	29,2	28,4	74,8	77,5
Grupo específico														
10-17	28,1	39,2	64,5	84,6	21,6	31,7	8,7	11,2	84,8	96,2	30,3	26,2	69,3	78,8
18-24	23,2	36,0	59,1	79,8	17,0	26,2	3,3	10,0	93,6	95,9	30,2	27,4	80,5	79,4
25-64	41,1	42,8	79,9	83,0	33,2	34,7	10,7	13,7	94,7	95,2	30,7	30,9	77,1	77,9
65 ou +	48,7	49,8	80,4	82,8	30,0	32,3	37,3	37,2	83,4	86,9	19,7	22,3	59,2	64,0
Sexo														
Masculino	45,8	41,6	76,2	81,7	34,6	32,6	13,2	13,0	92,7	94,6	32,3	28,2	73,9	76,6
Feminino	37,5	40,0	81,6	84,1	29,8	32,5	14,8	14,1	93,4	95,4	26,3	28,6	75,5	78,4
Nível de instrução														
Sem nível	33,7	36,3	69,1	77,9	15,3	24,3	17,2	13,8	80,2	89,9	8,1	17,5	50,8	67,0
Alfabetização / ensino básico	40,3	39,9	76,1	80,9	24,9	28,1	11,4	11,8	92,7	94,5	16,2	19,8	70,5	74,2
Ensino secundário	41,5	41,6	83,0	85,8	37,7	35,3	10,7	12,8	97,0	96,9	35,7	32,0	84,9	82,8
Ensino superior	51,5	52,8	91,5	92,6	62,1	59,8	25,3	27,6	99,3	99,0	81,7	77,2	94,5	93,1
Estado civil														
Solteiro	35,2	39,6	68,8	81,2	22,8	28,8	9,4	13,5	90,1	94,5	25,7	26,7	70,2	76,4
Casado / União de facto	44,4	44,5	85,1	85,8	39,3	39,2	15,9	16,1	95,6	95,9	33,5	33,2	78,9	79,3
Separado / Divorciado	40,3	41,1	74,5	77,4	25,4	26,2	9,7	11,9	91,9	92,8	24,3	24,1	72,2	73,5
Viúvo	43,4	44,7	80,7	82,4	24,6	27,0	32,7	32,0	84,5	87,5	18,3	21,6	62,2	66,8
Principal meio de vida														
Trabalho	42,0	43,3	80,3	83,2	34,6	35,5	10,3	13,0	95,6	95,9	33,6	32,9	79,3	79,7
Rendimento de propriedade/empresa	49,2	49,1	86,4	87,9	46,2	47,7	26,5	27,2	96,2	96,7	40,0	42,2	81,1	81,9
Ajuda de familiares em Cabo Verde	34,0	39,4	74,2	83,3	22,8	30,0	10,0	12,4	90,9	95,4	19,6	25,8	69,2	77,3
Ajuda de familiares no estrangeiro	35,2	36,5	80,1	82,9	28,8	30,9	16,8	17,3	92,7	94,6	21,9	25,1	77,3	80,1
Reforma	60,7	61,3	90,8	91,7	46,9	49,1	44,5	45,8	92,2	93,2	36,7	38,9	75,3	77,6
Pensão social mínima	37,5	39,9	68,6	73,4	15,5	19,2	21,6	22,7	78,0	83,2	8,1	11,0	48,0	54,9
Apoio social	30,5	34,1	64,1	69,7	12,0	16,0	12,0	14,9	80,4	83,4	6,4	9,2	52,2	56,8
Bolsa de estudo	10,8	31,5	48,6	78,2	10,8	28,8	9,5	12,1	97,3	98,0	71,6	58,7	90,5	81,1
Outra	32,3	34,7	69,3	77,0	23,7	27,6	10,5	12,0	88,3	92,1	17,7	21,4	63,4	68,3
Situação perante a atividade económica														
Empregado	42,0	43,1	80,3	83,1	34,5	35,1	10,9	13,3	95,5	96,0	33,3	32,6	79,2	79,7
Desempregado	31,3	37,2	70,5	80,1	21,0	25,2	4,1	9,3	92,3	94,6	20,0	22,8	73,8	76,7
Inativo	41,3	40,9	77,3	82,9	28,0	31,0	22,4	16,8	87,4	93,5	21,0	25,4	64,7	74,3
Estatuto de incapacidade / deficiência														
Com incapacidade	41,7	40,5	78,5	81,8	28,5	30,5	17,1	14,6	90,8	93,8	22,9	25,0	69,1	74,7
Com deficiência	40,2	41,3	76,0	79,9	24,0	26,8	18,3	18,2	87,2	90,8	17,0	19,7	63,2	68,5

Fonte: INE, Censo 2021

A Tabela 63 dá a conhecer que quase três quartos (74,7%) da população de 10 anos ou mais possuíam um telemóvel, 27,3% utilizaram o computador nos últimos 3 meses e 66,9% dispunham da internet no mesmo período. Em relação ao meio de residência, a proporção do uso das tecnologias de informação e comunicação foi maior no meio urbano em comparação com o rural (respetivamente, 77,9% e 65,4% para a posse de telemóvel, 32,3% e 13,2% para a utilização de computador nos últimos 3 meses e 71,7% e 53,1% para o uso de internet no tempo em referência).

Da Tabela 63, põe-se, com destaque, a existência ainda de uma forte disparidade entre os concelhos, em termos de utilização das tecnologias de informação e comunicação. Para a posse de telemóvel, São Vicente, Ribeira Brava, Sal, Boa Vista, Maio, Praia e Brava expuseram um índice superior ao da média nacional (74,7%). Note-se, todavia, que Santa Cruz (61,6%) e São Miguel (63,8%) apresentaram, a tal propósito, as menores taxas. Quanto à utilização de computadores, sublinhe-se que apenas a população de 10 anos ou mais, residente em São Vicente, Sal, Boa Vista e Praia, aduziu taxas superiores às da média nacional.

Em relação à utilização da *internet* nos últimos 3 meses, a grande maioria dos concelhos apresentaram taxas inferiores às da média nacional, como foi o caso dos concelhos de Ribeira Grande, Paul e Santa Cruz que apresentaram as menores taxas (52,9%, 51,0% e 52,3%, respetivamente). Já os do Sal e da Praia obtiveram, em contraste, as maiores taxas (respetivamente, 78,6% e 74,0%).

Os resultados revelam ainda que a população masculina, de 10 anos ou mais, apresentou as maiores taxas em relação à utilização das tecnologias de informação e comunicação, sendo 75,1% na posse de, pelo menos, um telemóvel, 28,3% na utilização de um computador e 67,1% no uso da internet nos últimos 3 meses. Por grupo etário, destaca-se que 74,1% das crianças, de 10-17 anos, e 74,3% dos jovens 18-24 anos, possuíam, pelo menos, um telemóvel. Quanto à utilização do computador e da internet nos últimos 3 meses, a mesma apresenta-se com maior incidência entre a população de 65 anos ou mais, porém, é de realçar elevadas taxas de utilização de computador entre a população de 10-17 anos (28,3%) e da internet entre a população de 18-24 anos (66,7%).

Tabela 63 – Proporção (%) da população, residente de 10 anos ou mais, segundo a utilização das tecnologias de informação e comunicação por meio de residência, concelho, sexo e grupo específico. Cabo Verde, 2021

	População residente de 10 anos ou mais	Utilização das tecnologias de informação e comunicação		
		Possui telemóvel	Utilizou computador nos últimos 3 meses	Utilizou internet nos últimos 3 meses
Cabo Verde	399 074	74,7	27,3	66,9
Meio de residência				
Urbano	295 625	77,9	32,3	71,7
Rural	103 449	65,4	13,2	53,1
Concelho				
Ribeira Grande	12 921	71,3	20,1	52,9
Paul	4 977	70,9	19,6	51,0
Porto Novo	13 439	71,7	20,5	53,9
São Vicente	64 311	79,5	32,9	69,9
Ribeira Brava	5 997	75,0	19,6	61,8
Tarrafal São Nicolau	4 434	72,0	26,5	65,3
Sal	27 030	83,0	34,7	78,6
Boa Vista	10 063	81,1	27,7	72,6
Maio	5 224	76,5	21,5	62,7
Tarrafal	13 549	66,4	16,9	58,8
Santa Catarina	30 073	68,7	20,3	64,5
Santa Cruz	19 534	61,6	15,7	52,3
Praia	116 841	78,6	36,4	74,0
São Domingos	11 278	69,2	20,8	56,0
São Miguel	10 365	63,8	15,9	57,9
São Salvador do Mundo	6 075	65,6	15,2	63,1
São Lourenço dos Órgãos	5 122	66,8	21,9	55,8
Ribeira Grande Santiago	6 232	68,1	12,5	59,5
Mosteiros	6 444	67,6	12,3	61,0
São Filipe	16 909	72,7	16,0	65,1
Santa Catarina Fogo	3 724	68,3	14,6	59,1
Brava	4 532	74,9	22,4	69,8
Sexo				
Masculino	199 719	75,1	28,3	67,1
Feminino	199 355	74,3	26,4	66,7
Grupo específico				
10-17	73 211	75,1	28,3	67,1
18-24	54 223	74,3	26,4	66,7
25-64	238 861	39,0	28,4	53,3
65 ou +	32 779	84,3	34,7	85,1

Fonte: INE, Censo 2021

4.3.3.7 Posse de outros bens de conforto

Em consonância com a Tabela 64, a grande maioria (71,7%) dos agregados possuía frigorífico, 92,1% fogão a gás ou campingás; 21,2% micro-ondas, 16,9% arca congeladora; 42,9% máquina de lavar roupa e 3,6% aparelho de ar condicionado; 10,9% possuíam termo acumulador ou esquentador e 16,7% uma viatura. Esses agregados abrigaram, respetivamente, 73,7%, 93,8%, 19,9%, 19,5%, 45,1%, 2,9%, 9,2% e 16,2% da população total. A proporção da posse desses bens de conforto foi maior para os agregados que residiam no meio urbano em comparação com os que moravam no rural.

A Tabela 64 ressalta ainda a existência de uma forte disparidade entre os concelhos em termos de posse de bens de conforto. Para a posse do ar condicionado, os agregados que residiam nos concelhos do Sal e da Praia apresentaram índice superior ao da média nacional (3,6%). Contudo, os de São Salvador do Mundo (0,2%) e Brava (0,1%) apresentaram as menores proporções.

Quanto à posse de frigorífico, note-se que apenas os agregados familiares, residentes em São Vicente, Tarrafal de São Nicolau, Sal, Maio, Praia e Brava, ostentavam taxas superiores às da média nacional.

Em referência à posse de fogão a gás, os agregados familiares, residentes em São Vicente, Tarrafal de São Nicolau, Sal, Boa Vista, Maio, Praia, Mosteiros e Brava, foram os que apresentaram taxas superiores às da média nacional. Os agregados familiares, residentes em Santa Cruz e em São Miguel, conseguiram as menores taxas com 85,2% e 85,1%, respetivamente.

Em relação à posse de viatura, a grande maioria dos concelhos apresentaram taxas inferiores às da média nacional, sendo caso disso os concelhos do Paul e de Santa Cruz, que obtiveram as menores taxas (7,6% e 8,1%, respetivamente). Já os de São Vicente e da Praia, todavia, alardeavam as maiores taxas (respetivamente, 19,1% e 22,2%).

Tabela 64 – Proporção de agregados e da população, segundo bens de equipamentos por meio de residência e concelho. Cabo Verde, 2021

Meio de residência / concelho	Bens de equipamentos																	
	Frigorífico		Fogão a gás / Campingás		Micro-ondas		Arca Congeladora		Máquina lavar roupa		Aparelho de ar condicionado		Termo acumulador / Esquentador		Viatura			
	Agre.	Pop.	Agre.	Pop.	Agre.	Pop.	Agre.	Pop.	Agre.	Pop.	Agre.	Pop.	Agre.	Pop.	Agre.	Pop.	Agre.	Pop.
Cabo Verde	71,7	73,7	92,1	93,8	21,2	19,9	16,9	19,5	42,9	45,1	3,6	2,9	10,9	9,2	16,7	16,2		
Meio de residência																		
Urbano	76,8	79,2	94,1	96,0	24,7	23,5	17,1	19,9	48,8	51,9	4,4	3,7	12,8	10,9	18,8	18,5		
Rural	55,1	57,8	85,6	87,7	9,8	9,4	16,2	18,3	23,6	25,8	0,7	0,6	4,5	4,0	9,6	9,7		
Concelho																		
Ribeira Grande	62,2	67,6	89,4	92,9	13,4	13,2	13,8	15,8	23,2	25,8	0,5	0,4	9,5	8,7	10,0	10,4		
Paul	55,5	61,8	87,3	91,7	10,5	11,4	10,5	12,7	16,5	18,0	0,4	0,4	5,7	4,8	7,6	7,7		
Porto Novo	57,1	60,4	89,4	91,6	13,7	12,5	7,8	8,2	21,1	21,5	0,9	0,8	4,8	3,9	11,0	10,8		
São Vicente	77,1	80,4	94,5	96,5	27,1	25,5	10,5	11,2	43,9	46,2	2,3	1,9	14,7	12,7	19,1	18,4		
Ribeira Brava	70,4	72,6	91,7	95,1	20,3	19,3	27,8	31,6	41,8	43,8	0,7	0,5	14,6	12,1	18,2	18,8		
Tarrafal São Nicolau	73,8	76,6	96,8	97,8	23,2	21,1	24,1	25,9	44,9	47,6	2,4	1,9	10,6	8,1	16,9	15,3		
Sal	79,0	83,2	94,2	96,6	27,6	28,4	16,6	20,4	59,7	67,0	5,4	4,4	17,9	15,6	18,9	19,4		
Boa Vista	68,1	74,3	93,3	96,2	17,4	18,4	14,1	17,2	48,0	55,0	3,0	2,5	13,5	12,2	13,5	14,5		
Maio	74,1	76,5	92,7	93,6	20,2	19,8	17,3	18,7	52,7	56,9	1,7	1,3	9,9	8,0	14,9	15,5		
Tarrafal	59,3	60,3	88,5	89,9	15,3	14,0	15,9	17,7	22,9	22,5	1,1	0,9	3,6	2,8	10,9	10,2		
Santa Catarina	58,9	58,7	89,4	90,0	14,7	13,4	21,5	23,8	24,0	24,2	0,6	0,5	6,6	5,3	10,7	10,0		
Santa Cruz	48,5	50,8	85,2	86,8	8,7	8,0	11,1	12,5	20,8	21,7	0,6	0,5	6,5	6,3	8,1	8,1		
Praia	82,1	84,5	94,1	96,1	27,6	26,6	20,9	24,6	56,2	60,1	7,5	6,5	12,6	10,8	22,2	22,0		
São Domingos	68,6	72,2	88,7	91,3	11,1	10,6	23,0	26,7	34,4	38,5	0,8	0,6	13,2	13,5	14,4	14,8		
São Miguel	50,2	51,3	85,1	85,6	9,5	8,6	17,5	19,1	18,7	19,8	0,6	0,4	1,6	1,6	8,4	8,1		
São Salvador do Mundo	57,2	58,0	88,8	89,8	13,5	12,9	26,2	29,9	22,0	23,6	0,2	0,2	2,1	1,9	9,6	10,0		
São Lourenço dos Órgãos	65,7	68,0	86,5	89,5	11,1	10,7	18,4	20,9	28,1	30,7	0,4	0,3	1,5	1,3	9,7	9,8		
Ribeira Grande Santiago	69,6	72,4	86,1	88,6	17,0	17,1	27,8	31,8	38,0	42,9	2,0	1,5	2,4	1,8	15,5	15,1		
Mosteiros	63,2	64,8	93,3	95,0	10,8	9,1	12,7	14,0	45,7	50,3	1,4	1,2	6,4	5,0	12,1	12,0		
São Filipe	67,3	68,2	91,9	93,7	12,2	10,6	12,7	13,5	42,1	43,9	2,4	1,7	5,8	4,4	13,8	13,5		
Santa Catarina Fogo	63,2	68,3	90,9	94,0	9,9	8,5	11,8	12,4	37,5	41,2	0,3	0,2	5,8	4,2	18,3	18,5		
Brava	75,0	78,8	94,2	96,6	17,0	17,5	17,2	19,8	61,0	68,4	0,1	0,1	15,1	14,1	11,1	10,9		

Fonte: INE, Censo 2021

4.4 ESTRUTURA DOS AGREGADOS FAMILIARES

É deveras muito importante o conhecimento da estrutura do agregado familiar porque permite desenvolver programas mais adequados à realidade em que a população vive, bem como medir a intensidade dos riscos expostos por determinados indivíduos. Como a estrutura do agregado familiar é calculada, a partir da relação de cada indivíduo com o representante do agregado, a composição dos agregados será o primeiro tema a ser examinado.

4.4.1 Composição média dos agregados familiares

Por definição, cada agregado familiar, residente em Cabo Verde, tinha apenas um representante. Esses agregados possuíam, em média, 0,42 cônjuges, sendo 0,42 no meio urbano e 0,43 no rural. No entanto, o número médio de cônjuges foi inferior quando o representante do agregado era do sexo feminino, independentemente do meio de residência (Tabela 65).

Quanto aos filhos biológicos do representante do agregado familiar, o seu número médio foi de 1,19 por agregado familiar, sendo 1,14 no meio urbano e 1,34 no rural. No entanto, os agregados, representados por mulheres, continham um pouco mais do que os representados por homens (respectivamente, 1,47 e 0,87). Relativamente aos netos/bisnetos, o número médio foi de 0,32, havendo a aclarar que o número médio em agregados, representados por mulheres, foi o dobro dos representados por homens.

Tabela 65 – Composição média dos agregados familiares, segundo o meio de residência e sexo do representante por relação de parentesco. Cabo Verde, 2021

Composição do agregado	Cabo Verde			Urbano			Rural		
	Ambos os sexos	Masc.	Fem.	Ambos os sexos	Masc.	Fem.	Ambos os sexos	Masc.	Fem.
Representante do agregado	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
Cônjuge	0,42	0,53	0,33	0,42	0,51	0,33	0,43	0,57	0,31
Filho biológico*	1,19	0,87	1,47	1,14	0,82	1,44	1,34	1,06	1,59
Filho adotivo /enteado	0,06	0,09	0,02	0,06	0,10	0,02	0,04	0,07	0,02
Pai / mãe do representante	0,04	0,03	0,05	0,04	0,03	0,05	0,05	0,03	0,06
Sogro (a)	0,01	0,01	0,00	0,01	0,01	0,00	0,01	0,01	0,01
Nora / genro	0,02	0,01	0,03	0,02	0,01	0,03	0,04	0,02	0,05
Irmão / irmã	0,08	0,07	0,09	0,08	0,07	0,09	0,08	0,07	0,09
Neto (a) / bisneto (a)	0,32	0,18	0,44	0,26	0,13	0,37	0,51	0,31	0,69
Avô (ó) / bisavô (ó)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,01
Madrasta / padrasto	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outro parentesco	0,12	0,11	0,14	0,12	0,11	0,14	0,12	0,09	0,15
Outro sem parentesco**	0,03	0,03	0,03	0,03	0,03	0,03	0,03	0,03	0,03

* inclui Filho(a) do representante e do cônjuge; filho(a) só do representante e filho(a) só do cônjuge do representante (enteado(a)).

** inclui Outro sem parentesco e Empregado(a) doméstico.

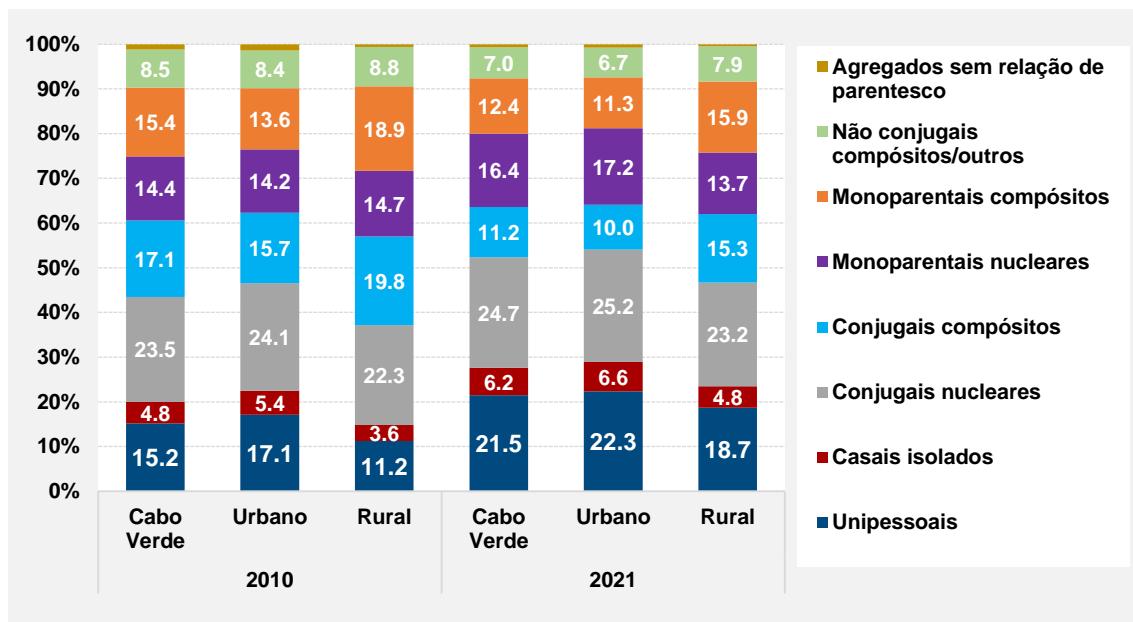
Fonte: INE, Censo 2021

4.4.2 Evolução dos agregados segundo a tipologia

O Gráfico 71 põe a ênfase na existência de um aumento na proporção dos agregados unipessoais (passando de 15,2% para 21,5%), de uma ligeira diminuição na proporção dos agregados conjugais e não conjugais (passando de 45,4% para 42,1%) e de uma ligeira diminuição na proporção dos agregados não conjugais (passando de 38,3% para 35,7%). No entanto, uma queda de 3,9 p.p. na proporção de agregados conjugais foi registada no meio urbano e uma queda de 4,9 p.p. na proporção de agregados não conjugais foi assinalada no meio rural.

Do Gráfico 71 salta à vista ainda que, em 2021, os agregados familiares do tipo unipessoal, casais isolados e conjugais nucleares, apresentaram proporções superiores no meio urbano comparativamente às do rural (22,3%, 6,6% e 25,2% contra 18,7%, 4,8% e 23,2%, respetivamente).

Gráfico 71 – Distribuição (%) dos agregados familiares, segundo a tipologia por meio de residência e ano censitário. Cabo Verde, 2010 e 2021



Fonte: INE, Censo 2010 e 2021

4.4.3 Tipologia dos agregados familiares

A tipologia do agregado é uma variável derivada que nos permite compreender melhor a estrutura familiar dentro dos agregados familiares. Esta variável foi construída a partir da variável “relação de parentesco com o representante do agregado”.

Tendo em mente os contextos socioeconómicos e culturais do problema em exame, logo, faz-se de todo necessário proceder a uma análise da variação da tipologia dos agregados familiares, consoante o meio de residência e concelho.

4.4.3.1 Tipologia dos agregados, segundo meio de residência

A Tabela 66 mostra que, em Cabo Verde, a grande maioria dos agregados eram compostos por agregados conjugais nucleares (24,7%). No entanto, os agregados familiares, constituídos por pessoas que moravam sozinhas, tinham um peso considerável (21,5%). Constatou-se da tabela que 16,4% dos agregados eram monoparentais nucleares, enquanto o peso dos agregados familiares com casais isolados foi de 6,2%. Além disso, observa-se que os agregados conjugais nucleares foram mais frequentes no meio urbano do que no rural (25,2% contra 23,2%). Na mesma ótica, os agregados familiares conjugais compósitos, monoparentais compósitos e não conjugais compósitos foram mais frequentes no meio rural do que no urbano (15,3% contra 10,0%; 15,9% contra 11,3% e 7,9% contra 6,7%, respectivamente).

Tabela 66 – Distribuição (%) dos agregados familiares e da população, segundo a tipologia dos agregados por meio de residência. Cabo Verde, 2021

Tipologia dos agregados	Agregado	População residente nos AF	Meio de residência					
			Cabo Verde		Urbano		Rural	
			Agre.	Pop.	Agre.	Pop.	Agre.	Pop.
Total	147 984	487 077	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Unipessoais	31 779	31 779	21,5	6,5	22,3	7,0	18,7	5,1
Casais isolados	9 139	18 278	6,2	3,8	6,6	4,1	4,8	2,6
Conjugais nucleares	36 558	146 387	24,7	30,1	25,2	31,2	23,2	26,6
Conjugais compósitos	16 637	95 105	11,2	19,5	10,0	17,7	15,3	24,8
Monoparentais nucleares	24 228	68 445	16,4	14,1	17,2	15,1	13,7	11,1
Monoparentais compósitos	18 326	94 362	12,4	19,4	11,3	18,1	15,9	23,0
Não conjugais compósitos/outros	10 339	30 280	7,0	6,2	6,7	6,1	7,9	6,5
Aggregados sem relação de parentesco	978	2 441	0,7	0,5	0,7	0,6	0,5	0,3

Fonte: INE, Censo 2021

4.4.3.2 Tipologia dos agregados, segundo concelho

Os resultados da Tabela 67 destacaram a existência de uma forte disparidade regional em relação ao tipo de agregado existente em Cabo Verde. O peso dos agregados unipessoais foi maior do que o da média nacional para os concelhos das ilhas de Santo Antão, São Vicente, São Nicolau, Sal, Boa Vista, Maio e Brava. Em contraste com essa baixa proporção de agregados unipessoais, a de agregados conjugais foi maior nos concelhos da Boa Vista com 60,3% (sendo 5,4% para agregados de casais isolados, 39,7% para conjugais nucleares e 15,2% para conjugais compósitos), Santa Catarina do Fogo com 60,1% (sendo 2,2% para agregados de casais isolados, 32,1% para conjugais nucleares e 25,8% para conjugais compósitos) e Sal com 59,1% (sendo 5,7% para agregados de casais isolados, 36,4% para conjugais nucleares e 17,0% para conjugais compósitos).

No entanto, tal proporção de agregados conjugais foi inferior à da média nacional para os concelhos do Paul, São Vicente, os da ilha de São Nicolau, Tarrafal, Santa Catarina, São Miguel, São Salvador do Mundo, Ribeira Grande de Santiago e Brava. Para alguns desses concelhos, a proporção de agregados não conjugais estava bem acima da média nacional (39,6%). Testemunham-na o caso de São Vicente, Ribeira Brava, Tarrafal, Santa Catarina, Santa Cruz, São Miguel, São Salvador do Mundo, São Lourenço dos Órgãos e Ribeira Grande Santiago (com 40,5%, 37,9%, 44,0%, 49,4%, 42,3%, 48,3%, 51,2%, 42,6%, 44,4%, respetivamente).

O caso do concelho da Praia, capital do país, apresentou a maior proporção para agregados conjugais nucleares (27,3%), seguido de agregados unipessoais (20,7%) e monoparentais nucleares (18,5%).

Tabela 67 – Distribuição (%) dos agregados familiares, segundo a tipologia dos agregados por concelho. Cabo Verde, 2021

Concelho	Agregado	Tipologia do agregado								
		Unipessoais	Casais isolados	Conjugais nucleares	Conjugais compósitos	Monoparentais nucleares	Monoparentais compósitos	Não conjugais compósitos/ou trós	Agregados sem relação de parentesco	
Cabo Verde	147 984	21,5	6,2	24,7	11,2	16,4	12,4	7,0	0,7	
Concelho										
Ribeira Grande	4 997	28,3	6,2	20,7	12,3	12,9	10,1	8,2	1,1	
Paul	1 786	25,3	6,8	20,0	13,8	13,7	12,6	7,5	0,4	
Porto Novo	4 953	23,1	6,6	22,3	13,9	15,2	12,2	6,2	0,5	
São Vicente	25 071	24,5	7,5	22,4	9,5	16,2	11,1	7,9	0,8	
Ribeira Brava	2 239	27,6	6,7	18,4	13,9	12,3	13,0	7,5	0,5	
Tarrafal São Nicolau	1 571	25,3	6,0	21,6	12,9	14,3	12,5	7,2	0,3	
Sal	11 309	27,9	8,3	27,3	9,0	14,2	6,6	5,1	1,6	
Boa Vista	4 404	29,9	7,7	28,9	8,0	12,9	6,0	5,6	0,9	
Maio	2 040	22,1	7,9	25,0	11,4	15,0	11,2	7,0	0,4	
Tarrafal	4 829	18,0	4,9	22,1	13,1	18,3	15,3	7,7	0,6	
Santa Catarina	10 166	16,0	4,1	21,6	11,6	17,7	19,5	8,8	0,6	
Santa Cruz	6 334	14,4	3,7	24,5	16,2	17,1	17,4	6,5	0,2	
Praia	44 352	20,7	6,4	27,3	9,5	18,5	10,9	6,2	0,5	
São Domingos	3 537	13,0	4,0	27,8	16,5	13,8	16,7	7,9	0,4	
São Miguel	3 568	16,6	4,3	20,3	14,0	16,4	19,5	8,7	0,2	
São Salvador do Mundo	1 908	14,8	3,4	17,9	14,5	14,9	23,2	10,7	0,7	
São Lourenço dos Órgãos	1 628	16,1	3,6	19,7	19,5	12,8	18,4	9,6	0,2	
Ribeira Grande Santiago	1 951	15,5	3,9	20,7	17,7	12,5	20,6	8,5	0,6	
Mosteiros	2 290	17,7	4,8	26,9	15,3	15,5	12,7	6,6	0,4	
São Filipe	5 965	18,4	5,5	28,4	12,6	15,4	12,7	6,5	0,5	
Santa Catarina Fogo	1 280	19,4	4,1	27,6	15,3	13,8	12,0	7,4	0,5	
Brava	1 806	25,6	5,3	24,2	10,7	15,7	12,3	5,6	0,6	

Fonte: INE, Censo 2021

Analizando a tipologia da população, conclui-se que esta segue o mesmo padrão da tipologia do agregado (Tabela 68).

Tabela 68 – Distribuição (%) da população residente nos AF, segundo a tipologia da população por concelho. Cabo Verde, 2021

Concelho	População residente nos AF	Tipologia da população							
		Unipessoais	Casais isolados	Conjugais nucleares	Conjugais compósitos	Monoparentais nucleares	Monoparentais compósitos	Não conjugais compósitos /outros	Agregados sem relação de parentesco
Cabo Verde	487 077	6,5	3,8	30,1	19,5	14,1	19,4	6,2	0,5
Concelho									
Ribeira Grande	15 033	9,4	4,2	27,0	22,3	11,6	17,1	7,5	0,9
Paul	5 765	7,8	4,2	24,0	24,4	11,4	21,2	6,8	0,3
Porto Novo	15 951	7,2	4,1	26,9	23,9	13,2	18,9	5,3	0,4
São Vicente	75 005	8,2	5,0	28,8	16,8	14,5	18,2	7,8	0,7
Ribeira Brava	6 960	8,9	4,3	23,3	25,2	10,8	20,2	6,9	0,4
Tarrafal São Nicolau	5 302	7,5	3,6	25,5	23,7	12,0	21,1	6,4	0,2
Sal	33 220	9,5	5,7	36,4	17,0	13,6	11,6	4,9	1,4
Boa Vista	12 741	10,3	5,4	39,7	15,2	12,6	10,4	5,7	0,7
Maio	6 275	7,2	5,1	31,3	19,1	13,0	17,5	6,3	0,4
Tarrafal	16 881	5,1	2,8	26,3	21,3	15,1	22,6	6,3	0,4
Santa Catarina	37 828	4,3	2,2	24,8	18,9	14,1	28,0	7,3	0,4
Santa Cruz	25 100	3,6	1,9	26,6	25,5	13,1	24,3	4,9	0,1
Praia	143 332	6,4	4,0	33,6	16,8	16,2	17,1	5,5	0,4
São Domingos	13 943	3,3	2,0	29,5	25,8	10,3	22,6	6,1	0,2
São Miguel	12 951	4,6	2,4	23,0	21,6	13,2	28,0	7,0	0,2
São Salvador do Mundo	7 474	3,8	1,7	19,6	23,1	11,1	31,0	9,2	0,5
São Lourenço dos Órgãos	6 316	4,1	1,9	21,1	30,1	10,1	24,6	7,9	0,2
Ribeira Grande Santiago	7 755	3,9	2,0	21,5	27,9	9,1	28,6	6,7	0,4
Mosteiros	8 081	5,0	2,7	31,0	25,0	13,1	17,8	5,1	0,3
São Filipe	20 802	5,3	3,2	33,6	21,1	12,6	18,4	5,5	0,3
Santa Catarina Fogo	4 735	5,2	2,2	32,1	25,8	11,3	17,2	5,8	0,4
Brava	5 627	8,2	3,4	30,6	18,4	14,1	20,1	4,8	0,4

Fonte: INE, Censo 2021

4.4.3.2.1 Estrutura familiar, segundo as características do representante

A Tabela 69 sublinha que a proporção de pessoas que viviam sozinhas foi maior nos representantes do agregado com idade de 18 a 24 anos, em particular, os do sexo masculino. Verifica-se que, em todos os grupos etários, os homens, que moram sozinhos, eram mais comuns do que as mulheres a viver sozinhas.

Os resultados permitem concluir que o sexo do representante influencia a tipologia do agregado. Observa-se que, enquanto os agregados, representados por homens, eram, maioritariamente, do tipo conjugais (52,5%), os representados, por mulheres, eram do tipo não conjugais (54,9%). Ainda se verifica que 32,8% dos agregados, representados por mulheres, eram conjugais contra 52,5% dos agregados chefiados por homens. Os agregados unipessoais representaram 21,5% do total dos agregados familiares e eram, maioritariamente, constituídos por homens (32,4%), contra 11,7% de mulheres. Para os agregados conjugais, esta tabela mostra que sua proporção aumentou conforme a idade do representante do agregado até 25-64 anos (de 14,7% para 44,3%), diminuiu, contudo, quando os agregados cujo representante tinha 65 anos ou mais (32,1%).

Conclui-se ainda que a proporção dos agregados unipessoais e conjugais aumenta quando o nível de instrução do representante do agregado cresce. A diferença entre os agregados, representados por pessoas dos dois níveis extremos, foi de 2,9 p.p. para os agregados unipessoais e 22,1 p.p. para os conjugais.

Constata-se, da mesma maneira, que 19,7% dos agregados, representados por pessoas com deficiências, moravam sozinhas. Entre os agregados, representados por pessoas desempregadas, verificam-se proporções elevadas quando estas eram do tipo não conjugais (40,1%).

Ainda da Tabela 69 pode-se concluir que o estado civil do representante do agregado, também, determina a estrutura familiar em Cabo Verde. Note-se que 41,4% dos representantes solteiros viviam sozinhas (69,5% eram do sexo masculino e 19,1% eram do feminino) e 56,6% eram famílias não conjugais. Quanto aos agregados familiares, representados por uma pessoa casada ou em união de facto, 79,6% eram do tipo conjugais; e 13,5% eram não conjugais. Para os agregados, cujo representante era separado ou divorciado, 37,5% eram pessoas que viviam sozinhas (10,5% homens e 10,7% mulheres); 79,6% eram conjugais e 13,5% não conjugais. Relativamente aos agregados, cujo representante era viúvo, 23,1% eram pessoas que viviam sozinhas (40,9% eram homens e 20,1% mulheres); 0,4% eram famílias conjugais e 75,1% não conjugais.

Tabela 69 – Distribuição (%) dos agregados, segundo a tipologia dos agregados por características do representante. Cabo Verde, 2021

Características dos representantes dos agregados	Tipologia dos agregados					
	Unipessoais			Conjugais	Não conjugais	Sem relação de parentesco
	Ambos os sexos	Masculino	Feminino			
Cabo Verde	21,5	32,4	11,7	42,1	35,7	0,7
Grupo específico						
10-17	26,0	41,3	12,3	14,7	58,4	0,9
18-24	30,3	44,6	18,9	32,7	35,1	2,0
25-64	20,6	32,7	9,2	44,3	34,5	0,5
65 ou +	23,7	25,5	22,5	32,1	43,2	1,0
Sexo						
Masculino	32,4	32,4	n/a	52,5	14,3	0,8
Feminino	11,7	n/a	11,7	32,8	54,9	0,5
Nível de instrução						
Sem nível	20,3	35,4	15,0	26,2	52,7	0,8
Alfabetização / ensino básico	21,1	33,4	8,7	42,9	35,5	0,5
Ensino secundário	21,8	32,2	11,1	45,2	32,2	0,7
Ensino superior	23,3	27,7	18,9	48,3	27,4	1,1
Estado civil						
Solteiro	41,4	69,5	19,1	0,6	56,6	1,4
Casado / União de facto	6,7	8,5	4,5	79,6	13,5	0,2
Separado / Divorciado	37,5	71,1	15,3	0,6	61,2	0,7
Viúvo	23,1	40,9	20,1	0,4	75,1	1,4
Principal meio de vida						
Trabalho	22,7	32,5	10,6	45,3	31,4	0,6
Rendimento de propriedade/empresa	24,5	32,9	14,8	45,7	28,7	1,1
Ajuda de familiares em Cabo Verde	13,2	38,1	7,1	44,4	41,8	0,6
Ajuda de familiares no estrangeiro	24,0	46,2	16,6	15,7	59,5	0,9
Reforma	23,5	21,9	25,7	45,1	30,6	0,8
Pensão social mínima	21,1	32,4	16,6	23,9	54,4	0,6
Apoio social	16,5	38,0	10,7	26,9	56,0	0,7
Bolsa de estudo	33,8	40,5	25,0	18,9	31,1	16,2
Outra	19,8	38,9	8,7	41,2	38,3	0,7
Situação perante a atividade económica						
Empregado	22,2	32,0	10,5	45,2	32,0	0,6
Desempregado	19,5	39,6	7,6	39,6	40,1	0,8
Inativo	20,2	32,5	14,1	35,4	43,7	0,7
Estatuto de incapacidade / deficiência						
Com incapacidade	19,3	31,3	12,4	38,2	41,9	0,6
Com deficiência	19,7	31,9	13,6	34,7	44,8	0,9

n/a - Não se aplica

Fonte: INE, Censo 2021

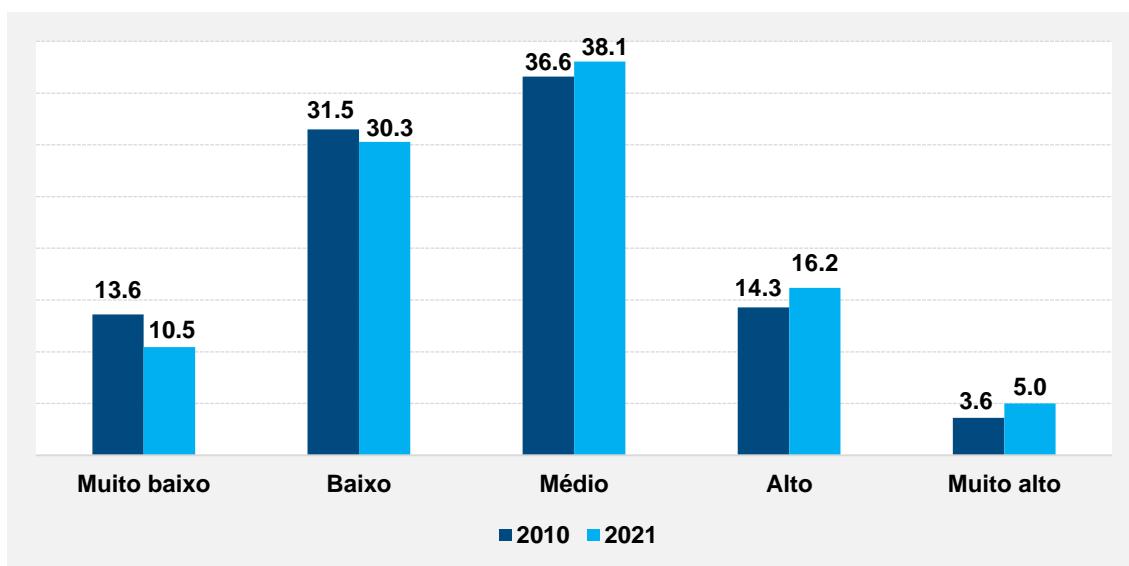
4.5 NÍVEL DE CONFORTO DOS AGREGADOS FAMILIARES

O Censo 2021 observou um conjunto de variáveis relativas às características do edifício (cobertura, piso, paredes da frente do edifício), à forma de acesso à água, às fontes de energia para a preparação dos alimentos e para a iluminação, ao acesso ao saneamento, à posse de bens de equipamento, às tecnologias de informação e comunicação e ao meio de transportes, variáveis essas que dão algumas indicações sobre o nível de conforto dos agregados familiares. A juntar-se-lhas, foram, também, consideradas variáveis secundárias, como a densidade habitacional (moradores no agregado, dividido pelo número de divisões do agregado). Foram testadas ainda outras variáveis, mas que não se mostraram relevantes na análise: posse conjunta de telefone móvel e fixo, posse simultânea de arca congeladora e frigorífico, revestimento exterior da parede do edifício, tipo de cobertura do edifício e os materiais utilizados no seu revestimento.

Tendo em conta a multiplicidade das variáveis, à semelhança dos dois últimos recenseamentos, foi construído um único indicador, o Nível de Conforto, um indicador compósito cujo princípio de cálculo se baseia nos aspetos multidimensionais da noção do conforto físico dos moradores relativo ao acesso a bens e serviços.

O Gráfico 72 apresenta uma comparação entre a distribuição do nível de conforto nos recenseamentos de 2010 e de 2021. As duas distribuições apresentam a mesma forma unimodal e com cauda mais longa para os valores mais altos. Aparentemente, observa-se uma ligeira melhoria entre os dois recenseamentos.

Gráfico 72 – Distribuição (%) dos agregados, segundo o nível de conforto por ano censitário. Cabo Verde, 2010 e 2021



Fonte: INE, Censo 2010 e 2021

4.5.1 Nível de conforto, segundo o meio de residência e concelho

O indicador do nível conforto permite aferir que a grande maioria dos cabo-verdianos (59,3%) tinham um nível de conforto satisfatório, ou seja, 38,1% possuíam um nível médio, 16,2% alto e 5,0% muito alto. A análise do nível de conforto põe em evidência as disparidades entre os dois meios de residência com o meio rural a albergar as populações mais desprovidas de conforto, assim como ao nível regional.

A partir da Tabela 70, pode-se observar que, enquanto, no meio urbano, 33,7% dos agregados tinham um nível baixo (26,2%) ou muito baixo (7,5%), no meio rural, esta percentagem elevou-se para 64,2%, em que 20,3% tinham um nível muito baixo e 43,8% baixo, consequência principalmente do fraco acesso à água, ao saneamento e aos bens de equipamento, principalmente, computadores, internet, automóvel, entre outros.

O peso dos agregados, com nível de conforto alto ou muito alto, ao nível nacional, foi de 21,2%. Pese embora se constate que estes agregados estavam mais concentrados no meio urbano, tendo em consideração que, neste meio de residência, 24,7% possuíam um nível alto (18,7%) ou muito alto (6,0%). No meio rural, somente 7,9% dos agregados possuíam um nível alto e 1,6% muito alto.

As diferenças nos concelhos, também, foram verificadas com este indicador compósito. O concelho de São Salvador do Mundo foi o que conseguiu ter a maior percentagem de famílias a viver com níveis de conforto muito baixo ou baixo (69,7%), seguem-se os de Santa Cruz (67,7%), São Miguel (67,5%) e São Domingos (61,9%). Os do Tarrafal de São Nicolau e da Brava foram os que alcançaram menor percentagem de famílias com níveis de conforto muito baixo ou baixo (28,2% e 28,6%, respetivamente).

O concelho da Praia apresentou uma significativa percentagem de agregados com níveis de conforto alto (20,1%) e muito alto (8,0%), e, por outro lado, mostrou ter uma percentagem considerável de famílias com nível baixo (26,1%) ou muito baixo (5,7%).

Tabela 70 – Distribuição (%) dos agregados e da população, segundo o nível de conforto por meio de residência e concelho. Cabo Verde, 2021

Meio de residência / concelho	Nível de conforto									
	Muito baixo		Baixo		Médio		Alto		Muito alto	
	Agre.	Pop.	Agre.	Pop.	Agre.	Pop.	Agre.	Pop.	Agre.	Pop.
Cabo Verde	10,5	9,2	30,3	31,4	38,1	38,7	16,2	16,0	5,0	4,7
Meio de residência										
Urbano	7,5	6,4	26,2	26,2	41,6	42,8	18,7	18,9	6,0	5,8
Rural	20,3	17,5	43,8	46,4	26,3	27,0	7,9	7,7	1,6	1,5
Concelho										
Ribeira Grande	10,1	6,3	32,2	31,8	38,0	40,7	15,2	16,3	4,5	5,0
Paul	14,3	10,2	37,6	37,3	34,0	36,1	11,6	13,8	2,5	2,5
Porto Novo	13,2	10,8	40,0	42,2	34,9	35,8	9,7	9,2	2,2	1,9
São Vicente	10,8	9,3	20,2	20,0	41,7	44,0	21,0	20,7	6,3	6,0
Ribeira Brava	8,0	6,1	22,8	22,7	35,3	36,7	24,1	24,9	9,7	9,6
Tarrafal São Nicolau	3,9	2,2	24,3	25,0	44,0	44,6	19,8	20,9	8,0	7,2
Sal	9,3	7,6	21,6	19,4	44,3	46,2	19,5	21,2	5,4	5,6
Boa Vista	12,0	8,7	31,0	28,9	39,9	43,7	13,6	14,9	3,6	3,7
Maio	5,0	4,0	26,6	26,3	45,1	46,1	18,9	19,6	4,4	4,1
Tarrafal	14,5	13,4	38,2	40,3	36,1	35,6	9,8	9,5	1,5	1,2
Santa Catarina	16,3	16,6	42,5	44,5	30,0	28,6	9,6	8,8	1,6	1,4
Santa Cruz	22,8	20,5	44,9	48,1	25,9	25,5	5,7	5,3	0,6	0,6
Praia	5,7	4,9	26,1	25,6	40,1	41,2	20,1	20,6	8,0	7,7
São Domingos	14,8	11,2	47,0	48,2	26,0	27,7	10,0	10,8	2,1	2,0
São Miguel	18,0	16,2	49,6	52,0	25,1	25,0	6,6	6,1	0,7	0,8
São Salvador do Mundo	19,4	16,6	50,3	53,8	23,0	22,9	7,0	6,2	0,4	0,5
São Lourenço dos Órgãos	10,9	6,8	47,6	50,5	32,9	34,0	7,2	7,5	1,4	1,2
Ribeira Grande Santiago	15,0	11,8	41,2	41,5	30,0	32,1	12,3	13,1	1,6	1,4
Mosteiros	7,7	6,2	34,2	35,2	44,5	45,5	11,6	11,4	1,9	1,8
São Filipe	11,9	11,2	33,4	35,4	41,7	41,4	11,0	10,2	2,0	1,8
Santa Catarina Fogo	14,3	10,7	36,4	39,2	36,3	38,5	11,0	10,0	2,0	1,7
Brava	4,2	2,2	24,4	23,3	49,5	51,3	17,8	18,7	4,1	4,5

Fonte: INE, Censo 2021

4.5.2 Nível de conforto, segundo as características do representante

Da Tabela 71, verifica-se que foi no nível de instrução, nos grupos etários entre o sexo do representante e situação perante a atividade económica que mais diferenciaram a percentagem de agregados com nível de conforto muito baixo ou baixo. Assim, conclui-se que o nível de conforto muito baixo ou baixo diminui quando o nível de instrução do representante do agregado aumenta. A diferença entre os agregados, representados por pessoas dos dois níveis extremos, foi de 15,8 p.p. para o nível muito baixo e 35,5 p.p. para o baixo. Constata-se, também, que a percentagem do nível muito baixo foi elevada entre os agregados representados por pessoas desempregadas (16,5%). No entanto, a percentagem do nível de conforto muito alto dos agregados, representados por pessoas inativas, foi de

5,0%, que parece ser consistente visto que a percentagem do nível alto para os representantes com idade de 65 anos ou mais foi de 10,2%.

Tabela 71 – Distribuição (%) dos agregados e da população, segundo o nível de conforto por características dos representantes dos agregados. Cabo Verde, 2021

Características do representante do agregado	Nível de conforto									
	Muito baixo		Baixo		Médio		Alto		Muito alto	
	Agre.	Pop.	Agre.	Pop.	Agre.	Pop.	Agre.	Pop.	Agre.	Pop.
Total	10,5	9,2	30,3	31,4	38,1	38,7	16,2	16,0	5,0	4,7
Grupo específico										
10-17	20,8	9,4	28,1	33,2	35,1	38,7	13,4	14,8	2,6	4,0
18-24	16,0	10,0	41,9	35,7	35,5	38,9	5,7	12,6	0,9	2,7
25-64	10,7	8,9	30,2	29,4	38,9	39,3	15,7	17,2	4,5	5,2
65 ou +	7,4	6,5	27,1	26,0	33,9	34,4	22,1	22,9	9,4	10,2
Sexo										
Masculino	12,4	10,1	29,2	31,9	36,1	37,9	16,6	15,6	5,7	4,5
Feminino	8,7	8,4	31,2	31,0	39,9	39,5	15,8	16,4	4,4	4,8
Nível de instrução										
Sem nível	16,6	12,5	41,7	37,8	31,1	35,3	9,2	12,0	1,3	2,4
Alfabetização / ensino básico	13,5	11,3	36,3	35,4	35,7	37,3	11,8	13,0	2,8	3,1
Ensino secundário	6,5	6,4	26,1	28,8	45,9	43,1	16,9	17,1	4,6	4,6
Ensino superior	0,8	1,0	6,2	7,9	40,6	38,9	36,2	35,6	16,3	16,7
Estado civil										
Solteiro	14,9	9,5	34,8	33,0	37,3	39,1	10,9	14,6	2,1	3,8
Casado / União de facto	8,0	7,8	27,1	27,4	38,5	38,5	19,4	19,4	7,0	6,9
Separado / Divorciado	12,7	10,9	33,5	33,1	38,1	39,2	12,8	13,7	2,8	3,1
Viúvo	7,0	6,5	30,6	29,2	36,6	36,9	19,8	20,5	6,0	6,9
Principal meio de vida										
Trabalho	10,0	8,6	29,2	28,8	39,9	40,1	16,3	17,4	4,7	5,2
Rendimento de propriedade/empresa	4,2	4,0	17,6	17,6	35,6	34,3	29,4	29,8	13,3	14,3
Ajuda de familiares em Cabo Verde	14,0	9,4	37,5	33,5	36,3	38,6	10,5	14,7	1,7	3,8
Ajuda de familiares no estrangeiro	6,5	5,6	28,1	27,7	46,5	46,1	16,0	17,2	2,9	3,3
Reforma	2,5	2,3	14,5	13,8	31,5	30,1	33,3	33,7	18,3	20,2
Pensão social mínima	15,0	12,2	43,1	40,7	31,6	34,4	9,0	10,8	1,3	2,0
Apoio social	22,0	17,6	45,7	43,8	25,7	29,0	6,0	7,9	0,6	1,7
Bolsa de estudo	2,7	2,7	28,4	20,9	52,7	54,6	16,2	18,4	0,0	3,4
Outra	18,9	14,0	36,6	36,1	31,5	34,2	10,3	12,7	2,7	3,0
Situação perante a atividade económica										
Empregado	9,9	8,6	29,3	29,1	39,5	39,6	16,5	17,4	4,9	5,3
Desempregado	16,5	11,0	39,0	35,5	36,7	40,2	7,0	11,2	0,8	2,1
Inativo	11,1	9,1	31,4	31,9	35,0	37,7	16,7	16,3	5,8	5,0
Estatuto de incapacidade / deficiência										
Com incapacidade	10,6	9,7	31,9	32,5	37,6	38,5	15,6	15,2	4,4	4,1
Com deficiência	11,7	10,1	34,5	33,7	36,6	37,7	13,9	14,7	3,3	3,8

Fonte: INE, Censo 2021

Não obstante os agregados, representados por pessoas com deficiência, apresentarem nível mais elevado no nível médio (36,6%), porém, é importante realçar que 11,7% desses representantes tinham nível muito baixo e 34,5% baixo.

A ANEXOS

A.1 TABELAS COMPLEMENTARES DO EDIFÍCIO

Tabela A.1. 1 – Distribuição (efetivo) dos edifícios, segundo o tipo de edifício por meio de residência e concelho. Cabo Verde, 2021

Meio de residência / concelho	Total de edifícios	Tipo do edifício			
		Edifício clássico concluído	Edifício clássico não concluído	Outro tipo Clássico	Edifício não clássico
Cabo Verde	150 206	104 623	41 527	931	3 125
Meio de residência					
Urbano	102 428	67 931	31 023	721	2 753
Rural	47 778	36 692	10 504	210	372
Concelho					
Ribeira Grande	6 342	5 148	1 106	78	10
Paul	2 198	1 991	155	32	20
Porto Novo	6 394	4 080	2 262	38	14
São Vicente	24 036	16 396	5 721	148	1 771
Ribeira Brava	3 036	2 656	368	12	0
Tarrafal de São Nicolau	2 097	1 391	687	18	1
Sal	7 286	5 015	1 653	113	505
Boa Vista	3 496	2 452	869	55	120
Maio	2 731	2 479	212	40	0
Tarrafal	6 562	5 209	1 306	39	8
Santa Catarina	12 299	8 448	3 808	30	13
Santa Cruz	7 474	5 141	2 293	24	16
Praia	34 689	19 607	14 412	143	527
São Domingos	4 279	3 167	1 062	21	29
São Miguel	5 206	3 638	1 532	11	25
São Salvador do Mundo	2 351	1 937	406	5	3
São Lourenço dos Órgãos	1 949	1 601	340	5	3
Ribeira Grande Santiago	2 401	1 509	838	18	36
Mosteiros	3 552	2 752	788	8	4
São Filipe	7 681	6 467	1 150	48	16
Santa Catarina do Fogo	1 769	1 441	300	26	2
Brava	2 378	2 098	259	19	2

Fonte: INE, Censo 2021

Tabela A.1. 2 – Distribuição (efetivo) dos edifícios clássicos, segundo o tipo de utilização por meio de residência e concelho. Cabo Verde, 2021

Meio de residência / concelho	Total de edifícios clássicos	Tipo de utilização do edifício			
		Edifício afeto exclusivamente à habitação	Edifício com a maior parte da área afeta à habitação	Edifício com a maior parte da área afeta a fins diferentes dos da habitação	Edifício afeto exclusivamente a fins diferentes dos da habitação
Cabo Verde	146 150	127 282	9 517	1 446	7 905
Meio de residência					
Urbano	98 954	84 230	8 254	1 131	5 339
Rural	47 196	43 052	1 263	315	2 566
Concelho					
Ribeira Grande	6 254	5 385	366	44	459
Paul	2 146	1 814	122	22	188
Porto Novo	6 342	5 459	370	90	423
São Vicente	22 117	18 857	1 966	200	1 094
Ribeira Brava	3 024	2 640	143	20	221
Tarrafal de São Nicolau	2 078	1 799	159	5	115
Sal	6 668	5 117	932	119	500
Boa Vista	3 321	2 503	441	74	303
Maio	2 691	2 219	198	23	251
Tarrafal	6 515	6 016	224	39	236
Santa Catarina	12 256	11 201	600	89	366
Santa Cruz	7 434	6 762	295	85	292
Praia	34 019	29 226	2 607	419	1 767
São Domingos	4 229	3 859	111	20	239
São Miguel	5 170	4 808	144	26	192
São Salvador do Mundo	2 343	2 263	43	11	26
São Lourenço dos Órgãos	1 941	1 763	60	7	111
Ribeira Grande Santiago	2 347	2 142	53	8	144
Mosteiros	3 540	3 121	155	25	239
São Filipe	7 617	6 713	371	78	455
Santa Catarina do Fogo	1 741	1 563	55	18	105
Brava	2 357	2 052	102	24	179

Fonte: INE, Censo 2021

Tabela A.1. 3 – Distribuição (efetivo) dos edifícios clássicos afetos à habitação, segundo o revestimento exterior da parede dos edifícios por meio de residência e concelho. Cabo Verde, 2021

Meio de residência / concelho	Total de edifícios clássicos afetos à habitação	Principal material utilizado no revestimento exterior da parede de frente do edifício					
		Revestida com reboco sem pintura	Revestida com reboco com pintura ou marmorite	Revestida com azulejos, ladrilhos ou outro material cerâmico	Revestida com outros materiais	Sem revestimento com pedra à vista	Sem revestimento com bloco à vista
Cabo Verde	138 245	31 369	73 978	2 104	1 001	7 475	22 318
Meio de residência							
Urbano	93 615	20 050	53 397	1 814	592	2 215	15 547
Rural	44 630	11 319	20 581	290	409	5 260	6 771
Concelho							
Ribeira Grande	5 795	1 381	2 298	44	70	1 105	897
Paul	1 958	338	1 024	11	9	407	169
Porto Novo	5 919	1 091	2 368	49	48	877	1 486
São Vicente	21 023	2 685	13 879	374	178	558	3 349
Ribeira Brava	2 803	638	1 684	17	9	152	303
Tarrafal de São Nicolau	1 963	532	977	25	17	89	323
Sal	6 168	778	4 420	68	168	95	639
Boa Vista	3 018	477	2 088	33	64	21	335
Maio	2 440	246	1 990	26	39	21	118
Tarrafal	6 279	1 815	3 472	114	11	222	645
Santa Catarina	11 890	3 671	5 908	345	27	369	1 570
Santa Cruz	7 142	2 359	3 099	118	6	354	1 206
Praia	32 252	6 691	16 618	648	202	471	7 622
São Domingos	3 990	1 404	1 699	25	7	188	667
São Miguel	4 978	2 021	1 707	65	34	508	643
São Salvador do Mundo	2 317	456	1 318	23	0	165	355
São Lourenço dos Órgãos	1 830	379	1 136	1	4	146	164
Ribeira Grande Santiago	2 203	401	1 318	12	22	135	315
Mosteiros	3 301	787	1 517	42	34	379	542
São Filipe	7 162	1 963	3 838	51	43	736	531
Santa Catarina do Fogo	1 636	274	857	10	9	215	271
Brava	2 178	982	763	3	0	262	168

Fonte: INE, Censo 2021

Tabela A.1. 4 – Distribuição (efetivo) dos edifícios clássicos afetos à habitação, segundo o tipo de cobertura e material utilizado no revestimento dos edifícios por meio de residência e concelho. Cabo Verde, 2021

Meio de residência / concelho	Total de edifícios clássicos afetos à habitação	Tipo de cobertura do edifício e os materiais utilizados no seu revestimento						
		Em terraço (betão armado)	Inclinada, revestida a telhas	Misto (inclinada e em terraço)	Inclinada, revestida em betão	Inclinada, revestida a palha	Inclinada, revestida com bidão	Inclinada, revestida com outro material (madeira)
Cabo Verde	138 245	96 655	27 152	8 490	3 471	1 165	775	537
Meio de residência								
Urbano	93 615	68 455	15 541	5 718	2 678	180	591	452
Rural	44 630	28 200	11 611	2 772	793	985	184	85
Concelho								
Ribeira Grande	5 795	4 338	743	283	40	387	3	1
Paul	1 958	1 394	201	34	9	314	0	6
Porto Novo	5 919	4 816	326	308	65	372	22	10
São Vicente	21 023	17 370	2 187	1 070	219	5	140	32
Ribeira Brava	2 803	1 314	942	492	20	33	1	1
Tarrafal de São Nicolau	1 963	1 265	323	367	5	2	0	1
Sal	6 168	3 762	1 637	538	168	3	39	21
Boa Vista	3 018	2 066	574	40	17	9	101	211
Maio	2 440	1 698	485	251	3	0	0	3
Tarrafal	6 279	3 767	1 905	379	186	3	30	9
Santa Catarina	11 890	8 605	1 986	530	633	7	87	42
Santa Cruz	7 142	4 189	2 005	772	118	9	26	23
Praia	32 252	21 911	6 166	2 085	1 761	2	172	155
São Domingos	3 990	2 828	959	44	98	1	60	0
São Miguel	4 978	2 819	2 005	103	28	6	8	9
São Salvador do Mundo	2 317	1 612	615	79	7	0	3	1
São Lourenço dos Órgãos	1 830	993	578	253	2	1	2	1
Ribeira Grande Santiago	2 203	1 355	532	292	11	1	12	0
Mosteiros	3 301	2 683	381	215	16	3	1	2
São Filipe	7 162	5 141	1 648	245	56	6	62	4
Santa Catarina do Fogo	1 636	1 434	170	19	6	1	5	1
Brava	2 178	1 295	784	91	3	0	1	4

Fonte: INE, Censo 2021

Tabela A.1. 5 – Distribuição (efetivo) dos edifícios clássicos afetos à habitação, segundo o estado de conservação dos edifícios por meio de residência e concelho. Cabo Verde, 2021

Meio de residência / concelho	Total de edifícios clássicos afetos à habitação	Estado de conservação do edifício				
		Sem necessidade de reparações	Com necessidade de pequenas reparações	Com necessidade de médias reparações	Com necessidade de grandes reparações	Muito degradado
Cabo Verde	138 245	42 549	55 177	26 247	11 001	3 271
Meio de residência						
Urbano	93 615	31 431	37 257	16 558	6 538	1 831
Rural	44 630	11 118	17 920	9 689	4 463	1 440
Concelho						
Ribeira Grande	5 795	1 159	1 946	1 627	875	188
Paul	1 958	579	601	418	243	117
Porto Novo	5 919	1 247	1 886	1 540	818	428
São Vicente	21 023	7 745	8 255	3 451	1 241	331
Ribeira Brava	2 803	845	987	523	287	161
Tarrafal de São Nicolau	1 963	619	801	358	147	38
Sal	6 168	2 266	2 457	951	382	112
Boa Vista	3 018	1 372	1 078	329	179	60
Maio	2 440	952	959	370	151	8
Tarrafal	6 279	2 739	2 394	849	257	40
Santa Catarina	11 890	4 050	4 924	1 905	763	248
Santa Cruz	7 142	1 906	3 014	1 406	599	217
Praia	32 252	7 939	13 385	7 140	2 981	807
São Domingos	3 990	1 137	1 530	818	395	110
São Miguel	4 978	1 242	2 011	1 046	499	180
São Salvador do Mundo	2 317	544	1 192	457	117	7
São Lourenço dos Órgãos	1 830	724	639	290	147	30
Ribeira Grande Santiago	2 203	478	1 109	415	160	41
Mosteiros	3 301	1 339	1 615	292	44	11
São Filipe	7 162	2 960	2 798	998	343	63
Santa Catarina do Fogo	1 636	583	707	251	84	11
Brava	2 178	124	889	813	289	63

Fonte: INE, Censo 2021

Tabela A.1. 6 – Distribuição (efetivo) dos edifícios clássicos afetos à habitação, segundo o meio de residência e existência de piscina por concelho. Cabo Verde, 2021

Meio de residência	Cabo Verde			Urbano			Rural		
	Existência de piscina			Existência de piscina			Existência de piscina		
	Total	Sim	Não	Total	Sim	Não	Total	Sim	Não
Total	138 245	1 454	136 791	93 615	958	92 657	44 630	496	44 134
Ribeira Grande	5 795	49	5 746	1 978	15	1 963	3 817	34	3 783
Paul	1 958	11	1 947	374	0	374	1 584	11	1 573
Porto Novo	5 919	37	5 882	3 746	26	3 720	2 173	11	2 162
São Vicente	21 023	175	20 848	19 020	106	18 914	2 003	69	1 934
Ribeira Brava	2 803	12	2 791	1 085	1	1 084	1 718	11	1 707
Tarrafal de São Nicolau	1 963	17	1 946	1 586	16	1 570	377	1	376
Sal	6 168	427	5 741	5 654	273	5 381	514	154	360
Boa Vista	3 018	38	2 980	2 321	34	2 287	697	4	693
Maio	2 440	24	2 416	1 613	15	1 598	827	9	818
Tarrafal	6 279	52	6 227	5 049	51	4 998	1 230	1	1 229
Santa Catarina	11 890	43	11 847	6 462	26	6 436	5 428	17	5 411
Santa Cruz	7 142	37	7 105	2 921	20	2 901	4 221	17	4 204
Praia	32 252	324	31 928	31 327	310	31 017	925	14	911
São Domingos	3 990	98	3 892	741	9	732	3 249	89	3 160
São Miguel	4 978	21	4 957	2 305	7	2 298	2 673	14	2 659
São Salvador do Mundo	2 317	4	2 313	672	0	672	1 645	4	1 641
São Lourenço dos Órgãos	1 830	11	1 819	191	1	190	1 639	10	1 629
Ribeira Grande Santiago	2 203	24	2 179	895	19	876	1 308	5	1 303
Mosteiros	3 301	7	3 294	1 555	5	1 550	1 746	2	1 744
São Filipe	7 162	32	7 130	3 090	19	3 071	4 072	13	4 059
Santa Catarina do Fogo	1 636	2	1 634	237	1	236	1 399	1	1 398
Brava	2 178	9	2 169	793	4	789	1 385	5	1 380

Fonte: INE, Censo 2021

Tabela A.1. 7 – Distribuição (efetivo) dos edifícios afetos à habitação, segundo o número total de alojamento no edifício por meio de residência e concelho. Cabo Verde, 2021

Meio de residência / concelho	Total de edifícios afetos à habitação	Número total de alojamento no edifício					
		1	2	3	4	5-9	10 ou +
Cabo Verde	142 301	115 345	14 814	6 008	2 522	2 931	681
Meio de residência							
Urbano	97 089	72 496	12 919	5 750	2 407	2 856	661
Rural	45 212	42 849	1 895	258	115	75	20
Concelho							
Ribeira Grande	5 883	5 418	285	76	36	62	6
Paul	2 010	1 834	135	23	6	12	0
Porto Novo	5 971	5 265	522	110	40	32	2
São Vicente	22 942	18 347	2 741	1 071	326	366	91
Ribeira Brava	2 815	2 647	93	33	30	9	3
Tarrafal de São Nicolau	1 982	1 774	137	34	21	15	1
Sal	6 786	3 919	983	512	335	835	202
Boa Vista	3 193	2 266	359	185	93	184	106
Maio	2 480	2 220	154	53	25	20	8
Tarrafal	6 326	5 999	239	57	14	16	1
Santa Catarina	11 933	9 186	1 805	682	174	79	7
Santa Cruz	7 182	6 702	348	95	24	12	1
Praia	32 922	22 719	4 848	2 595	1 267	1 245	248
São Domingos	4 040	3 878	121	26	7	7	1
São Miguel	5 014	4 543	358	87	22	4	0
São Salvador do Mundo	2 325	2 241	72	12	0	0	0
São Lourenço dos Órgãos	1 838	1 710	99	20	3	4	2
Ribeira Grande Santiago	2 257	2 079	158	19	1	0	0
Mosteiros	3 313	2 867	350	65	25	6	0
São Filipe	7 226	6 174	768	215	54	14	1
Santa Catarina do Fogo	1 664	1 537	95	17	13	1	1
Brava	2 199	2 020	144	21	6	8	0

Fonte: INE, Censo 2021

A.2 TABELAS COMPLEMENTARES DO ALOJAMENTO

Tabela A.2. 1 – Distribuição (efetivo) dos alojamentos, segundo o tipo por meio de residência e concelho. Cabo Verde, 2021

Meio de residência / concelho	Total de alojamentos	Tipo de Alojamento Familiar							Alojamento Coletivo
		Total de alojamento familiar	Moradia independente	Apartamento	Barraca	Outro local habitado*	Agregado familiar num alojamento coletivo		
Cabo Verde	201 348	200 627	118 474	78 466	2 987	651	329	721	
Meio de residência									
Urbano	152 703	152 107	75 661	73 222	2 709	475	287	596	
Rural	48 645	48 520	42 813	5 244	278	176	42	125	
Concelho									
Ribeira Grande	6 816	6 756	5 234	1 472	5	45	32	60	
Paul	2 266	2 242	1 739	468	15	20	8	24	
Porto Novo	7 013	6 985	5 499	1 463	8	14	4	28	
São Vicente	32 025	31 904	17 616	12 413	1 755	109	55	121	
Ribeira Brava	3 138	3 127	2 609	514	0	4	4	11	
Tarrafal de São Nicolau	2 330	2 314	1 738	561	0	14	13	16	
Sal	16 918	16 826	3 329	12 797	531	158	96	92	
Boa Vista	6 693	6 652	2 260	4 254	96	33	4	41	
Maio	3 005	2 969	2 179	781	0	9	7	36	
Tarrafal	6 807	6 771	6 270	475	3	22	17	36	
Santa Catarina	16 108	16 088	10 197	5 868	8	15	8	20	
Santa Cruz	7 868	7 857	6 775	1 062	13	7	0	11	
Praia	56 682	56 580	25 272	30 734	502	60	26	102	
São Domingos	4 277	4 263	3 986	244	6	26	1	14	
São Miguel	5 629	5 620	4 549	1 040	25	6	4	9	
São Salvador do Mundo	2 421	2 416	2 321	92	1	2	0	5	
São Lourenço dos Órgãos	2 032	2 027	1 749	273	2	3	2	5	
Ribeira Grande Santiago	2 456	2 443	2 189	206	10	38	10	13	
Mosteiros	3 896	3 891	2 888	996	4	3	3	5	
São Filipe	8 674	8 635	6 340	2 258	1	34	16	39	
Santa Catarina do Fogo	1 855	1 837	1 547	268	2	20	15	18	
Brava	2 439	2 424	2 188	227	0	9	4	15	

* inclui contentor, improvisado em edifício (garagem, escola, fabrica) e outro local habitado

Fonte: INE, Censo 2021

Tabela A.2. 2 – Distribuição (efetivo) dos alojamentos familiares, segundo a forma de ocupação por meio de residência e concelho. Cabo Verde, 2021

Meio de residência / concelho	Total de alojamento familiar	Forma de ocupação		
		Residência habitual	Uso sazonal / residência secundária	Vazio
Cabo Verde	200 627	142 740	19 578	38 309
Meio de residência				
Urbano	152 107	108 862	13 729	29 516
Rural	48 520	33 878	5 849	8 793
Concelho				
Ribeira Grande	6 756	4 883	876	997
Paul	2 242	1 741	278	223
Porto Novo	6 985	4 821	974	1 190
São Vicente	31 904	24 144	3 629	4 131
Ribeira Brava	3 127	2 208	474	445
Tarrafal de São Nicolau	2 314	1 533	398	383
Sal	16 826	10 987	881	4 958
Boa Vista	6 652	4 086	318	2 248
Maio	2 969	1 992	399	578
Tarrafal	6 771	4 698	841	1 232
Santa Catarina	16 088	9 755	3 022	3 311
Santa Cruz	7 857	6 123	518	1 216
Praia	56 580	42 254	3 378	10 948
São Domingos	4 263	3 476	231	556
São Miguel	5 620	3 479	724	1 417
São Salvador do Mundo	2 416	1 889	245	282
São Lourenço dos Órgãos	2 027	1 616	147	264
Ribeira Grande Santiago	2 443	1 906	293	244
Mosteiros	3 891	2 272	682	937
São Filipe	8 635	5 829	801	2 005
Santa Catarina do Fogo	1 837	1 256	347	234
Brava	2 424	1 792	122	510

Fonte: INE, Censo 2021

Tabela A.2. 3 – Distribuição (efetivo) dos alojamentos familiares de residência habitual segundo o acesso à água canalizado por meio de residência e concelho. Cabo Verde, 2021

Meio de residência / concelho	Total de alojamento familiar de residência habitual	O alojamento tem água canalizada de rede pública (no interior ou exterior)		
		Sim, no interior do alojamento	Sim, no exterior do alojamento	Não tem água canalizada da rede pública
Cabo Verde	142 740	83 931	16 562	42 247
Meio de residência				
Urbano	108 862	72 930	8 208	27 724
Rural	33 878	11 001	8 354	14 523
Concelho				
Ribeira Grande	4 883	3 190	1 150	543
Paul	1 741	1 138	311	292
Porto Novo	4 821	3 025	935	861
São Vicente	24 144	16 283	769	7 092
Ribeira Brava	2 208	1 309	639	260
Tarrafal de São Nicolau	1 533	1 246	219	68
Sal	10 987	7 692	372	2 923
Boa Vista	4 086	2 156	138	1 792
Maio	1 992	1 153	479	360
Tarrafal	4 698	2 383	1 486	829
Santa Catarina	9 755	4 585	1 259	3 911
Santa Cruz	6 123	2 113	1 895	2 115
Praia	42 254	26 794	2 051	13 409
São Domingos	3 476	816	732	1 928
São Miguel	3 479	1 448	539	1 492
São Salvador do Mundo	1 889	192	402	1 295
São Lourenço dos Órgãos	1 616	800	298	518
Ribeira Grande Santiago	1 906	1 058	192	656
Mosteiros	2 272	1 398	497	377
São Filipe	5 829	3 624	1 170	1 035
Santa Catarina do Fogo	1 256	554	435	267
Brava	1 792	974	594	224

Fonte: INE, Censo 2021

Tabela A.2. 4 – Distribuição (efetivo) dos alojamentos familiares de residência habitual, segundo o acesso à electricidade por meio de residência e concelho. Cabo Verde, 2021

Meio de residência / concelho	Total de alojamento familiar de residência habitual	O alojamento tem eletricidade	
		Sim	Não
Cabo Verde	142 740	128 711	14 029
Meio de residência			
Urbano	108 862	100 315	8 547
Rural	33 878	28 396	5 482
Concelho			
Ribeira Grande	4 883	4 511	372
Paul	1 741	1 600	141
Porto Novo	4 821	4 389	432
São Vicente	24 144	22 280	1 864
Ribeira Brava	2 208	2 012	196
Tarrafal de São Nicolau	1 533	1 445	88
Sal	10 987	10 081	906
Boa Vista	4 086	3 701	385
Maio	1 992	1 869	123
Tarrafal	4 698	3 937	761
Santa Catarina	9 755	8 173	1 582
Santa Cruz	6 123	4 912	1 211
Praia	42 254	38 918	3 336
São Domingos	3 476	3 126	350
São Miguel	3 479	3 048	431
São Salvador do Mundo	1 889	1 722	167
São Lourenço dos Órgãos	1 616	1 454	162
Ribeira Grande Santiago	1 906	1 777	129
Mosteiros	2 272	2 033	239
São Filipe	5 829	4 979	850
Santa Catarina do Fogo	1 256	1 026	230
Brava	1 792	1 718	74

Fonte: INE, Censo 2021

Tabela A.2. 5 – Distribuição (efetivo) dos alojamentos familiares de residência habitual, segundo a existência de sanita/latrina por meio de residência e concelho. Cabo Verde, 2021

Meio de residência / concelho	Total de alojamento familiar de residência habitual	O alojamento tem sanita (com ou sem autoclismo) ou latrina			
		Sanita COM autoclismo	Sanita SEM autoclismo	Latrina	Não tem sanita nem latrina
Cabo Verde	142 740	71 289	45 723	376	25 352
Meio de residência					
Urbano	108 862	61 790	33 096	238	13 738
Rural	33 878	9 499	12 627	138	11 614
Concelho					
Ribeira Grande	4 883	2 957	1 059	33	834
Paul	1 741	1 007	300	2	432
Porto Novo	4 821	2 473	1 161	27	1 160
São Vicente	24 144	14 943	6 240	158	2 803
Ribeira Brava	2 208	1 245	514	3	446
Tarrafal de São Nicolau	1 533	990	388	0	155
Sal	10 987	7 223	2 516	11	1 237
Boa Vista	4 086	2 311	1 116	7	652
Maio	1 992	1 087	753	0	152
Tarrafal	4 698	1 824	1 755	1	1 118
Santa Catarina	9 755	3 018	4 136	21	2 580
Santa Cruz	6 123	1 351	2 513	15	2 244
Praia	42 254	22 701	13 848	47	5 658
São Domingos	3 476	897	1 407	7	1 165
São Miguel	3 479	851	1 436	2	1 190
São Salvador do Mundo	1 889	400	793	1	695
São Lourenço dos Órgãos	1 616	551	643	1	421
Ribeira Grande Santiago	1 906	470	617	0	819
Mosteiros	2 272	1 007	1 055	2	208
São Filipe	5 829	2 578	2 379	1	871
Santa Catarina do Fogo	1 256	593	412	0	251
Brava	1 792	812	682	37	261

Fonte: INE, Censo 2021

Tabela A.2. 6 – Distribuição (efetivo) dos alojamentos familiares de residência habitual, segundo a existência de banheira ou poliban com chuveiro por meio de residência e concelho. Cabo Verde, 2021

Meio de residência / concelho	Total de alojamento familiar de residência habitual	O alojamento tem banheira ou poliban com chuveiro	
		Sim	Não
Cabo Verde	142 740	73 999	68 741
Meio de residência			
Urbano	108 862	63 861	45 001
Rural	33 878	10 138	23 740
Concelho			
Ribeira Grande	4 883	2 467	2 416
Paul	1 741	881	860
Porto Novo	4 821	2 406	2 415
São Vicente	24 144	15 365	8 779
Ribeira Brava	2 208	1 225	983
Tarrafal de São Nicolau	1 533	895	638
Sal	10 987	7 722	3 265
Boa Vista	4 086	2 429	1 657
Maio	1 992	1 036	956
Tarrafal	4 698	2 149	2 549
Santa Catarina	9 755	3 335	6 420
Santa Cruz	6 123	1 813	4 310
Praia	42 254	23 578	18 676
São Domingos	3 476	834	2 642
São Miguel	3 479	854	2 625
São Salvador do Mundo	1 889	446	1 443
São Lourenço dos Órgãos	1 616	538	1 078
Ribeira Grande Santiago	1 906	486	1 420
Mosteiros	2 272	1 053	1 219
São Filipe	5 829	2 936	2 893
Santa Catarina do Fogo	1 256	713	543
Brava	1 792	838	954

Fonte: INE, Censo 2021

Tabela A.2. 7 – Distribuição (efetivo) dos alojamentos familiares de residência habitual, segundo a existência de cozinha ou kitchenette por meio de residência e concelho. Cabo Verde, 2021

Meio de residência / concelho	Total de alojamento familiar de residência habitual	O alojamento tem cozinha (no interior ou exterior) ou Kitchenette			
		Sim, no interior do alojamento	Sim, no exterior do alojamento	Alojamento tem kitchenette	Não tem cozinha nem kitchenette
Cabo Verde	142 740	98 822	14 138	7 900	21 880
Meio de residência					
Urbano	108 862	82 245	5 139	7 114	14 364
Rural	33 878	16 577	8 999	786	7 516
Concelho					
Ribeira Grande	4 883	3 094	921	239	629
Paul	1 741	981	444	34	282
Porto Novo	4 821	3 092	732	200	797
São Vicente	24 144	19 121	794	1 640	2 589
Ribeira Brava	2 208	1 683	286	49	190
Tarrafal de São Nicolau	1 533	1 306	63	24	140
Sal	10 987	7 953	419	1 289	1 326
Boa Vista	4 086	2 587	170	645	684
Maio	1 992	1 535	100	81	276
Tarrafal	4 698	3 059	812	139	688
Santa Catarina	9 755	5 973	1 575	408	1 799
Santa Cruz	6 123	2 698	1 121	70	2 234
Praia	42 254	31 524	1 431	2 681	6 618
São Domingos	3 476	1 755	749	55	917
São Miguel	3 479	2 098	906	37	438
São Salvador do Mundo	1 889	768	305	16	800
São Lourenço dos Órgãos	1 616	816	632	12	156
Ribeira Grande Santiago	1 906	1 039	292	24	551
Mosteiros	2 272	1 530	587	25	130
São Filipe	5 829	4 055	1 139	206	429
Santa Catarina do Fogo	1 256	862	327	12	55
Brava	1 792	1 293	333	14	152

Fonte: INE, Censo 2021

Tabela A.2. 8 – Distribuição (efetivo) dos alojamentos familiares de residência habitual, segundo o número de agregados familiares por meio de residência e concelho. Cabo Verde, 2021

Meio de residência / concelho	Total de alojamento familiar de residência habitual	Número de agregados familiares		
		1	2	3 +
Cabo Verde	142 740	139 145	2 507	1 088
Meio de residência				
Urbano	108 862	105 701	2 122	1 039
Rural	33 878	33 444	385	49
Concelho				
Ribeira Grande	4 883	4 786	81	16
Paul	1 741	1 704	30	7
Porto Novo	4 821	4 727	69	25
São Vicente	24 144	23 589	329	226
Ribeira Brava	2 208	2 179	27	2
Tarrafal de São Nicolau	1 533	1 502	26	5
Sal	10 987	10 746	185	56
Boa Vista	4 086	3 854	164	68
Maio	1 992	1 950	36	6
Tarrafal	4 698	4 595	83	20
Santa Catarina	9 755	9 469	195	91
Santa Cruz	6 123	5 966	122	35
Praia	42 254	40 914	860	480
São Domingos	3 476	3 420	51	5
São Miguel	3 479	3 404	63	12
São Salvador do Mundo	1 889	1 870	19	0
São Lourenço dos Órgãos	1 616	1 606	8	2
Ribeira Grande Santiago	1 906	1 871	27	8
Mosteiros	2 272	2 256	15	1
São Filipe	5 829	5 721	88	20
Santa Catarina do Fogo	1 256	1 237	17	2
Brava	1 792	1 779	12	1

Fonte: INE, Censo 2021

A.3 TABELAS COMPLEMENTARES DO AGREGADO

Tabela A.3. 1 – Distribuição (efetivo) dos agregados familiares, segundo a principal fonte de energia que utilizam para iluminação por meio de residência e concelho. Cabo Verde, 2021

Meio de residência / concelho	Total de agregados familiares	Principal fonte de energia que utilizam para iluminação				
		Energia elétrica (eletricidade)	Vela	Petróleo	Gás	Outro
Cabo Verde	147 984	132 508	12 349	445	80	2 602
Meio de residência						
Urbano	113 611	104 022	7 627	177	64	1 721
Rural	34 373	28 486	4 722	268	16	881
Concelho						
Ribeira Grande	4 997	4 599	315	33	3	47
Paul	1 786	1 633	111	10	1	31
Porto Novo	4 953	4 492	315	65	0	81
São Vicente	25 071	23 033	1 630	61	20	327
Ribeira Brava	2 239	2 030	103	23	3	80
Tarrafal de São Nicolau	1 571	1 480	42	14	0	35
Sal	11 309	10 327	722	11	4	245
Boa Vista	4 404	3 940	337	10	0	117
Maio	2 040	1 899	84	13	1	43
Tarrafal	4 829	3 995	736	24	2	72
Santa Catarina	10 166	8 434	1 590	10	5	127
Santa Cruz	6 334	5 035	1 157	15	0	127
Praia	44 352	40 543	2 976	43	34	756
São Domingos	3 537	3 147	352	4	0	34
São Miguel	3 568	3 079	404	18	2	65
São Salvador do Mundo	1 908	1 721	178	2	0	7
São Lourenço dos Órgãos	1 628	1 457	141	1	0	29
Ribeira Grande Santiago	1 951	1 806	119	3	0	23
Mosteiros	2 290	2 043	180	6	0	61
São Filipe	5 965	5 051	681	61	5	167
Santa Catarina do Fogo	1 280	1 035	139	7	0	99
Brava	1 806	1 729	37	11	0	29

Fonte: INE, Censo 2021

Tabela A.3. 2 – Distribuição (efetivo) dos agregados familiares, segundo a origem da energia elétrica que utilizam para iluminação por meio de residência e concelho. Cabo Verde, 2021

Meio de residência / concelho	Total de agregados familiares com energia elétrica	Origem da energia elétrica (eletricidade) que utilizam para iluminação			
		Rede pública	Painel solar	Gerador / motor a diesel/gasóleo	Outro*
Cabo Verde	132 508	129 979	648	1 435	446
Meio de residência					
Urbano	104 022	102 160	210	1 366	286
Rural	28 486	27 819	438	69	160
Concelho					
Ribeira Grande	4 599	4 479	117	0	3
Paul	1 633	1 586	41	0	6
Porto Novo	4 492	4 345	138	1	8
São Vicente	23 033	22 944	13	7	69
Ribeira Brava	2 030	1 980	42	2	6
Tarrafal de São Nicolau	1 480	1 471	4	0	5
Sal	10 327	9 753	75	441	58
Boa Vista	3 940	2 953	24	956	7
Maio	1 899	1 887	5	0	7
Tarrafal	3 995	3 937	41	0	17
Santa Catarina	8 434	8 387	18	2	27
Santa Cruz	5 035	5 008	5	0	22
Praia	40 543	40 353	57	18	115
São Domingos	3 147	3 094	8	1	44
São Miguel	3 079	3 048	14	2	15
São Salvador do Mundo	1 721	1 708	0	1	12
São Lourenço dos Órgãos	1 457	1 444	0	0	13
Ribeira Grande Santiago	1 806	1 793	12	0	1
Mosteiros	2 043	2 043	0	0	0
São Filipe	5 051	5 033	7	2	9
Santa Catarina do Fogo	1 035	1 005	26	2	2
Brava	1 729	1 728	1	0	0

* Inclui eólica (vento) e outro

Fonte: INE, Censo 2021

Tabela A.3. 3 – Distribuição (efetivo) dos agregados familiares, segundo a principal forma de abastecimento de água que utilizam por meio de residência e concelho. Cabo Verde, 2021

Meio de residência / concelho	Total de agregados familiares	Principal forma de abastecimento de água que utilizam no agregado familiar				
		Água canalizada de rede pública	Água canalizada mas da casa dos vizinhos	Chafariz	Autotanque	Outra fonte (Poço, Levada, Nascente, Outro)
Cabo Verde	147 984	97 472	13 726	11 439	16 911	8 436
Meio de residência						
Urbano	113 611	80 612	11 831	7 027	12 193	1 948
Rural	34 373	16 860	1 895	4 412	4 718	6 488
Concelho						
Ribeira Grande	4 997	4 361	199	149	56	232
Paul	1 786	1 447	88	72	14	165
Porto Novo	4 953	3 867	184	509	134	259
São Vicente	25 071	17 111	2 438	3 306	1 772	444
Ribeira Brava	2 239	1 916	67	193	9	54
Tarrafal de São Nicolau	1 571	1 497	20	4	14	36
Sal	11 309	8 034	293	2 270	639	73
Boa Vista	4 404	2 145	204	812	1 112	131
Maio	2 040	1 627	128	146	131	8
Tarrafal	4 829	3 777	336	200	362	154
Santa Catarina	10 166	4 435	730	678	2 645	1 678
Santa Cruz	6 334	3 882	668	402	658	724
Praia	44 352	28 878	6 994	792	6 938	750
São Domingos	3 537	1 028	118	876	964	551
São Miguel	3 568	1 893	202	283	406	784
São Salvador do Mundo	1 908	239	22	305	590	752
São Lourenço dos Órgãos	1 628	909	107	35	271	306
Ribeira Grande Santiago	1 951	1 246	175	134	30	366
Mosteiros	2 290	1 885	136	58	12	199
São Filipe	5 965	4 766	384	112	137	566
Santa Catarina do Fogo	1 280	977	59	97	10	137
Brava	1 806	1 552	174	6	7	67

Fonte: INE, Censo 2021

Tabela A.3. 4 – Distribuição (efetivo) dos agregados familiares, segundo a principal fonte de água que utilizam para beber por meio de residência e concelho. Cabo Verde, 2021

Meio de residência / concelho	Total de agregados familiares	Principal fonte de água que utilizam para beber					
		Água canalizada de rede pública	Água canalizada mas da casa dos vizinhos	Chafariz	Autotanque	Outra fonte (Poço, Levada, Nascente, Outro)	Água engarrafada
Cabo Verde	147 984	64 517	13 337	11 709	13 851	9 827	34 743
Meio de residência							
Urbano	113 611	50 252	11 395	7 003	9 346	2 902	32 713
Rural	34 373	14 265	1 942	4 706	4 505	6 925	2 030
Concelho							
Ribeira Grande	4 997	2 815	180	241	37	442	1 282
Paul	1 786	964	78	76	12	176	480
Porto Novo	4 953	2 977	192	564	69	410	741
São Vicente	25 071	7 725	2 057	2 976	920	391	11 002
Ribeira Brava	2 239	998	65	950	8	52	166
Tarrafal de São Nicolau	1 571	748	18	5	636	57	107
Sal	11 309	3 999	244	2 031	388	339	4 308
Boa Vista	4 404	917	202	858	718	152	1 557
Maio	2 040	1 402	161	150	57	3	267
Tarrafal	4 829	3 470	337	203	335	140	344
Santa Catarina	10 166	3 483	710	662	2 512	1 697	1 102
Santa Cruz	6 334	2 336	579	404	1 567	945	503
Praia	44 352	19 830	7 056	794	4 678	641	11 353
São Domingos	3 537	898	157	873	872	595	142
São Miguel	3 568	1 513	181	275	271	1 199	129
São Salvador do Mundo	1 908	174	15	233	387	993	106
São Lourenço dos Órgãos	1 628	812	118	25	223	337	113
Ribeira Grande Santiago	1 951	1 202	176	137	23	370	43
Mosteiros	2 290	1 829	162	59	11	179	50
São Filipe	5 965	4 285	409	114	117	505	535
Santa Catarina do Fogo	1 280	938	68	73	8	150	43
Brava	1 806	1 202	172	6	2	54	370

Fonte: INE, Censo 2021

Tabela A.3. 5 – Distribuição (efetivo) dos agregados familiares, segundo a origem e o costume de tratamento da água utilizada para beber por meio de residência e concelho. Cabo Verde, 2021

Meio de residência / concelho	Total de agregados familiares	A água que utilizam para beber provém da mesma fonte		Costumam tratar a água que utilizam para beber			
		Sim	Não	Total de agregados que não utilizam água engarrafada	Sim, regularmente	Sim, mas raras vezes	Não
Cabo Verde	147 984	106 244	41 740	113 241	40 812	19 594	52 835
Meio de residência							
Urbano	113 611	76 593	37 018	80 898	30 609	12 700	37 589
Rural	34 373	29 651	4 722	32 343	10 203	6 894	15 246
Concelho							
Ribeira Grande	4 997	3 365	1 632	3 715	1 148	477	2 090
Paul	1 786	1 274	512	1 306	305	222	779
Porto Novo	4 953	3 938	1 015	4 212	1 128	597	2 487
São Vicente	25 071	13 875	11 196	14 069	4 889	1 711	7 469
Ribeira Brava	2 239	1 271	968	2 073	655	434	984
Tarrafal de São Nicolau	1 571	808	763	1 464	453	154	857
Sal	11 309	6 675	4 634	7 001	2 071	827	4 103
Boa Vista	4 404	2 614	1 790	2 847	922	325	1 600
Maio	2 040	1 725	315	1 773	1 067	309	397
Tarrafal	4 829	4 460	369	4 485	1 429	1 189	1 867
Santa Catarina	10 166	8 483	1 683	9 064	4 075	2 093	2 896
Santa Cruz	6 334	4 515	1 819	5 831	1 618	1 085	3 128
Praia	44 352	32 433	11 919	32 999	15 435	5 280	12 284
São Domingos	3 537	2 931	606	3 395	942	705	1 748
São Miguel	3 568	2 980	588	3 439	873	907	1 659
São Salvador do Mundo	1 908	1 476	432	1 802	662	418	722
São Lourenço dos Órgãos	1 628	1 422	206	1 515	457	379	679
Ribeira Grande Santiago	1 951	1 883	68	1 908	805	438	665
Mosteiros	2 290	2 183	107	2 240	216	488	1 536
São Filipe	5 965	5 335	630	5 430	1 257	1 025	3 148
Santa Catarina do Fogo	1 280	1 191	89	1 237	132	271	834
Brava	1 806	1 407	399	1 436	273	260	903

Fonte: INE, Censo 2021

Tabela A.3. 6 – Distribuição (efetivo) dos agregados familiares, segundo o sistema de evacuação das águas sujas por meio de residência e concelho. Cabo Verde, 2021

Meio de residência / concelho	Total de agregados familiares	Sistema de evacuação das águas sujas					
		Rede esgoto	Fossa séptica/ rudimentar	Redor da casa	Natureza (mar, ar livre, céu aberto)	Outro	Não sabe
Cabo Verde	147 984	43 243	35 770	49 308	14 877	4 611	175
Meio de residência							
Urbano	113 611	42 673	30 864	30 276	7 890	1 793	115
Rural	34 373	570	4 906	19 032	6 987	2 818	60
Concelho							
Ribeira Grande	4 997	529	1 453	1 250	820	933	12
Paul	1 786	284	542	434	493	32	1
Porto Novo	4 953	824	1 385	1 716	977	40	11
São Vicente	25 071	19 148	1 933	2 606	1 050	305	29
Ribeira Brava	2 239	5	578	1 273	330	47	6
Tarrafal de São Nicolau	1 571	1	963	329	265	12	1
Sal	11 309	1 821	6 963	1 731	678	106	10
Boa Vista	4 404	327	2 570	421	1 052	31	3
Maio	2 040	93	1 013	593	271	69	1
Tarrafal	4 829	1 022	688	2 446	542	125	6
Santa Catarina	10 166	700	2 529	5 156	1 038	735	8
Santa Cruz	6 334	1 651	561	3 082	868	153	19
Praia	44 352	16 457	10 329	14 772	2 344	407	43
São Domingos	3 537	14	254	1 664	825	775	5
São Miguel	3 568	220	443	2 229	600	73	3
São Salvador do Mundo	1 908	2	230	1 133	487	55	1
São Lourenço dos Órgãos	1 628	8	142	952	226	299	1
Ribeira Grande Santiago	1 951	9	378	1 249	223	91	1
Mosteiros	2 290	12	1 023	934	289	28	4
São Filipe	5 965	102	1 189	3 820	645	200	9
Santa Catarina do Fogo	1 280	3	249	878	115	35	0
Brava	1 806	11	355	640	739	60	1

Fonte: INE, Censo 2021

Tabela A.3. 7 – Distribuição (efetivo) dos agregados familiares, segundo a fonte de energia utilizada para cozinhar por meio de residência e concelho. Cabo Verde, 2021

Meio de residência / concelho	Total de agregados familiares	Fonte de energia utilizada para cozinhar						
		Gás	Lenha	Carvão	Eletricidade	Outro	Não prepara	
Cabo Verde	147 984	116 203	25 484	152	1 546	160	4 439	
Meio de residência								
Urbano	113 611	100 706	7 933	75	1 338	115	3 444	
Rural	34 373	15 497	17 551	77	208	45	995	
Concelho								
Ribeira Grande	4 997	3 352	1 350	1	3	9	282	
Paul	1 786	1 198	506	0	1	5	76	
Porto Novo	4 953	3 642	1 091	0	3	1	216	
São Vicente	25 071	23 819	358	2	31	19	842	
Ribeira Brava	2 239	1 725	396	0	2	1	115	
Tarrafal de São Nicolau	1 571	1 321	191	2	4	0	53	
Sal	11 309	10 555	194	3	186	0	371	
Boa Vista	4 404	4 135	111	3	15	8	132	
Maio	2 040	1 575	289	86	0	2	88	
Tarrafal	4 829	2 895	1 794	11	7	10	112	
Santa Catarina	10 166	5 890	4 115	2	39	10	110	
Santa Cruz	6 334	3 007	3 172	3	12	5	135	
Praia	44 352	39 990	1 997	27	1 061	69	1 208	
São Domingos	3 537	1 656	1 737	5	45	4	90	
São Miguel	3 568	1 418	2 058	1	7	6	78	
São Salvador do Mundo	1 908	707	1 177	2	9	0	13	
São Lourenço dos Órgãos	1 628	623	956	1	2	1	45	
Ribeira Grande Santiago	1 951	985	791	1	110	3	61	
Mosteiros	2 290	1 508	692	1	2	2	85	
São Filipe	5 965	3 865	1 886	1	2	4	207	
Santa Catarina do Fogo	1 280	812	410	0	2	0	56	
Brava	1 806	1 525	213	0	3	1	64	

Fonte: INE, Censo 2021

Tabela A.3. 8 – Distribuição (efetivo) dos agregados familiares, segundo a forma de evacuação do lixo por meio de residência e concelho. Cabo Verde, 2021

Meio de residência / concelho	Total de agregados familiares	Forma de evacuação do lixo						Outro
		Colocado em contentores	Recolhido por carro de lixo	Enterrado / queimado	Jogado ao redor da casa	Jogado na natureza		
Cabo Verde	147 984	97 109	28 381	14 077	1 980	6 186	251	
Meio de residência								
Urbano	113 611	83 010	24 708	3 836	434	1 482	141	
Rural	34 373	14 099	3 673	10 241	1 546	4 704	110	
Concelho								
Ribeira Grande	4 997	3 558	232	861	41	290	15	
Paul	1 786	695	693	348	18	28	4	
Porto Novo	4 953	4 027	207	571	37	105	6	
São Vicente	25 071	12 921	11 667	360	24	25	74	
Ribeira Brava	2 239	251	1 830	142	8	2	6	
Tarrafal de São Nicolau	1 571	74	1 459	30	1	6	1	
Sal	11 309	10 905	155	121	14	111	3	
Boa Vista	4 404	4 017	323	41	8	8	7	
Maio	2 040	1 888	118	23	1	8	2	
Tarrafal	4 829	3 403	22	430	168	796	10	
Santa Catarina	10 166	5 114	208	2 551	600	1 673	20	
Santa Cruz	6 334	3 607	74	1 202	333	1 102	16	
Praia	44 352	32 224	9 863	1 844	99	280	42	
São Domingos	3 537	1 743	218	1 055	112	394	15	
São Miguel	3 568	2 135	56	569	163	643	2	
São Salvador do Mundo	1 908	917	37	601	135	217	1	
São Lourenço dos Órgãos	1 628	936	15	557	60	58	2	
Ribeira Grande Santiago	1 951	1 165	119	289	98	278	2	
Mosteiros	2 290	1 803	25	413	11	33	5	
São Filipe	5 965	3 461	690	1 673	28	97	16	
Santa Catarina do Fogo	1 280	1 072	27	168	4	8	1	
Brava	1 806	1 193	343	228	17	24	1	

Fonte: INE, Censo 2021

Tabela A.3. 9 – Distribuição (efetivo) dos agregados familiares, segundo o número de divisões ocupadas e utilizadas para dormir por meio de residência e concelho. Cabo Verde, 2021

Meio de residência / concelho	Total de agregados familiares	Divisões ocupadas pelo agregado					Divisões utilizadas habitualmente para dormir				
		1	2	3	4	5 ou +	1	2	3	4	5 ou +
Cabo Verde	147 984	25 264	33 153	42 048	31 108	16 411	66 745	51 956	23 203	4 738	1 342
Meio de residência											
Urbano	113 611	21 533	25 086	32 197	23 462	11 333	53 069	39 334	16 982	3 243	983
Rural	34 373	3 731	8 067	9 851	7 646	5 078	13 676	12 622	6 221	1 495	359
Concelho											
Ribeira Grande	4 997	756	1 383	1 435	898	525	2 213	1 836	738	163	47
Paul	1 786	367	530	491	263	135	787	653	254	61	31
Porto Novo	4 953	730	1 349	1 511	931	432	2 068	2 007	710	133	35
São Vicente	25 071	4 424	5 584	7 404	5 123	2 536	11 842	9 004	3 400	653	172
Ribeira Brava	2 239	239	466	591	513	430	962	844	331	83	19
Tarrafal de São Nicolau	1 571	155	404	461	328	223	630	557	293	58	33
Sal	11 309	3 306	2 813	2 776	1 855	559	6 306	3 371	1 369	198	65
Boa Vista	4 404	1 429	1 072	1 140	540	223	2 584	1 263	463	72	22
Maio	2 040	213	346	562	583	336	911	766	308	45	10
Tarrafal	4 829	367	970	1 328	1 311	853	1 857	1 818	920	204	30
Santa Catarina	10 166	1 042	1 797	3 124	2 487	1 716	3 698	3 937	1 966	472	93
Santa Cruz	6 334	706	1 434	1 712	1 446	1 036	2 336	2 265	1 298	346	89
Praia	44 352	9 387	9 813	12 097	9 108	3 947	21 184	14 801	6 714	1 223	430
São Domingos	3 537	370	801	946	825	595	1 333	1 215	722	201	66
São Miguel	3 568	230	708	1 049	962	619	1 233	1 356	764	180	35
São Salvador do Mundo	1 908	131	388	621	494	274	635	733	435	83	22
São Lourenço dos Órgãos	1 628	106	364	472	443	243	549	619	344	93	23
Ribeira Grande Santiago	1 951	222	432	522	444	331	764	680	369	115	23
Mosteiros	2 290	171	459	794	559	307	973	889	352	63	13
São Filipe	5 965	600	1 440	2 094	1 272	559	2 479	2 260	990	182	54
Santa Catarina do Fogo	1 280	171	277	385	277	170	568	425	217	56	14
Brava	1 806	142	323	533	446	362	833	657	246	54	16

Fonte: INE, Censo 2021

A.4 QUESTIONÁRIO EDIFÍCIO

 V RECENSEAMENTO GERAL DA POPULAÇÃO E HABITAÇÃO - 2021 QUESTIONÁRIO EDIFÍCIO			
PE-1. LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA			
PE-1.1. Ilha PE-1.2. Concelho PE-1.3. Freguesia		PE-1.4. Nº Distrito Recenseamento	<input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/>
PE-1.6. Validade do ponto	1 <input type="checkbox"/> Sim 2 <input type="checkbox"/> Não	PE-1.5. Nº Identificação do Ponto	<input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/>
PE-1.6. Validade do ponto 1 <input type="checkbox"/> Sim 2 <input type="checkbox"/> Não (ruína, pôrtila, aviário, estábulo/curril, tanque de água, contentor, guarita, edifício em construção não ocupado) <div style="float: right; margin-top: -100px;"> } Termine o Questionário </div>			
PE-2. ENDEREÇO DO EDIFÍCIO			
PE-2.1. Cidade/Vila/Zona	<input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/>	PE-2.2. Bairro/Lugar	<input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/>
PE-2.3. AV., Rua, Etc.	<input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/>	PE-2.4. Nº da Porta	<input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/>
PE-2.5. Bloco	<input type="checkbox"/>	PE-2.6. Lote	<input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/>
PE-2.7. Outras referências	<input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/>		
PE-3. INDIQUE O TIPO DE EDIFÍCIO			
1 <input type="checkbox"/> Edifício clássico concluído 2 <input type="checkbox"/> Edifício clássico não concluído	3 <input type="checkbox"/> Outro tipo clássico (edifícios de alojamento colectivo, fábricas, etc) 4 <input type="checkbox"/> Edifícios não clássicos (barracas, casa de bidão, contentores, etc.)	PASSE A PE-13.	
PE-4. INDIQUE O TIPO DE UTILIZAÇÃO DO EDIFÍCIO			
1 <input type="checkbox"/> Edifício afecto exclusivamente à habitação 2 <input type="checkbox"/> Edifício com a maior parte da área afecta à habitação	3 <input type="checkbox"/> Edifício com a maior parte da área afecta a fins diferentes da habitação (comércio, serviços,...) 4 <input type="checkbox"/> Edifício afecto <u>exclusivamente</u> a fins diferentes da habitação (comércio, serviços consulares, embaixadas, serviços públicos/ privados/ ONG's)	PASSE A PE-13.	
<div style="text-align: right; margin-right: 100px;"> } Termine o Questionário </div>			
PE-5. INDIQUE O NÚMERO DE PISOS DO EDIFÍCIO			
Número de piso(s)	<input type="text"/> <input type="text"/>	Se PE-5 <= 3	=> PASSE a PE-7.
PE-6. O EDIFÍCIO TEM ELEVADOR?			
1 <input type="checkbox"/> Sim	2 <input type="checkbox"/> Não		
PE-7. FORMAS/CONDIÇÕES DE ACESSIBILIDADE AO EDIFÍCIO?			
PE-7.1. Rampa de acesso	1 <input type="checkbox"/> Sim 2 <input type="checkbox"/> Não	PE-7.4. Portas largas	1 <input type="checkbox"/> Sim 2 <input type="checkbox"/> Não
PE-7.2. Degraus	1 <input type="checkbox"/> Sim 2 <input type="checkbox"/> Não	PE-7.5. Corrimões	1 <input type="checkbox"/> Sim 2 <input type="checkbox"/> Não
PE-7.3. Escadas	1 <input type="checkbox"/> Sim 2 <input type="checkbox"/> Não	PE-7.6. Sinalização táctil no chão	1 <input type="checkbox"/> Sim 2 <input type="checkbox"/> Não
PE-8. INDIQUE O PRINCIPAL MATERIAL UTILIZADO NO REVESTIMENTO EXTERIOR DA PAREDE DE FRENTE DO EDIFÍCIO			
1 <input type="checkbox"/> Revestida com reboco <u>sem</u> pintura 2 <input type="checkbox"/> Revestida com reboco <u>com</u> pintura ou marmorite	3 <input type="checkbox"/> Revestida com azulejos, ladrilhos ou outro material cerâmico 4 <input type="checkbox"/> Revestida com outros materiais (vidro, madeira, betão à vista, pedra rústica, mármore, granito, etc.)	5 <input type="checkbox"/> Sem revestimento com pedra à vista 6 <input type="checkbox"/> Sem revestimento com bloco à vista	

PE-9. INDIQUE O TIPO DE COBERTURA DO EDIFÍCIO E OS MATERIAIS UTILIZADOS NO SEU REVESTIMENTO					
<input type="checkbox"/> 1	Inclinada, revestida a telhas (fibrocimento, metálicas, etc.)	<input type="checkbox"/> 3	Inclinada, revestida a palha	<input type="checkbox"/> 6	Em terraço (betão armado)
<input type="checkbox"/> 2	Inclinada, revestida em betão	<input type="checkbox"/> 4	Inclinada, revestida com bidão	<input type="checkbox"/> 7	Misto (inclinada e em terraço)
PE-10. O EDIFÍCIO NECESSITA DE REPARAÇÕES?					
PE-10.1. Na estrutura	<input type="checkbox"/> 1 Nenhuma	<input type="checkbox"/> 2 Pequenas	<input type="checkbox"/> 3 Médias	<input type="checkbox"/> 4 Grandes	<input type="checkbox"/> 5 Muito grandes
PE-10.2. Nas paredes	<input type="checkbox"/> 1 Nenhuma	<input type="checkbox"/> 2 Pequenas	<input type="checkbox"/> 3 Médias	<input type="checkbox"/> 4 Grandes	<input type="checkbox"/> 5 Muito grandes
PE-10.3. Nas caixilharias	<input type="checkbox"/> 1 Nenhuma	<input type="checkbox"/> 2 Pequenas	<input type="checkbox"/> 3 Médias	<input type="checkbox"/> 4 Grandes	<input type="checkbox"/> 5 Muito grandes
PE-10.4. Na cobertura	<input type="checkbox"/> 1 Nenhuma	<input type="checkbox"/> 2 Pequenas	<input type="checkbox"/> 3 Médias	<input type="checkbox"/> 4 Grandes	<input type="checkbox"/> 5 Muito grandes
PE-11. EM QUE ANO/ÉPOCA FOI CONSTRUÍDO ESTE EDIFÍCIO?					
PE-11.1. Ano (Não sabe - preencher 0000)	<input type="text"/> Se >0000 => PASSE a PE-12				
PE-11.2. Indique a época					
<input type="checkbox"/> 1	Antes 1975	<input type="checkbox"/> 5	De 1990 a 1994	<input type="checkbox"/> 9	De 2010 a 2014
<input type="checkbox"/> 2	De 1975 a 1979	<input type="checkbox"/> 6	De 1995 a 1999	<input type="checkbox"/> 10	De 2015 a 2021
<input type="checkbox"/> 3	De 1980 a 1984	<input type="checkbox"/> 7	De 2000 a 2004	<input type="checkbox"/> 11	Não sabe/Não respondeu
<input type="checkbox"/> 4	De 1985 a 1989	<input type="checkbox"/> 8	De 2005 a 2009		
PE-12. O EDIFÍCIO TEM PISCINA?					
<input type="checkbox"/> 1 Sim	<input type="checkbox"/> 2 Não				
PE-13. QUANTOS ALOJAMENTOS EXISTEM NESTE EDIFÍCIO? (INCLUA ALOJAMENTOS HABITADOS OU DISPONÍVEIS PARA HABITAÇÃO)					
Número total de alojamentos	<input type="text"/>				

A.5 QUESTIONÁRIO ALOJAMENTO

 V RECENSEAMENTO GERAL DA POPULAÇÃO E HABITAÇÃO - 2021 QUESTIONÁRIO ALOJAMENTO	 CABO VERDE CENSO2021 <small>Recenseamento Geral da População e Habitação</small>	
PAIV-5. O ALOJAMENTO TEM SANITA (COM OU SEM AUTOCLISMO) OU LATRINA?		
1 <input type="checkbox"/> Sanita <u>COM</u> autoclismo	3 <input type="checkbox"/> Latrina	
2 <input type="checkbox"/> Sanita <u>SEM</u> autoclismo	4 <input type="checkbox"/> Não tem sanita nem latrina	
PAIV-6. O ALOJAMENTO TEM BANHEIRA OU "POLIBAN" COM CHUVEIRO?		
1 <input type="checkbox"/> Sim	2 <input type="checkbox"/> Não	
PAIV-7. O ALOJAMENTO TEM SISTEMA DE EVACUAÇÃO DE ÁGUAS RESIDUAIS LIGADO À: (LEIA TODAS AS MODALIDADES)		
1 <input type="checkbox"/> Rede pública de esgoto	3 <input type="checkbox"/> Fossa rudimentar	
2 <input type="checkbox"/> Fossa séptica	4 <input type="checkbox"/> Não tem	
PAIV-8. O ALOJAMENTO TEM COZINHA (NO INTERIOR OU EXTERIOR) OU KITCHENETTE ?		
1 <input type="checkbox"/> Sim, no interior do alojamento	3 <input type="checkbox"/> Alojamento tem kitchenette	
2 <input type="checkbox"/> Sim, no exterior do alojamento	4 <input type="checkbox"/> Não tem cozinha nem kitchenette	
PAIV-9. O PRINCIPAL MATERIAL UTILIZADO NO PAVIMENTO (CHÃO) É:(LEIA TODAS AS MODALIDADES)		
1 <input type="checkbox"/> Cimento	3 <input type="checkbox"/> Mosaico	5 <input type="checkbox"/> Terra
2 <input type="checkbox"/> Madeira / Parquet	4 <input type="checkbox"/> Mármore / granito	6 <input type="checkbox"/> Outra (sintético, cortiça, borracha)
PAIV-10. INDIQUE QUAIS AS FORMAS DE ACESSIBILIDADE AO ALOJAMENTO:		
PAIV-10.1. Acesso por rampa 1 <input type="checkbox"/> Sim 2 <input type="checkbox"/> Não PAIV-10.2. Acesso por degraus 1 <input type="checkbox"/> Sim 2 <input type="checkbox"/> Não	PAIV-10.3. Acesso por escadas 1 <input type="checkbox"/> Sim 2 <input type="checkbox"/> Não PAIV-10.4. Acesso por elevador 1 <input type="checkbox"/> Sim 2 <input type="checkbox"/> Não	
PAIV-11. QUANTOS AGREGADOS FAMILIARES VIVEM NESTE ALOJAMENTO?		
Número de agregados familiares <input type="text"/>		

A.6 QUESTIONÁRIO AGREGADO

 V RECENSEAMENTO GERAL DA POPULAÇÃO E HABITAÇÃO - 2021 QUESTIONÁRIO AGREGADO FAMILIAR			 CENSO 2021 Recenseamento Geral da População e Habitação	
SECÇÃO I - CONDIÇÕES DE VIDA DOS AGREGADOS				
PAFI-1. QUAL A PRINCIPAL FONTE DE ENERGIA QUE UTILIZAM PARA A ILUMINAÇÃO?				
1 <input type="checkbox"/> Energia eléctrica (electricidade)	3 <input type="checkbox"/> Petróleo PASSE A PAFI-3.	5 <input type="checkbox"/> Outro PASSE A PAFI-3.		
2 <input type="checkbox"/> Vela PASSE A PAFI-3.	4 <input type="checkbox"/> Gás PASSE A PAFI-3.			
PAFI-2. QUAL A ORIGEM DA ENERGIA ELÉTRICA (ELETRICIDADE) QUE UTILIZAM PARA ILUMINAÇÃO?				
1 <input type="checkbox"/> Rede pública	3 <input type="checkbox"/> Gerador / motor a diesel/gasoleo	5 <input type="checkbox"/> Outra		
2 <input type="checkbox"/> Painel solar	4 <input type="checkbox"/> Eólica (vento)			
PAFI-3. QUAL A PRINCIPAL FORMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA QUE UTILIZAM NO AGREGADO FAMILIAR?				
1 <input type="checkbox"/> Água canalizada de rede pública	3 <input type="checkbox"/> Chafariz	5 <input type="checkbox"/> Outra fonte (Poço, Levada, Nascente, Outro)		
2 <input type="checkbox"/> Água canalizada mas da casa dos vizinhos	4 <input type="checkbox"/> Autotanque			
PAFI-4. A ÁGUA QUE UTILIZAM PARA BEBER PROVÉM DA MESMA FONTE?				
1 <input type="checkbox"/> Sim PASSE A PAFI-6.	2 <input type="checkbox"/> Não			
PAFI-5. QUAL A PRINCIPAL FONTE DE ÁGUA QUE UTILIZAM PARA BEBER?				
1 <input type="checkbox"/> Água canalizada de rede pública	3 <input type="checkbox"/> Chafariz	5 <input type="checkbox"/> Outra fonte (Poço, Levada, Nascente, Outro)		
2 <input type="checkbox"/> Água canalizada mas da casa dos vizinhos	4 <input type="checkbox"/> Autotanque	6 <input type="checkbox"/> Água engarrafada PASSE A PAFI-7.		
PAFI-6. COSTUMAM TRATAR A ÁGUA QUE UTILIZAM PARA BEBER (LIXÍVIA, FERVER, FILTRAR, ETC.)?				
1 <input type="checkbox"/> Sim, regularmente	2 <input type="checkbox"/> Sim, mas raras vezes	3 <input type="checkbox"/> Não		
PAFI-7. ONDE COSTUMAM DEITAR AS ÁGUAS SUJAS?				
1 <input type="checkbox"/> Rede esgoto	4 <input type="checkbox"/> Natureza (mar, ar livre, céu aberto)			
2 <input type="checkbox"/> Fossa séptica/ rudimentar	5 <input type="checkbox"/> Outro			
3 <input type="checkbox"/> Redor da casa	6 <input type="checkbox"/> Não sabe			
PAFI-8. COSTUMAM UTILIZAR PARA COZINHAR: (LEIA TODAS AS MODALIDADES)				
1 <input type="checkbox"/> Gás	3 <input type="checkbox"/> Carvão	5 <input type="checkbox"/> Outro		
2 <input type="checkbox"/> Lenha	4 <input type="checkbox"/> Electricidade	6 <input type="checkbox"/> Não prepara		
PAFI-9. O LIXO DESTE AGREGADO É: (LEIA TODAS AS MODALIDADES)				
1 <input type="checkbox"/> Colocado em contentores	3 <input type="checkbox"/> Enterrado / queimado	5 <input type="checkbox"/> Jogado na natureza		
2 <input type="checkbox"/> Recolhido pelo carro de lixo	4 <input type="checkbox"/> Jogado ao redor da casa	6 <input type="checkbox"/> Outro		



V RECENSEAMENTO GERAL DA POPULAÇÃO E HABITAÇÃO - 2021

QUESTIONÁRIO AGREGADO FAMILIAR**PAFI-10. NESTE ALOJAMENTO EXISTE:**

PAFI-10.1. Frigorífico?	<input type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não	PAFI-10.11. Telefone fixo?	<input type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não
PAFI-10.2. Fogão a gás / Campingás?	<input type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não	PAFI-10.12. Telemóvel?	<input type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não
PAFI-10.3. Microondas?	<input type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não	PAFI-10.13. Aparelho de televisão (TV)?	<input type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não
PAFI-10.4. Arca Congeladora?	<input type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não	PAFI-10.14. Rádio ?	<input type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não
PAFI-10.5. Maquina lavar roupa?	<input type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não	PAFI-10.15. Computador / Portátil?	<input type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não
PAFI-10.6. Aparelho de ar condicionado?	<input type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não	PAFI-10.16. Acesso à internet ?	<input type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não
PAFI-10.7. Termo acumulador / Esquentador?	<input type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não	PAFI-10.17. Acesso a TV cabo (CVTelecom, Boom TV, parabólica(MEO, NOS, etc))?	<input type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não
PAFI-10.8. Ventoinha	<input type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não	PAFI-10.18. Viatura?	<input type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não
PAFI-10.9. Ferro de engomar	<input type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não			
PAFI-10.10. Electrobomba	<input type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não			
			PAFI-10.18.1. Quantas viaturas?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
					PASSE A PAFI-11.

PAFI-11. QUANTAS DIVISÕES DESTE ALOJAMENTO OCUPA O SEU AGREGADO?Número de divisões **PAFI-12. QUANTAS DIVISÕES UTILIZAM HABITUALMENTE PARA DORMIR?**Número de divisões **PAFI-13. OCUPAM ESTE ALOJAMENTO NA CONDIÇÃO DE: (LEIA TODAS AS MODALIDADES)**

- | | |
|---|--|
| <input type="checkbox"/> Proprietário/Co-proprietário => PASSE a PAFI-15 | <input type="checkbox"/> 4 <input type="checkbox"/> Cedido de outra forma => PASSE a PAFI-16 |
| <input type="checkbox"/> 2 <input type="checkbox"/> Arrendatário ou sub- arrendatário | <input type="checkbox"/> 5 <input type="checkbox"/> Outra condição => PASSE a PAFI-16 |
| <input type="checkbox"/> 3 <input type="checkbox"/> Cedido pelo empregador => PASSE a PAFI-16 | |

PAFI-14. QUAL É O VALOR DA RENDA QUE PAGAM MENSALMENTE?PAFI-14.1 Valor (Não sabe - preencher 00000) Se <>00000 => PASSE a PAFI-16

PAFI-14.2 Indique o valor

- | | |
|---|--|
| <input type="checkbox"/> 1 <input type="checkbox"/> Menos de 10.000 => PASSE a PAFI-16 | <input type="checkbox"/> 5 <input type="checkbox"/> De 25.000 a 34.999 => PASSE a PAFI-16 |
| <input type="checkbox"/> 2 <input type="checkbox"/> De 10.000 a 14.999 => PASSE a PAFI-16 | <input type="checkbox"/> 6 <input type="checkbox"/> 35.000 ou + => PASSE a PAFI-16 |
| <input type="checkbox"/> 3 <input type="checkbox"/> De 15.000 a 19.999 => PASSE a PAFI-16 | <input type="checkbox"/> 7 <input type="checkbox"/> Não sabe/ não respondeu => PASSE a PAFI-16 |
| <input type="checkbox"/> 4 <input type="checkbox"/> De 20.000 a 24.999 => PASSE a PAFI-16 | |

PAFI-15. QUAL É FOI A PRINCIPAL FORMA DE PAGAMENTO DO ALOJAMENTO?

- | | |
|--|--|
| <input type="checkbox"/> 1 <input type="checkbox"/> Próprias economias/ familiares/ amigos | <input type="checkbox"/> 4 <input type="checkbox"/> Outra (especificar) |
| <input type="checkbox"/> 2 <input type="checkbox"/> Microcrédito | <input type="checkbox"/> 5 <input type="checkbox"/> Não sabe/ não responde |
| <input type="checkbox"/> 3 <input type="checkbox"/> Crédito bancário | |

PAFI-16. O SEU AGREGADO TEM ACESSO À SANITA/ LATRINA DESTE ALOJAMENTO?1 Sim 2 Não 3 Alojamento Não tem sanita nem latrina

BIBLIOGRAFIA

De Waal, T., Pannekoek, J., & Scholtus, S. (2011). Handbook of statistical data editing and imputation (Vol. 563). John Wiley & Sons.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA. (2021). Estatísticas de mercado de trabalho, IMC 2020

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA. (2021). Estimativas da pobreza monetária absoluta, 2016-2020.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA. (2010). Características dos Agregados e Condições de Vida.

Constituição da República de Cabo Verde (4ª edição de 2010). Disponível em <https://www.parlamento.cv/Downloads/Constitui%C3%A7%C3%A3o%20da%20Rep%C3%A7%C3%A3o%20Ablica%20de%20Cabo%20verde,%202010.pdf>

Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável (PEDS) 2017-2021. Disponível em

<https://peds.gov.cv/sites/default/files/2018-10/PEDS%202017-2021%20-%20Vers%C3%A3o%20Final.pdf>

POLÍTICA NACIONAL DE HABITAÇÃO CABO VERDE (2019). Disponível em <file:///C:/Users/lne/Downloads/pnh-versao-final-20-dez-2019.pdf>

Manual do Agente Recenseador RGPH-2021, Praia, 2021

Programa de Governo e moção de confiança 2021-2026.

Decreto-Lei nº 20/IX/2017. Boletim Oficial n.º 83, I Série de 30 de dezembro de 2017

Decreto-Lei nº 37/2018. Boletim Oficial n.º 40, I Série de 20 de junho de 2018

Decreto-Lei nº 41/2018. Boletim Oficial n.º 40, I Série de 20 de junho de 2018

Decreto-Lei nº 25/2020. Boletim Oficial n.º 19, I Série de 18 de fevereiro de 2020

Resolução nº 14/2012. Boletim Oficial n.º 17, I Série de 15 de março de 2012

Meulman,

http://bayes.acs.unt.edu:8083/BayesContent/class/Jon/SPSS_SC/Module9/M9_CatReg/SWPOPT.pdf

<http://www.circuitourbano.org/Politica-Nacional-de-Habitacao-de-Cabo-Verde.pdf>

<https://www.mfis.gov.cv/index.php/article-category-blog-2/dgis?start=0>

https://www.cndhc.org.cv/images/download/recomendacaoaogoverno_habitacao_2020.pdf

www.ine.cv

www.mfis.gov.cv